

**Prospecto Definitivo da Distribuição Pública de Cotas Seniores da 1ª Série e de Cotas Seniores da 2ª Série de Emissão do
“FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIDC - DACASA FINANCEIRA (GRUPO DADALTO) II”**

Cedente:



DACASA FINANCEIRA S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Avenida Nossa Senhora da Penha, nº 2035, Vitória - ES

CNPJ/MF nº 27.406.222/0001-65

no montante de

R\$ 114.316.000,00

Código ISIN das Cotas Seniores da Primeira Série: BRDCSDCTF004

Código ISIN das Cotas Seniores da Segunda Série: BRDCSDCTF020

Classificação de risco das Cotas Seniores da 1ª Série - Fitch Ratings: “AAA”

Classificação de risco das Cotas Seniores da 2ª Série - Fitch Ratings: “AAA”

Classificação ANBIMA: FIDC Financeiro, Foco de Atuação: FIDC Crédito Pessoal

O pedido de registro do Fundo e da Oferta foi protocolado na CVM em 3 de outubro de 2012

Distribuição pública de 42.116 cotas seniores integrantes da 1ª série (“Cotas Seniores da 1ª Série”) e de 72.200 cotas seniores integrantes da 2ª série (“Cotas Seniores da 2ª Série”) e, em conjunto com as Cotas Seniores da 1ª Série, as “Cotas Seniores”) de emissão do “FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIDC - DACASA FINANCEIRA (GRUPO DADALTO) II”, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 16.917.869/0001-35 (“Fundo”), com valor unitário inicial de R\$1.000,00, totalizando o montante de R\$114.316.000,00 (“Oferta”). As Cotas correspondem a frações ideais da totalidade do patrimônio do Fundo, sendo este constituído sob a forma de condomínio fechado. Os direitos e demais características das Cotas Seniores estão dispostos no regulamento do Fundo (“Regulamento”), que integra este Prospecto como Anexo I.

O Fundo foi constituído em 21 de setembro de 2012, tendo seu ato de constituição e Regulamento sido registrados no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 1008590. O instrumento de primeira alteração do regulamento do Fundo foi celebrado em 29 de janeiro de 2013 e foi registrado, em conjunto com o Regulamento consolidado do Fundo, no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 1022472. O instrumento de segunda alteração do regulamento do Fundo foi celebrado em 18 de abril de 2013 e foi registrado, em conjunto com o Regulamento consolidado do Fundo, no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 1030809. O instrumento de terceira alteração do regulamento do Fundo foi celebrado em 20 de junho de 2013 e foi registrado, em conjunto com o Regulamento consolidado do Fundo, no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 1036912. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado, e tem por objeto a captação de recursos para a aquisição de direitos creditórios oriundos de empréstimos pessoais e crédito direto ao consumidor concedidos pela DACASA FINANCEIRA S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (“Cedente”), a pessoas físicas (“Direitos Creditórios”).

O Fundo é administrado pela BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM, instituição com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar - parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23 (“Instituição Administradora”).

Serão ainda emitidas cotas subordinadas (“Cotas Subordinadas”), as quais não serão objeto da Oferta e serão subscritas e integralizadas pela Cedente, com valor nominal unitário inicial de R\$1.000,00, em montante suficiente para o atendimento da Relação Mínima.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, o Fundo concedeu ao Coordenador Líder a opção para distribuição de um lote suplementar de Cotas Seniores da 1ª Série e/ou de Cotas Seniores da 2ª Série, em volume equivalente a até 15% do volume total da Oferta, sem contar as Cotas Seniores Adicionais, conforme abaixo definidas, ou seja, em até 17.025 Cotas Seniores suplementares, nas mesmas condições das Cotas Seniores inicialmente ofertadas (“Cotas Seniores do Lote Suplementar”), que poderiam ser emitidas na 1ª Série e/ou na 2ª Série, em Sistema de Vasos Comunicantes, destinadas exclusivamente a atender eventual excesso de demanda que eventualmente fosse constatado no decorrer da Oferta. Foram emitidas 816 (oitocentas e dezesseis) Cotas Seniores do Lote Suplementar, todas correspondentes a Cotas Seniores da 2ª Série.

A Instituição Administradora concordou que, caso houvesse demanda pelas Cotas Seniores da 1ª Série e/ou pelas Cotas Seniores da 2ª Série, o Coordenador Líder, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, poderia aumentar a quantidade de Cotas Seniores inicialmente ofertada (sem considerar as Cotas Seniores do Lote Suplementar) em até 20%, ou seja, em até 22.700 Cotas Seniores adicionais, nas mesmas condições das Cotas Seniores inicialmente ofertadas (“Cotas Seniores Adicionais”), que poderiam ser emitidas na 1ª Série e/ou na 2ª Série, em Sistema de Vasos Comunicantes. Não foram emitidas Cotas Seniores Adicionais.

O Fundo foi registrado na CVM em [●], sob o Código CVM nº [●]. A distribuição pública de Cotas Seniores foi registrada na CVM em [●], sob o nº [●].

“O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo emissor, bem como sobre as Cotas a serem distribuídas.”

Os investidores devem ler a seção Fatores de Risco, nas páginas 30 a 38 deste Prospecto Definitivo.

“O Fundo visa a atingir Investidores Qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, bem como demais autorizados pela legislação a adquirir cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, quer sejam pessoa natural, jurídica e/ou investidores institucionais, que busquem retorno no médio e longo prazos, de rentabilidade condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas cotas do Fundo, bem como o prazo de maturação do investimento.”



“Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste Fundo de Investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de seu administrador ou das demais instituições prestadoras de serviços.”

PROSPECTO DE ACORDO COM O CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO.

Veja outros avisos importantes na página 1 deste Prospecto Definitivo

COORDENADOR LÍDER



INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

ASSESSORES LEGAIS

CUSTODIANTE



VAZ, BARRETO, SHINGAKI & OIOLI
ADVOGADOS



AUDITORES INDEPENDENTES

CONSULTOR DO CEDENTE

CEDENTE



A data deste Prospecto Definitivo é 27 de junho de 2013

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

AVISOS – ANBIMA

ESTE PROSPECTO DEFINITIVO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTE FUNDO DE INVESTIMENTO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA OU DAS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS.

O INVESTIMENTO NO FUNDO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO DEFINITIVO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO DE INVESTIMENTO E PARA O INVESTIDOR.

O FUNDO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO DEFINITIVO NÃO CONTA COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR DO FUNDO, DO GESTOR DA CARTEIRA, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC.

A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO DEFINITIVO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, MAS NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE PROSPECTO DEFINITIVO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO DEFINITIVO E DO REGULAMENTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.

TODO COTISTA, AO INGRESSAR NO FUNDO, DEVERÁ ATESTAR, POR MEIO DE TERMO DE CIÊNCIA DE RISCO E DE ADESÃO AO REGULAMENTO E A ESTE PROSPECTO DEFINITIVO, QUE RECEBEU EXEMPLAR DESTE PROSPECTO DEFINITIVO E DO REGULAMENTO, QUE TOMOU CIÊNCIA DOS OBJETIVOS DO FUNDO, DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA, DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DEVIDA PELO FUNDO, DOS RISCOS ASSOCIADOS AO SEU INVESTIMENTO NO FUNDO E DA POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE VARIAÇÃO E PERDA NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO, BEM COMO, CONSEQUENTEMENTE, DE PERDA, PARCIAL OU TOTAL, DO CAPITAL INVESTIDO NO FUNDO.

O GESTOR E O ADMINISTRADOR DESTE FUNDO ADOTAM POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLEIAS, QUE DISCIPLINA OS PRINCÍPIOS GERAIS, O PROCESSO DECISÓRIO E QUAIS SÃO AS MATÉRIAS RELEVANTES OBRIGATÓRIAS PAR AO EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO. TAL POLÍTICA ORIENTA AS DECISÕES DO GESTOR E DO ADMINISTRADOR EM ASSEMBLEIAS DE DETENTORES DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS QUE CONFIRAM AOS SEUS TITULARES O DIREITO DE VOTO.

ÍNDICE

GLOSSÁRIO	9
IDENTIFICAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E DAS DEMAIS ENTIDADES ENVOLVIDAS NA OFERTA	15
SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO E DA OFERTA.....	17
Informações Relativas à Oferta.....	17
Público alvo e Adequação do Investimento	21
Inadequação do Investimento.....	21
Revogação, Cancelamento ou Modificação da Oferta.....	21
Assembleia Geral.....	21
Fluxograma da securitização.....	22
CONDIÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO.....	23
Procedimentos de Distribuição.....	23
Cronograma de Etapas da Oferta.....	23
Coleta de intenções de investimento (Procedimento de Bookbuilding)	24
Início e Encerramento da Distribuição.....	25
<i>Divulgação de Anúncios Relacionados à Distribuição.....</i>	<i>25</i>
<i>Manifestação de Aceitação ou de Revogação da Aceitação.....</i>	<i>25</i>
<i>Modificação, Suspensão e Cancelamento da Oferta</i>	<i>25</i>
<i>Devolução e Reembolso aos Investidores.....</i>	<i>26</i>
<i>Distribuição Parcial</i>	<i>26</i>
Distribuição, Aquisição e Negociação das Cotas Seniores	26
<i>Cotas Seniores Adicionais e Cotas Seniores do Lote Suplementar.....</i>	<i>28</i>
<i>Cotas Subordinadas</i>	<i>28</i>
<i>Demonstrativo do Custo da Distribuição</i>	<i>28</i>
<i>Custo Unitário de Distribuição.....</i>	<i>29</i>
FATORES DE RISCO	30
Riscos de Mercado.....	30
<i>Flutuação de Preços dos Ativos.....</i>	<i>30</i>
<i>Descasamento de Taxas.....</i>	<i>30</i>
<i>Alteração da Política Econômica</i>	<i>31</i>
Riscos de Crédito	31
<i>Fatores Macroeconômicos.....</i>	<i>31</i>
<i>Morte do Devedor.....</i>	<i>31</i>
<i>Cobrança Judicial e Extrajudicial.....</i>	<i>32</i>
Riscos de Liquidez.....	32
<i>Fundo Fechado e Mercado Secundário.....</i>	<i>32</i>
<i>Liquidez das Cotas de Cada Série</i>	<i>32</i>
<i>Risco de Aplicação em Direitos Creditórios.....</i>	<i>32</i>
<i>Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo</i>	<i>33</i>
Riscos Proveniente da Ausência da Utilização de Derivativos.....	33
Riscos Específicos	33
<i>Riscos Operacionais</i>	<i>33</i>
<i>Falhas do Agente Cobrador</i>	<i>33</i>
<i>Repasse da Cedente</i>	<i>33</i>

Guarda da Documentação.....	33
Impossibilidade da prestação de serviços de cobrança	34
<i>Riscos de Descontinuidade</i>	34
Risco de Liquidação Antecipada do Fundo	34
<i>Riscos da Originadora e de Originação</i>	34
Risco de Rescisão do Contrato de Cessão e Originação de Direitos Creditórios	34
<i>Outros Riscos</i>	34
Risco de Amortização Condicionada.....	34
Risco de Amortização de Cotas na Medida da Liquidação dos Ativos Integrantes da Carteira do Fundo e da Inexistência de Mercado Secundário para os Direitos Creditórios	35
Risco de Amortização Não Programada de Cotas Seniores	35
Risco de Ausência de Notificação aos Devedores	35
Riscos Associados aos Outros Ativos.....	36
Risco de Não Afetação do Patrimônio Líquido do Fundo	36
Risco de Intervenção ou Liquidação do Custodiante.....	36
Risco de Redução das Cotas Subordinadas	36
Risco de Concentração	37
Risco de Alteração do Regulamento.....	37
Risco de Despesas com a Defesa dos Direitos dos Cotistas Seniores.....	37
Risco de Governança.....	37
Riscos Relacionados ao Pagamento Antecipado de Direitos Creditórios	37
Risco de Ausência de Aquisição Constante de Direitos Creditórios	38
Invalidade ou Ineficácia da Cessão de Direitos Creditórios	38
Risco de Portabilidade dos Direitos Creditórios	38
Risco de Fungibilidade de Recursos do Fundo e do Cedente	38
CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO	39
Base Legal e Classificação ANBIMA	39
Objeto	39
Objetivo de Investimento	39
Forma de Constituição	39
Prazo de Duração	39
<i>Prazo de Duração do Fundo</i>	39
<i>Prazo de Duração da 1ª Série de Cotas Seniores</i>	40
<i>Prazo de Duração da 2ª Série de Cotas Seniores</i>	40
Política de Investimento	40
<i>Aquisição de Direitos Creditórios</i>	40
<i>Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo</i>	40
<i>Condições de Cessão dos Direitos Creditórios</i>	41
Procedimentos para Verificação da validação dos Direitos Creditórios pela Instituição Administradora	42
<i>Critérios de Elegibilidade</i>	42
<i>Operações Vedadas</i>	43
<i>Política de Voto em Assembleias</i>	44
<i>Outras informações sobre a Política de Investimento</i>	44
Ordem de Aplicação dos Recursos	45
Regras de Movimentação	45
Cotas	46
<i>Disposições Gerais</i>	46
<i>Classes de Cotas</i>	46
<i>Relação Mínima entre o Patrimônio Líquido e o Valor das Cotas Seniores</i>	47
<i>Integralização, Amortização e Resgate de Cotas</i>	47

<i>Amortização e Resgate das Cotas Seniores da 1ª Série</i>	<i>48</i>
<i>Amortização e Resgate das Cotas Seniores da 2ª Série</i>	<i>49</i>
Manutenção de Reservas e Índices.....	50
<i>Reserva de Liquidez</i>	<i>50</i>
<i>Reserva de Pagamentos</i>	<i>51</i>
<i>Reserva de Amortização</i>	<i>51</i>
<i>Relação Mínima</i>	<i>52</i>
Distribuição dos Rendimentos da carteira do Fundo	52
<i>Distribuição de rendimentos às Cotas Seniores da 1ª Série</i>	<i>53</i>
<i>Distribuição de rendimentos às Cotas Seniores da 2ª Série</i>	<i>55</i>
Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de Cada Classe	57
<i>Metodologia de avaliação dos ativos do Fundo</i>	<i>57</i>
<i>Metodologia de avaliação das Cotas de cada classe.....</i>	<i>58</i>
Assembleia Geral.....	59
<i>Competência</i>	<i>59</i>
<i>Procedimentos de convocação e instalação</i>	<i>60</i>
<i>Direito de voto e critérios para apuração das deliberações.....</i>	<i>60</i>
<i>Representante dos Cotistas</i>	<i>61</i>
<i>Divulgação e eficácia das deliberações da Assembleia Geral</i>	<i>62</i>
Liquidação do Fundo	62
<i>Eventos de Avaliação.....</i>	<i>62</i>
<i>Eventos de Liquidação Antecipada.....</i>	<i>64</i>
<i>Procedimentos de liquidação antecipada do Fundo.....</i>	<i>65</i>
Custos referentes à defesa dos Cotistas	66
Procedimentos de dação em pagamento de Direitos Creditórios e/ou Outros Ativos	67
Política de Divulgação de informações obrigatórias e periódicas	69
Publicações.....	72
Informações Complementares.....	72
DIREITOS CREDITÓRIOS	73
Características	73
<i>Natureza.....</i>	<i>73</i>
<i>Formalização dos Direitos Creditórios</i>	<i>73</i>
<i>Formalização da cessão dos Direitos Creditórios.....</i>	<i>73</i>
<i>Registro do Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão.....</i>	<i>74</i>
<i>Aspectos Legais e Regulamentares do Setor de Atuação da Cedente.....</i>	<i>74</i>
Recebimento e cobrança dos Direitos Creditórios.....	75
<i>Procedimento Ordinário de Cobrança</i>	<i>75</i>
<i>Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos.....</i>	<i>75</i>
Preço de Cessão	77
Acréscimo, remoção e substituição de Direitos Creditórios.....	78
Verificação do lastro dos Direitos Creditórios por amostragem	78
Recompra	78
<i>Direito de Preferência</i>	<i>79</i>
Hipóteses de resolução da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo	79
Processo de originação e política de concessão de crédito.....	80
Prazos de vencimento e períodos de amortização.....	81
Informações estatísticas sobre perdas, pré-pagamentos, atrasos e outras informações sobre	
Carteira de Direitos Creditórios	81
Procedimentos em relação a falências e recuperação judicial	85

Garantias	85
PRESTADORES DE SERVIÇO	86
Instituição Administradora	86
<i>Histórico e Atividades.....</i>	<i>86</i>
<i>Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Instituição Administradora</i>	<i>86</i>
<i>Remuneração da Instituição Administradora</i>	<i>91</i>
<i>Substituição da Instituição Administradora.....</i>	<i>92</i>
Gestora	92
<i>Histórico e Atividades.....</i>	<i>92</i>
<i>Substituição da Gestora.....</i>	<i>93</i>
Custodiante	93
<i>Histórico e Atividades.....</i>	<i>93</i>
<i>Responsabilidades</i>	<i>94</i>
<i>Agente Cobrador.....</i>	<i>95</i>
<i>Procedimento para Verificação das atividades do Agente Cobrador.....</i>	<i>96</i>
<i>Guarda de Documentos</i>	<i>96</i>
<i>Procedimento para Verificação das Atividades do Depositário</i>	<i>96</i>
<i>Remuneração do Custodiante</i>	<i>97</i>
<i>Substituição do Custodiante</i>	<i>97</i>
Coordenador Líder.....	97
<i>Histórico e Atividades.....</i>	<i>98</i>
<i>Remuneração do Coordenador Líder</i>	<i>100</i>
Auditor Independente	100
<i>Remuneração do Auditor Independente.....</i>	<i>100</i>
<i>Substituição do Auditor Independente</i>	<i>100</i>
<i>Agência Classificadora de Risco</i>	<i>100</i>
<i>Remuneração da Agência Classificadora de Risco</i>	<i>100</i>
<i>Substituição da Agência Classificadora de Risco.....</i>	<i>100</i>
TAXAS	101
Remuneração da Instituição Administradora.....	101
Remuneração do Custodiante.....	101
Remuneração dos Demais Prestadores de Serviços.....	101
SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES	102
Contrato de Cessão.....	102
<i>Responsabilidade do Fundo.....</i>	<i>103</i>
<i>Compromisso de subscrição e integralização de Cotas Subordinadas pela Cedente.....</i>	<i>103</i>
<i>Eventos de Revisão e Eventos de Resilição.....</i>	<i>104</i>
<i>Eventos de Revisão.....</i>	<i>104</i>
<i>Eventos de Resilição.....</i>	<i>105</i>
<i>Obrigações da Cedente.....</i>	<i>106</i>
Contrato de Colocação	107
<i>Objeto</i>	<i>107</i>
Contrato de Custódia	108
<i>Objeto</i>	<i>108</i>
Contrato de Cobrança.....	108
Contrato de Depósito.....	108
GERENCIAMENTO DE RISCOS	109
Sistema de Gerenciamento de Riscos e Compliance.....	109

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSE.....	110
Relacionamento entre a Instituição Administradora e o Custodiante	110
Relacionamento entre o Coordenador Líder, a Instituição Administradora e a Cedente.....	110
Relacionamento entre o Custodiante e a Cedente.....	110
TRIBUTAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS COTISTAS.....	111
Tributação do Fundo.....	111
Tributação dos Cotistas	111
INFORMAÇÕES RELATIVAS À CEDENTE	115
Histórico	115
Composição acionária	115
<i>Administração</i>	116
Diretoria.....	116
Conselho fiscal	116
Atividades.....	116
<i>Captações de Recursos</i>	117
<i>Destaques Financeiros</i>	117
Experiência Prévia em Operações de Securitização	121
Informações relativas ao setor de atuação da Cedente.....	121
<i>O Mercado de Crédito Pessoal</i>	122
Demonstrações financeiras	123
Informações Relativas ao Grupo Dadalto	123

ANEXOS

ANEXO I - Regulamento do Fundo	127
ANEXO II - Relatório da Agência Classificadora de Risco	215
ANEXO III - Declarações do Coordenador Líder e da Instituição Administradora.....	235
ANEXO IV - Demonstrações Financeiras da Cedente Referentes ao Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2012	243
ANEXO V - Suplementos das Cotas Seniores Integrantes da 1ª e da 2ª Séries	249
ANEXO VI - Relatório da KPMG	261

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

GLOSSÁRIO

Afiliaadas	São as pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum.
Agência Classificadora de Risco	Fitch Ratings do Brasil Ltda., ou sua sucessora contratada nos termos do Regulamento.
Agente Cobrador	É a Cedente contratada pela Instituição Administradora como agente de cobrança dos Direitos Creditórios inadimplentes.
Amortização Programada	A amortização de parcela do valor de cada Cota Sênior da respectiva Série.
Anúncio de Início	É o anúncio de início da Oferta.
Assembleia Geral	Assembleia geral de Cotistas.
Auditor Independente	KPMG Auditores Independentes, ou seu sucessor.
Aviso ao Mercado	É o aviso ao mercado acerca do protocolo do pedido de registro da Oferta.
C3	Central de Cessões de Crédito.
Carteira de Direitos Creditórios	São os Direitos Creditórios da carteira do Fundo a qualquer tempo.
Carteira Total de Direitos Creditórios	São os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo a qualquer tempo.
Cedente	Dacasa Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento.
CETIP	CETIP S.A. – Mercados Organizados.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código Civil	Lei nº10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Condições de Cessão	São as condições de cessão dos Direitos Creditórios previstas no Regulamento e reproduzidas no Contrato de Cessão.
Contrato de Cessão	Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditório e Outras Avenças, a ser firmado entre Cedente e Fundo, com interveniência do Custodiante.

Contrato de Cobrança	Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança e Outras Avenças, celebrado entre a Instituição Administradora e o Agente Cobrador, com a interveniência do Fundo, representado pela Instituição Administradora, e do Custodiante, estabelecendo os termos e condições para a prestação de serviços de cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos do Fundo.
Contrato de Colocação	Instrumento Particular de Colocação Pública, sob Regime de Melhores Esforços de Colocação e de Garantia Firme de Subscrição, de Cotas Seniores da 1ª e da 2ª Séries do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC – Dacasa Financeira (Grupo Dadalto) II, celebrado entre o Fundo, representado pela Instituição Administradora, a Cedente e o Coordenador Líder.
Contrato de Custódia	Contrato celebrado entre a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante.
Contrato de Depósito	Contrato de Prestação de Serviços de Depósito e Outras Avenças celebrado entre o Custodiante e o Depositário, com a interveniência do Fundo, representado pela Instituição Administradora, estabelecendo os termos e condições para a prestação de serviços de guarda física dos originais dos Documentos Comprobatórios que lastrearem os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.
Contrato de Escrituração	Contrato de Escrituração de Cotas de Fundos de Investimentos, celebrado entre a Instituição Administradora, em nome do Fundo, e o Banco Bradesco S.A. na qualidade de escriturador.
Coordenador Líder	Banco BTG Pactual S.A.
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.
Cotas	Todas as Cotas do Fundo, independentemente da classe ou Série.
Cota Sênior da 1ª Série	São as Cotas Seniores integrantes da 1ª Série de emissão do Fundo.
Cota Sênior da 2ª Série	São as Cotas Seniores integrantes da 2ª Série de emissão do Fundo.
Cota(s) Sênior	Cota que não se subordina às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Cotas Seniores Adicionais	Cotas Seniores da 1ª Série e/ou Cotas Seniores da 2ª Série que poderiam ter sido, mas não foram, objeto de lote adicional, na forma do artigo 14, §2º da Instrução CVM 400.
Cotas Seniores do Lote Suplementar	816 (oitocentas e dezesseis) Cotas Seniores do Lote Suplementar, todas correspondentes a Cotas Seniores da 2ª Série, destinadas exclusivamente a atender excesso de demanda que foi constatado no decorrer da Oferta, na forma do artigo 24 da Instrução CVM 400.
Cota Subordinada	Cota que se subordina às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.

Cotista (s)	Titulares de Cotas Seniores e os titulares de Cotas Subordinadas.
Crêterios de Elegibilidade	São os cr�terios que devem ser atendidos pelos Direitos Creditórios para integrarem a carteira do Fundo, cuja verificação é feita pelo Custodiante.
Custodiante	Banco Bradesco S.A., ou quem vier a lhe suceder.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Amortização	Data de amortização prevista no respectivo Suplemento de cada Série.
Data de Aquisição	Data em que o Custodiante verificar o atendimento, pelos Direitos Creditórios, aos Crêterios de Elegibilidade e mediante o atendimento cumulativo do disposto no Contrato de Cessão.
Data de Subscrição Inicial	Data a partir de que as Cotas representativas do patrimônio inicial do Fundo ou das Cotas das demais Séries emitidas serão subscritas e integralizadas.
Depositário	Armazém de Dados Negócios e Serviços Ltda.-ME, inscrita no CNPJ/MF sob n� 02.913.555/0001-50, com sede na Rua Francisco Modenesi, 111, na Cidade de Ibir�cu, Estado do Espírito Santo
Devedor(es)	Pessoa física contratante do empréstimo concedido pela Cedente nos termos do Mútuo.
Dia(s) �til(eis)	Todo e qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional ou, ainda, dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário ou não dias em que funcionar o mercado financeiro em âmbito nacional, nas Cidades de São Paulo e de Osasco, Estado de São Paulo, e de Vitória, Estado do Espírito Santo.
Direitos Creditórios	Cada prestação originalmente devida pelo Devedor � Cedente, sempre em moeda corrente nacional, líquida de qualquer taxa de administração ou de serviço, decorrente de contratação de mútuo.
Documentos Comprobatórios	Os seguintes documentos referentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, devidamente identificados pelo número de inscrição do respectivo Devedor no CPF/MF e do empréstimo: via original do Termo de Adesão em Contrato de Financiamento registrado no Cartório de Títulos e Documentos de Vitória – ES – Oficial Myrian Castello Miguel – sob n� 216495.
Documentos do Fundo	Em conjunto ou isoladamente, o Regulamento, o Contrato de Cessão e o Termo de Cessão.
Eventos de Avaliação	Eventos que, caso ocorrerem, ensejarão convocação de Assembleia Geral para deliberar sobre (i) a declaração de um Evento de Liquidação Antecipada; ou (ii) a alteração dos Documentos do Fundo.

Eventos de Liquidação Antecipada	Eventos definidos no item 25.6 do Regulamento.
FGC	Fundo Garantidor de Crédito.
Fundo	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC - Dacasa Financeira (Grupo Dadalto) II.
Garantia Firme	Garantia firme de subscrição prestada pelo Coordenador Líder no âmbito da Oferta, em relação a até 40.000 Cotas Seniores, observada a condição suspensiva de colocação nos termos do Contrato de Colocação.
Gestora	BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM, ou o que lhe vier a suceder.
Índice de Inadimplência	Índice equivalente à divisão do valor dos Direitos Creditórios inadimplidos pelo valor total da carteira de Direitos Creditórios do Fundo, expressa em forma percentual, verificado mensalmente pelo Custodiante.
Instrução CVM 356	Instrução nº CVM 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.
Instrução CVM 409	Instrução nº CVM 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM 489	Instrução nº CVM 489, de 14 de janeiro de 2011.
Instituição Administradora	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, ou o que lhe vier a suceder.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.
Investidor Qualificado	Investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM 409, ou fundos de investimentos habilitados nos termos da regulamentação vigente a adquirir cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.
Limites de Concentração	São os limites de concentração da carteira do Fundo previstos no item 11.1 (xiii) do Regulamento.
Mútuo	Mútuo formalizado por meio de contrato de mútuo, cujos Direitos Creditórios serão cedidos ao Fundo pela Cedente de acordo com os Critérios de Elegibilidade.
Outros Ativos	Ativos integrantes da carteira do Fundo que não constituam Direitos Creditórios, incluindo recursos em moeda corrente nacional.
Período de Capitalização	Intervalo de tempo que se inicia na data de subscrição e integralização das Cotas Seniores da 1ª Série, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para distribuição de resultados imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista da distribuição de resultados correspondente ao período.

PL ou Patrimônio Líquido	Valor do patrimônio líquido do Fundo.
Prazo de Colocação	Prazo de 6 meses contados da data de publicação do Anúncio de Início.
Preço da Cessão	Contraprestação à cessão dos Direitos Creditórios, conforme descrito no Contrato de Cessão.
Primeira Carteira de Direitos Creditórios Cedida	São os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo em até 3 Dias Úteis contados da Data de Subscrição Inicial.
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	Procedimento de coleta de intenções de investimento realizado pela Instituição Líder nos termos do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03.
Prospecto Definitivo	O presente prospecto definitivo da oferta pública das Cotas Seniores da 1ª Série e das Cotas Seniores da 2ª Série de emissão do Fundo.
Prospecto Preliminar	É o prospecto preliminar da Oferta.
Regulamento	É o regulamento consolidado do Fundo, registrado no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 1030809.
Relação Mínima	Relação mínima admitida entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, equivalente a 143% (cento e quarenta e três por cento).
Relatório da Carteira	“Análises da Carteira de Recebíveis – Dacasa Financeira S.A.”, documento elaborado pela KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., datado de 4 de junho de 2012, relativo à análise da carteira de empréstimos pessoais da Cedente, que consta do presente Prospecto Definitivo como seu Anexo VI.
Reserva de Amortização	Reserva de pagamento, onde deverão ser segregados Outros Ativos, destinada exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às parcelas de amortizações de cada Cota Sênior
Reserva de Pagamentos	Reserva para pagamento de despesas e encargos do Fundo.
Reserva de Liquidez	Reserva constituída na forma do item 10.5 do Regulamento.
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
Série	Qualquer série de Cotas Seniores emitida nos termos do Regulamento.
SFN	Sistema Financeiro Nacional.
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito.
Suplemento	Suplemento de cada Série de Cotas Seniores.
Taxa de Administração	Remuneração devida à Instituição Administradora do Fundo na forma do Regulamento.

Taxa DI	Taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros – DI de um dia, over extra-grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.
Taxa SELIC	Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia divulgada pelo Comitê de Política Monetária – COPOM.
TED	Transferência Eletrônica Disponível.
Termo de Cessão	Instrumento mediante o qual é formalizada a cessão de Direitos Creditórios pela Cedente ao Fundo e que deve ser elaborado de acordo com o modelo estabelecido no Contrato de Cessão.
Termo de Adesão ao Regulamento	Termo de adesão ao regulamento e ciência de risco.
Valor de Amortização	Somatório de todas as parcelas de amortização devidas na Data de Amortização.
Valor Nominal	Valor de face sem correção monetária, juros de mora ou encargos por atraso.

**IDENTIFICAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA
E DAS DEMAIS ENTIDADES ENVOLVIDAS NA OFERTA**

Coordenador Líder	<p>Banco BTG Pactual S.A. At.: Sr. Daniel Vaz Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar 04538-133 – São Paulo – SP Telefone: (11) 3383-2000 Fax: (11) 3383-2474 Correio eletrônico: daniel.vaz@btgpactual.com www.btgpactual.com</p>
Instituição Administradora	<p>BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM At.: Sra. Mariana Botelho Ramalho Cardoso Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar 22250-040 – Rio de Janeiro – RJ Telefone: (21) 3262-9600 Fax: (21) 3262-8600 Correio eletrônico: mariana.cardoso@btgpactual.com www.btgpactual.com</p>
Gestora	<p>BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM At.: Sra. Mariana Botelho Ramalho Cardoso Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar 22250-040 – Rio de Janeiro – RJ Telefone: (21) 3262-9600 Fax: (21) 3262-8600 Correio eletrônico: mariana.cardoso@btgpactual.com www.btgpactual.com</p>
Custodiante e Escriturador das Cotas	<p>Banco Bradesco S.A. At.: Raimundo de Souza Filho Centro administrativo “Cidade de Deus”, sem número, Bairro Vila Yara 06029-900 – São Paulo – SP Telefone: (11) 3684-3968 Fax: (11) 3684-5645 www.bradesco.com.br</p>
Assessor Legal	<p>Vaz, Barreto, Shingaki & Oioli Advogados Rua Gomes de Carvalho, 1.329, 8º andar 04547-005 – São Paulo – SP At.: Erik Frederico Oioli Telefone: (11) 3043-4999 Fax: (11) 3043-4980 www.vbsoadvogados.com.br</p>

Auditor	<p>KPMG Auditores Independentes Rua Dr. Renato Paes Barros, 33 , 17º andar 04530-904 – São Paulo – SP At.: Pedro Zago Telefone: (11) 2183-3290 Fax: (11) 2183-3010 Correio Eletrônico: pzago@kpmg.com.br www.kpmg.com.br</p>
Classificação de Risco	<p>Fitch Ratings do Brasil Ltda. Alameda Santos, 700 - 7º andar 01418-100 – São Paulo – SP At.: Benjamin Tano Telefone: (11) 4504-2619 Fax: (11) 4504-2601 Correio Eletrônico: benjamin.tano@fitchratings.com www.fitchratings.com.br</p>
Entidade Reguladora	<p>Comissão de Valores Mobiliários Rua Sete de Setembro, nº 111 2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º Andares – Centro 20050-901 – Rio de Janeiro – RJ Telefone e Fax: (21) 3233-8686 www.cvm.gov.br</p>
Mercados de Distribuição e Negociação	<p>CETIP S.A. – Mercados Organizados Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar 01452-001 – São Paulo – SP Telefone: (11) 3111-1400 / 2138-1400 Fax: (11) 3111-1563 www.cetip.com.br</p>

SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO E DA OFERTA

O presente capítulo contém informações sobre o Fundo e a distribuição das Cotas Seniores pelo Coordenador Líder. Para informações adicionais e mais completas, veja os capítulos “Condições da Distribuição” e “Características Gerais do Fundo”, respectivamente nas páginas 23 e 39 deste Prospecto Definitivo.

Informações Relativas à Oferta

Emissor das Cotas Seniores	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC - Dacasa Financeira (Grupo Dacalto) II.
Base Legal	Instrução CVM 356 e a Resolução CMN 2.907.
Forma de Constituição	Condomínio fechado.
Classificação ANBIMA	FIDC Financeiro.
Foco de Atuação	FIDC Crédito Pessoal.
Cedente dos Direitos Creditórios	Dacasa Financeira S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, na Avenida Nossa Senhora da Penha, 2035, inscrita no CNPJ/MF sob nº 27.406.222/0001-65.
Instituição Administradora	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM
Gestora	BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM
Coordenador Líder	Banco BTG Pactual S.A.
Custodiante	Banco Bradesco S.A.
Direitos Creditórios	Cada prestação originalmente devida pelos Devedores à Cedente, sempre em moeda corrente nacional, líquida de qualquer taxa de administração ou de serviço, decorrente de contratação de operação de empréstimo pessoal ou crédito direto ao consumidor.
Características da Cessão	A cessão dos Direitos Creditórios é realizada sem coobrigação da Cedente, revolvendo, e está sujeita a certas condições resolutivas descritas no item “Direitos Creditórios - Hipóteses de resolução da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo”
Outros Ativos	Ativos integrantes da carteira do Fundo que não constituam Direitos Creditórios, incluindo recursos em moeda corrente nacional.
Data de Subscrição Inicial	Data a partir de que as Cotas representativas do patrimônio inicial do Fundo ou das Cotas das demais Séries emitidas serão subscritas e integralizadas.
Valor Unitário das Cotas Seniores	R\$1.000,00
Valor Total da Oferta	R\$114.316.000,00.

Cotas Seniores do Lote Suplementar	816 (oitocentas e dezesseis) Cotas Seniores do Lote Suplementar, todas correspondentes a Cotas Seniores da 2ª Série, destinadas exclusivamente a atender excesso de demanda que foi constatado no decorrer da Oferta, na forma do artigo 24 da Instrução CVM 400.
Cotas Seniores Adicionais	Cotas Seniores da 1ª Série e/ou Cotas Seniores da 2ª Série que poderiam ter sido, mas não foram, objeto de lote adicional, na forma do artigo 14, §2º da Instrução CVM 400.
Quantidade de Cotas Seniores	114.316.
Valor Mínimo de Aplicação em Cotas Seniores	R\$25.000,00.
Prazo de Duração do Fundo	O Fundo tem prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado antecipadamente nas hipóteses expressamente previstas no item “Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo – Eventos de Liquidação Antecipada”, respectivamente nas páginas 62 e 64 deste Prospecto Definitivo, ou por deliberação da Assembleia Geral.
Prazo de duração da 1ª Série de Cotas Seniores	48 meses contados da Data de Subscrição Inicial.
Prazo de duração da 2ª Série de Cotas Seniores	48 meses contados da Data de Subscrição Inicial.
Rentabilidade-Alvo das Cotas Seniores da 1ª Série	Valorização correspondente a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de <i>spread</i> ou sobretaxa de 3,25% ao ano, base 252 Dias Úteis.
Rentabilidade-alvo das Cotas Seniores da 2ª Série	Valorização correspondente a 100% da variação do IPCA, acrescida de taxa de juros anual fixa limitada à taxa de juros de 7,10% ao ano, base 252 Dias Úteis.
Público-alvo	Investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM 409, ou fundos de investimentos habilitados nos termos da regulamentação vigente a adquirir cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.
Classificação de Risco das Cotas Seniores de ambas as Séries	Fitch Ratings: AAA
Reforços de crédito e garantias existentes	<p>O Fundo adotará os seguintes mecanismos de reforço de crédito:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) manutenção de razão de garantia denominada <u>Relação Mínima</u> entre o PL e o valor das Cotas Seniores equivalente a 143%. A Relação Mínima deve ser apurada pela Instituição Administradora todo Dia Útil, e o restabelecimento da Relação Mínima será efetivado através da subscrição de novas Cotas Subordinadas pela Cedente; ii) manutenção de <u>Reserva de Pagamentos</u>, exclusivamente para pagamento das despesas e encargos do Fundo, incluindo-se a Taxa de Administração, desde a Data de Subscrição Inicial da

	<p>primeira Série de Cotas Seniores até a última Data de Amortização da Série de Cotas Seniores com o vencimento mais longo, em que Outros Ativos deverão ser segregados e mantidos destacados na contabilidade do Fundo, observando que, até o 60º dia anterior à data de pagamento de cada despesa ou encargo, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Pagamentos, projetado até tal data de pagamento, deverá ser equivalente a 50% do valor estimado pela Instituição Administradora para a referida despesa ou encargo, e que, até o 30º dia anterior a data de pagamento de cada despesa ou encargo, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Pagamentos, projetado até tal data de pagamento, deverá ser equivalente a 100% do valor estimado pela Instituição Administradora para a referida despesa ou encargo;</p>
	<p>iii) manutenção de <u>Reserva de Amortização</u>, destinada exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às parcelas de amortizações de cada Série de Cota Sênior, em que deverão ser segregados Outros Ativos, observando que até o 60º dia anterior a cada Data de Amortização de qualquer Série, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização, projetado até tal Data de Amortização, deverá ser equivalente a 50% do somatório de todas as parcelas de amortização devidas na Data de Amortização em referência, e que, até o 30º dia anterior a cada Data de Amortização de cada Série, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização, projetado até tal Data de Amortização, deverá ser equivalente a 100% do somatório de todas as parcelas de amortização devidas na Data de Amortização em referência;</p>
	<p>iv) manutenção de <u>Reserva de Liquidez</u>, composta de disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a, no mínimo, 1% de seu Patrimônio Líquido. Tal soma não será considerada para fins de apuração da Reserva de Pagamentos e da Reserva de Amortização.</p>
Fatores de Risco	<p>A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, está sujeita a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no capítulo “Fatores de Risco”, na página 30, que deve ser lido cuidadosamente pelo investidor interessado em aplicar seus recursos no Fundo.</p>
Amortização das Cotas Seniores da 1ª Série	<p>A amortização das Cotas Seniores da 1ª Série ocorrerá em 43 pagamentos, sendo o primeiro pagamento devido no 6º mês após a Data de Subscrição Inicial, conforme previsto no Suplemento relativo à 1ª Série de Cotas Seniores, e observado o disposto no item “Características Gerais do Fundo – Amortização e Resgate das Cotas Seniores da 1ª Série”, na página 48 abaixo.</p>

Amortização das Cotas Seniores da 2ª Série	A amortização das Cotas Seniores da 2ª Série ocorrerá em 43 pagamentos, sendo o primeiro pagamento devido no 6º mês após a Data de Subscrição Inicial, conforme previsto no Suplemento relativo à 2ª Série de Cotas Seniores, e observado o disposto no item “Características Gerais do Fundo – Amortização e Resgate das Cotas Seniores da 2ª Série”, na página 49 abaixo.
Publicações	Todas as publicações mencionadas no Regulamento serão feitas inicialmente no jornal Valor Econômico, edição nacional.
Maiores Informações	<p>Para mais informações a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto Definitivo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, às sedes da Instituição Administradora ou do Coordenador Líder, nos endereços indicados abaixo, sendo que o Prospecto encontra-se à disposição dos investidores na CVM para consulta e reprodução apenas:</p> <p><u>Instituição Administradora:</u> BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM Praia de Botafogo, 501, 5º andar, parte 22250-040 – Rio de Janeiro – RJ www.btgpactual.com</p> <p><u>Coordenador Líder:</u> Banco BTG Pactual S.A. Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar 04538-133 – São Paulo – SP www.btgpactual.com</p> <p><u>Comissão de Valores Mobiliários – CVM</u> Rua Sete de Setembro, nº 111 Rio de Janeiro – RJ Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º andar São Paulo – SP www.cvm.gov.br</p> <p><u>CETIP S.A. – Mercados Organizados</u> Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar São Paulo – SP Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar Rio de Janeiro – RJ www.cetip.com.br</p>

Público alvo e Adequação do Investimento

O Fundo é destinado exclusivamente a Investidores Qualificados que busquem retorno no médio e longo prazo de rentabilidade condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas Cotas, bem como o prazo de maturação do investimento.

Inadequação do Investimento

O investimento nas Cotas não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das cotas de fundos de investimento em direitos creditórios organizados sob a forma de condomínio fechado no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr os riscos relacionados a investimentos em fundos de investimento em direitos creditórios ou dos Direitos Creditórios que compõem sua carteira.

Revogação, Cancelamento ou Modificação da Oferta

A aceitação dos investidores dar-se-á de acordo com os procedimentos dos mercados em que as Cotas Seniores estão registradas para negociação. A revogação da aceitação pelo investidor, por sua vez, somente poderá ocorrer nas hipóteses expressamente previstas na Instrução CVM 400, e deverá se dar mediante carta protocolada na sede do Coordenador Líder até o 5º Dia Útil posterior à publicação de aviso ou após ser informado sobre a modificação ou suspensão da Oferta.

A eventual modificação ou revogação da Oferta será imediatamente divulgada pelo Coordenador Líder aos investidores, pelos mesmos meios utilizados para divulgação do Anúncio de Início.

Na hipótese de (i) a Oferta ser cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta ser revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400; ou (iii) o Contrato de Colocação ser resilido, todos os atos de aceitação serão cancelados e o Coordenador Líder comunicará aos investidores o cancelamento da Oferta, que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação do Aviso ao Mercado.

Na hipótese de (i) divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; (ii) a Oferta ser suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; e/ou (iii) a Oferta ser modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão ao Coordenador Líder (a) até as 16 horas do 5º Dia Útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso do item (i) acima; e (b) até as 16 horas do 5º Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, no caso dos itens (ii) e (iii) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação.

Assembleia Geral

Na Assembleia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um Cotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes. No entanto, há deliberações que demandam quórum qualificado, conforme descrito na seção “Características gerais do Fundo – Assembleia Geral - Direito de voto e critérios para apuração das deliberações”, na página 60 abaixo.

A cada Cota corresponde um voto, independentemente da respectiva classe.

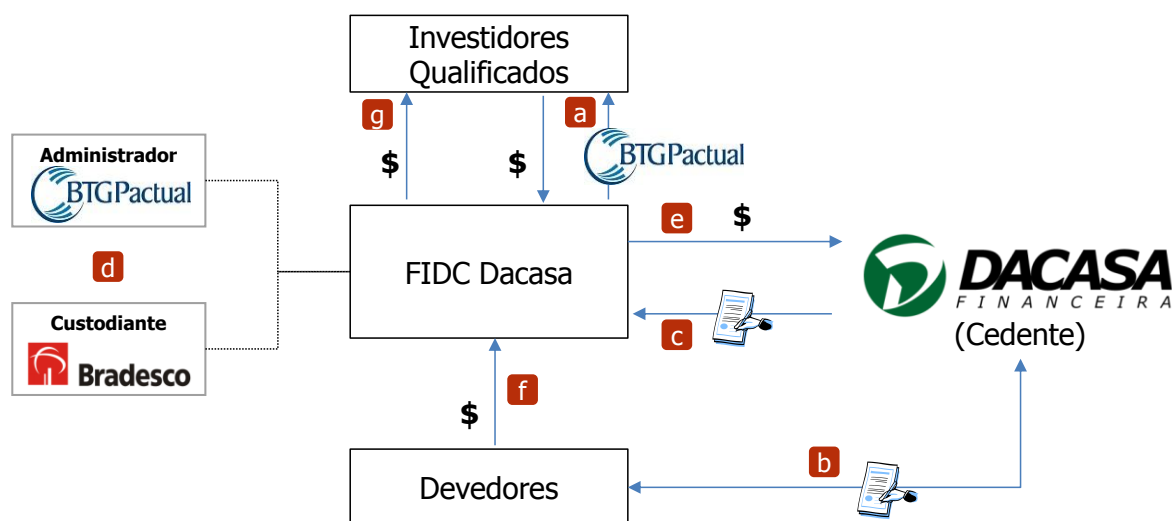
A convocação da Assembleia Geral deve ser feita mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, na qual devem constar dia, hora e local de realização da Assembleia Geral e os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas.

Não se realizando a Assembleia Geral, deve ser publicado novo anúncio, de segunda convocação, ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, com antecedência mínima de 5 dias.

Descrição detalhada das competências, dos procedimentos de convocação e dos quóruns de instalação e deliberação da Assembleia Geral consta do item “Características gerais do Fundo – Assembleia Geral”, na página 59 abaixo.

Fluxograma da securitização



- O Fundo emite, o Coordenador Líder distribui e os Investidores Qualificados subscrevem e integralizam as Cotas Seniores. As Cotas Subordinadas são subscritas pela Cedente.
- A Cedente concede crédito pessoal e/ou crédito direto ao consumidor aos Devedores.
- A Cedente informa ao Fundo quais os Direitos Creditórios pretende ceder, observadas as Condições de Cessão.
- O Custodiante verifica os Critérios de Elegibilidade e informe à Cedente quais os Direitos Creditórios são passíveis de cessão. A Instituição Administradora envia para o Custodiante instrução de pagamento da cessão.
- O Fundo compra os Direitos Creditórios da Cedente e se torna titular dos Direitos Creditórios.
- Os Devedores realizam o pagamento dos Direitos Creditórios diretamente na conta corrente do Fundo.
- O Fundo efetua a amortização das Cotas Seniores.

CONDIÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO

Procedimentos de Distribuição

O Coordenador Líder distribuirá publicamente, sob o regime de melhores esforços e de garantia firme de colocação, observada a condição suspensiva de colocação nos termos do Contrato de Colocação, 114.316 Cotas Seniores integrantes da 1ª e/ou da 2ª séries de emissão do Fundo, com valor inicial de R\$1.000,00 cada, perfazendo valor total de R\$114.316.000,00, na Data de Subscrição Inicial (incluídas as 816 Cotas Seniores do Lote Suplementar, todas correspondentes a Cotas Seniores da 2ª Série). A quantidade de Séries objeto da Oferta e a quantidade de Cotas Seniores da 1ª Série e/ou da 2ª Série foram definidas no Procedimento de *Bookbuilding*, em sistema de vasos comunicantes (“Sistema de Vasos Comunicantes”).

As Cotas Seniores somente poderão ser subscritas e integralizadas por Investidores Qualificados.

Não haverá lotes máximos, nem recebimento de reservas antecipadas, devendo ser assegurado tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da Oferta.

Não serão constituídos fundos de liquidez nem celebrados contratos de estabilização de preços e/ou de garantia de liquidez para as Cotas Seniores.

O valor mínimo para aquisição de Cotas Seniores será de R\$25.000,00.

A Instituição Administradora autorizou o Coordenador Líder a organizar plano de distribuição, que teve ênfase em clientes com os quais o Coordenador Líder e/ou eventuais coordenadores contratados já tenham relação comercial, principalmente investidores institucionais, como fundos de pensão e fundos de investimento em geral, podendo também ser atendidas pessoas físicas e jurídicas, desde que sejam Investidores Qualificados. Foram realizadas visitas individuais a potenciais investidores (*one-on-ones*), apresentações a grupo de investidores (*road show*), devendo, o Coordenador Líder e/ou eventuais coordenadores contratados, assegurar que o tratamento aos destinatários e aceitantes da Oferta seja justo e equitativo e a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes.

Cronograma de Etapas da Oferta

A divulgação da Oferta ocorreu por meio da publicação do Aviso ao Mercado, e dar-se-á também por meio da publicação do Anúncio de Início no jornal Valor Econômico ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400.

Encontra-se abaixo cronograma indicativo das etapas da distribuição, informando seus principais eventos:

Ordem dos

Eventos	Eventos	Data*
1.	Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM	3 de outubro de 2012
2.	Envio de Ofício de Exigências pela CVM	1º de novembro de 2012
3.	Protocolo de atendimento às exigências na CVM e retomada da análise do pedido de registro	22 de abril de 2013
4.	Disponibilização do Prospecto Preliminar	23 de abril de 2013
5.	Publicação do Aviso ao Mercado	23 de abril de 2013
6.	Início das apresentações a potenciais investidores	23 de abril de 2013
7.	Envio de Ofício de Exigências pela CVM	4 de junho de 2013
8.	Coleta de intenções e fixação da remuneração (<i>bookbuilding</i>)	11 de junho de 2013
9.	Protocolo de atendimento às exigências na CVM	21 de junho de 2013
10.	Obtenção do registro da Oferta na CVM	28 de junho de 2013
11.	Publicação do Anúncio de Início	1º de julho de 2013
12.	Disponibilização do Prospecto Definitivo	1º de julho de 2013
13.	Liquidação da Oferta	2 de julho de 2013
14.	Publicação do Anúncio de Encerramento	3 de julho de 2013

* As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e adiamentos, sem aviso prévio, a critério da Instituição Administradora, do Coordenador Líder e da CVM

Na hipótese de modificação significativa das condições da Oferta indicadas no Prospecto Preliminar em relação ao Prospecto Definitivo, os investidores que já tiverem aderido à Oferta terão que confirmar seu interesse em manter a sua aceitação no prazo máximo de 5 Dias Úteis contados do recebimento da comunicação do Coordenador Líder. A manutenção da aceitação será presumida em caso de silêncio.

Coleta de intenções de investimento (Procedimento de *Bookbuilding*)

Foi adotado o Procedimento de *Bookbuilding*, organizado pelo Coordenador Líder, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes máximos, para a definição, pela Instituição Administradora, da rentabilidade alvo final para cálculo da remuneração das Cotas Seniores.

Após (i) a verificação do cumprimento das Condições Precedentes pelo Coordenador Líder, (ii) a realização do protocolo do pedido de registro da Oferta perante a CVM; (iii) a publicação do Aviso ao Mercado; e (iv) a divulgação ao mercado do Prospecto Preliminar, o Coordenador Líder, realizou o Procedimento de *Bookbuilding*, organizado por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03, sem recebimento de reservas, sem lotes máximos, para a definição, pelo Coordenador Líder, (i) da quantidade de Séries objeto da Oferta; (ii) da quantidade de Cotas Seniores da 1ª Série e/ou de Cotas Seniores da 2ª Série a serem emitidas, observado o volume total da Oferta, em Sistema de Vasos Comunicantes; e (iii) da rentabilidade-alvo final para cálculo da remuneração das Cotas Seniores.

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi divulgado nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 e ratificado por meio dos Suplementos.

Início e Encerramento da Distribuição

A colocação e subscrição das Cotas Seniores somente terá início após: (i) o registro da distribuição de Cotas Seniores e do Fundo pela CVM; (ii) disponibilização do Prospecto Definitivo; e (iii) a publicação do Anúncio de Início de distribuição das Cotas Seniores.

As Cotas Seniores deverão ser totalmente subscritas no prazo máximo de 6 meses a contar da data de publicação do Anúncio de Início, em atendimento ao disposto na Instrução CVM 356, observado que a Instituição Administradora poderá solicitar à CVM prorrogação do prazo acima referido nos termos da regulamentação aplicável, sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral, conforme descrito no Regulamento.

A Oferta não será condicionada à distribuição de um montante mínimo de Cotas Seniores.

As Cotas Seniores que não forem subscritas no Prazo de Colocação, nem sejam objeto do exercício da Garantia Firme de subscrição prestada pelo Coordenador Líder, serão canceladas pela Instituição Administradora, nos termos do Regulamento.

Divulgação de Anúncios Relacionados à Distribuição

Todos os anúncios, avisos, atos e decisões decorrentes desta Oferta que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos investidores, serão publicados no jornal Valor Econômico ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente.

Manifestação de Aceitação ou de Revogação da Aceitação

A aceitação dos investidores dar-se-á de acordo com os procedimentos dos mercados em que as Cotas Seniores estão registradas para negociação. A revogação da aceitação pelo investidor, por sua vez, somente poderá ocorrer nas hipóteses expressamente previstas na Instrução CVM 400, e deverá se dar mediante carta protocolada na sede do Coordenador Líder até o 5º Dia Útil posterior à publicação de aviso ou após ser informado sobre a modificação ou suspensão da oferta.

Modificação, Suspensão e Cancelamento da Oferta

A eventual modificação ou revogação da Oferta será imediatamente divulgada pelo Coordenador Líder aos investidores, pelos mesmos meios utilizados para divulgação do Anúncio de Início.

Na hipótese de (i) a Oferta ser cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta ser revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400; ou (iii) o Contrato de Colocação ser resilido, todos os atos de aceitação serão cancelados e o Coordenador Líder comunicará aos investidores o cancelamento da Oferta, que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de Aviso ao Mercado.

Na hipótese de (i) divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; (ii) a Oferta ser suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; e/ou (i) a Oferta ser modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão ao Coordenador Líder (a) até as 16 horas do 5º Dia Útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (i) acima; e (b) até as 16 horas do 5º Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, no caso das alíneas (ii) e (iii) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação.

Devolução e Reembolso aos Investidores

Observado o disposto no parágrafo subsequente, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Cotas Seniores adquiridas: (i) todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento; e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, mediante carta protocolada na sede do Coordenador Líder, na hipótese de suspensão ou modificação. Para a restituição referida acima, serão utilizados os procedimentos adotados pelo respectivo mercado em que as Cotas Seniores estão registradas para negociação. A restituição dos valores devidos aos investidores deverá ocorrer em até 5 Dias Úteis contados da publicação do Aviso ao Mercado informando sobre a modificação, suspensão ou cancelamento da oferta, e que deverá conter o procedimento de restituição.

Caso a Oferta não seja finalizada, por qualquer motivo, os recursos eventualmente depositados por investidores com relação às Cotas Seniores deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes, ficando, porém, estabelecido que esses recursos serão devolvidos aos investidores sem adição de juros ou correção monetária, e deduzidos eventuais tributos incidentes. O aqui disposto se aplica, também, se for o caso, aos investidores que condicionarem sua adesão à distribuição quando da assinatura dos respectivos recibos de aquisição, caso essa condição não seja satisfeita quando do encerramento da Oferta.

Distribuição Parcial

As Cotas Seniores da 1ª Série e as Cotas Seniores da 2ª Série serão distribuídas pelo Coordenador Líder (e eventuais coordenadores contratados) sob o regime de melhores esforços de colocação e de garantia firme de subscrição, observados a a condição suspensiva de colocação nos termos do Contrato de Colocação e o Valor Máximo da Garantia Firme. Em razão disso, poderá haver distribuição parcial das Cotas Seniores da 1ª Série e/ou das Cotas Seniores da 2ª Série. O investidor poderá, a seu critério, quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, condicionar sua adesão à Oferta a que haja distribuição (i) da totalidade das Cotas Seniores ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Cotas Seniores. Nos termos do artigo 31, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, na falta da manifestação, será presumido o interesse do investidor em receber a totalidade dos valores mobiliários por ele subscritos.

Caso ocorra a distribuição parcial aqui referida, as Cotas Seniores que não forem efetivamente subscritas e integralizadas durante o período de distribuição não serão emitidas.

Distribuição, Aquisição e Negociação das Cotas Seniores

O Coordenador Líder realizará a colocação e distribuição da totalidade das Cotas Seniores sob regime de melhores esforços de colocação e sob o regime de garantia firme de subscrição, durante o Prazo de Colocação.

O prazo máximo para distribuição pública das Cotas Seniores será de 6 meses, a contar da data da publicação do Anúncio de Início.

Observada a condição suspensiva de colocação nos termos do Contrato de Colocação, as Cotas Seniores não colocadas até a data de exercício da Garantia Firme, isto é, até o Dia Útil seguinte à publicação do Anúncio de Início, serão subscritas e integralizadas pelo Coordenador Líder, até o limite de 40.000 Cotas Seniores.

Após o término do Prazo de Colocação, as Cotas Seniores que não tenham sido colocadas nem objeto do exercício da Garantia Firme serão canceladas, não havendo obrigação do Coordenador Líder em sua subscrição e integralização.

O exercício da Garantia Firme está sujeito à condição suspensiva de colocação, até a data de exercício da Garantia Firme, do montante mínimo de 80.000 Cotas Seniores, perfazendo, na Data de Subscrição Inicial, o valor total de R\$80.000.000,00. Deste modo, caso, até a data de exercício da Garantia Firme, não tenham sido colocadas Cotas Seniores no montante mínimo ora previsto, o Coordenador Líder ficará integralmente liberado de suas obrigações relativas à Garantia Firme, independentemente de notificação ou comunicação de ou para a Instituição Administradora ou a Cedente.

Sem prejuízo do disposto acima, as Cotas Seniores serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição pelos Investidores Qualificados, respeitado o Prazo de Colocação e as condições do Contrato de Colocação, do Regulamento e do Contrato de Cessão.

As Cotas Seniores somente serão subscritas e integralizadas depois de subscritas e integralizadas as Cotas Subordinadas, de forma que o Fundo atenda, na forma prevista no Regulamento, à Relação Mínima.

Observado o disposto acima, os Investidores Qualificados poderão subscrever as Cotas Seniores a partir do 1º Dia Útil do Prazo de Colocação, no qual se dará a publicação do Anúncio de Início.

As Cotas Seniores serão subscritas de acordo com os procedimentos do Módulo de Distribuição de Ativos – MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Cotas Seniores.

O preço de integralização das Cotas Seniores será calculado de acordo com o que vier a ser estabelecido no Regulamento e será pago à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição pelos Investidores Qualificados, por qualquer mecanismo de transferência de recursos imediatamente disponíveis autorizado pelo Banco Central do Brasil, para a conta corrente de titularidade do Fundo indicada pela Instituição Administradora, servindo o comprovante da transferência como recibo de quitação.

As Cotas Seniores foram registradas para negociação no mercado secundário no SF – Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

No ato de subscrição das Cotas Seniores, o subscritor (i) assinará o Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco e o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Coordenador Líder; e (ii) indicará um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações enviadas pelo Coordenador Líder, pela Instituição Administradora, pela Gestora ou pelo Custodiante nos termos do Regulamento. No ato de subscrição, o subscritor das referidas Cotas Seniores ainda entregará declaração de investidor qualificado prevista na Instrução CVM 409.

No ato de subscrição das Cotas Seniores, o Coordenador Líder e a Instituição Administradora deverão, conforme o caso, entregar ao subscritor exemplar atualizado do Regulamento, dos Suplementos e do Prospecto Definitivo, enquanto a Instituição Administradora deverá (i) obter a assinatura do subscritor no Termo Adesão ao Regulamento, incluindo declaração de investidor qualificado, e no boletim individual de subscrição respectivo; e (ii) obter do subscritor cópia de documentos.

Cotas Seniores Adicionais e Cotas Seniores do Lote Suplementar

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, o Fundo concedeu ao Coordenador Líder a opção para distribuição de um lote suplementar de Cotas Seniores da 1ª Série e/ou de Cotas Seniores da 2ª Série, em volume equivalente a até 15% do volume total da Oferta, sem contar as Cotas Seniores Adicionais, ou seja, em até 17.025 Cotas Seniores do Lote Suplementar, nas mesmas condições das Cotas Seniores inicialmente ofertadas, destinadas exclusivamente a atender eventual excesso de demanda que eventualmente fosse constatado no decorrer da Oferta. Foram emitidas 816 Cotas Seniores do Lote Suplementar, todas correspondentes a Cotas Seniores da 2ª Série.

A Instituição Administradora concordou que, caso houvesse demanda pelas Cotas Seniores, o Coordenador Líder, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, poderia aumentar, em até 20%, a quantidade de Cotas Seniores da 1ª Série e/ou de Cotas Seniores da 2ª Série inicialmente ofertada (sem considerar as Cotas Seniores do Lote Suplementar), ou seja, em até 22.700 Cotas Seniores Adicionais, nas mesmas condições das Cotas Seniores inicialmente ofertadas. Não foram emitidas Cotas Seniores Adicionais.

As Cotas Seniores Adicionais e as Cotas Seniores do Lote Suplementar não serão objeto da Garantia Firme.

Cotas Subordinadas

Adicionalmente, serão emitidas Cotas Subordinadas em volume suficiente para o atendimento da Relação Mínima, que serão subscritas pela Cedente. Na hipótese de emissão de Cotas Seniores Adicionais e/ou de Cotas Seniores do Lote Suplementar, serão emitidas Cotas Subordinadas adicionais, em número suficiente para o atendimento da Relação Mínima. As Cotas Subordinadas serão objeto de subscrição privada pela Cedente, nos termos do Contrato de Cessão.

As Cotas Subordinadas não integram a presente Oferta.

As Cotas Subordinadas serão subscritas exclusivamente pela Cedente e não poderão ser objeto de negociação, transferência ou qualquer forma de alienação pela Cedente.

Demonstrativo do Custo da Distribuição

Segue abaixo tabela com o custo máximo da distribuição das Cotas Seniores:

Custos	Montante (em R\$)	Percentual em relação ao valor total da emissão
Despesas de registro na CVM	165.740,00	0,145%
Despesas de registro na ANBIMA	7.500,00	0,006%
Classificação de Risco	45.000,00	0,039%
Remuneração do Coordenador Líder	2.084.419,08	1,823%
Comissão de Estruturação e Distribuição	1.581.571,66	1,383%
Comissão de Sucesso*	502.847,42	0,440%
Prêmio de Garantia Firme**	0	0%
Assessores Legais	80.000,00	0,070%
Material Publicitário***	30.000,00	0,026%
Total	2.412.779,33	2,110%

* Sem considerar as Cotas Seniores Adicionais e as Cotas Seniores do Lote Suplementar. No caso de redução da taxa das Cotas Seniores durante o Procedimento de Bookbuilding, o Coordenador Líder fará jus a uma comissão de sucesso equivalente a 20% do valor presente da economia gerada pela redução da taxa final apurada no Procedimento de Bookbuilding e a taxa máxima da remuneração inicialmente ofertada.

** Equivalente a uma taxa de 2,03% sobre o montante de Cotas Seniores objeto de garantia firme, limitado a R\$40.000.000,00, caso fosse exercida.

*** Valores estimados.

Custo Unitário de Distribuição

A tabela a seguir apresenta o custo unitário de distribuição das Cotas Seniores:

Custo unitário de Distribuição das Cotas Seniores	
Custo Total da Distribuição	R\$2.412.779,33
Número de Cotas Seniores	114.316
Custo de Distribuição por Cota	R\$21,10
Custo Percentual Unitário	2,110%

Ressalte-se que o Coordenador Líder foi contratado para realizar a distribuição pública das Cotas Seniores por meio do Contrato de Colocação, cuja cópia encontra-se disponível para consulta na sede do Coordenador Líder.

Os custos de distribuição indicados acima serão arcados pela Cedente.

FATORES DE RISCO

O investimento em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios envolve uma série de riscos que devem ser observados pelo potencial investidor. Esses riscos envolvem fatores de liquidez, crédito, mercado, regulamentação específica, entre outros, que se relacionam tanto ao Fundo como às próprias Cotas. O potencial investidor deve ler cuidadosamente todas as informações deste Prospecto Definitivo e do Regulamento antes de tomar a decisão de investimento nas Cotas.

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado, a riscos de crédito, operacionais, das contrapartes das operações contratadas pelo Fundo, assim como a riscos de outras naturezas, podendo, assim, gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Instituição Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas, não podendo a Cedente, a Instituição Administradora, a Gestora, o Custodiante ou qualquer de suas Afiliadas, em hipótese alguma, ser responsabilizados, entre outros eventos, por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou por eventuais prejuízos incorridos pelos Cotistas quando da amortização ou resgate de suas Cotas, nos termos do Regulamento.

O investidor, antes de adquirir as Cotas do Fundo, deve ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.

Riscos de Mercado

Flutuação de Preços dos Ativos

Os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de ativos que componham a carteira do Fundo. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial, levando à redução do patrimônio do Fundo e, consequentemente, a prejuízos por parte dos Cotistas.

Descasamento de Taxas

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados a taxas prefixadas. A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores da 1ª Série tem como parâmetro a Taxa DI. Assim, nas hipóteses de aumento substancial da Taxa DI, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores da 1ª Série, sendo que nem o Fundo, nem a Gestora ou a Instituição Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas.

Alteração da Política Econômica

O Fundo, os Direitos Creditórios, os Outros Ativos, a Cedente e os Devedores estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, consequentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. A condição financeira dos Devedores, os Direitos Creditórios, os Outros Ativos, bem como a originação e pagamento dos Direitos Creditórios podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil ou os mercados internacionais. As medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente a condição financeira dos Devedores, bem como a liquidação dos Direitos Creditórios, podendo impactar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo e a rentabilidade das Cotas. Os Direitos Creditórios e Outros Ativos estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Direitos Creditórios e Outros Ativos poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Direitos Creditórios e Outros Ativos sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Dessa forma, as oscilações acima referidas podem impactar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo e a rentabilidade das Cotas.

Riscos de Crédito

Fatores Macroeconômicos

Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios, dependerá da solvência dos respectivos Devedores para distribuição de rendimentos aos Cotistas. A solvência dos Devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico, etc. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver o aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios, afetando negativamente seus resultados e/ou provocando perdas patrimoniais.

Morte do Devedor

Com a morte do Devedor, responde pelo saldo a pagar do empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo *de cujus*, que pode se mostrar insuficiente. Nesse caso, pode haver inadimplência das obrigações decorrentes do empréstimo contraído, o que ocasionaria redução da rentabilidade do Fundo ou até perda patrimonial.

Cobrança Judicial e Extrajudicial

No caso de os Devedores inadimplirem as obrigações dos pagamentos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Nada garante, contudo, que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, recuperando para o Fundo o total dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo.

Política de Concessão de Crédito

A política de concessão de crédito para a seleção dos Devedores por parte da Cedente não garante eliminação do risco de crédito dos Devedores. Em caso de inadimplemento dos Direitos Creditórios pelos Devedores em virtude de deficiências na política de concessão de crédito adotada pelo Cedente, poderá haver perdas patrimoniais para o Fundo.

Riscos de Liquidez

Fundo Fechado e Mercado Secundário

O Fundo será constituído sob a forma de condomínio fechado, sendo que as Cotas Seniores só poderão ser resgatadas ao término do prazo de duração de cada Série. Assim, caso o Cotista, por qualquer motivo, decida alienar suas Cotas antes de encerrado referido prazo, terá que fazê-lo no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar a venda das Cotas ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao Cotista.

Liquidez das Cotas de Cada Série

Se, após concluído o Procedimento de Bookbuilding, uma das Séries de Cotas Seniores apresentar demanda inferior àquela esperada pelo Coordenador Líder, as Cotas integrantes da referida Série poderão ter sua liquidez reduzida, o que pode dificultar a negociação das Cotas ou ocasionar perda de patrimônio ao Cotista.

Risco de Aplicação em Direitos Creditórios

O Fundo deve aplicar seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. A aplicação em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento de renda fixa. Não existe, no Brasil, por exemplo, mercado ativo para compra e venda de Direitos Creditórios. Assim, caso seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, como nas hipóteses de liquidação antecipada previstas no Regulamento, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio ao Fundo.

Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo

O Fundo poderá ser liquidado conforme o disposto no item “Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo”, na página 62 abaixo. Ocorrendo a liquidação, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas em hipótese de, por exemplo, o adimplemento dos Direitos Creditórios do Fundo ainda não ser exigível dos Devedores. Neste caso, o pagamento aos Cotistas ficaria condicionado: (i) ao vencimento e pagamento pelos Devedores dos Direitos Creditórios do Fundo; (ii) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, com risco de deságio capaz de comprometer a rentabilidade do Fundo; ou (iii) ao resgate de Cotas Seniores em Direitos Creditórios, exclusivamente nas hipóteses de liquidação antecipada do Fundo. Nas três situações, os Cotistas podem sofrer prejuízos patrimoniais.

Riscos Proveniente da Ausência da Utilização de Derivativos

O Fundo não está autorizado a contratar operações de derivativos. Dessa forma, não poderá utilizar tais instrumentos com o objetivo de mitigar descasamento de taxas prefixadas incidentes sobre os Direitos Creditórios e o parâmetro de rentabilidade das Cotas Seniores.

Riscos Específicos

Riscos Operacionais

Falhas do Agente Cobrador

Cabe à Cedente e a eventuais agentes cobradores contratados aferir o correto recebimento dos recursos e verificar a inadimplência dos Direitos Creditórios. Assim, qualquer falha de procedimento da Cedente e agentes subcontratados poderá acarretar menor recebimento dos recursos devidos pelos Devedores. Adicionalmente, não há garantias de que os créditos inadimplidos serão plenamente recuperados. Isto levaria à queda da rentabilidade do Fundo, ou até à perda patrimonial.

Repasse da Cedente

A Cedente foi contratada pela Instituição Administradora, com anuência do Custodiante, para realizar a cobrança dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios inadimplidos, devendo direcionar os pagamentos respectivos diretamente à conta corrente do Fundo. Em caso de eventual pagamento pelo Devedor diretamente à Cedente, o repasse dos recursos ao Fundo pode atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como problemas operacionais internos da Cedente, ou intervenção ou liquidação extrajudicial. Se isso ocorrer, a rentabilidade do Fundo pode ser reduzida, assim como seu patrimônio.

Guarda da Documentação

A guarda da documentação física representativa dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo será contratada de terceiro para a prestação destes serviços. A guarda desses documentos pelo Depositário contratado poderá representar dificuldade operacional para a eventual verificação, pelo Custodiante, da constituição e performance dos créditos cedidos, podendo gerar perdas ao Fundo e, consequentemente, aos seus Cotistas.

Impossibilidade da prestação de serviços de cobrança

Caso ocorra a rescisão do Contrato de Cessão ou do Contrato de Cobrança, os procedimentos relativos à cobrança de valores relativos a Direitos Creditórios inadimplidos para o Fundo poderão ser negativamente afetados até que a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, promova (i) a nomeação de instituições substitutas capazes de executar os procedimentos que porventura tenham sido descontinuados e/ou (ii) a instauração de procedimentos alternativos de cobrança de Direitos Creditórios inadimplidos. A Instituição Administradora encontra-se impossibilitada de determinar o intervalo de tempo necessário para a escolha e contratação destes novos agentes e/ou a implementação dos referidos procedimentos.

Riscos de Descontinuidade

Risco de Liquidação Antecipada do Fundo

Nas hipóteses previstas no item “Características gerais do Fundo - Liquidação do Fundo”, na página 62 abaixo, poderá ocorrer a liquidação antecipada do Fundo. Nesse caso, os recursos do Fundo podem ser insuficientes e os Cotistas poderão estar sujeitos aos riscos descritos no item “Fatores de Risco - Riscos de Liquidez - Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo”, na página 33 acima.

Riscos da Originadora e de Originação

Risco de Rescisão do Contrato de Cessão e Originação de Direitos Creditórios

A Cedente, sem prejuízo das penalidades previstas no Contrato de Cessão, pode, a qualquer momento, deixar de ceder Direitos Creditórios ao Fundo. Assim, a existência do Fundo está condicionada à continuidade das operações da Cedente com Direitos Creditórios elegíveis nos termos do Regulamento, inclusive em volume suficiente para alcançar a meta de rentabilidade das Cotas Seniores, bem como à vontade unilateral da Cedente em ceder Direitos Creditórios ao Fundo.

Outros Riscos

Risco de Amortização Condicionada

As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização de suas Cotas decorrem da liquidação (i) dos Direitos Creditórios ou (ii) dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo. Assim, tendo em vista a inexistência de coobrigação ou direito de regresso contra quaisquer terceiros com relação ao pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos, ocorrendo inadimplemento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar a amortização e/ou o resgate, em moeda corrente nacional, de suas Cotas.

Risco de Amortização de Cotas na Medida da Liquidação dos Ativos Integrantes da Carteira do Fundo e da Inexistência de Mercado Secundário para os Direitos Creditórios

O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos integrantes de sua carteira e, conforme o caso, aos mercados em que são negociados, incluindo a existência de vedações e/ou eventual impossibilidade de a Instituição Administradora alienar os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Em decorrência do risco acima identificado e considerando-se que o Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Cotas, em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo sejam devidamente pagos, e que as verbas recebidas sejam depositadas na conta do Fundo, a Instituição Administradora encontra-se impossibilitada de determinar o intervalo de tempo necessário para a amortização ou o resgate integral das Cotas. O valor de amortização das Cotas Seniores continuará a ser atualizado até a data de seu efetivo pagamento, sempre até o limite do Patrimônio Líquido, não sendo devido pelo Fundo ou por qualquer pessoa, inclusive a Cedente, a Instituição Administradora, a Gestora e o Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade caso o referido evento prolongue-se por prazo indeterminado ou não possa, por qualquer motivo, ser realizado. Ademais, o resgate das Cotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios, observados os procedimentos definidos no Regulamento. Nessa hipótese, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para alienar os Direitos Creditórios recebidos em dação e/ou cobrar os valores devidos pelos Devedores.

Risco de Amortização Não Programada de Cotas Seniores

Observados os procedimentos definidos no Regulamento, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas antecipadamente pelo Fundo. Nesta hipótese, os titulares das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas poderão vir a sofrer perdas caso, por exemplo, não consigam reinvestir os recursos pagos pelo Fundo, decorrentes da amortização antecipada de suas Cotas, nos mesmos termos e condições das respectivas Cotas. Ademais, a ocorrência do evento acima identificado poderá afetar a programação de fluxo de caixa do Fundo e, consequentemente, os pagamentos aos titulares de Cotas.

Risco de Ausência de Notificação aos Devedores

A cessão de crédito objeto do Contrato de Cessão não será objeto de notificação prévia aos Devedores, contendo instruções para que efetuem o pagamento dos valores devidos diretamente ao Fundo. Os Devedores não estarão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios cedidos diretamente ao Fundo até que sejam notificados da referida cessão. Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente encontra-se obrigado a notificar o Devedor da cessão dos respectivos Direitos Creditórios ao Fundo, antes de o Fundo promover a cobrança judicial dos Direitos Creditórios (i) por solicitação da Instituição Administradora, e/ou (ii) na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada. O descumprimento, pela Cedente, das obrigações acima referidas poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas.

Riscos Associados aos Outros Ativos

O Fundo poderá, observada a política de investimento prevista no Regulamento, alocar parcela de seu Patrimônio Líquido em Outros Ativos, os quais se encontram sujeitos a riscos que podem afetar negativamente o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Cotistas. Dentre tais riscos, destacam-se: (i) os Outros Ativos sujeitam-se à capacidade de seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal; (ii) na hipótese de incapacidade financeira ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Outros Ativos (ou das contrapartes nas operações realizadas para composição da carteira do Fundo), o Fundo poderá sofrer perdas, podendo, inclusive, incorrer em custos para conseguir recuperar seus créditos; (iii) alterações nas condições financeiras dos emissores dos Outros Ativos e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições podem acarretar impactos significativos de seus preços e liquidez no mercado secundário; e (iv) os preços e a liquidez dos Outros Ativos no mercado secundário também podem ser impactados por alterações do padrão de comportamento dos participantes do mercado, independentemente de alterações significativas das condições financeiras de seus emissores, em decorrência de mudanças, ou da expectativa de mudanças, do contexto econômico e/ou político nacional e/ou internacional, sendo que o Fundo, a Instituição Administradora, a Gestora e o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé de sua parte, serão responsabilizados por qualquer depreciação do valor dos Outros Ativos ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Cotas.

Risco de Não Afetação do Patrimônio Líquido do Fundo

Os ativos integrantes da carteira do Fundo não se encontram vinculados ao pagamento de qualquer Série de Cotas Seniores específica. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação Antecipada, amortização e/ou de resgate de Cotas Seniores, não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Cotas Seniores.

Risco de Intervenção ou Liquidação do Custodiante

O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e não serem recuperados para o Fundo, o que afetaria sua rentabilidade e poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio.

Risco de Redução das Cotas Subordinadas

O Fundo terá Relação Mínima admitida entre o seu Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores de 143%. Por diversos motivos, tais como inadimplência dos Devedores e problemas de repasse de recursos ao Fundo, as Cotas Subordinadas poderão ter seu valor reduzido. Caso as Cotas Subordinadas tenham seu valor reduzido a zero, as Cotas Seniores passarão a arcar com eventuais prejuízos do Fundo, o que poderá causar perda de patrimônio aos seus detentores.

Risco de Concentração

O risco da aplicação no Fundo terá grande relação com a concentração (i) dos Direitos Creditórios, devidos por um mesmo Devedor ou grupos de Devedores; e (ii) em Outros Ativos de responsabilidade de um mesmo emissor, sendo que, quanto maior for a concentração, maior será a chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Cotas.

Risco de Alteração do Regulamento

O Regulamento, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente da realização de Assembleia Geral. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

Risco de Despesas com a Defesa dos Direitos dos Cotistas Seniores

Caso o Fundo não possua recursos disponíveis suficientes para a adoção e manutenção dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos titulares das Cotas Seniores, reunidos em Assembleia Geral, poderão aprovar aporte de recursos ao Fundo para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. Nesses casos, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Instituição Administradora antes do recebimento integral de tal adiantamento e da assunção pelos titulares das Cotas Seniores do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado. Na hipótese de a maioria dos Cotistas Seniores não aprovarem referido aporte de recursos, considerando que a Instituição Administradora, a Gestora, o Custodiante, a Cedente, seus administradores, empregados e demais prepostos não se responsabilizarão por danos ou prejuízos sofridos em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de direitos, garantias e prerrogativas do Fundo, o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente.

Risco de Governança

O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Regulamento, emitir novas Cotas, mediante a aprovação dos Cotistas Seniores e dos Cotistas Subordinados, em votações apartadas, conforme disposto no Regulamento. Na hipótese de emissão de novas Cotas, não será assegurado direito de preferência para os atuais Cotistas do Fundo, podendo haver diluição dos direitos políticos dos titulares das Cotas da mesma classe que já estejam em circulação na ocasião.

Riscos Relacionados ao Pagamento Antecipado de Direitos Creditórios

Os Devedores podem pagar antecipadamente, ainda que sem descontos, os Direitos Creditórios. Tais pagamentos antecipados podem alterar o cronograma de recebimento de recursos estruturado pelo Fundo, e, consequentemente, o fluxo de compra e venda de Direitos Creditórios. O recebimento antecipado de recursos pelo Fundo pode, ainda, resultar no acúmulo de recursos em um período no qual estes recursos não eram esperados, bem como na ausência de recebimento ou no recebimento em quantidade inferior de recursos e/ou em datas posteriores às previstas inicialmente, o que poderá resultar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas.

Risco de Ausência de Aquisição Constante de Direitos Creditórios

O Cedente não se encontra obrigado a ceder Direitos Creditórios ao Fundo. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios pelo Cedente ao Fundo.

Invalidade ou Ineficácia da Cessão de Direitos Creditórios

Com relação à Cedente, a cessão de Direitos Creditórios pode ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o Patrimônio Líquido, caso seja realizada em:

- i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão a Cedente estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
- ii) fraude de execução, caso (a) quando da cessão a Cedente fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos pendesse demanda judicial fundada em direito real; e
- iii) fraude à execução fiscal, se a Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito com a Fazenda Pública por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal.

Risco de Portabilidade dos Direitos Creditórios

É facultada aos Devedores a quitação antecipada dos Mútuos mediante contratação de novo empréstimo pessoal ou crédito direto ao consumidor junto a outra instituição financeira, nos termos da Resolução nº 3.401, de 6 de setembro de 2006, do CMN, e demais regras aplicáveis. Caso isto venha a ocorrer em volume significativo, os fluxos de pagamento dos Direitos Creditórios inicialmente previstos serão afetados e poderá haver perdas patrimoniais para o Fundo.

Risco de Fungibilidade de Recursos do Fundo e do Cedente

Tendo em vista que não haverá trânsito de recursos relativos aos pagamentos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo por conta do Cedente, não há risco de fungibilidade de recursos do Fundo e do Cedente.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

Base Legal e Classificação ANBIMA

O Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios, regulado pela Resolução CMN nº 2.907/01 e pela Instrução CVM 356, conforme alterada. O Fundo possui a classificação ANBIMA de FIDC Financeiro, com Foco de Atuação: Crédito Pessoal.

Objeto

O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios oriundos de empréstimos pessoais e crédito direto ao consumidor concedidos pela Dacasa Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento a pessoas físicas.

Objetivo de Investimento

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Cotistas, observada a política de investimento, a composição e diversificação de carteira, a valorização de suas Cotas por meio da aquisição (i) de Direitos Creditórios; e (ii) Outros Ativos.

O Fundo tem o objetivo de proporcionar às Cotas Seniores da 1ª Série, quando da amortização e/ou resgate das Cotas, rentabilidade referencial correspondente a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de *spread*, ou sobretaxa, de 3,25% ao ano, base 252 Dias Úteis; e às Cotas Seniores da 2ª Série, quando da amortização ou resgate das Cotas, rentabilidade referencial correspondente a 100% da variação do IPCA, acrescida de taxa de juros de 7,10% ao ano, base 252 Dias Úteis.

Forma de Constituição

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração de cada Série ou classe de Cotas ou em virtude de sua liquidação, sendo admitida a amortização das Cotas.

Prazo de Duração

Prazo de Duração do Fundo

O Fundo tem prazo de duração indeterminado. O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente nas hipóteses previstas no item “Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo”, na página 62 deste Prospecto Definitivo, ou por deliberação da Assembleia Geral. Cada Série terá a duração especificada no respectivo Suplemento.

Prazo de Duração da 1ª Série de Cotas Seniores

As Cotas Seniores da 1ª Série terão prazo de 48 meses contados da Data de Subscrição Inicial, ao fim do qual serão resgatadas.

Prazo de Duração da 2ª Série de Cotas Seniores

As Cotas Seniores da 2ª Série terão prazo de 48 meses contados da Data de Subscrição Inicial, ao fim do qual serão resgatadas.

Política de Investimento

Aquisição de Direitos Creditórios

O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios do segmento financeiro, oriundos de empréstimos pessoais e crédito direto ao consumidor concedidos pela Cedente a pessoas físicas.

O Fundo deverá manter, após 90 dias do início de suas atividades, no mínimo 50% e no máximo 99% do Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios.

Os Direitos Creditórios não serão registrados e/ou mantidos em conta depósito ou similar, sendo sua custódia realizada nos termos do Contrato de Cessão.

Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo

O Fundo pode aplicar o remanescente do Patrimônio Líquido exclusivamente em:

- i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e
- iii) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional.

É facultado ao Fundo, ainda, realizar operações compromissadas tendo como lastro os ativos indicados no item (i) acima.

Os Outros Ativos devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida autarquia ou pela CVM. Os Direitos Creditórios não serão registrados e/ou mantidos em conta depósito ou similar, sendo sua custódia realizada nos termos do Contrato de Cessão.

Condições de Cessão dos Direitos Creditórios

Em cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, a Cedente deverá observar, cumulativamente, as seguintes Condições de Cessão:

- i) os Direitos Creditórios deverão ser contratados a taxas de juros pré-fixadas;
- ii) os Mútuos de que são oriundos os Direitos Creditórios deverão prever o pagamento mensal das parcelas devidas à Cedente;
- iii) somente poderão ser cedidos ao Fundo Direitos Creditórios oriundos de Mútuos que não apresentem, na Data de Aquisição, qualquer parcela vencida e não paga;
- iv) para Direitos Creditórios que constituam o primeiro Mútuo entre a Cedente e o Devedor, somente poderão ser cedidos ao Fundo Direitos Creditórios oriundos de Mútuo que apresente, na Data de Aquisição, ao menos a primeira parcela paga;
- v) para Direitos Creditórios devidos por Devedores que já tenham celebrado Mútuo com a Cedente, somente poderão ser cedidos ao Fundo Direitos Creditórios devidos por Devedor que tenha adimplido ao menos a última parcela vencida do último Mútuo celebrado com a Cedente;
- vi) na Data de Aquisição, os Direitos Creditórios deverão encontrar-se livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames;
- vii) o Fundo deverá adquirir todos os Direitos Creditórios vincendos oriundos de um mesmo Mútuo, exceto quando ocorrer aquisição de Direitos Creditórios oriundos de Mútuo cujo vencimento final ocorra após o vencimento da Série mais longa em circulação, hipótese em que deverão ser cedidos todos os Direitos Creditórios oriundos do Mútuo vincendas até a data de vencimento da Série em comento;
- viii) o Devedor não pode encontrar-se inadimplente com nenhuma de suas obrigações junto ao Fundo, nem encontrar-se em atraso superior a 20 dias junto à Cedente;
- ix) não haja qualquer tipo de contestação judicial sobre os Direitos Creditórios;
- x) o Direito Creditório não pode ter sido objeto de renegociação entre a Cedente e o Devedor versando sobre prazo de vencimento ou taxa de remuneração previamente à cessão para o Fundo;
- xi) o pagamento do Direito Creditório deverá ser realizado por meio de boleto bancário;
- xii) exceto em relação aos Direitos Creditórios integrantes da Primeira Carteira de Direitos Creditórios Cedida ao Fundo, na Data de Aquisição, o Devedor dos Direitos Creditórios não poderá estar inscrito no CCF – Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo, nem possuir restrições cadastrais junto aos cadastros creditícios da SPC Brasil; e

- xiii) somente poderão ser cedidos Direitos Creditórios ao Fundo caso, considerada pro forma referida cessão, permaneçam enquadrados os seguintes Limites de Concentração em relação ao prazo de vencimento final dos Mútuos de que são oriundos os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo:

PRAZO ORIGINAL DO MÚTUO	CONCENTRAÇÃO
De 1 (um) a 6 (seis) meses	Mínimo de 16%
De 7 (sete) a 24 (vinte e quatro) meses	Máximo de 84%
De 13 (treze) a 24 (vinte e quatro) meses	Máximo de 27,5%
De 19 (dezenove) a 24 (vinte e quatro) meses	Máximo de 4%

- xiv) os Mútuos de que são oriundos os Direitos Creditórios devem ter vencimento final em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados da data de sua contratação.

O Custodiante, no momento de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, não está obrigado a verificar as Condições de Cessão descritas acima.

Procedimentos para Verificação da validação dos Direitos Creditórios pela Instituição Administradora

A Cedente deverá manter disponíveis para a Instituição Administradora a documentação e as informações que deem suporte à validação dos Direitos Creditórios em relação às Condições de Cessão acima listadas, acompanhadas de relatório descrevendo as eventuais inconsistências verificadas pela Cedente e os Direitos Creditórios cuja cessão ao Fundo, conseqüentemente, não foi realizada.

A Instituição Administradora poderá, a qualquer tempo, solicitar à Cedente a apresentação do relatório e dos documentos e informações mencionados no item anterior, sendo que a Cedente deverá disponibilizá-los em até 2 Dias Úteis contados do recebimento de referida solicitação.

Sem prejuízo do disposto no item anterior, a Instituição Administradora deverá realizar verificação da validação, pela Cedente, dos Direitos Creditórios às Condições de Cessão, ao menos a cada 6 meses.

Caso a Instituição Administradora verifique quaisquer inconsistências na verificação acima referida, deverá comunicar este fato à Cedente, por escrito, para que regularize a validação dos Direitos Creditórios em relação às Condições de Cessão, inclusive mediante o estabelecimento de novas rotinas e procedimentos para a realização de referida validação.

Crítérios de Elegibilidade

O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios que atendam, nas respectivas Datas de Aquisição, individualmente, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- i) considerada *pro forma* a aquisição dos Direitos Creditórios, o respectivo Devedor não poderá ser responsável pelo pagamento, ao Fundo, de valor superior a R\$20.000,00;

- ii) o prazo de vencimento do Direito Creditório, na Data de Aquisição, não poderá ser inferior a 8 dias corridos;
- iii) considerada *pro forma* a aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, os Direitos Creditórios oriundos do segmento “empréstimo pessoal” não poderão representar mais de 65% em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo do último dia imediatamente anterior, e os Direitos Creditórios oriundos do segmento “crédito direto ao consumidor” não poderão representar mais de 65% em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo do último dia imediatamente anterior;
- iv) as informações referentes ao respectivo Direito Creditório tenham sido transmitidas ao Custodiante por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Contrato de Custódia;
- v) o prazo de vencimento dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo não poderá ser superior àquele das Cotas integrantes da Série mais longa em circulação na respectiva Data de Aquisição; e
- vi) não podem ser adquiridos Direitos Creditórios oriundos de Mútuos cujo vencimento final ocorra em prazo igual ou superior a 720 dias corridos da data da respectiva cessão ao Fundo.

Na hipótese de os Direitos Creditórios deixarem de observar quaisquer dos Critérios de Elegibilidade acima descritos após sua aquisição pelo Fundo, não haverá, por parte dos Cotistas, direito de regresso contra a Instituição Administradora, a Gestora, a Cedente ou o Custodiante, salvo na existência de comprovada má fé ou dolo das partes.

Operações Vedadas

Com exceção da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, o Fundo não poderá realizar qualquer outra modalidade de operação financeira, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro ou aquelas compromissadas, em que a Cedente ou quaisquer Afiliadas figurem, direta ou indiretamente, como contrapartes.

O Fundo poderá realizar operações nas quais a Instituição Administradora atue na condição de contraparte do Fundo, desde que com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do Fundo.

O Fundo não poderá realizar:

- i) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial;
- ii) operações de “day-trade”, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo; e
- iii) operações com derivativos.

Política de Voto em Assembleias

A Gestora e a Instituição Administradora adotam política de exercício do direito de voto em assembleias relativas aos títulos e valores mobiliários que confirmam tal direito ao Fundo. Referida política está disposta no seguinte sítio eletrônico, em sua versão integral: https://www.btgpactual.com/home/docs/LC_030_Brasil_AM_Direito_de_Voto.pdf

Outras informações sobre a Política de Investimento

O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios e Outros Ativos de um mesmo devedor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, no limite de 20% de seu Patrimônio Líquido. Referido limite não se aplica a:

- i) títulos públicos federais;
- ii) operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais; e
- iii) cotas de fundos que possuam como política de investimento a alocação exclusiva nos títulos a que se referem os subitens “i” e “ii” acima.

O Fundo não poderá adquirir Direitos Creditórios da Instituição Administradora, do Custodiante e de instituições contratadas como gestor ou consultor especializado do Fundo e respectivas partes relacionadas, de acordo com a definição contábil pertinente.

Observada a política de investimento aqui descrita, o Fundo poderá adquirir Outros Ativos de emissão ou coobrigação da Instituição Administradora, da Gestora, do Custodiante ou de partes a eles relacionadas até o limite de 20% de seu Patrimônio Líquido.

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, da Gestora, do Custodiante ou do FGC. Além disso, o Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. Essas aplicações poderão consistir, dentre outras, na aquisição de Direitos Creditórios ou de títulos de emissão de instituições financeiras privadas que poderão ter rentabilidade inferior à esperada pelo gestor da carteira do Fundo. Tais riscos estão descritos pormenorizadamente no capítulo “Fatores de Risco”, na página 30 deste Prospecto Definitivo, que deve ser lido cuidadosamente pelo investidor antes da aquisição de Cotas Seniores.

A Instituição Administradora envidará seus melhores esforços para adquirir Outros Ativos cujos vencimentos possibilitem que a carteira de investimentos do Fundo seja classificada como de “longo prazo”, para fins de tributação dos Cotistas.

Ordem de Aplicação dos Recursos

A partir da primeira Data de Subscrição Inicial e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Instituição Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- i) no pagamento das despesas e encargos do Fundo, conforme descritas no Regulamento;
- ii) na constituição da Reserva de Pagamentos;
- iii) na amortização das Cotas Seniores em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- iv) na constituição de Reserva de Amortização;
- v) na constituição de Reserva de Liquidez;
- vi) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios elegíveis, em moeda corrente nacional; e
- vii) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

Exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo serão alocados na seguinte ordem:

- i) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) na amortização das Cotas Seniores, observados os termos e as condições do Regulamento e dos Suplementos de cada Série, até seu resgate; e
- iii) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

Regras de Movimentação

O valor mínimo de aplicação, no ato da subscrição de Cotas, será de R\$25.000,00.

Somente Investidores Qualificados poderão adquirir Cotas.

As Cotas Seniores serão registradas para (i) distribuição no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos e (ii) negociação no SF – Módulo de Fundos, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, cabendo ao eventual agente intermediário da respectiva negociação comprovar a qualidade e o cumprimento dos requisitos para Investidores Qualificados.

Serão emitidas inicialmente Cotas no valor de R\$1.000,00 cada, independentemente da classe. Ficam a critério da Instituição Administradora, sem a necessidade de prévia aprovação pela Assembleia Geral, a quantidade, as classes e o número de Séries de Cotas a serem emitidas, desde que observada a Relação Mínima.

Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor investido no Fundo quaisquer taxas ou despesas.

É indispensável, por ocasião da subscrição de Cotas do Fundo, a adesão do Cotista aos termos do Regulamento, por meio da assinatura do Termo de Adesão ao Regulamento, fornecido pela Instituição Administradora.

Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão das Cotas do Fundo.

O Cotista poderá obter informações referentes a valores de movimentação no endereço da Instituição Administradora, constante do item “Características gerais do Fundo - Informações Complementares”, na página 72 deste Prospecto Definitivo.

Cotas

Disposições Gerais

As Cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e não serão resgatáveis, exceto por ocasião do término do prazo da Série ou da liquidação do Fundo. As Cotas do Fundo serão divididas em classes. As Cotas Seniores poderão ser divididas em Séries, a critério da Instituição Administradora, cujas datas e valores de amortização, resgate e remuneração serão definidos no Suplemento da respectiva Série, conforme modelo previsto no Regulamento. Os Suplementos relativos às Cotas Seniores integrantes da 1ª e da 2ª Séries constam do presente Prospecto Definitivo como seu Anexo V.

As Cotas serão escriturais, mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares.

A qualidade de Cotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósitos em nome do Cotista.

Classes de Cotas

As Cotas do Fundo terão direito a voto, taxas e despesas iguais.

As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais ou entre si para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.

As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. Somente ocorrerá a amortização e/ou resgate das Cotas Subordinadas após a amortização e/ou resgate das Cotas Seniores.

Relação Mínima entre o Patrimônio Líquido e o Valor das Cotas Seniores

A Relação Mínima admitida no Fundo é de 143%, sendo que a diferença entre o Patrimônio Líquido e as Cotas Seniores é representada por Cotas Subordinadas. A Relação Mínima deve ser apurada pela Instituição Administradora todo Dia Útil.

Se a Relação Mínima se mantiver, a qualquer momento, abaixo de 143%, a Instituição Administradora deverá comunicar imediatamente tal ocorrência à Cedente, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico. A Cedente deverá providenciar o restabelecimento de tal relação no prazo de 5 Dias Úteis contados do recebimento da comunicação enviada pela Instituição Administradora prevista nesta cláusula, por meio da subscrição de novas Cotas Subordinadas.

Integralização, Amortização e Resgate de Cotas

A integralização, a amortização e o resgate de Cotas do Fundo podem ser efetuados por meio de depósito em conta corrente do Fundo, Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou através do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos da CETIP, operacionalizado pela CETIP, observado que a amortização e o resgate das Cotas Seniores poderão ser efetuados, ainda, por meio de dação em pagamento de Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, ou transferência de recursos entre contas mantidas na mesma instituição financeira em que o Fundo mantiver conta corrente. No caso de dação em pagamento de Direitos Creditórios, a amortização e resgate de Cotas deverá ser realizada fora do ambiente da CETIP.

As Cotas representativas do patrimônio inicial ou de novas Séries do Fundo serão subscritas e integralizadas a partir da Data de Subscrição Inicial. Na subscrição de Cotas do Fundo em data diversa da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da Cota de mesma classe ou Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Fundo, em conta corrente de sua titularidade a ser aberta e mantida pela Instituição Administradora junto ao Custodiante.

No momento da subscrição das Cotas do Fundo, caberá à instituição responsável pela colocação assegurar a condição de Investidor Qualificado do subscritor das Cotas, independentemente da classe a qual pertença.

Em se tratando de Cotas Subordinadas, observados os termos do Contrato de Cessão, admite-se que a integralização, a amortização e o resgate sejam efetuados em Direitos Creditórios, sendo que, no caso específico do resgate e amortização, apenas após o resgate integral das cotas seniores em circulação. Para fins do ora disposto:

- i) é vedada a escolha, por parte do cotista subordinado, dos ativos que lhe serão entregues na hipótese de optar por amortização ou resgate em Direitos Creditórios; e
- ii) deverão ser observados a política de investimentos do Fundo, as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade descritos no Regulamento para a integralização de Cotas em Direitos Creditórios.

Deverão ser observados os parâmetros estabelecidos no item “Características gerais do Fundo – Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de Cada Classe”, na página 57 deste Prospecto Definitivo, conforme o caso, na apuração do valor dos Direitos Creditórios a serem empregados na integralização, na amortização e no resgate das Cotas.

As Cotas Seniores deverão ser registradas para negociação secundária na CETIP, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de Cotas somente seja feita por Investidores Qualificados.

O resgate das Cotas Seniores somente poderá ocorrer ao término do prazo de duração de sua respectiva Série ou em caso de liquidação antecipada do Fundo. Se o resgate, por qualquer motivo, ocorrer em data coincidente com feriado nacional ou feriado na Cidade do Rio de Janeiro e/ou São Paulo ou em outra praça onde estiverem sediados a Instituição Administradora e o Custodiante, os valores correspondentes, se houver, serão pagos ao(s) Cotista(s) no primeiro Dia Útil seguinte, não havendo direito, por parte do(s) Cotista(s), a qualquer acréscimo.

As Cotas Seniores de cada Série serão amortizadas de acordo com as condições previstas no respectivo Suplemento, observado o disposto abaixo.

As Cotas Seniores de cada Série deverão ser resgatadas na última Data de Amortização da respectiva Série pelo seu respectivo valor contábil, calculado conforme disposto no item “Características gerais do Fundo – Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de Cada Classe”, na página 57 deste Prospecto Definitivo.

Se o PL do Fundo assim permitir, as Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas, desde que: (i) realizada após a amortização da totalidade das Cotas Seniores prevista para aquele mês; e (ii) considerada pro forma a amortização das Cotas Subordinadas, a Relação Mínima, a Reserva de Amortização, a Reserva de Pagamentos, a Reserva de Liquidez e os Limites de Concentração não fiquem desenquadrados.

A amortização das Cotas Subordinadas, quando ocorrer, será efetuada até 3 Dias Úteis após a data em que ocorrer, de forma integral, a amortização mensal das Cotas Seniores.

Não será realizada a amortização das Cotas Subordinadas caso tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada e/ou caso esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo.

Amortização e Resgate das Cotas Seniores da 1ª Série

Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos suficientes, em moeda corrente nacional, será promovida, observado o período de carência de 6 meses contados da Data de Subscrição Inicial, a partir de 5 de janeiro de 2014, inclusive, em cada dia 5 de cada mês-calendário, a amortização de parcela do valor de cada Cota Sênior da 1ª Série, a qual será equivalente ao valor apurado de acordo com as fórmulas previstas abaixo e as condições previstas no Regulamento. A última Amortização Programada deverá ocorrer no decurso do prazo de 48 meses contados da Data de Subscrição Inicial, quando o Fundo deverá promover o resgate da respectiva Cota.

Desde a 1ª até a 6ª Data de Amortização, o valor de amortização será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$AT = CSm - CSm-1$$

onde:

“AT” corresponde ao valor da parcela de amortização da Cota Sênior da 1ª Série devida no mês em referência;

“CSm” corresponde ao valor da Cota Sênior da 1ª Série no Dia Útil imediatamente anterior à respectiva Data de Amortização a ser paga;

“CSm-1” corresponde ao valor da Cota Sênior da 1ª Série no Dia Útil imediatamente anterior à última Data de Amortização já paga ou, no caso da primeira Data de Amortização, ao valor da Cota Sênior da 1ª Série na Data de Subscrição Inicial.

A partir da 7ª Data de Amortização, o valor de amortização será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$AT = CS / n$$

onde:

“AT” corresponde ao valor da parcela de amortização da Cota Sênior da 1ª Série devida no mês em referência;

“CS” corresponde ao valor da Cota Sênior da 1ª Série no Dia Útil imediatamente anterior à respectiva Data de Amortização; e

“n” corresponde ao número de amortizações programadas ainda não realizadas.

Amortização e Resgate das Cotas Seniores da 2ª Série

Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos suficientes, em moeda corrente nacional, será promovida, observado o período de carência de 6 meses contados da Data de Subscrição Inicial, a partir de 5 de janeiro de 2014, inclusive, em cada dia 5 de cada mês-calendário, a amortização de parcela do valor de cada Cota Sênior da 2ª Série, a qual será equivalente ao valor apurado de acordo com as fórmulas previstas abaixo e as condições previstas no Regulamento. A última Amortização Programada deverá ocorrer no decurso do prazo de 48 meses contados da Data de Subscrição Inicial, quando o Fundo deverá promover o resgate da respectiva Cota.

Desde a 1ª até a 6ª Data de Amortização, o valor de amortização será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$AT = CS_m - CS_{m-1}$$

onde:

“AT” corresponde ao valor da parcela de amortização da Cota Sênior da 2ª Série devida no mês em referência;

“CS_m” corresponde ao valor da Cota Sênior da 2ª Série no Dia Útil imediatamente anterior à respectiva Data de Amortização a ser paga;

“CS_{m-1}” corresponde ao valor da Cota Sênior da 2ª Série no Dia Útil imediatamente anterior à última Data de Amortização já paga ou, no caso da primeira Data de Amortização, ao valor da Cota Sênior da 2ª Série na Data de Subscrição Inicial.

A partir da 7ª Data de Amortização, o valor de amortização será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$AT = CS / n$$

onde:

“AT” corresponde ao valor da parcela de amortização da Cota Sênior da 2ª Série devida no mês em referência;

“CS” corresponde ao valor da Cota Sênior da 2ª Série no Dia Útil imediatamente anterior à respectiva Data de Amortização; e

“n” corresponde ao número de amortizações programadas ainda não realizadas.

Manutenção de Reservas e Índices

Reserva de Liquidez

O Fundo deverá sempre constituir e manter Reserva de Liquidez composta de disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) em soma equivalente a, no mínimo, 1% de seu Patrimônio Líquido. Tal soma não será considerada para fins de apuração da Reserva de Pagamentos e da Reserva de Amortização.

Reserva de Pagamentos

A Instituição Administradora deverá manter Reserva de Pagamentos, onde Outros Ativos deverão ser segregados e mantidos destacados na contabilidade do Fundo. A Reserva de Pagamentos destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às despesas e encargos do Fundo, incluindo-se a Taxa de Administração.

Os Outros Ativos segregados na Reserva de Pagamentos não poderão ser utilizados na constituição da Reserva de Amortização.

A Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá segregar Outros Ativos na Reserva de Pagamentos, observando que, até o 60º dia anterior à data de pagamento de cada despesa ou encargo, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Pagamentos, projetado até tal data de pagamento, deverá ser equivalente a 50% do valor estimado pela Instituição Administradora para a referida despesa ou encargo, e que, até o 30º dia anterior a data de pagamento de cada despesa ou encargo, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Pagamentos, projetado até tal data de pagamento, deverá ser equivalente a 100% do valor estimado pela Instituição Administradora para a referida despesa ou encargo.

Na hipótese de a Reserva de Pagamentos deixar de atender ao limite de enquadramento, a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e destinar todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Pagamentos. A Instituição Administradora somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Pagamentos, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente a 100% do valor estimado pela Instituição Administradora para a referida despesa ou encargo.

Reserva de Amortização

A Instituição Administradora deverá manter Reserva de Amortização, por conta e ordem do Fundo, desde a Data de Subscrição Inicial da primeira Série de Cotas Seniores até a última Data de Amortização da Série de Cotas Seniores com o vencimento mais longo, onde deverão ser segregados e mantidos destacados na contabilidade do Fundo Outros Ativos que não constituam Direitos Creditórios, incluindo recursos em moeda corrente nacional. A Reserva de Amortização destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às parcelas de amortizações de cada Série de Cota Seniores.

A Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá segregar Outros Ativos na Reserva de Amortização, observando que, até o 60º dia anterior a cada Data de Amortização de qualquer Série, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização, projetado até tal Data de Amortização, deverá ser equivalente a 50% do somatório de todas as parcelas de amortização devidas na Data de Amortização em referência, e que, até o 30º dia anterior a cada Data de Amortização de cada Série, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização, projetado até tal Data de Amortização, deverá ser equivalente a 100% do somatório de todas as parcelas de amortização devidas na Data de Amortização em referência.

Na constituição da Reserva de Amortização, a Instituição Administradora deverá privilegiar a aquisição de Outros Ativos remunerados a taxas pós-fixadas e cujas datas de vencimento ou resgate, bem como sua liquidez de mercado, permitam o pagamento tempestivo das parcelas de amortização.

Na hipótese de a Reserva de Amortização deixar de atender ao limite de enquadramento, a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e destinar todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Amortização. A Instituição Administradora somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente ao Valor de Amortização.

A presente cláusula não constitui promessa de rendimentos ou garantia de pagamento das parcelas de amortização, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e procedimento de constituição de reserva para tanto, bem como a preferência entre as diferentes classes de Cotas existentes. Portanto, as Cotas serão amortizadas somente se os resultados e a liquidez da carteira do Fundo assim permitirem.

Relação Mínima

A Relação Mínima admitida entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores será de 143%. Maiores informações a respeito da Relação Mínima podem ser obtidos no item “Características gerais do Fundo - Cotas - Relação Mínima entre o Patrimônio Líquido e o Valor das Cotas Seniores”, na página 47 deste Prospecto Definitivo.

Distribuição dos Rendimentos da carteira do Fundo

As Cotas do Fundo, independentemente da classe ou Série, serão valorizadas todo Dia Útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira distribuição ocorrerá no Dia Útil seguinte à respectiva Data de Subscrição Inicial, e a última na data de resgate da respectiva Série ou na data de liquidação do Fundo, conforme o caso.

Desde que o patrimônio do Fundo assim permita, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ocorrerá diariamente conforme o seguinte procedimento:

- i) após o pagamento e o provisionamento das despesas e encargos do Fundo será incorporado ao valor de cada Cota Seniores, de forma proporcional e simultânea para cada Série, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao Dia Útil imediatamente anterior, o valor equivalente à remuneração da respectiva Série, na forma do Suplemento respectivo; e
- ii) após a distribuição dos rendimentos acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

O método de cálculo do valor a ser distribuído para as Cotas Seniores de cada Série, desde que o patrimônio do Fundo assim permita, será aquela descrita no Suplemento da Série respectiva.

Na hipótese de o valor das Cotas Subordinadas ser igual a zero, será incorporado ao valor de cada Cota Seniores, de forma simultânea e proporcional a participação de cada Série em relação ao Patrimônio Líquido do Dia Útil anterior, o valor equivalente à variação patrimonial do Fundo também em relação ao Dia Útil anterior.

Distribuição de rendimentos às Cotas Seniores da 1ª Série

A remuneração das Cotas Seniores da 1ª Série será equivalente a 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over extra-grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, ao ano, base 252 Dias Úteis, acrescida de *spread* ou sobretaxa de 3,25% ao ano.

A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores da 1ª Série será correspondente à variação acumulada na forma percentual, doravante denominada “Fator Juros”, da Taxa DI, incidentes sobre o valor da Cota Sênior da 1ª Série, ou seu saldo não amortizado, contados a partir da data de subscrição e integralização das Cotas Seniores da 1ª Série, e incorporados simultânea e proporcionalmente ao valor de cada Cota Sênior da 1ª Série ao final de cada Período de Capitalização.

O cálculo do valor a ser distribuído a cada Cota Sênior da 1ª Série, e desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá à seguinte fórmula:

$$Re = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

“Re” = valor apurado a ser distribuído a cada Cota Sênior da 1ª Série no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 casas decimais sem arredondamento;

“VNe” = valor da Cota Sênior da 1ª Série, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento; e

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

“FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, com 8 casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

“nDI” corresponde ao número total de Taxas DI, sendo “nDI” um número inteiro;

“TDI_k” corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

onde:

“k” = 1, 2, ..., n;

“DI_k” corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 casas decimais;

dk = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo “dk” um número inteiro;

“FatorSpread” corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

“spread” corresponde ao percentual, informado com 4 (quatro) casas decimais, equivalente a 3,2500; e

“DP” corresponde ao número de Dias Úteis entre a Data de Subscrição Inicial, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou da data de distribuição de rendimentos imediatamente anterior, no caso dos demais períodos de capitalização e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

Observações:

- i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- ii) o fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 casas decimais sem arredondamento;

- iii) efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$, sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iv) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 casas decimais, com arredondamento; e
- v) considera-se o resultado da multiplicação do FatorDI pelo FatorSpread com 9 casas decimais, com arredondamento.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Cotas Seniores da 1ª Série, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Instituição Administradora, mediante aviso aos Cotistas, substituirá a Taxa DI pela taxa média diária do SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil. No caso de não ser possível a substituição da Taxa DI pela Taxa SELIC, a Instituição Administradora deverá convocar assembleia de titulares de Cotas Seniores da 1ª Série para definir o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstas no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da referida assembleia.

O disposto nesta cláusula não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente critérios e preferências para distribuição de rendimentos entre as cotas das diferentes classes existentes. Portanto, as Cotas auferirão rendimentos somente se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

Distribuição de rendimentos às Cotas Seniores da 2ª Série

A remuneração das Cotas Seniores da 2ª Série será equivalente a 100% da variação do IPCA, acrescida de taxa de juros de 7,10% ao ano, base 252 Dias Úteis.

Caso o Patrimônio Líquido do Fundo assim permita, o valor das Cotas Seniores da 2ª Série será atualizado diariamente, a partir da Data de Subscrição Inicial, pela variação do IPCA, sendo o produto da correção incorporado ao às Cotas Seniores da 2ª Série automaticamente, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VC_d = (VC_{(d-1)} - VAP_{(d-1)}) \times C \times \text{Fator Spread}$$

onde:

VC_d é o Valor Unitário da Cota Sênior da 2ª Série na data de cálculo d, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$VC_{(d-1)}$ é o Valor Unitário da Cota Sênior da 2ª Série no Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo d, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$VAP_{(d-1)}$ é o Valor Unitário da última parcela de amortização programada efetivamente pago por Cota Sênior da 2ª Série, no Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo d, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C é o valor de atualização do Valor Unitário da Cota Sênior da 2ª Série, calculado da seguinte forma:

$$C = \frac{I_n}{I_0} \times \left(\frac{I_{proj}}{I_n} \right)^{\frac{PZ_{dec}}{PZ_{tot}}}, \text{ onde:}$$

I_{proj} é o valor de projeção do IPCA no mês de cálculo;

PZ_{dec} é o prazo decorrido no mês de cálculo;

PZ_{tot} é o prazo total no mês de cálculo; e

$$Fator Spread = \left(1 + \frac{spread}{100} \right)^{\frac{1}{252}}, \text{ onde:}$$

Spread é o *spread* ou sobretaxa equivalente a 7,10.

No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando da apuração do valor das Cotas, será utilizada, em substituição, o último IPCA conhecido, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares de Cotas, quando da divulgação posterior do IPCA.

Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de utilização do IPCA para definição do valor das Cotas Seniores da 2ª Série, ou de ausência de apuração ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) dias úteis consecutivos, ou a 15 (quinze) dias úteis alternados durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que se verificar a ocorrência de qualquer desses eventos, a Instituição Administradora deverá convocar assembleia de titulares de Cotas Seniores da 2ª Série para definir o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstas no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA conhecido na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da referida assembleia.

O disposto nesta cláusula não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente critérios e preferências para distribuição de rendimentos entre as cotas das diferentes classes existentes. Portanto, as Cotas auferirão rendimentos somente se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de Cada Classe

Metodologia de avaliação dos ativos do Fundo

Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil, mediante a utilização da metodologia abaixo descrita.

Os títulos de emissão do Tesouro Nacional integrantes da carteira do Fundo terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de precificação do Custodiante disponível aos Cotistas em sua sede e no seu *website*.

Se houver, o valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

Enquanto não houver mercado ativo de Direitos Creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo Dia Útil, de acordo com a taxa de juros respectiva, a qual contempla o percentual da perda histórica da carteira da Cedente, observado o disposto na Instrução CVM nº 489/11, assim como as provisões e as perdas com Direitos Creditórios ou com os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas nos termos da Instrução CVM nº 489/11.

Decorrido o primeiro ano de vigência do Fundo, será apurada nova perda histórica da carteira relativa aos Direitos Creditórios, após este período tal verificação ocorrerá semestralmente, visando o acompanhamento de eventual alteração na qualidade dos Direitos Creditórios, a Instituição Administradora promoverá a constituição de provisão complementar para fazer face aos Direitos Creditórios de liquidação duvidosa, considerando a seguinte fórmula:

$$[\text{Maior valor entre (B) ou (C)}] - (A)$$

Onde:

(B) = “nova perda histórica”, percentual apurado semestralmente, que será identificado pelos valores elencados na linha “180 >” (maior que cento e oitenta) dias da tabela abaixo, acrescido das recompras realizadas no período, dividido pela Carteira de DC, quando da verificação.

(C) = “critério de atraso”, percentual apurado, considerando a somatória dos valores contidos na distribuição da tabela abaixo, contemplando todos os contratos de um mesmo devedor e que apresentem parcelas vencidas e não pagas, acrescido das parcelas vincendas, observando sempre a maior faixa de atraso do contrato, aplicando-se os percentuais de perda em relação aos dias de atraso, dividido pela Carteira de DC, quando da verificação.

<i>DIAS*</i>	<i>%</i>
<i>1 a 14</i>	<i>0,50%</i>
<i>15 a 30</i>	<i>1%</i>
<i>31 a 60</i>	<i>3%</i>
<i>61 a 90</i>	<i>10%</i>
<i>91 a 120</i>	<i>30%</i>
<i>121 a 150</i>	<i>50%</i>
<i>151 a 180</i>	<i>70%</i>
<i>180 ></i>	<i>100%</i>

* dias em atraso

** % aplicável sobre o valor total do contrato

(A) = “perda histórica”, significa o percentual de perda apurado, que será utilizado na composição da taxa de juros para aquisição dos Direitos Creditórios; e

“Carteira de DC” = Carteira de Direitos Creditórios, representada pelo somatório do valor nominal da Carteira de Direitos Creditórios adquiridos desde o início de sua vigência. Sendo (B) ou (C) superior a (A), será constituída provisão para Direitos Creditórios de liquidação duvidosa, mediante a aplicação do percentual resultante da diferença entre (B) ou (C) – (A) sobre o valor contábil em aberto, na respectiva data.

Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de Direitos Creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado.

São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de Direitos Creditórios:

- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- ii) a existência de negociações com Direitos Creditórios que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo, em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os Direitos Creditórios.

Metodologia de avaliação das Cotas de cada classe

As Cotas de cada Série e classe do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil.

O valor unitário das Cotas Seniores será apurado conforme aplicação dos critérios de distribuição de rendimentos previsto no item “Características gerais do Fundo – Distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo”, na página 52 deste Prospecto Definitivo.

O valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do Patrimônio Líquido, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores pelo número total de Cotas Subordinadas.

Assembléia Geral

Competência

É da competência privativa da Assembleia Geral:

- i) tomar anualmente, no prazo máximo de quatro meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;
- ii) alterar o Regulamento;
- iii) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora, da Gestora, do Custodiante e da Agência Classificadora de Risco;
- iv) deliberar sobre a eventual necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo pelos titulares das Cotas Seniores;
- v) deliberar sobre a realização de aditamentos e modificações aos Documentos do Fundo, exceto quando a Instituição Administradora esteja expressa e previamente autorizada a realizar, a seu critério, tais aditamentos ou modificações;
- vi) deliberar sobre a alteração do parâmetro de rentabilidade das Cotas Seniores;
- vii) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- viii) deliberar se um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada;
- ix) deliberar sobre incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo; e
- x) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Cotistas, nos termos do Regulamento.

O Regulamento, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente de realização de Assembleia Geral, hipótese em que deve ser providenciada, no prazo máximo de 30 dias, a divulgação do fato aos Cotistas.

A Taxa de Administração, a ser percebida pela Instituição Administradora a título de prestação de serviços não poderá ser reduzida por determinação da Assembleia Geral sem o expreso consentimento da Instituição Administradora.

Procedimentos de convocação e instalação

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral pode reunir-se por convocação da Instituição Administradora ou de Cotistas possuidores de Cotas que representem, no mínimo, 5% do total das Cotas emitidas.

A convocação da Assembleia Geral deve ser feita mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, na qual devem constar dia, hora e local de realização da Assembleia Geral e os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas.

Não se realizando a Assembleia Geral, deve ser publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, com antecedência mínima de 5 dias.

Para efeito do disposto no parágrafo anterior, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio ou carta de primeira convocação.

Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á na sede da Instituição Administradora; quando se efetuar em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos Cotistas devem indicar, com clareza, o lugar da reunião.

Independentemente das formalidades previstas acima, deve ser considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

Direito de voto e critérios para apuração das deliberações

Na Assembleia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um Cotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes, observado o disposto nos itens abaixo.

A cada Cota corresponde um voto, independentemente da respectiva classe.

As deliberações relativas às matérias previstas nos subitens (iii), (vii), (viii) e (ix) do item “Características gerais do Fundo – Assembleia Geral – Competência”, na página 59 deste Prospecto Definitivo, serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

As matérias abaixo listadas deverão ser objeto de deliberação prévia por parte dos Cotistas Seniores e dos Cotistas Subordinados, com os votos de cada uma das classes sendo tomados em votações apartadas e prévias à deliberação conjunta dos Cotistas, conforme expressamente permitido pelo artigo 29, §4º, da Instrução CVM 356, sendo que, em referidas votações em apartado, as deliberações serão aprovadas pela maioria das Cotas de cada classe em circulação:

- i) alteração das Condições de Cessão;
- ii) alteração dos Critérios de Elegibilidade;
- iii) emissão de novas Séries ou classes de Cotas;
- iv) alteração da Relação Mínima;
- v) alteração dos Eventos de Avaliação, bem como alteração dos Índices de Inadimplência;
- vi) alteração da taxa de desconto prevista no Contrato de Cessão;
- vii) alteração da política de concessão de crédito;
- viii) alteração do parâmetro de rentabilidade das Cotas em circulação;
- ix) distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo;
- x) amortização;
- xi) alteração dos direitos de voto de cada classe; e
- xii) cobrança de taxas.

Somente podem votar na Assembleia Geral os Cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

As Cotas Seniores detidas pela Cedente e/ou suas Afiliadas não conferirão ao respectivo titular direito a voto na Assembleia Geral, bem como as detidas pela Instituição Administradora e seus empregados.

Representante dos Cotistas

A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

Somente pode exercer as funções de representante de Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- i) ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- ii) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- iii) não exercer cargo em empresa cedente de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

Divulgação e eficácia das deliberações da Assembleia Geral

As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 dias de sua realização.

A divulgação referida no item acima deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista.

As modificações aprovadas pela Assembleia Geral passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- i) lista de Cotistas presentes na Assembleia Geral;
- ii) cópia da ata da Assembleia Geral;
- iii) exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- iv) modificações procedidas no prospecto de que trata o artigo 23 da Instrução CVM 356, se houver.

Liquidação do Fundo

O Fundo será liquidado nas hipóteses previstas no Regulamento, ou em virtude do término de seu prazo de duração, ou, ainda, sempre que os Cotistas assim deliberarem em Assembleia Geral especialmente convocada para tal fim.

Eventos de Avaliação

Será convocada Assembleia Geral para deliberar sobre (i) a declaração de um Evento de Liquidação Antecipada; ou (ii) a alteração do Regulamento ou dos Documentos do Fundo; ou (iii) a adoção de outras medidas cabíveis para evitar a liquidação antecipada do Fundo, a critério da Assembleia Geral de Cotistas, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação abaixo indicados:

- i) não restabelecimento da Relação Mínima, conforme estabelecido no item 15.4 do Regulamento;
- ii) rebaixamento da classificação de risco inicial de qualquer Série superior a 2 (dois) níveis, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- iii) renúncia da Instituição Administradora à administração do Fundo;
- iv) a inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, verificada pelo Custodiante, desde que, se notificada para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o fizer no prazo de 10 Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;

- v) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstas no Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, se notificado pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o fizer no prazo de 10 Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- vi) inobservância pela Cedente dos deveres e das obrigações com relação à cobrança dos Direitos Creditórios, desde que, se notificado pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, pela Cedente não o fizer no prazo 10 Dias Úteis contados do recebimento da referida notificação;
- vii) aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade;
- viii) não pagamento, nas Datas de Amortização, do valor integral da amortização de qualquer Série das Cotas Seniores;
- ix) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- x) caso o Fundo deixe de atender a Reserva de Amortização, a Reserva de Liquidez e a Reserva de Pagamentos e não tenham sido iniciados os procedimentos de reenquadramento definidos no Regulamento, no prazo de 2 Dias Úteis contados da data em que se verificar o desenquadramento;
- xi) renúncia do Custodiante;
- xii) ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão;
- xiii) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior; e
- xiv) caso o Índice de Inadimplência fique acima dos limites abaixo estabelecidos, em 2 (duas) ocorrências, consecutivas ou não, no mesmo ano-calendário, desde a primeira cessão ao Fundo:
 - a) inadimplência de 06 a 60 dias superior a 24% do valor da Carteira de Direitos Creditórios;
 - b) inadimplência de 61 a 90 dias superior 4% do valor da Carteira de Direitos Creditórios;
 - c) inadimplência de 91 a 180 dias superior 9% do valor da Carteira de Direitos Creditórios; e
 - d) inadimplência acima de 180 dias, adicionada às recompras ocorridas, superior a 19% do valor da Carteira Total de Direitos Creditórios;
- xv) caso os Limites de Concentração previstos no Regulamento não sejam observados e, ainda, se uma vez notificada a Instituição Administradora a respeito, não sejam tomadas as devidas providências em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de notificação;
- xvi) caso, na verificação dos índices e reservas previstos no Regulamento, seja constatado qualquer desenquadramento em relação aos parâmetros previstos;

- xvii) caso algum Devedor seja responsável pelo pagamento de Direitos Creditórios que representem até 1% do valor total dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação acima, a Instituição Administradora, independentemente de qualquer procedimento adicional, suspenderá imediatamente o pagamento de quaisquer parcelas de amortização de Cotas Subordinadas em andamento, bem como deixará de adquirir novos Direitos Creditórios e convocará imediatamente Assembleia Geral, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação Antecipada.

No caso de a Assembleia Geral deliberar que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada, a Instituição Administradora deverá implementar os procedimentos definidos no item “Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo - Procedimentos de liquidação antecipada do Fundo” na página 65 deste Prospecto Definitivo, incluindo a convocação de nova Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, no prazo máximo de 10 dias contados da data da Assembleia Geral que deliberou a constituição do Evento de Liquidação Antecipada.

Sem prejuízo do disposto acima, na ocorrência de um Evento de Avaliação, a Cedente terá a faculdade de oferecer ao Fundo novos Direitos Creditórios, para consideração dos titulares das Cotas Seniores na Assembleia Geral que será realizada para a deliberação sobre o Evento de Avaliação, conforme acima referido.

Caso a Assembleia Geral delibere que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação Antecipada, a Instituição Administradora deverá adotar as medidas aprovadas pelos Cotistas na referida Assembleia Geral para manutenção das atividades regulares do Fundo, bem como para o saneamento do Evento de Avaliação.

O direito da Cedente ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Cotas Subordinadas ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de quaisquer Eventos de Avaliação até (i) a data da deliberação, pela Assembleia Geral referida no parágrafo anterior, de que o referido Evento de Avaliação não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Cotistas na referida Assembleia Geral ou (ii) a data em que todos os valores devidos aos Cotistas titulares de Cotas Seniores tiverem sido integralmente pagos pelo Fundo, caso se decida na referida Assembleia Geral pela liquidação antecipada do Fundo.

Eventos de Liquidação Antecipada

Sem prejuízo do disposto no Regulamento, são considerados Eventos de Liquidação Antecipada:

- i) recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção, Regime de Administração Especial Temporária - RAET ou liquidação extrajudicial do Custodiante;
- ii) constatação, pela Instituição Administradora, de que a Cedente cedeu, ou tentou ceder ao Fundo, Direitos Creditórios onerados ou gravados;
- iii) caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, rescindido;

- iv) caso a Instituição Administradora deixe de convocar Assembleia Geral de Cotistas na hipótese de ocorrência de qualquer das hipóteses previstas como Eventos de Avaliação;
- v) sempre que assim decidido pelos Cotistas em Assembleia Geral especialmente convocada para tal fim;
- vi) se no prazo de 180 dias a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 8º, I a VIII, e seu parágrafo primeiro, da Instrução CVM 356, não for subscrita a totalidade das Cotas representativas do seu patrimônio inicial, salvo na hipótese de cancelamento do saldo não colocado, antes do referido prazo;
- vii) durante 3 meses consecutivos o Patrimônio Líquido médio do Fundo ser inferior a R\$500.000,00;
- viii) por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar;
- ix) pela inexistência de Direitos Creditórios na carteira do Fundo ou pela inexigibilidade, por qualquer meio judicial, dos Direitos Creditórios porventura existentes, por período superior a 60 dias;
- x) caso não seja determinado pelos Cotistas um novo parâmetro de apuração do valor das Cotas Seniores, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI e impossibilidade de substituição da Taxa DI pela Taxa SELIC;
- xi) caso a Cedente deixe de comunicar à Instituição Administradora a ocorrência de um Evento de Avaliação que seja do conhecimento deste;
- xii) renúncia da Instituição Administradora, da Gestora ou do Custodiante com a consequente não assunção de suas funções por uma nova instituição nos prazos previstos no Regulamento;
- xiii) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada;
- xiv) ocorrência de qualquer dos Eventos de Resilição, conforme definidos no Contrato de Cessão; e
- xv) caso, na verificação trimestral dos índices e reservas previstos no Regulamento, seja constatado qualquer desenquadramento em relação aos parâmetros previstos.

Procedimentos de liquidação antecipada do Fundo

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Instituição Administradora deverá (i) notificar os Cotistas, (ii) suspender imediatamente o pagamento de qualquer parcela de amortização de Cotas Subordinadas em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo definidos abaixo no presente item. A Instituição Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para que os titulares das Cotas Seniores deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurado o resgate das Cotas Seniores detidas pelos Cotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor das Cotas Seniores apurado nos termos do Regulamento. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas, conforme a respectiva quantidade de Cotas de cada titular.

Os Cotistas poderão receber tal pagamento em Direitos Creditórios desde que assim deliberado em Assembleia Geral convocada para este fim.

Na hipótese de a Assembleia Geral decidir pela liquidação antecipada do Fundo, a Instituição Administradora poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, pelo respectivo valor apurado nos termos do item “Características gerais do Fundo – Metodologia de avaliação dos ativos do Fundo e das Cotas de cada classe - Metodologia de avaliação dos ativos do Fundo”, na página 57 deste Prospecto Definitivo, acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do Fundo, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no resgate das Cotas Seniores e Cotas Subordinadas.

A cada Cota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais Cotas de mesma classe.

A liquidação do Fundo será gerida pela Instituição Administradora, observando as disposições do Regulamento ou o que for deliberado na Assembleia Geral.

Custos referentes à defesa dos Cotistas

Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos titulares das Cotas Seniores, reunidos em Assembleia Geral, poderá aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização de Série de Cotas Seniores específica, a ser subscrita e integralizada por todos os titulares das Cotas Seniores, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.

Todos os custos e despesas referidos neste parágrafo serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos titulares das Cotas Seniores em circulação, não estando a Instituição Administradora, a Cedente, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos nesta cláusula.

A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos desta cláusula, deverá ser previamente aprovada pelos titulares da maioria das Cotas Seniores reunidos na Assembleia Geral prevista acima. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma desta cláusula, os Cotistas deverão definir na referida Assembleia Geral o cronograma de integralização e as características da respectiva Série de Cotas Seniores, as quais deverão ser integralizadas pelos titulares das Cotas Seniores na proporção de seus créditos, em moeda corrente nacional, na medida em que os recursos se façam necessários à realização dos procedimentos deliberados na referida Assembleia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.

Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Instituição Administradora antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere esta cláusula e da assunção pelos titulares das Cotas Seniores do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.

A Instituição Administradora, a Gestora, o Custodiante, a Cedente, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Cotistas não aporem os recursos suficientes para tanto na forma desta cláusula.

Todos os pagamentos devidos pelos Cotistas ao Fundo, nos termos desta cláusula, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as verbas devidas pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

Procedimentos de dação em pagamento de Direitos Creditórios e/ou Outros Ativos

Para efeito do disposto no item “Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo – Procedimentos de liquidação antecipada do Fundo”, na página 65 deste Prospecto Definitivo, a dação em pagamento de Direitos Creditórios para resgate das Cotas do Fundo deverá seguir os procedimentos previstos no presente item. Após a conclusão do resgate das Cotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento ora previstos, o Fundo promoverá o resgate das Cotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver.

Para fins do disposto nesta cláusula, os Direitos Creditórios conferidos aos titulares de Cotas Seniores em dação em pagamento e, conforme o caso, conferidos aos titulares das Cotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos do artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 dias contado da realização da Assembleia Geral que deliberar o pagamento aos Cotistas mediante dação em pagamento de ativos do Fundo. O quinhão de cada Cotista será equivalente ao valor dos créditos a este efetivamente atribuído. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos Cotistas, originalmente titulares das Cotas Seniores, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio.

Antes da dação em pagamento dos Direitos Creditórios pelo Fundo, a Instituição Administradora deverá convocar uma Assembleia Geral com a finalidade de proceder à eleição, pelos Cotistas, de um administrador para o condomínio civil referido no item anterior. Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

O Depositário contratado pelo Fundo fará a guarda dos documentos relativos aos Direitos Creditórios mantidos em condomínio pelo prazo de até 45 dias contado de sua constituição. Ao término do prazo acima referido, o administrador do condomínio civil indicará à Instituição Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos.

Caso os titulares das Cotas Seniores, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil no prazo referido acima, a Instituição Administradora e o Custodiante poderão promover o pagamento em consignação dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo aos Cotistas, na forma do artigo 334 do Código Civil.

Despesas e encargos do Fundo

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração:

- i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das Cotas do Fundo nesses mercados;
- x) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco;
- xi) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas; e
- xii) despesas com a contratação de Agente Cobrador de Direitos Creditórios inadimplidos.

Quaisquer despesas não previstas acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Instituição Administradora.

Política de Divulgação de informações obrigatórias e periódicas

A Instituição Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes do presente item, sem prejuízo de outras previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente.

A Instituição Administradora deve informar à CVM, no prazo de 10 dias da data da primeira integralização de Cotas do Fundo, a data da primeira integralização de Cotas do Fundo.

A Instituição Administradora deverá informar à CVM a data do encerramento de cada distribuição de Cotas.

A Instituição Administradora, por meio de seu diretor responsável indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando:

- i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista no Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis;
- ii) que as modalidades de negociação foram realizadas a taxas de mercado;
- iii) os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período;
- iv) os resultados da verificação do lastro, por amostragem ou não, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados;
- v) as informações solicitadas no artigo 24, inciso X, alíneas “a” e “c” da Instrução CVM 356, caso tais informações tenham sofrido alterações ou aditamentos;
- vi) possíveis efeitos das alterações apontadas no subitem anterior sobre a rentabilidade da carteira;
- vii) em relação aos originadores que representem individualmente 10% ou mais da carteira do Fundo no trimestre: (1) eventuais alterações nos critérios para a concessão de crédito adotados por tais originadores, caso os critérios adotados já tenham sido descritos no regulamento ou em outros demonstrativos trimestrais; e (2) critérios para a concessão de crédito adotados pelos originadores, caso tais critérios não tenham sido descritos no regulamento ou em outros demonstrativos trimestrais;
- viii) eventuais alterações nas garantias existentes para o conjunto de ativos;

- ix) forma como se operou a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, incluindo: (1) descrição de contratos relevantes firmados com esse propósito, se houver; e (2) indicação do caráter definitivo, ou não, da cessão;
- x) impacto no valor PL e na rentabilidade da carteira dos Eventos de Liquidação Antecipada;
- xi) análise do impacto dos Eventos de Liquidação Antecipada;
- xii) condições de alienação, a qualquer título, inclusive por venda ou permuta, de direitos creditórios, incluindo: (1) momento da alienação (antes ou depois do vencimento) e (2) motivação da alienação;
- xiii) impacto no valor do PL e na rentabilidade da carteira de uma possível descontinuidade nas operações de alienação de Direitos Creditórios realizadas: (1) pela Cedente; (2) por instituições que, direta ou indiretamente, prestam serviços para o Fundo; ou (3) por pessoas a eles ligadas;
- xiv) análise do impacto da descontinuidade das alienações descrito no subitem anterior;
- xv) quaisquer eventos previstos nos contratos firmados para estruturar o Fundo que acarretaram a amortização antecipada dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo; e
- xvi) informações sobre fatos ocorridos que afetaram a regularidade dos fluxos de pagamento previstos.

A Instituição Administradora deverá submeter, anualmente, os demonstrativos trimestrais referidos acima a exame por parte do Auditor Independente e, após isso, enviá-los à CVM, bem como mantê-los em sua sede à disposição dos Cotistas, em até 45 dias contados do encerramento do trimestre a que façam referência.

A Instituição Administradora deve divulgar, trimestralmente, no periódico utilizado pelo Fundo para realizar suas publicações, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem Cotas do Fundo: (i) o valor do Patrimônio Líquido; (ii) o valor das Cotas de cada classe; (iii) a Relação Mínima; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem; e, se houver, (v) o(s) relatório(s) da(s) Agência(s) Classificadora(s) de Risco contratada(s) pelo Fundo.

A divulgação das informações previstas acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do SFN, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do administrador designado nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 356, da CVM, pela regularidade na prestação dessas informações.

A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, incluindo-se à Agência Classificadora de Risco, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, incluindo entre estes quaisquer Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada conforme definidos abaixo, bem como a substituição do Auditor Independente, e qualquer celebração de aditamentos aos Documentos do Fundo de modo a garantir a todos os Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso. Qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, deve ser publicado no periódico referido no item “Características Gerais do Fundo – Publicações” na página 72 abaixo e mantido disponível para os cotistas na sede e agências da Instituição Administradora e nas instituições que coloquem as Cotas do Fundo.

A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- i) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- iii) o comportamento da Carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- i) 15 dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- ii) 90 dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

A Instituição Administradora deve enviar informe mensal à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos, no prazo de até 15 dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último Dia Útil daquele mês, as seguintes informações, na forma prevista na Instrução CVM 489.

No prazo máximo de 10 dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pela Instituição Administradora, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- i) alteração do Regulamento;
- ii) substituição da Instituição Administradora;
- iii) incorporação;
- iv) fusão;
- v) cisão; e
- vi) liquidação.

A Instituição Administradora deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Cotistas ou terceiros.

Publicações

Todas as publicações mencionadas no Regulamento e relativas à Oferta serão feitas no jornal “Valor Econômico”, edição nacional.

A Instituição Administradora deve fazer as publicações previstas no Regulamento sempre no mesmo periódico e qualquer mudança deve ser precedida de aviso aos Cotistas.

Informações Complementares

Para maiores informações, sugestões e reclamações a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto Definitivo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à CETIP, à sede da Instituição Administradora, do Coordenador Líder ou a seus respectivos sites na rede mundial de computadores (*internet*), nos endereços indicados abaixo:

BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM

Praia de Botafogo, 501, 5º andar, parte

22250-040 – Rio de Janeiro – RJ

<https://www.btgpactual.com/home/AssetManagement.aspx/FundosEstruturados> (neste site, clicar em “2013” no menu à esquerda e depois em “Prospecto Definitivo - 2013”, logo abaixo de “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC - Dacasa Financeira (Grupo Dadalto) II”).

Banco BTG Pactual S.A.

At.: Sr. Daniel Vaz

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar

04538-133 – São Paulo – SP

<https://www.btgpactual.com/home/InvestmentBank.aspx/InvestmentBanking/MercadoCapitais> (neste site, clicar em “2013” no menu à esquerda e a seguir em “Prospecto Definitivo”, logo abaixo de “Distribuição Pública de Cotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC - Dacasa Financeira (Grupo Dadalto) II”).

Comissão de Valores Mobiliários

Rua Sete de Setembro, nº 111

2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º Andares – Centro

20050-901 – Rio de Janeiro – RJ

www.cvm.gov.br (neste site acessar “Acesso Rápido – Ofertas Registradas”, clicar “2012 - Entrar”, acessar “Cotas de FIDC”, clicar em “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC - Dacasa Financeira (Grupo Dadalto) II”, acessar “Prospecto”).

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar

01452-001 – São Paulo – SP

www.cetip.com.br (neste site acessar “Informações Técnicas”, clicar “Prospectos”, acessar “Prospectos de Fundos de Investimento – Cotas de Fundos Fechados”, em seguida, clicar em “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC - Dacasa Financeira (Grupo Dadalto) II”).

DIREITOS CREDITÓRIOS

Características

Natureza

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são oriundos de empréstimos pessoais e crédito direto ao consumidor celebrados entre a Cedente e pessoas físicas.

Formalização dos Direitos Creditórios

Os Mútuos são formalizados por meio da celebração, pelo Devedor, de termo de adesão a contrato de financiamento padrão utilizado pela Cedente.

Formalização da cessão dos Direitos Creditórios

A cessão dos Direitos Creditórios considerar-se-á perfeita e consumada mediante atendimento cumulativo das seguintes condições precedentes:

- i) a Instituição Administradora deve notificar a Cedente até as 16 horas, com cópia ao Custodiante, da intenção de adquirir Direitos Creditórios, indicando o respectivo montante a ser cedido;
- ii) A Cedente deve enviar à Instituição Administradora e ao Custodiante, até as 9h30min do Dia Útil seguinte ao recebimento da notificação, lista dos Direitos Creditórios oferecidos à cessão, em arquivo em formato eletrônico previamente acordado com o Custodiante, sendo certo que o envio de referida lista consistirá em oferta vinculante de cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo;
- iii) o Custodiante verifica se os Direitos Creditórios arrolados na lista de Direitos Creditórios acima mencionada se enquadram nos Critérios de Elegibilidade, elaborando, até às 15 horas do mesmo dia, relatório do Custodiante, em que relata suas conclusões à Instituição Administradora, e o respectivo Termo de Cessão, no qual somente devem ser incluídos Direitos Creditórios que atendem aos referidos Critérios de Elegibilidade;
- iv) a Cedente envia, por fax ou por correio eletrônico, o Termo de Cessão, devidamente assinado por seus representantes legais, até às 16 horas do dia em que recebê-lo, e a Instituição Administradora, de posse do relatório do Custodiante mencionado no item anterior e de versão impressa do Termo de Cessão, procede ao pagamento do Preço de Cessão; e
- v) após a formalização de cada cessão de Direitos Creditórios, o respectivo Termo de Cessão passa a integrar este Contrato e será levado a registro na forma prevista no Contrato de Cessão.

A cessão dos Direitos Creditórios da Cedente para o Fundo será considerada realizada na data em que o Custodiante verificar o atendimento, pelos Direitos Creditórios, aos Critérios de Elegibilidade, ficando sujeita, ainda, ao atendimento cumulativo do disposto acima.

Registro do Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão

A Cedente deverá requerer o registro do Contrato de Cessão, em até 10 Dias Úteis a contar da data da sua assinatura, em Cartórios de Registro de Títulos e Documentos situados nas comarcas de Rio de Janeiro e Vitória, arcando com todos os custos e despesas decorrentes de tal registro. Em até 5 Dias Úteis após a obtenção do registro, a Cedente deverá encaminhar documento comprobatório de tal registro à Instituição Administradora. Sem prejuízo do disposto neste item, caso a Cedente, ao término do prazo acordado, ainda não haja requerido o registro, poderá a Instituição Administradora proceder ao registro aqui mencionado, correndo todos os custos e despesas por conta da Cedente. A mesma obrigação de registro aplicar-se-á também aos eventuais aditamentos ao Contrato de Cessão e às alterações dos anexos do Contrato de Cessão.

A Instituição Administradora obriga-se ainda a registrar cada Termo de Cessão no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede da Instituição Administradora e da sede da Cedente, arcando a Cedente com todos os custos e despesas decorrentes de tal registro. O registro deverá ser obtido no prazo máximo de 10 Dias Úteis contados do recebimento, pela Instituição Administradora, das 3 vias originais do Termo de Cessão. A Cedente deverá encaminhar à Instituição Administradora, dentro de até 5 Dias Úteis contados da Data de Aquisição, 3 vias originais do Termo de Cessão, incluindo o relatório do custodiante, devidamente assinados pela Cedente. A Instituição Administradora, ao receber as 3 vias originais do Termo de Cessão e seu anexo devidamente assinados, providenciará as assinaturas dos representantes legais do Fundo nas vias originais do Termo de Cessão e seu anexo e providenciará o registro, encaminhando à Cedente 1 via original do Termo de Cessão.

Aspectos Legais e Regulamentares do Setor de Atuação da Cedente

O ambiente de atuação das instituições financeiras no Brasil está regulado dentro do âmbito do SFN, que é composto, basicamente, por (i) órgãos normativos, tais como o CMN, o Conselho Nacional de Seguros Privados e o Conselho de Gestão da Previdência Complementar; (ii) entidades supervisoras, como o BACEN, a CVM, a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar, os quais, observadas suas respectivas áreas de atuação e competências, supervisionam, regulam e exercem fiscalização sobre as operadoras do SFN: instituições financeiras, bolsas de valores, sociedades seguradoras e entidades de previdência complementar, dentre outras.

Em relação ao setor privado, o SFN engloba, dentre outros, os bancos múltiplos, comerciais, de desenvolvimento e de investimento, as sociedades de crédito, financiamento e investimento (financeiras), sociedades de crédito imobiliário, as sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, sociedades de câmbio, sociedades de arrendamento mercantil, agências de fomento, companhias hipotecárias e as sociedades de financiamento imobiliário.

Já entre os do setor público do SFN podemos destacar: (i) os bancos de desenvolvimento, que atuam na esfera federal (como o Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES), estadual e regional; (ii) as caixas econômicas, atuantes na esfera federal (como a Caixa Econômica Federal) e estadual; e (iii) os bancos comerciais, os bancos múltiplos, e demais instituições financeiras cuja maioria do capital votante é detida, de forma direta ou indireta pela União ou por uma ou mais unidades da federação.

Recebimento e cobrança dos Direitos Creditórios

Procedimento Ordinário de Cobrança

Os Devedores pagarão os Direitos Creditórios por meio de pagamento de boleto bancário, sendo os recursos creditados diretamente em conta bancária de titularidade do Fundo mantida no Custodiante.

Será admitida, a qualquer tempo, a liquidação antecipada pelos Devedores de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos dos respectivos Mútuos.

Exclusivamente em caso de pagamento realizado de maneira equivocada pelo respectivo Devedor, isto é, por outro modo que não o boleto respectivo, e de modo excepcional, o Cedente ficará constituído como fiel depositário de quaisquer valores por ele recebidos, a qualquer título, referente aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, até a efetiva transferência de tais valores ao Fundo, aplicando-se artigos 627 e seguintes do Código Civil.

O repasse ao Fundo dos recursos decorrentes do pagamento de Direitos Creditórios ocorre no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil contado do respectivo pagamento pelo Devedor.

O não cumprimento dos prazos para transferência de recursos pela Cedente ao Fundo, por culpa exclusiva da Cedente, acarretará, para a Cedente, sem prejuízo do disposto das demais penalidades previstas no Contrato de Cessão, o pagamento de multa de 1% sobre o montante não transferido, juntamente com juros de mora correspondentes à taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais, cursadas no SELIC na forma de operações compromissadas, divulgada pelo Banco Central.

Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos

A partir do 5º dia de atraso do Direito Creditório e caso o cliente tenha um e-mail cadastrado no sistema da Cedente, é enviada automaticamente uma mensagem, solicitando seu contato telefônico na área de cobrança do Cedente.

No período entre 11 e 180 dias de atraso, a cobrança é feita pelos profissionais da Cedente, através de contatos telefônicos. Sem a interferência do cobrador, o sistema de cobrança próprio seleciona o Devedor e efetua a ligação telefônica automaticamente.

Poderão ser concedidos descontos para os Direitos Creditórios em atraso, conforme tabela abaixo:

Desconto sobre Juros de Mora e Multa				
Dias de Atraso dos Direitos Creditórios Inadimplidos		Desconto Aplicável sobre Juros de Mora e Multa		
De	Até	Atendente	Coordenador	Gestor
1	30	0%	30%	100%
31	60	0%	30%	100%
61	90	70%	100%	100%
91	120	100%	100%	100%
121	150	100%	100%	100%
151	180	100%	100%	100%
181	360	100%	100%	100%
361	720	100%	100%	100%
721	1080	100%	100%	100%
1081	1800	100%	100%	100%
Acima de 1800		100%	100%	100%

Desconto sobre o Principal				
Dias de Atraso dos Direitos Creditórios Inadimplidos		Desconto Aplicável Sobre o Principal		
De	Até	Atendente	Coordenador	Gestor
1	30	0%	0%	0%
31	60	0%	0%	0%
61	90	0%	0%	0%
91	120	0%	0%	0%
121	150	0%	0%	0%
151	180	0%	0%	0%
181	360	20%	20%	20%
361	720	30%	30%	30%
721	1080	40%	40%	40%
1081	1800	50%	50%	50%
Acima de 1800		60%	60%	60%

Os descontos constantes da tabela acima são aprovados conforme alçadas definidas pelo Cedente, em escala ascendente de competências, sempre mediante contato telefônico com o Devedor. Nesta escala, os Atendentes encontram-se na base e são responsáveis pelo primeiro contato com o Devedor inadimplente, sendo que suas alçadas de descontos são mais baixas. Acima dos Atendentes na escala hierárquica, estão os Coordenadores e, acima destes, os Gestores, que possuem competência para aprovar descontos sobre principal e juros de mora e multa maiores, observado o disposto nas tabelas acima. Tais descontos são concedidos caso o Devedor inadimplente, em contato com o Cedente (na condição de Agente Cobrador), assim o solicite, conforme negociação realizada diretamente com o Devedor por meio telefônico. A depender do andamento do contato com o Devedor inadimplente, o Coordenador e/ou o Gestor podem ser envolvidos na negociação, de modo a permitir a aplicação dos percentuais superiores de desconto para o pagamento. Ainda, o percentual do desconto passível de concessão varia de forma crescente em proporção direta ao tempo de atraso no pagamento dos Direitos Creditórios inadimplidos.

Desta forma, por exemplo, para um Direito Creditório inadimplido há mais de 1.800 dias, o Agente Cobrador poderá conceder desconto de até 100% do valor de juros de mora e de multa incidentes, bem como de até 60% do valor do principal devido e não pago, caso assim seja negociado com o Devedor, sempre de modo a ampliar a possibilidade de recebimento de recursos pelo Fundo.

Após 30 dias de atraso, o Devedor do Direito Creditório em atraso é registrado nos órgãos de proteção ao crédito.

Após 180 dias de atraso, a cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos é enviada para empresas terceirizadas de assessoria de cobrança.

A quantidade e o valor total de Direitos Creditórios a ser repassado para cada assessoria de cobrança é definida pelo “fator de desempenho”. Este fator é calculado automaticamente pelo sistema próprio com base nos índices de recuperação de crédito do mês anterior.

Preço de Cessão

Em contraprestação à cessão dos Direitos Creditórios, o Cessionário pagará ao Cedente o valor a ser calculado sempre de acordo com a seguinte fórmula:

$$PA = VN / (TD / 100 + 1)^{(N/12)}$$

onde:

“PA” corresponde ao Preço da Cessão;

“VN” corresponde ao Valor Nominal do Direito Creditório elegível objeto da cessão;

“TD” corresponde à Taxa de Desconto, expressa ao mês, que será equivalente ao maior dos seguintes valores:

a) a taxa média de juros ponderada praticada nos Mútuos de que sejam oriundos os Direitos Creditórios, observada na data de aquisição. Por exemplo, se a taxa média de juros ponderada for igual a 10% ano mês TD será igual a 10; ou

b) a taxa de 7,35% (sete inteiros e trinta e cinco centésimos por cento) ao mês, neste caso TD será igual a 7,35;

“N” corresponde ao número de Dias Úteis compreendidos entre a data de pagamento e a data de vencimento do Direito Creditório objeto da aquisição, incluindo-se na contagem o 1º dia e excluindo-se o último dia do respectivo período.

O critério para utilização da Taxa de Desconto prevista no item “i” ou no item “ii” acima é que se aplicará aquela que for maior na data de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo.

Na data deste Prospecto Definitivo, a Taxa de Desconto seria equivalente a 7,35%.

Acréscimo, remoção e substituição de Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo não serão, por qualquer razão, substituídos por outros, mesmo que de igual natureza.

Na hipótese de inadimplemento de Direitos Creditórios pelos respectivos Devedores, poderão ser acrescidos aos valores originais dos Direitos Creditórios inadimplidos as multas e juros moratórios eventualmente previstos no respectivo Contrato.

Os Direitos Creditórios poderão ser removidos caso a Cedente exerça a faculdade de recompra de Direitos Creditórios que possuam parcelas inadimplidas, prevista no Contrato de Cessão e reproduzida na seção “Direitos Creditórios - Recompra”, na página 78 deste Prospecto Definitivo.

Verificação do lastro dos Direitos Creditórios por amostragem

A verificação da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios será realizada pelo Custodiante por meio de auditoria periódica trimestral, sempre por amostragem, nos Direitos Creditórios adquiridos. As irregularidades apontadas nesta auditoria serão informadas à Instituição Administradora.

Não obstante tal auditoria, o Custodiante não é responsável pela veracidade dos Documentos Comprobatórios e pela existência dos Direitos Creditórios, sendo, no entanto, responsável pela pronta informação caso venha a ter conhecimento de eventuais irregularidades.

Os procedimentos para verificação do lastro dos Direitos Creditórios serão realizados de acordo com a metodologia utilizada pelo Custodiante, conforme definida no Regulamento.

Recompra

Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão poderão ser recomprados pela Cedente, desde que (i) referido Direito Creditório seja oriundo de Mútuo que possua Direitos Creditórios inadimplidos cedidos ao Fundo; (ii) considerada *pro forma* a alienação dos Direitos Creditórios, o Fundo atenda a todos os índices, parâmetros e relações definidas no Regulamento, e (iii) previamente autorizado pela Instituição Administradora. Qualquer recompra realizada pelo Fundo deverá incluir todos os demais Direitos Creditórios eventualmente cedidos ao Fundo que sejam decorrentes do mesmo Mútuo. A recompra deverá ser realizada no prazo de até 5 Dias Úteis contados da solicitação da Cedente.

Na hipótese de recompra dos Direitos Creditórios prevista nesta cláusula, o preço de recompra será equivalente (i) ao valor presente calculado pela taxa da cessão dos Direitos Creditórios, caso o Direito Creditório seja vincendo; ou (ii) ao Valor Nominal do Direito Creditório, em caso de Direitos Creditórios vencidos.

A recompra de Direitos Creditórios deverá ser formalizada por meio do Termo de Cessão, cujo modelo consta do Anexo III ao Contrato de Cessão.

No ato de pagamento da recompra de Direitos Creditórios, o cessionário deverá transferir à Cedente eventuais Documentos Comprobatórios que tenha recebido no momento da cessão.

Fica desde já acordado entre as Partes que a Cedente somente poderá conceder desconto ou, por qualquer forma, refinanciar ou alterar o prazo de vencimento de qualquer Direito Creditório, mediante prévia recompra do referido Direito Creditório pelo seu valor exigível na data da recompra.

Qualquer recompra realizada na forma deste Contrato deverá abranger todos os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo oriundos de um mesmo Mútuo. A recompra somente poderá ser realizada em moeda corrente nacional.

Direito de Preferência

Em caso de alienação de Direitos Creditórios pelo Fundo, a Instituição Administradora deverá comunicar a Cedente a respeito para que apresente sua proposta firme de aquisição dos Direitos Creditórios a serem alienados pelo Fundo em até 2 Dias Úteis contados do recebimento da solicitação da Instituição Administradora. A Cedente, por seu turno, deverá enviar à Instituição Administradora sua proposta de aquisição de referidos Direitos Creditórios em até 1 Dia Útil contado do recebimento da notificação em comento, sendo presumido o não exercício do Direito de Preferência (abaixo definido) caso a Instituição Administradora não a receba neste prazo.

Caso os termos comerciais da proposta enviada pela Cedente sejam iguais ou superiores àqueles das propostas recebidas de quaisquer terceiros, o Fundo se obriga a alienar referidos Direitos Creditórios à Cedente, nos termos da proposta recebida (“Direito de Preferência”). Caso a proposta enviada pela Cedente apresente termos comerciais inferiores às demais propostas, o Fundo poderá alienar os Direitos Creditórios a terceiros.

O Direito de Preferência ora estabelecido não se confunde com as disposições acerca da recompra de Direitos Creditórios previstas na cláusula acima, não se aplicando a ele as disposições relativas à recompra constantes.

Hipóteses de resolução da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo

Considerar-se-á resolvida a cessão de um Direito Creditório, inclusive na hipótese de a respectiva cessão ter sido realizada em contrapartida à subscrição e integralização de Cotas Subordinadas, sendo operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação à Cedente e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses:

- i) caso o pagamento do Direito Creditório seja recusado, conforme o caso, pelo respectivo Devedor por alegação de vícios, defeitos ou inexistência de lastro;
- ii) caso o Direito Creditório seja reclamado por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição dos mesmos pelo Fundo; e

- iii) caso se verifique que foram cedidos ao Fundo Direitos Creditórios que não atendiam, no momento da cessão, a alguma das Condições de Cessão ou a algum dos Critérios de Elegibilidade.

Sem prejuízo da resolução da cessão, a Cedente deverá notificar o Custodiante, por meio eletrônico, a ocorrência de qualquer das condições resolutivas da cessão, no prazo de até 2 Dias Úteis contado da data em que este tomar conhecimento do evento.

A Cedente estará obrigado a restituir ao Fundo, exclusivamente em moeda corrente nacional, no 1º Dia Útil imediatamente posterior à ocorrência de qualquer das condições resolutivas acima listadas, o preço de aquisição dos Direitos Creditórios cuja cessão tiver sido resolvida, nos termos do Contrato de Cessão, atualizado *pro rata temporis* desde a respectiva data de aquisição até a data de restituição dos valores devidos, considerando-se a taxa de desconto utilizada na determinação do respectivo Preço da Cessão.

Processo de originação e política de concessão de crédito

A concessão de Mútuos pela Cedente é realizada por meio de filiais e, no caso de crédito direto ao consumidor, por intermédio de lojistas.

O cliente que solicita a celebração de Mútuo com a Cedente fornece diversos dados ao funcionário da Cedente responsável pela coleta de referidas solicitações, dentre os quais se incluem informações pessoais e financeiras. De posse de tais informações, o funcionário da Cedente preenche o cadastro do cliente e seu termo de adesão ao contrato de financiamento e envia, por meio de sistema específico, para análise de crédito.

Em se tratando de pessoas físicas, a Cedente não concede crédito nas seguintes hipóteses: cliente com problemas mentais; apontamento negativo no SPC, exceto junto a concessionárias de energia elétrica, água e telefonia quando o tomador já for cliente da Cedente, hipótese em que será analisado o débito de que é oriundo o apontamento; cliente possua débito em aberto há mais de 30 dias; empresário com menos de 1 ano de registro de empresa; autônomo com menos de 6 meses de serviço; cliente com idade inferior a 18 anos; cliente com menos de 3 meses de empresa; excesso de passagens SPC (acima de seis); passagens recentes em 2 financeiras; clientes que forem classificados como alto risco pelo modelagem estatística (*score*) em vigor. Se o cliente não for enquadrado em nenhuma das situações descritas acima a proposta de Mútuo é enviada a especialista de crédito, que confirmará as informações pessoais e financeiras, em especial as referências pessoais e os rendimentos informados pelo cliente.

Com relação aos rendimentos informados pelo potencial cliente, a Cedente possui escalonamento do percentual máximo da renda mensal do tomador que pode ser comprometida com pagamento de parcelas de Mútuo, variando de 35%, para Mútuos com até 3 parcelas, até 15%, para Mútuos com 15 ou mais parcelas para pagamento. A Cedente trabalha com uma margem de tolerância de até 5 pontos percentuais em referidos limites, em função do histórico do cliente.

Em certas hipóteses em que a Cedente detecte a existência de risco relevante de crédito em relação ao potencial tomador, pode vir a ser solicitada a celebração de fiança para a liberação do Mútuo.

Prazos de vencimento e períodos de amortização

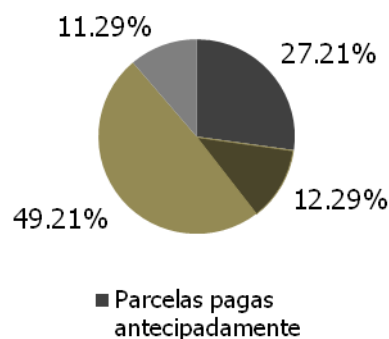
Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo terão prazo de vencimento de no máximo 24 meses e deverão ser amortizados mensalmente.

Informações estatísticas sobre perdas, pré-pagamentos, atrasos e outras informações sobre Carteira de Direitos Creditórios

A pedido da Cedente, a KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. elaborou a “Análises da Carteira de Recebíveis – Dacasa Financeira S.A.”, datado de 4 de junho de 2012, relativo à análise da carteira de empréstimos pessoais e crédito direto ao consumidor da Cedente, contendo um estudo detalhado de amostra de Direitos Creditórios da mesma espécie daqueles que serão cedidos ao Fundo. A amostra analisada compreende uma base de dados gerada pela Cedente para o período compreendido entre 1º de março de 2007 e 31 de março de 2012 (37 meses). O Relatório da Carteira consta do presente Prospecto Definitivo como Anexo VI.

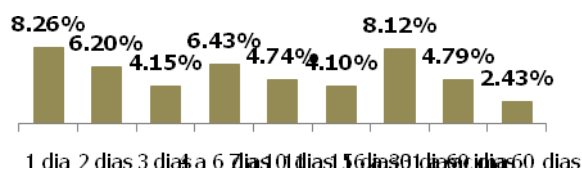
Seguem abaixo quadros-resumo das conclusões da análise da carteira de Direitos Creditórios da mesma espécie daqueles que serão cedidos ao Fundo contida no Relatório da Carteira:

Performance de Pagamento – Crédito Direto ao Consumidor



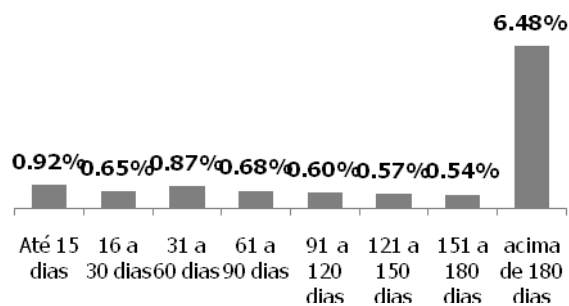
Fonte: Relatório da Carteira

Parcelas Pagas com Atraso – Crédito Direto ao Consumidor



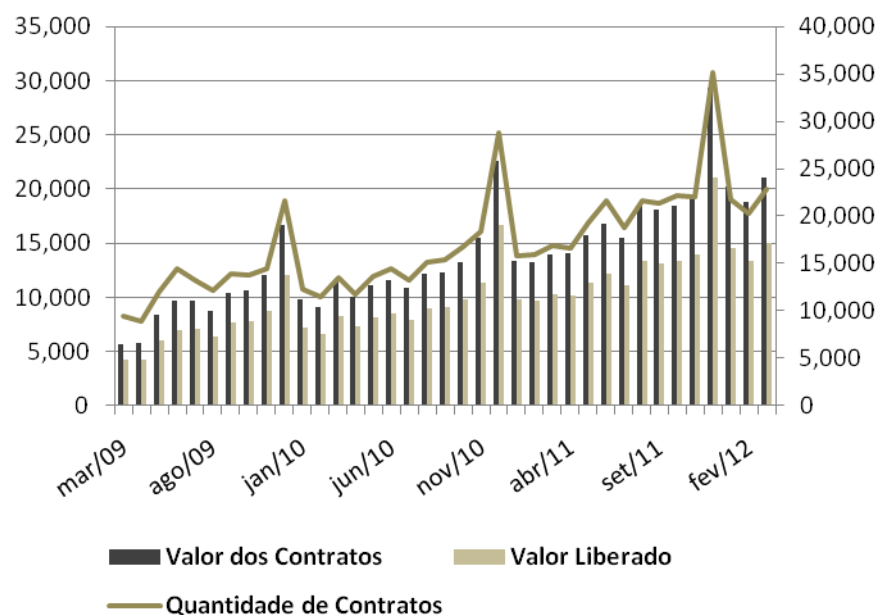
Fonte: Relatório da Carteira

Parcelas Vencidas e Não Liquidadas – Crédito Direto ao Consumidor



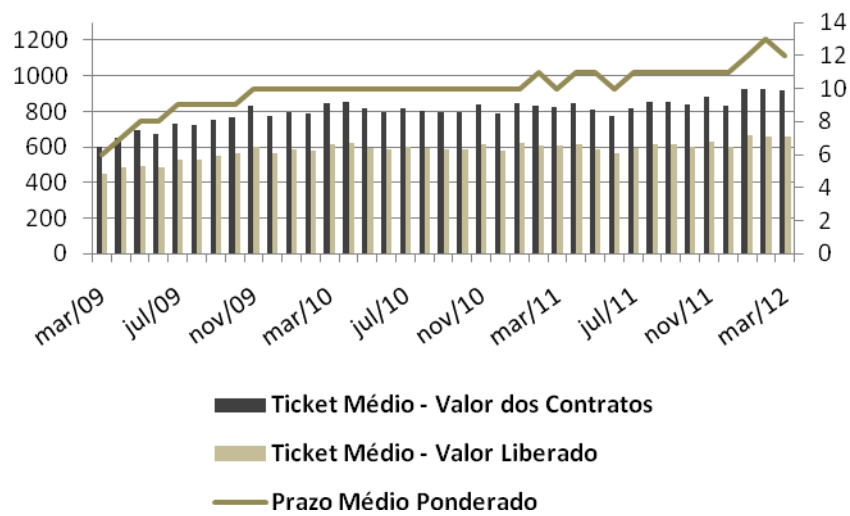
Fonte: Relatório da Carteira

Originação Mensal - Crédito Direto ao Consumidor



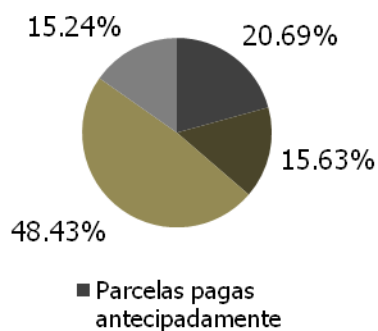
Fonte: Relatório da Carteira

Ticket Médio e Prazo Médio - Crédito Direto ao Consumidor



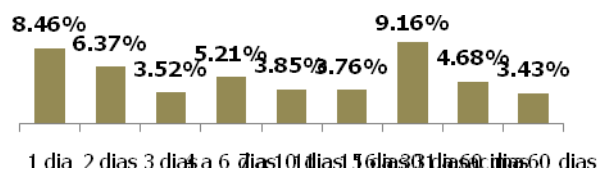
Fonte: Relatório da Carteira

Performance de Pagamento – Empréstimo Pessoal



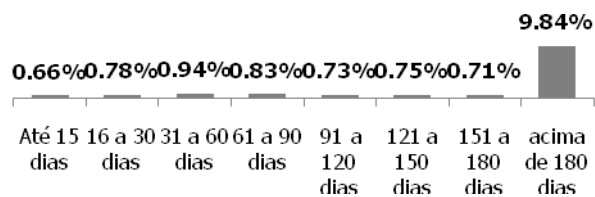
Fonte: Relatório da Carteira

Parcelas Pagas com Atraso – Empréstimo Pessoal



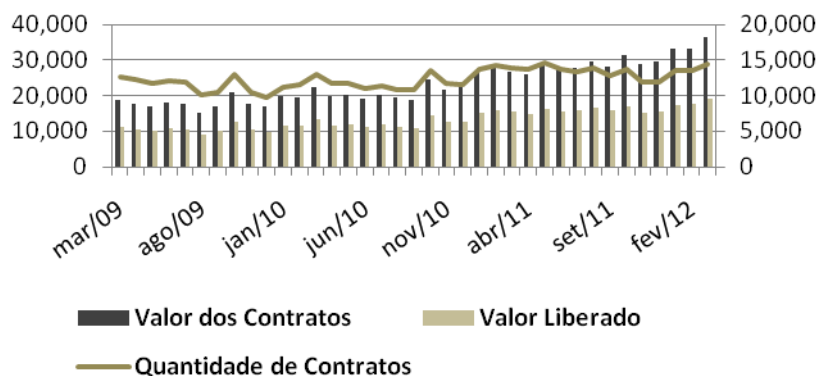
Fonte: Relatório da Carteira

Parcelas Vencidas e Não Liquidadas – Empréstimo Pessoal



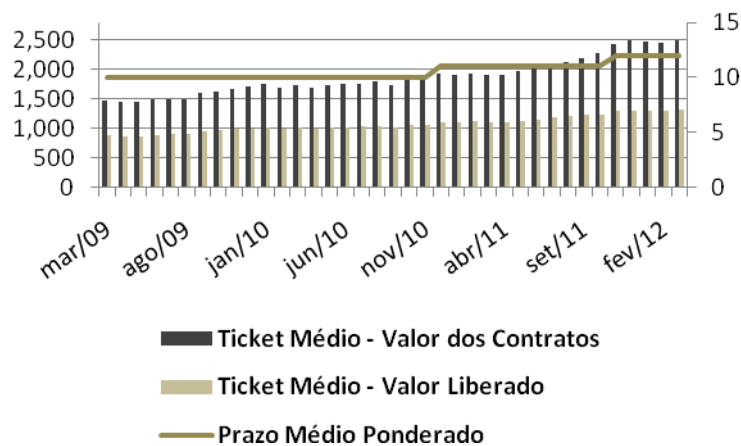
Fonte: Relatório da Carteira

Originação Mensal - Empréstimo Pessoal



Fonte: Relatório da Carteira

Ticket Médio e Prazo Médio - Empréstimo Pessoal



Fonte: Relatório da Carteira

Procedimentos em relação a falências e recuperação judicial

Os Devedores dos Direitos Creditórios serão exclusivamente pessoas físicas, que não estão sujeitos a falência e recuperação judicial ou extrajudicial.

Garantias

Os Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo podem contar com cobertura de apólice de seguro. Caso ocorra o inadimplemento dos Direitos Creditórios, seja pelo não pagamento pelos Devedores, a Instituição Administradora exercerá, em nome do Fundo, os direitos relativos às garantias e seguros eventualmente contratados.

PRESTADORES DE SERVIÇO

Instituição Administradora

O Fundo será administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM.

Histórico e Atividades

A BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM é uma sociedade controlada pelo Banco BTG Pactual S.A., e concentra as atividades de gestão de recursos de terceiros do grupo BTG Pactual.

A atividade de gestão de recursos de terceiros desenvolveu-se como desdobramento natural da capacidade de pesquisa e da expertise do Banco BTG Pactual S.A. em tesouraria, tendo incorporado desde o início, em 1984, a filosofia básica de investimento representada pela busca por retornos financeiros, sob uma ótica de controle de risco e foco em preservação de capital.

Em agosto de 2012, o grupo BTG Pactual possuía R\$76.432,4 milhões em patrimônio líquido de fundos de investimento sob gestão, sendo o 6º maior gestor de fundos de investimento do país, segundo dados da ANBIMA.

Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Instituição Administradora

A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios que integrem a carteira do Fundo, assumindo a obrigação de aplicar em sua administração os princípios técnicos recomendáveis e o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na condução de seus próprios negócios, sempre no único e exclusivo benefício dos Cotistas, observados os direitos, garantias e prerrogativas especiais dos titulares das Cotas Seniores definidos nos Documentos do Fundo.

Incluem-se entre as obrigações da Instituição Administradora:

- i) celebrar os Documentos do Fundo por ordem e conta do Fundo e contratar, também por conta e ordem do Fundo, Agência Classificadora de Risco e Auditor Independente encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- ii) iniciar ou fazer com que se inicie, quando for o caso, quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (a) à cobrança dos Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, (b) à excussão de quaisquer garantias eventualmente prestadas; e (c) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Cotistas;

- iii) desde que esgotados todos os meios e procedimentos necessários ao recebimento e à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos referidos ativos; o preço de alienação dos referidos ativos de titularidade do Fundo não poderá, salvo se de forma diversa for aprovado pela Assembleia Geral, sob pena de responsabilização da Instituição Administradora por eventuais danos ou prejuízos causados ao Fundo, ser vil e inferior ao seu respectivo valor contábil, devidamente ajustado pelas regras da Instrução CVM 489;
- iv) praticar todos os atos de administração ordinária do Fundo, de modo a manter a sua boa ordem legal, operacional e administrativa;
- v) monitorar o cumprimento integral pelo Fundo dos limites, índices e critérios referidos no Regulamento;
- vi) monitorar, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas à Cedente e ao Custodiante;
- vii) informar imediatamente à Agência Classificadora de Risco a ocorrência dos seguintes eventos:
 - a) substituição do Auditor Independente ou do Custodiante;
 - b) ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada; e
 - c) celebração de aditamentos aos Documentos do Fundo.
- viii) entregar e/ou manter à disposição da Agência Classificadora de Risco cópia dos relatórios preparados pela própria Instituição Administradora, pelo Custodiante, pela Cedente e/ou demais prestadores de serviços contratados pelo Fundo, nos termos dos Documentos do Fundo;
- ix) notificar a Agência Classificadora de Risco a respeito da convocação de quaisquer Assembleias Gerais, em até 5 dias contados de sua convocação, bem como notificar a Agência Classificadora de Risco a respeito das deliberações tomadas em Assembleias Gerais em até 5 dias contados de sua realização;
- x) registrar o documento de constituição do Fundo e o Regulamento e seu(s) anexo(s), bem como eventuais alterações e futuras versões do Regulamento e de seu(s) anexo(s), em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade sede da Instituição Administradora;

- xi) manter atualizados e em perfeita ordem:
 - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - b) o registro dos Cotistas;
 - c) o livro de atas de Assembleias Gerais;
 - d) o livro de presença de Cotistas;
 - e) o prospecto de que trata o artigo 23 da Instrução CVM 356;
 - f) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, §§ 3º e 4º, da Instrução CVM 356;
 - g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
 - h) os relatórios do Auditor Independente; e
 - i) o Regulamento, alterando-o em razão de deliberações da Assembleia Geral, bem como independentemente destas, para fins exclusivos de adequação à legislação em vigor e/ou cumprimento de determinações da CVM, devendo, nestes dois últimos casos, providenciar a divulgação das alterações aos Cotistas, no prazo máximo de 30 dias da data de sua ocorrência.
- xii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio do Custodiante;
- xiii) entregar aos Cotistas, gratuitamente e mediante recibo, exemplar do Regulamento e do prospecto de que trata o artigo 23 da Instrução CVM 356;
- xiv) cientificar os Cotistas do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;
- xv) providenciar que os Cotistas assinem o Termo de Adesão ao Regulamento na mesma data de subscrição de Cotas do Fundo e manter à disposição da CVM os termos referidos no artigo 23, §1º, da Instrução CVM 356, devidamente assinados pelos Cotistas por ocasião de seu ingresso no Fundo;
- xvi) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou pelo Regulamento, na forma prevista pelos mesmos;
- xvii) custear as despesas de propaganda do Fundo, se houver;
- xviii) fornecer anualmente aos Cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;

- xix) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na Instrução CVM 356, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Instituição Administradora e o Fundo;
- xx) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo;
- xxi) divulgar aos Cotistas eventual rebaixamento da classificação de risco, no prazo máximo de 3 dias do recebimento de tal informação;
- xxii) convocar a Assembleia Geral nos termos do Regulamento;
- xxiii) no caso de intervenção ou liquidação extrajudicial da Cedente ou do Custodiante, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios para outra conta de depósito de titularidade do Fundo e convocar Assembleia Geral para decidir pela contratação de novo custodiante, se for o caso, ou pela liquidação do Fundo;
- xxiv) divulgar à Agência Classificadora de Risco, mensalmente, a Reserva de Liquidez, a Relação Mínima, a Reserva de Amortização, a Reserva de Pagamentos e os Limites de Concentração, e calcular e emitir relatórios que incluam, dentre outras, as informações e dados necessários ao cálculo dos limites, índices e parâmetros referidos no Regulamento;
- xxv) prestar à Cedente, sempre que solicitado e em prazo hábil, todas as informações necessárias acerca do Fundo;
- xxvi) possuir regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação, que lhe permitam verificar o cumprimento, pelo Cedente, da obrigação de validar os Direitos Creditórios em relação às Condições de Cessão;
- xxvii) fornecer informações relativas aos Direitos Creditórios adquiridos ao Sistema de Informações de Créditos do Banco Central do Brasil (SCR), nos termos da norma específica; e
- xxviii) disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores (a) quaisquer informações relativas ao Fundo divulgadas para Cotistas ou terceiros, exceto (1) em relação a informações divulgadas a prestadores de serviços do Fundo, desde que tais informações sejam necessárias à execução de suas atividades; (2) em relação a informações divulgadas a órgãos reguladores e autorreguladores, quando tais informações visem atender solicitações legais, regulamentares ou estatutárias; e (3) informações sigilosas e confidenciais relativas à Cedente, nas quais se incluem, mas não se limitam, a políticas de crédito; e (b) as regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação, relativos à verificação do efetivo cumprimento das obrigações atribuídas aos prestadores de serviços eventualmente contratados pelo Fundo, conforme permitido nos termos do Regulamento.

Para fins do previsto no subitem “xxiv” acima, a Relação Mínima, a Reserva de Amortização, a Reserva de Liquidez, a Reserva de Pagamentos e os Limites de Concentração deverão ser calculados pela Instituição Administradora com base nas informações disponibilizadas pelo Custodiante, na forma prevista no Regulamento.

É vedado à Instituição Administradora:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo;
- ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas.

As vedações de que tratam os subitens “i” a “iii” acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Instituição Administradora e de suas Afiliadas, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas. Excetuam-se do ora disposto os títulos de emissão do Tesouro Nacional e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional integrantes da carteira do Fundo.

É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo:

- i) emitir quaisquer classes ou Séries de Cotas Seniores não expressamente autorizadas no Regulamento;
- ii) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- iii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos no Regulamento;
- iv) aplicar recursos diretamente no exterior;
- v) adquirir Cotas do próprio Fundo;
- vi) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- vii) vender Cotas do Fundo a prestação;
- viii) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;
- ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

- x) efetuar operações envolvendo derivativos, mesmo operações com caráter de proteção da carteira;
- xi) obter ou conceder empréstimos;
- xii) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- xiii) vender Direitos Creditórios a terceiros por preço inferior ao seu valor contábil sem a prévia anuência da Assembleia Geral; e
- xiv) vender Cotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de Cotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate.

A Instituição Administradora poderá, sem prejuízo de sua responsabilidade e da do diretor responsável, contratar serviços de:

- i) consultoria especializada;
- ii) gestão da carteira do Fundo com terceiros autorizados pela CVM de acordo com o disposto na regulamentação aplicável aos administradores de carteiras de valores mobiliários;
- iii) custódia, prestada por instituição credenciada na CVM, para o desempenho dessa atividade; e
- iv) agente de cobrança de Direitos Creditórios inadimplidos.

Caso a Instituição Administradora acumule as funções de gestão e de custódia do Fundo, deve manter total segregação de tais atividades nos termos da regulamentação aplicável aos administradores de carteira de valores mobiliários.

Remuneração da Instituição Administradora

A Instituição Administradora, em virtude de seus serviços prestados ao Fundo, fará jus ao recebimento da Taxa de Administração. Maiores informações a respeito da Taxa de Administração podem ser obtidos no item “Taxas – Remuneração da Instituição Administradora”, na página 101 deste Prospecto Definitivo.

Substituição da Instituição Administradora

A Instituição Administradora, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral, a se realizar em 15 dias contados da convocação, para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da Instrução CVM 356.

Na hipótese de deliberação pela liquidação do Fundo, a Instituição Administradora se obriga a permanecer no exercício de sua função até a liquidação total do Fundo.

Os Cotistas reunidos em Assembleia Geral também poderão (i) deliberar pela substituição da Instituição Administradora, devendo encaminhar a este documento contendo as razões e os motivos da solicitação de substituição da Instituição Administradora, e (ii) indicar o nome, a qualificação, experiência e remuneração de instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Instituição Administradora, nos termos da legislação aplicável, do Regulamento e dos demais Documentos do Fundo.

Na hipótese de deliberação pela Assembleia Geral da substituição da Instituição Administradora, esta deverá permanecer no exercício regular de suas funções pelo menor prazo entre (i) 30 dias, prorrogáveis por igual período uma única vez, a critério dos Cotistas, ou (ii) até que seja contratada outra instituição administradora.

A Instituição Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, (i) colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de até 10 Dias Úteis contado da realização da respectiva Assembleia Geral que deliberou sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e obrigações da Instituição Administradora, bem como (ii) prestar qualquer esclarecimento sobre a administração do Fundo que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição que vier a substituí-la, no prazo referido no parágrafo anterior.

Em caso de substituição da Instituição Administradora, a instituição substituta não poderá ser integrante do grupo econômico do Custodiante.

Gestora

As funções de gestão da carteira do Fundo ficarão a cargo da BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM.

Histórico e Atividades

A BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM é uma sociedade controlada pelo Banco BTG Pactual S.A., e desempenha a atividade de *asset management* do grupo BTG Pactual.

Em agosto de 2012, o grupo BTG Pactual possuía R\$76.432,4 milhões em patrimônio líquido de fundos de investimento sob gestão, sendo o 6º maior gestor de fundos de investimento do país, segundo dados da ANBIMA.

Substituição da Gestora

Aplicam-se à Gestora as regras para substituição da Instituição Administradora.

Custodiante

O Banco Bradesco S.A. foi contratado para prestar ao Fundo os serviços de custódia e controladoria, bem como de escrituração de Cotas, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM 356.

Histórico e Atividades

O Banco Bradesco S.A., por meio do Departamento de Ações e Custódia - Bradesco Custódia, é um dos principais prestadores de serviços qualificados para o mercado de capitais, sendo líder nacional em custódia qualificada, conforme o Ranking ANBIMA de Custódia de Ativos – Mercado Doméstico. Está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral como custódia, controladoria, escrituração de ativos, serviços de banco mandatário, fundo de investimento em direitos creditórios, trustee, agente de compensação, BDRs e DRs, há mais de 30 (trinta) anos.

Contando com uma equipe de profissionais especializados, a oferta de serviços é feita em total aderência às demandas dos clientes e às diretrizes dos reguladores e auto-reguladores, tendo como principais pilares o relacionamento e a parceria de longo prazo.

O Bradesco Custódia conta com 10 certificações relacionadas à gestão da qualidade ISO 9001:2008 e 3 certificações referentes à proteção de dados “GoodPriv@cy”, que ampliam as estruturas de controles e reforçam a eficácia dos processos, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

O Bradesco Custódia também aderiu ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas dos Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais, ratificando, assim, que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências do citado código.

Especificamente para a área de custódia, o Bradesco mantém sistemas que garantem a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

Nessa área são mantidos os melhores sistemas do mercado, existindo contingência de sistemas e ambiente físico, o que garante a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

Responsabilidades

O Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

- i) receber e verificar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, conforme prazo definido no subitem “iii” abaixo;
- ii) quando de sua cessão ao Fundo, validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;
- iii) durante o funcionamento do Fundo, trimestralmente, verificar a documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios representados por operações financeiras, sendo que os Direitos Creditórios a serem verificados serão os integrantes da carteira, bem como as movimentações realizadas no trimestre anterior a verificação, acrescido das aquisições de Direitos Creditórios realizadas no trimestre em análise. Caso seja usada a prerrogativa prevista neste artigo para a realização de verificação de lastro por amostragem, a amostra deverá ser obtida a partir do conjunto de Direitos Creditórios obtidos pelo procedimento acima descrito;
- iv) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios, evidenciados pelo Contrato de Cessão, pelos Termos de Cessão e documentos comprobatórios da operação;
- v) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos Direitos Creditórios e outros ativos;
- vi) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos Creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para o Auditor Independente, Agência Classificadora de Risco e órgãos reguladores;
- vii) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, em conta de titularidade do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados;
- viii) disponibilizar à Instituição Administradora as informações necessárias ao cálculo, na forma prevista no Regulamento, dos Limites de Concentração, fornecendo à Instituição Administradora as informações e dados necessários ao cálculo dos limites, índices e parâmetros referidos no Regulamento, bem como a Relação Mínima, a Reserva de Amortização, a Reserva de Liquidez e a Reserva de Pagamentos;
- ix) prestar serviços de custódia qualificada de Outros Ativos; e
- x) fazer a escrituração das Cotas.

A verificação da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios referida nos itens (i) e (iii) acima será realizada pelo Custodiante, por meio de auditoria periódica, no mínimo trimestral, sempre por amostragem, nos Direitos Creditórios adquiridos. As irregularidades apontadas nesta auditoria serão informadas à Instituição Administradora. Não obstante tal auditoria, o Custodiante não é responsável pela veracidade dos Documentos Comprobatórios e pela existência dos Direitos Creditórios, sendo, no entanto, responsável pela pronta informação caso venha a ter conhecimento de eventuais irregularidades.

O Custodiante somente poderá contratar empresas especializadas para realizar as atividades de guarda e de verificação de lastro dos Direitos Creditórios descritas acima, sem prejuízo de sua responsabilidade.

O Custodiante não poderá contratar a Cedente (ou partes a ele relacionadas) ou instituições contratadas como consultor especializado ou gestor do Fundo (ou partes a eles relacionadas) para prestar os serviços mencionados no item anterior. Ademais, em caso de contratações, o Custodiante deverá estabelecer regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação, que devem:

- i) constar do prospecto do Fundo;
- ii) constar do contrato de prestação de serviços;
- iii) ser disponibilizados e mantidos atualizados na página da Instituição Administradora na rede mundial de computadores;
- iv) permitir o efetivo controle do Custodiante sobre a movimentação da documentação relativa aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo sob guarda do prestador de serviço contratado; e
- v) permitir verificar o cumprimento, pelo prestador de serviço contratado, do disposto nos subitens (i) e (iii) do primeiro parágrafo deste item, no que se refere à verificação de lastro dos Direitos Creditórios, nos subitens 9.1 (v) e (vi) do primeiro parágrafo deste item no que se refere à guarda dos Documentos Comprobatórios, bem como na regulamentação aplicável.

O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções a este atribuídas nos termos do Regulamento e dos demais Documentos do Fundo. Neste caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Instituição Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 90 dias contado do envio à Instituição Administradora de comunicação, por escrito, informando-a de sua renúncia.

Em caso de substituição do Custodiante, a instituição substituta não poderá ser integrante do grupo econômico da Instituição Administradora.

Agente Cobrador

A Instituição Administradora contratou o Cedente como Agente Cobrador, para prestar ao Fundo os serviços de cobrança de Direitos Creditórios inadimplidos, conforme os procedimentos previstos no Anexo III deste Regulamento. Não caberá ao Agente Cobrador, em nenhuma hipótese, o recebimento de quaisquer valores relativos aos Direitos Creditórios inadimplidos de titularidade do Fundo, que deverão ser pagos pelos Devedores respectivos diretamente em conta corrente específica para tal finalidade em nome do Fundo, sendo o Agente Cobrador tão somente responsável pelo contato com os Devedores de Direitos Creditórios inadimplidos. Referida cobrança será realizada conforme os procedimentos previstos no Anexo III do Regulamento e reproduzidos na cláusula “Direitos Creditórios - Recebimento e cobrança dos Direitos Creditórios - Procedimento Ordinário de Cobrança” acima, na página 75 deste Prospecto Definitivo.

Procedimento para Verificação das atividades do Agente Cobrador

A Cedente deverá manter disponíveis para a Instituição Administradora a documentação e as informações que comprovem a aderência de suas práticas de cobrança às regras e procedimentos estabelecidos no Regulamento.

A Instituição Administradora poderá, a qualquer tempo, solicitar à Cedente a apresentação dos documentos e informações mencionados no item anterior, sendo que a Cedente deverá disponibilizá-los em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento de referida solicitação.

Caso a Instituição Administradora verifique qualquer irregularidade na condução, pela Cedente, de suas atividades de cobrança de Direitos Creditórios inadimplidos, deverá solicitar à Cedente a imediata regularização de referidas atividades, de acordo com o disposto no Regulamento e no Contrato de Cobrança, sem prejuízo da adoção das demais medidas cabíveis pela Instituição Administradora.

Guarda de Documentos

O Custodiante será o responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios, podendo contratar terceiros para realizar o serviço de depósito e guarda dos Documentos Comprobatórios, mantendo-se sempre responsável por tal terceiro, nos termos do Contrato de Depósito. Não obstante as obrigações estabelecidas acima, o Cedente é o fiel depositário dos Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo a partir de sua aquisição até sua guarda efetiva pelo Custodiante ou pelo terceiro contratado por este, conforme condições estabelecidas nos Contratos de Depósito.

O Custodiante contratará, por meio do Contrato de Depósito, a empresa Armazém de Dados Negócios e Serviços Ltda.-ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.913.555/0001-50, com sede na Rua Francisco Modenesi, 111, na Cidade de Ibirapu, Estado do Espírito Santo, para realizar a custódia das vias originais dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos e para os efeitos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responsabilizando-se, no entanto, pela sua guarda, de forma segregada, armazenagem, conservação e organização de acordo com metodologia preestabelecida, na qualidade de fiel depositário, durante o prazo de duração do Fundo, observado o disposto na regulamentação em vigor.

O Cedente será responsável pelo pagamento da remuneração devida ao Depositário.

Procedimento para Verificação das Atividades do Depositário

O Depositário, sob a supervisão do Custodiante, se comprometerá a armazenar os Documentos Comprobatórios cedidos ao Fundo com o máximo de cuidado, diligência e organização, de forma a permitir o seu controle, identificação e tempestiva localização, nos prazos estabelecidos no Contrato de Depósito, assegurando o efetivo controle do Custodiante sobre a movimentação dos Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios.

Os Documentos Comprobatórios relativos ao lastro dos Direitos Creditórios abrangem os seguintes documentos referentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, devidamente identificados pelo número de inscrição do respectivo Devedor no CPF/MF e do empréstimo: via original do Termo de Adesão em Contrato de Financiamento registrado no Cartório de Títulos e Documentos de Vitória – ES – Oficial Myrian Castello Miguel – sob nº 216495.

A contratação de terceiros pelo Custodiante, descrita nos itens acima, não exclui as responsabilidades do Custodiante, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM nº 356/01 e do artigo 16 da Instrução CVM nº 89, de 8 de novembro de 1988, conforme alterada.

O Custodiante não é responsável pela autenticidade dos Documentos Comprobatórios, sendo, no entanto, responsável em informar à Instituição Administradora caso venha a ter conhecimento de eventuais irregularidades a eles relacionadas apontadas pelo terceiro contratado, quando da verificação do lastro dos Direitos Creditórios.

O Custodiante ou o terceiro por ele contratado se compromete a prontamente observar as ordens previamente estabelecidas de restituição dos Documentos Comprobatórios dadas pela Instituição Administradora, observando ainda as eventuais indicações de dia, horário e local estabelecidas.

Remuneração do Custodiante

O Custodiante fará jus à remuneração descrita no item “Taxas – Remuneração do Custodiante”, na página 101 deste Prospecto Definitivo.

Substituição do Custodiante

Desde que previamente aprovado pela Assembleia Geral, a Instituição Administradora poderá contratar outro Custodiante.

A contratação de novo Custodiante estará sujeita à confirmação da classificação de risco das Cotas Seniores pela Agência Classificadora de Risco.

Na hipótese de os Cotistas reunidos em Assembleia Geral não aprovarem a substituição do Custodiante, os Cotistas poderão deliberar pela liquidação do Fundo, nos termos do item “Liquidação do Fundo” deste Prospecto.

Aplica-se à substituição do Custodiante, no que couber, o disposto no item “Prestadores de Serviço – Instituição Administradora – Substituição da Instituição Administradora”, na página 92 deste Prospecto Definitivo.

Coordenador Líder

O Banco BTG Pactual S.A. foi contratado para prestar ao Fundo os serviços de coordenação da oferta pública das Cotas Seniores.

Histórico e Atividades

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões & aquisições, wealth management, asset management e sales and trading (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque e Hong Kong. Na área de wealth management, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde asset management a planejamento de corporate finance. Na área de investment banking, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo empresas, governos, hedge fundos, empresas de private equity, bancos, corretoras e gestores de ativos. O BTG Pactual participa ativamente das atividades de coordenação e distribuição de emissões de dívidas e ações para empresas brasileiras nos mercados de capitais. A força da área de distribuição provém de seu acesso e da prestação de serviços aos vários grupos de investidores locais e externos, de renda fixa ou dedicados a renda variável. A área de mercado de capitais do BTG Pactual assessora diversos clientes na captação de recursos no mercado local, através de operações de debêntures e notas promissórias. Entre as principais, destacam-se: emissão de debêntures da Telemar Norte Leste em que atuou como um dos coordenadores em 2006, no valor de aproximadamente R\$2,2 bilhões; emissão de debêntures do BNDESPAR em que atuou como Coordenador Líder em 2007, no valor de R\$6,1 bilhões; emissão de Notas Promissórias da Concessionária do Rodoanel Oeste, em que atuou como Coordenador Líder em 2008, no valor de R\$650 milhões e emissão de debêntures da Companhia de Concessões Rodoviárias, em que atuou como Coordenador Líder em 2009, no valor de aproximadamente R\$597 milhões.

Além disso, o BTG Pactual coordenou as emissões da Vale, no valor de R\$5,5 bilhões e da Braskem S.A., no valor de R\$300 milhões e atuou como coordenador líder das emissões; da Companhia Siderúrgica Nacional, no valor total de R\$600 milhões; das Lojas Americanas S.A., no valor de R\$200 milhões; da Lupatech S.A., no valor de R\$227 milhões; da Camargo Corrêa Cimentos S.A., no valor de R\$360 milhões; e da Vicunha Siderurgia S.A., no valor de R\$1,2 bilhão. Em 2010, o BTG Pactual estruturou as seguintes emissões que merecem destaque: 4 concessionárias estaduais do Grupo OHL Brasil, no valor de R\$1,4 bilhão; Telemar Norte Leste S.A., no valor de R\$2 bilhões; Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., no valor de R\$400 milhões; Transmissora Aliança de Energia S.A., no valor de R\$600 milhões e da Amil Participações S.A. no valor de R\$900 milhões. Já em 2011, estruturou a primeira emissão de debêntures da Mills, no valor de R\$270 milhões, bem como as coordenou as emissões da Localiza, Iguatemi, Brookfield e das subsidiárias da Neoenergia (CELPE e Itapebi) e CCR (ViaOeste), que merecem destaque.

O BTG Pactual é o líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2011 pelo número de operações, participando de um total de mais de 100 operações no período, segundo o ranking da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em 2010 em número de ofertas e 2º em volume de ofertas, ambos de acordo com a ANBIMA. Em 2009, como assessor financeiro exclusivo da Perdigão na sua fusão com a Sadia, criando uma das maiores empresas globais da indústria alimentícia, e depois como coordenador líder do Follow-on subsequente à fusão, recebeu o prêmio de Follow-on do Ano na América Latina pela LatinFinance. O BTG Pactual também recebeu o prêmio de IPO do Ano em 2009 na América Latina por sua atuação na oferta de Visanet.

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010 e 2011 como o “Brazil’s Equity House of the Year”. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes “World’s Best Equity House” (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de “Equity House of the Year” (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam seis vezes o título de “Best Equity House Latin America” (Euromoney de 2002 a 2005 e 2007 a 2008). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de equity research, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de “#1 Equity Research Team Latin America” de 2003 a 2007 (Institutional Investor). No entanto, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos oito anos, como primeiro colocado no ranking da Institutional Investor de 2003 a 2009 e segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o ranking publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de follow-on do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, EcoRodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de follow-on das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: follow-on de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e os IPOs de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead settlement agent na oferta de Gerdau, a qual foi registrada no Brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros, mostrando assim sua forte capacidade de distribuição internacional.

O BTG Pactual também oferece serviços de sales and trading (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Os especialistas em produtos, setores e países oferecem consultoria e execução de fusões e aquisições de primeira linha. Na área de asset management, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes private, empresas e parceiros de distribuição.

Como assessor financeiro em fusões e aquisições, o BTG Pactual também apresentou forte atuação tanto em 2010 como em 2011, ficando em primeiro lugar no ranking de fusões e aquisições nos dois anos, de acordo com a Thomson Reuters, conforme informações em 31 de dezembro em 2010 e 31 de dezembro de 2011. O BTG Pactual assessorou seus clientes em importantes transações de fusões e aquisições em 2010, como, por exemplo, fusão da TAM com a LAN, joint-venture entre Cosan e Shell, consolidação da participação detida pela Petrobras em Braskem e Quattor e venda de participação minoritária no Teuto para a Pfizer; em 2011, também participou de importantes transações, tais como aquisição do controle da Usiminas pela Ternium, assessor dos controladores da Schincariol na venda do controle para a Kirin, fusão da Vanguarda com a Brasil Ecodiesel e venda da WTorre Properties para a BR Properties. Em 2012, o BTG Pactual tem assessorado seus clientes em importantes transações, tais como Joint Venture da CIBE com a divisão de concessão do grupo Atlantia e parceria da MPX com a E.ON.

Remuneração do Coordenador Líder

Pelos serviços de estruturação e colocação prestados pelo Coordenador Líder nos termos do Contrato de Colocação, a Cedente pagará ao Coordenador Líder os seguintes comissionamentos: (i) Comissão de Estruturação e Distribuição, equivalente a 1,25% incidente sobre o número de Cotas Seniores subscritas, multiplicado pelo respectivo valor unitário na Data de Subscrição Inicial; (ii) Comissão de Sucesso equivalente a 20% da diferença positiva entre (a) o valor presente do fluxo de pagamento (juros mais principal, considerando a rentabilidade-alvo máxima das Cotas Seniores utilizada no Procedimento de *Bookbuilding*) das Cotas Seniores descontadas pela rentabilidade-alvo máxima das Cotas Seniores utilizada no Procedimento de *Bookbuilding*; e (b) o valor presente do fluxo de pagamento (juros mais principal, considerando rentabilidade-alvo final das Cotas Seniores, obtida após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*) das Cotas Seniores descontadas pela rentabilidade-alvo final das Cotas Seniores, obtida após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*; e (iii) Prêmio de Garantia Firme, equivalente a 2,03% incidente sobre o montante total das Cotas Seniores objeto da Garantia Firme, observado o valor máximo de R\$40.000.000,00 em Cotas Seniores.

A remuneração do Coordenador Líder será integralmente suportada pela Cedente.

Auditor Independente

A KPMG Auditores Independentes foi contratada para prestar ao Fundo os serviços de auditoria.

Remuneração do Auditor Independente

O Auditor Independente fará jus à remuneração descrita no item “Taxas – Remuneração dos demais prestadores de serviços”, na página 101 deste Prospecto Definitivo.

Substituição do Auditor Independente

O Auditor Independente poderá ser substituído a critério da Instituição Administradora.

Agência Classificadora de Risco

A Fitch Ratings do Brasil Ltda. foi contratada para prestar ao Fundo os serviços de classificação de risco.

Remuneração da Agência Classificadora de Risco

A Agência Classificadora de Risco fará jus à remuneração descrita no item “Taxas – Remuneração dos demais prestadores de serviços”, na página 101 deste Prospecto Definitivo.

Substituição da Agência Classificadora de Risco

A Agência Classificadora de Risco poderá ser substituída a critério da Instituição Administradora.

TAXAS

Além das taxas descritas abaixo, não poderão ser cobradas dos Cotistas quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

Remuneração da Instituição Administradora

Será devida à Instituição Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições de administração do Fundo, definidas no Regulamento e nos Documentos do Fundo, remuneração correspondente a 0,60% ao ano sobre o PL do Fundo, à base de 1/252, calculada e provisionada diariamente e paga mensalmente até o 5º Dia Útil do mês subsequente respeitado o valor mínimo mensal de R\$35.000,00, acrescido de R\$4.000,00 por mês.

A remuneração acima não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembleias Gerais. Não estão incluídas, igualmente, as despesas previstas como despesas e encargos do Fundo, a serem debitadas do Fundo pela Instituição Administradora.

A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração acima fixada.

Não poderão ser cobradas dos Cotistas quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

Remuneração do Custodiante

Pela prestação dos serviços de custódia, o Custodiante fará jus a remuneração equivalente a remuneração correspondente a 0,35% ao ano sobre o PL do Fundo, à base de 1/252, calculada e provisionada diariamente e paga mensalmente até o 5º Dia Útil do mês subsequente, observado o valor mínimo de R\$4.000,00 por mês.

Remuneração dos Demais Prestadores de Serviços

Além do valor devido pela prestação de serviços de administração do Fundo e pela prestação dos serviços de custódia, são devidas pelo Fundo aos demais prestadores de serviço as seguintes remunerações, descritas abaixo. Não foi concedida prioridade de pagamento a qualquer das despesas abaixo relacionadas:

Despesa	Valor/Ano (em R\$)
Auditoria	20.000,00
Classificação de risco	45.000,00
Agente de Cobrança	1.000,00 ⁽¹⁾

(1) Será devido ao Agente de Cobrança um único pagamento no valor de R\$1.000,00 em 180 dias contados da data de celebração do Contrato de Cobrança.

SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES

Contrato de Cessão

Contrato a ser firmado entre a Cedente e o Fundo, representado por sua Instituição Administradora, tendo o Custodiante como interveniente anuente.

Por meio do Contrato de Cessão, a Cedente se compromete a de forma irrevogável e irretratável, ofertar e ceder ao Fundo, durante o prazo de duração do Fundo, sempre que a Instituição Administradora solicitar, Direitos Creditórios livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, de qualquer natureza, em quantidade que seja suficiente para que o Fundo cumpra sua política de investimento e com composição da sua carteira definida no Regulamento e mantenha no mínimo 50% e no máximo 99% de seu Patrimônio Líquido alocado em Direitos Creditórios.

A Cedente se compromete, também, a ofertar ao Fundo Direitos Creditórios que atendam às Condições de Cessão, podendo o Fundo adquirir o montante de Direitos Creditórios compatível com suas disponibilidades financeiras no momento da oferta de Direitos Creditórios, no limite de sua capacidade aquisitiva, observada sua política de investimento, as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade, conforme definidos no Anexo I ao Contrato de Cessão.

As Partes estabelecem que, enquanto o Contrato de Cessão estiver em vigor, e sem prejuízo do disposto acima, não há quantidade mínima ou máxima de Direitos Creditórios a serem ofertados e cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão.

A Cedente obriga-se a não realizar alterações nos Mútuos referentes aos Direitos Creditórios.

Nos termos dos artigos 287 e 893 do Código Civil Brasileiro e do Contrato de Cessão, a cessão ao Fundo dos Direitos de Crédito contempla (i) os Direitos Creditórios que a Cedente origina e detém contra seus Devedores em decorrência da realização de operações de empréstimo pessoal e crédito direto ao consumidor, na forma de Mútuo, (ii) todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados aos Direitos Creditórios, e (iii) todos os Documentos Comprobatórios.

A Cedente não se responsabiliza pela solvência dos Devedores, responsabilizando-se, contudo, civil e criminalmente, (i) pela existência, exigibilidade, conteúdo, legalidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos Creditórios, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, (ii) por eventuais oposições ou exceções apresentadas pelos Devedores contra a Cedente, nos termos do artigo 294 do Código Civil; (iii) por quaisquer prejuízos sofridos pelo Fundo em razão de dificuldade ou impossibilidade de cobrança dos Direitos Creditórios adquiridos que tenham qualquer vício em sua formação; e (iv) por verificar, em cada Data de Aquisição dos Direitos Creditórios, o atendimento dos Direitos Creditórios às Condições de Cessão aplicáveis nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão.

A obrigação de cessão de Direitos Creditórios perdurará até a liquidação do Fundo, sujeitando-se a Cedente pelo eventual descumprimento da referida obrigação à indenização prevista no Contrato de Cessão.

O Fundo não estará obrigado a adquirir Direitos Creditórios.

A cessão dos Direitos Creditórios da Cedente para o Fundo será considerada realizada na data em que o Custodiante verificar o atendimento, pelos Direitos Creditórios, aos Critérios de Elegibilidade, ficando sujeita, ainda, ao atendimento cumulativo das condições precedentes previstas no Contrato de Cessão.

Pela cessão dos Direitos Creditórios objeto do Contrato de Cessão, o Fundo tornar-se-á titular dos Direitos Creditórios adquiridos e pagará à Cedente, em contrapartida à cessão dos Direitos Creditórios, na Data de Aquisição, o Preço da Cessão à vista, em moeda corrente nacional ou em Cotas Subordinadas, conforme o caso, apurado na forma prevista no Contrato de Cessão, em razão do que a Cedente dará ao Fundo a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação. O extrato contemplando o lançamento do depósito do Preço de Aquisição na conta da Cedente, indicada no Termo de Cessão, servirá como comprovante de quitação em favor do Fundo de sua obrigação de pagamento do Preço da Cessão, nada mais sendo devido pelo Fundo à Cedente a esse título.

Enquanto não for possível realizar a liquidação das operações de cessão de Direitos Creditórios elegíveis por meio da C3, a Instituição Administradora, em nome do Fundo, deverá realizar o pagamento do Preço de Cessão ao Cedente, no mesmo Dia Útil da formalização do respectivo Termo de Cessão, em moeda corrente nacional, mediante transferência eletrônica disponível ou outra forma autorizada pelo Banco Central do Brasil, valendo o comprovante de transferência como recibo de quitação do Cedente.

Assim que permitido nos termos do Regulamento de Operação da C3, toda e qualquer operação de cessão de Direitos Creditórios entre o Cedente e o Fundo deverá ser liquidada por meio da C3.

Responsabilidade do Fundo

O risco de insolvência dos Devedores correrá por conta exclusiva do Fundo, não havendo qualquer direito de regresso contra a Cedente. A Cedente não responderá pela solvência dos Devedores, nos termos do artigo 296 do Código Civil.

Compromisso de subscrição e integralização de Cotas Subordinadas pela Cedente

A Cedente, como condição essencial do Contrato de Cessão, obrigou-se de forma irrevogável e irretratável a subscrever Cotas Subordinadas do Fundo, sempre que solicitado pela Instituição Administradora, nas seguintes hipóteses:

- i) sempre que emitidas Cotas Seniores do Fundo, em proporção correspondente a 30% do Patrimônio Líquido;
- ii) caso a Relação Mínima, em qualquer momento, fique abaixo de 143%; ou
- iii) na hipótese de a Reserva de Amortização, a Reserva de Liquidez e/ou a Reserva de Pagamentos deixar de atender aos limites de enquadramento descritos no Regulamento.

As Cotas Subordinadas subscritas pela Cedente poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional ou em Direitos Creditórios que atendam as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade.

Eventos de Revisão e Eventos de Resilição

Eventos de Revisão

Para efeitos do Contrato de Cessão e do Regulamento, são considerados Eventos de Revisão do Contrato de Cessão:

- i) alienação do controle acionário da Cedente;
- ii) modificações estatutárias que alterem o objeto social preponderante do Cedente;
- iii) caso se verifique falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pela Cedente no Contrato de Cessão que possa afetar negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- iv) existência de evidências de que a Cedente tenha oferecido ao Fundo Direitos Creditórios em desacordo com as Condições de Cessão definidas no Regulamento e reproduzidas no Contrato de Cessão;
- v) criação de novos impostos, taxas ou contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possam comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores, conforme definido no Regulamento;
- vi) caso a Cedente, qualquer de suas pessoas controladas e/ou controladoras diretas se encontre inadimplente no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária em que qualquer das pessoas acima referidas seja parte e/ou tenha sido declarado o vencimento antecipado de qualquer dos negócios acima referidos, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$10.000.000,00;
- vii) caso tenham sido apresentados para protesto ou tenham sido protestados títulos emitidos pela Cedente ou sacados contra a Cedente, suas pessoas controladas e/ou controladoras diretas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$10.000.000,00;
- viii) caso haja decisões em novos processos judiciais contra a Cedente, suas pessoas controladoras diretas ou contra qualquer controlada, no âmbito de ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$10.000.000,00;
- ix) caso ocorra em novos processos a efetivação de arresto ou de penhora de bens da Cedente, de suas pessoas controladoras ou controladas, cujo valor de referidos bens seja superior a R\$10.000.000,00, considerados individualmente ou em conjunto;

- x) caso ocorra em novos processos a concessão de qualquer medida que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade da Cedente em valor superior a R\$10.000.000,00;
- xi) caso a Cedente deixe de subscrever Cotas Subordinadas na forma prevista no Contrato de Cessão;
- xii) descumprimento pela Cedente de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Contrato de Cessão e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte que não seja um Evento de Revisão ou um evento de resilição, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 2 Dias Úteis contados do descumprimento;
- xiii) caso, ao término dos prazos acordados no Contrato de Cessão, não tenha sido requerido o registro do Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão em Cartórios de Registro de Títulos e Documentos situados nas comarcas do Rio de Janeiro e Vitória e caso a Cedente não tenha encaminhado o documento comprobatório do registro do Contrato de Cessão à Instituição Administradora;
- xiv) existência de evidências de que o Cedente tenha (i) emitido ou, por comprovada negligência e má-fé, tenha permitido a entrega ao Fundo de Direitos Creditórios sem lastro e/ou em duplicidade ou vinculados a qualquer outro negócio jurídico legítimo; ou ainda (ii) oferecido, ao Fundo, Direitos Creditórios sobre os quais recaiam quaisquer ônus, encargos ou gravames, que tenham sido constituídos pelo Cedente prévia ou concomitantemente à oferta ao Fundo;
- xv) caso não tenha sido obtido o registro do Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão em Cartórios de Registro de Títulos e Documentos situados nas comarcas do Rio de Janeiro e Belo Horizonte no prazo de 45 dias contados de seu protocolo;
- xvi) protocolo de pedido de falência da Cedente ou de qualquer de suas sociedades controladoras diretas por qualquer pessoa ligada ou concessão de sua autofalência; ou
- xvii) qualquer alteração dos Mútuos ou da política de concessão de crédito descrita no Regulamento.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, o Fundo adotará os procedimentos aplicáveis aos Eventos de Avaliação, conforme definidos no Regulamento e reproduzidos no item “Características gerais do Fundo - Liquidação do Fundo - Eventos de Avaliação”, na página 62 deste Prospecto Definitivo.

Eventos de Resilição

São considerados Eventos de Resilição quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) decretação de intervenção ou liquidação extrajudicial da Cedente ou de qualquer de suas sociedades controladoras diretas por qualquer pessoa ligada;
- ii) decretação de falência da Cedente ou de qualquer de suas sociedades controladoras diretas por qualquer pessoa ligada ou concessão de sua autofalência;

- iii) realização de qualquer negócio ou ato jurídico cuja prática é vedada à Cedente no Contrato de Cessão, conforme reproduzidos no item “Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Cessão – Obrigações da Cedente”, na página 106 deste Prospecto Definitivo, sem a expressa autorização prévia, por escrito, da Instituição Administradora; ou
- iv) caso a Cedente venha a resilir o Contrato de Cessão.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, o Fundo adotará os procedimentos aplicáveis aos Eventos de Avaliação, conforme definidos no Regulamento e reproduzidos no item “Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo – Procedimentos de Liquidação Antecipada do Fundo”, na página 65 deste Prospecto Definitivo.

Obrigações da Cedente

Como condição essencial do Contrato de Cessão, a Cedente obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, até a amortização e/ou o resgate integral das Cotas Seniores, na figura de seus representantes legais que comparecem no Contrato de Cessão, a:

- i) cumprir pontualmente com todas as obrigações previstas no Contrato de Cessão, no Regulamento, bem como em quaisquer outros contratos referentes à operacionalização e funcionamento do Fundo de que seja parte;
- ii) adotar todas as providências para manter, no que lhe é pertinente, válidas e eficazes as declarações contidas no Contrato de Cessão, mantendo o Fundo informado de qualquer ato ou fato, no prazo de 3 Dias Úteis do conhecimento do fato que possa afetar negativamente a validade de qualquer das referidas declarações e adotando as medidas cabíveis para sanar ou evitar a inveracidade ou a incorreção da declaração;
- iii) efetuar, de acordo com as regras contábeis aplicáveis nos termos da lei e regulamentação brasileiras, os respectivos lançamentos contábeis, necessários ao registro da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo;
- iv) não ofertar Direitos Creditórios ao Fundo se tal fato: (a) caracterizar fraude contra credores, conforme previsto nos artigos 158 a 165 do Código Civil Brasileiro; (b) for passível de revogação, nos termos dos artigos 129 a 138 da Lei nº 11.101 de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada (Lei de Falências); (c) caracterizar fraude de execução, na hipótese do artigo 593 do Código de Processo Civil; ou (d) caracterizar a hipótese do artigo 185, caput, do Código Tributário Nacional;
- v) firmar e a entregar ao Fundo, durante o prazo de vigência do Contrato de Cessão, às suas expensas, todas e quaisquer informações, declarações, instrumentos e contratos, e praticar todos os atos adicionais que a Instituição Administradora venha a solicitar, por escrito, com a finalidade de proteger e salvaguardar os direitos, interesses e prerrogativas do Fundo definidos no Contrato de Cessão, bem como dos titulares de Cotas Seniores, assegurando a sua validade e eficácia, desde que seja de acordo com a legislação e regulamentação em vigor, e não acarrete ônus adicional à Cedente, além daqueles previstos no Regulamento, no Contrato de Cessão e nos demais contratos relacionados a operacionalização e funcionamento do Fundo;

- vi) dar ciência dos termos e condições do Contrato de Cessão e dos demais contratos relacionados a operacionalização e funcionamento do Fundo a seus executivos e prepostos e fazer com que estes cumpram e façam cumprir todos os seus termos e suas condições; e
- vii) não negociar com qualquer Devedor qualquer condição de pagamento dos respectivos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, exceto na medida em que for permitido pelos procedimentos de cobrança estabelecidos no Regulamento e no Contrato de Cessão.

Contrato de Colocação

O Fundo, a Instituição Administradora, a Cedente e o Coordenador Líder celebraram o Contrato de Colocação, que tem por objeto a colocação pública das Cotas Seniores da 1ª Série sob o regime de melhores esforços de colocação e de garantia firme de subscrição.

Objeto

O Coordenador Líder colocará, sob regime de garantia firme de subscrição e de melhores esforços de colocação, 114.316 Cotas Seniores, no montante total de R\$114.316.000,00, na Data de Subscrição Inicial. A quantidade de Cotas Seniores integrantes da 1ª Série e da 2ª Série foi definida após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, em Sistema de Vasos Comunicantes, sendo que qualquer uma das séries poderá não ser emitida, a depender do resultado do Procedimento do *Bookbuilding*, hipótese em que as Cotas Seniores serão emitidas em série única. As Cotas Seniores serão colocadas pelo Coordenador Líder em até 6 meses após a data de publicação do Anúncio de Início.

O exercício da Garantia Firme está sujeito à condição suspensiva de colocação, até a data de exercício da Garantia Firme, do montante mínimo de 80.000 Cotas Seniores, perfazendo, na Data de Subscrição Inicial, o valor total de R\$80.000.000,00. Deste modo, caso, até a data de exercício da Garantia Firme, não tenham sido colocadas Cotas Seniores no montante mínimo ora previsto, o Coordenador Líder ficará integralmente liberado de suas obrigações relativas à Garantia Firme, independentemente de notificação ou comunicação de ou para a Instituição Administradora ou a Cedente.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, o Fundo concedeu ao Coordenador Líder a opção para distribuição de um lote suplementar de Cotas Seniores, em volume equivalente a até 15% do volume total da Oferta, sem contar as Cotas Seniores Adicionais, conforme abaixo definidas, ou seja, em até 17.025 Cotas Seniores do Lote Suplementar, nas mesmas condições das Cotas Seniores inicialmente ofertadas, destinadas exclusivamente a atender eventual excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da Oferta. Foram emitidas 816 Cotas Seniores do Lote Suplementar, todas correspondentes a Cotas Seniores da 2ª Série.

A Instituição Administradora concordou que, caso houvesse demanda pelas Cotas Seniores, o Coordenador Líder nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, poderia aumentar a quantidade de Cotas Seniores inicialmente ofertada (sem considerar as Cotas Seniores do Lote Suplementar), em até 20%, ou seja, em até 22.700 Cotas Seniores adicionais, nas mesmas condições das Cotas Seniores inicialmente ofertadas. Não foram emitidas Cotas Seniores Adicionais.

Contrato de Custódia

O Fundo, a Instituição Administradora e o Custodiante celebraram o Contrato de Custódia.

Objeto

O Contrato de Custódia tem por objeto a prestação ao Fundo, pelo Custodiante, dos serviços de custódia, previstos no artigo 38 da Instrução CVM 356, assim como de controladoria e escrituração de Cotas.

Contrato de Cobrança

A Instituição Administradora celebrou com o Cedente, na condição de Agente de Cobrança, com a interveniência e anuência do Fundo (representado pela Instituição Administradora) e do Custodiante, o Contrato de Cobrança, para dispor sobre a cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos pelo Agente de Cobrança.

Para detalhes sobre o teor do Contrato de Cobrança, consulte a seção “Características Gerais do Fundo – Recebimento e Cobrança dos Direitos Creditórios”, na página 75 acima.

Contrato de Depósito

O Custodiante celebrou com o Depositário, com a interveniência com a interveniência e anuência do Fundo (representado pela Instituição Administradora), o Contrato de Depósito, para dispor sobre a guarda dos Documentos Comprobatórios.

Para detalhes sobre o teor do Contrato de Depósito, consulte a seção “Prestadores de Serviços – Custodiante - Guarda de Documentação”, na página 96 acima.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Sistema de Gerenciamento de Riscos e *Compliance*

A administração e a gestão do Fundo orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente. A política de investimento, bem como o nível desejável de exposição a risco, são determinados em comitês dos quais participam os principais executivos da diretoria de administração de recursos de terceiros da Instituição Administradora.

Os riscos a que está exposto o Fundo (dentre os quais, exemplificativamente, os descritos no capítulo "Fatores de Risco", na página 30 do presente Prospecto Definitivo) e o cumprimento de sua política de investimento são monitorados por área de gerenciamento de risco completamente separada da área de gestão, que utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a acompanhar o nível de exposição a risco.

A utilização desses mecanismos de controle de riscos não elimina a possibilidade de perdas pelo Cotista.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSE

Relacionamento entre a Instituição Administradora e o Custodiante

O Custodiante presta serviços de custódia para 16 fundos de investimento administrados pela Instituição Administradora.

Relacionamento entre o Coordenador Líder, a Instituição Administradora e a Cedente

A Cedente mantém uma operação de Depósito Interfinanceiro com o Coordenador Líder no montante de R\$40.000.000,00. A Cedente não possui relacionamento comercial prévio com a Instituição Administradora.

Relacionamento entre o Custodiante e a Cedente

A Cedente e o Grupo Dadalto, do qual a Cedente faz parte, mantém diversos negócios com empresas do Grupo Bradesco, dos quais destacam-se:

- i) Cobrança sem registro;
- ii) Cobrança com registro;
- iii) Antecipação a fornecedor;
- iv) Conta garantida;
- v) Custódia de cheques;
- vi) Correspondente bancário para recebimento de contas;
- vii) Pagamento de fornecedores; e
- viii) Visa vale – Vale refeição

TRIBUTAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS COTISTAS

A presente seção traz as regras gerais de tributação aplicáveis ao Fundo e seus Cotistas. A tributação do Fundo e dos Cotistas é extremamente complexa e envolve, entre outros aspectos, questões significativas atinentes à época e à natureza da realização de lucros, ganhos e perdas. Investidores em potencial deverão também ter ciência de que a forma de tributação indicada no presente resumo poderá ser modificada, por lei. No caso do IOF, as alíquotas estão constantemente sujeitas a alterações, por mero Decreto do Poder Executivo e geralmente aplicáveis a partir de sua publicação. Por esse motivo, potenciais investidores deverão consultar seus próprios consultores e especialistas em tributos no tocante aos aspectos tributários do investimento em Cotas.

Tributação do Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) IRPJ; (ii) CSLL; (iii) PIS; (iv) COFINS; e (v) IOF. Especialmente em relação ao IRPJ, o artigo 14 da IN RFB nº1.022, de 5 de abril de 2010 isenta os rendimentos, ganhos líquidos ou de capital auferidos pela carteira do Fundo. A isenção, todavia, não se aplica enquanto não subscrita a totalidade das Cotas do fundo cuja constituição estiver condicionada ao cumprimento dessa obrigação.

Tributação dos Cotistas

a) Tributação dos Cotistas residentes no país.

Os Cotistas estão sujeitos ao pagamento de IRRF. Por ser o Fundo um condomínio fechado, tal tributo incidirá (i) quando da amortização das Cotas; e (ii) no momento do resgate das Cotas, em decorrência do término do Prazo de Duração ou da liquidação antecipada do Fundo; ou ainda (iii) no caso de alienação de Cotas a terceiros. Somente haverá incidência de imposto de renda se as Cotas tiverem gerado rendimentos ou ganho de capital ao Cotista.

a.1) Amortização e/ou resgate de Cotas

No caso de amortização ou resgate de Cotas, incidirá o IRRF sobre o valor que exceder o custo de aquisição, segundo as alíquotas regressivas, variáveis em função do prazo médio da carteira de títulos do Fundo, conforme artigo 16, §2º da IN nº 1.022/10. Assim, caso a carteira do Fundo tenha prazo médio superior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda obedecerá a seguinte tabela:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	entre 181 e 360 dias
17,5%	entre 361 e 720 dias
15,0%	acima de 720 dias

Na hipótese do prazo médio da carteira do Fundo ser igual ou inferior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda será determinada da seguinte forma:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	acima de 180 dias

A Instituição Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos Cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários. Ressalte-se que os Direitos Creditórios não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

No caso de pessoa física, pessoa jurídica sujeita ao regime do SIMPLES ou isenta, a tributação é definitiva e exclusiva na fonte, ou seja, desconta-se o IRRF do titular das Cotas e não há possibilidade de qualquer compensação nem necessidade de inclusão desse rendimento na base de cálculo do imposto de renda calculado no momento do ajuste anual, conforme previsto no inciso II do artigo 76 da Lei n.º 8.981, de 20.01.1995.

No caso de pessoa jurídica não financeira tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado, o IRRF retido é considerado antecipação, podendo ser compensado com o IRPJ, apurado em cada período de apuração, nos termos do inciso I do artigo 76 da Lei n.º 8.981/95 e alterações subsequentes. Na prática, o rendimento deverá ser computado na base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Se não for possível a compensação integral do IRRF retido com o IRPJ devido no mesmo período de apuração, conforme disposto no inciso III, parágrafo 4º, artigo 2º e no inciso II, §1º, artigo 6º da Lei n.º 9.430, de 27.12.1996, o montante de IRRF eventualmente não compensado no próprio período de apuração anual ou trimestral comporá o saldo negativo de imposto de renda passível de compensação com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil de períodos subsequentes.

A pessoa jurídica não financeira que auferir rendimentos originados da amortização ou resgate das Cotas do Fundo não está sujeita ao pagamento (i) do PIS; e (ii) da COFINS, por se tratar de rendimento de natureza estritamente financeira. O Cotista que se sujeitar ao PIS e à COFINS segundo a sistemática não-cumulativa está dispensado do pagamento de tais contribuições com fundamento no Decreto n.º 5.442, de 09.05.2005. O Cotista que se sujeitar ao pagamento das aludidas contribuições com amparo na sistemática cumulativa está dispensado de seu pagamento desde a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718, de 27.11.1998, por intermédio do artigo 79, XII, da Lei n.º 11.941, de 27.05.2009.

a.2) *Alienação de Cotas a terceiros*

Na hipótese de alienação de Cotas do Fundo fora da bolsa de valores:

- (i) por pessoa física, o imposto de renda deverá incidir à alíquota de 15%, segundo as regras aplicáveis ao ganho de capital de bens em geral, e deverá ser apurado e recolhido pelo próprio Cotista até o último Dia Útil do mês subsequente ao da percepção do rendimento, nos termos do artigo 16, II, da IN RFB nº 1.022/10. Essa tributação é definitiva, não sendo tais ganhos adicionados aos rendimentos sujeitos ao ajuste anual, para fins do imposto de renda; ou
- (ii) no caso de pessoa jurídica não-financeira tributada pelos regimes do lucro real, presumido ou arbitrado, o imposto de renda incidirá sobre o ganho líquido, à alíquota de 15%, que deverá ser apurado e recolhido pelo próprio Cotista até o último Dia Útil do mês subsequente ao da percepção do rendimento, nos termos do artigo 16, I, b, c.c. artigo 55, §2º, ambos da IN RFB nº 1.022/10. Essa tributação será considerada antecipação do imposto de renda devido, conforme explicado no item a.1, supra. No caso das Cotistas optantes pelo regime do lucro real anual, os pagamentos antecipados previstos nesta Cláusula poderão ser apurados em conjunto com os balanços ou balancetes de redução ou suspensão previstos no artigo 35 da Lei nº 8.981/95, hipótese em que fica dispensado o seu pagamento em separado. Sobre esses rendimentos não incidem o PIS e a COFINS, segundo os mesmos fundamentos indicados no item a.1, supra.

As perdas apuradas nas operações de que trata o item anterior poderão ser compensadas com os ganhos líquidos auferidos no próprio mês ou nos meses subsequentes, em operações da mesma natureza, conforme disciplinado pelo artigo 72, §4º da Lei nº 8.981/95 e artigo 53 da IN RFB nº 1.022/10.

b) Tributação dos Cotistas não residentes no país

Em relação aos investidores residentes, domiciliados ou com sede no exterior, aplica-se, como regra geral, o mesmo tratamento tributário cabível em relação às pessoas físicas residentes ou domiciliadas no País, nos termos do artigo 78 da Lei nº 8.981/95 e do artigo 66 da IN RFB nº 1.022/10. Note-se, contudo, que há um regime especial de tributação aplicável aos investidores externos cujos recursos adentrem o país de acordo com as normas do Conselho Monetário Nacional, especificamente a Resolução CMN nº 2.689, de 26.01.2000, e alterações subsequentes. Os rendimentos auferidos estão sujeitos à incidência do IRRF à alíquota de 15%, somente por ocasião do resgate de Cotas, na forma do artigo 81 da Lei 8.981/95, do artigo 11 da Lei nº 9.249, de 26.12.1995 e do artigo 16 da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23.08.2001, e 68 da IN nº 1.022/10.

No caso de investidor domiciliado em país com tributação favorecida (“paraíso fiscal”), serão aplicáveis as mesmas normas previstas para as pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Brasil, não sendo admitido o regime especial supra referido

c) IOF sobre operações com valores mobiliários (IOF-Títulos).

Operações que tenham por objeto a aquisição, cessão, resgate, repactuação de títulos e valores mobiliários, bem como a respectiva liquidação, estão sujeitas ao IOF-Títulos, na forma prevista no Decreto nº 6.306, de 14.12. 2007.

Atualmente, somente há incidência de IOF-Títulos na hipótese de resgate e/ou amortização das Cotas antes de 30 dias, a contar da data do investimento no Fundo. Durante esse período, incide a alíquota de 1% ao dia, sobre base de cálculo regressiva constante de tabela anexa ao Decreto n.º 6.306/07, sendo o imposto limitado ao rendimento da aplicação. Como o Fundo é um condomínio fechado, suas Cotas apenas serão resgatadas ao término do prazo de duração, ou em virtude de sua liquidação antecipada. Mantida a atual regra de cobrança do IOF-Títulos, assim, é improvável sua incidência sobre rendimento dos Quotistas do Fundo.

A alíquota do IOF-Títulos pode, contudo, ser majorada a qualquer momento, por meio de ato do Poder Executivo, até a alíquota máxima de 1,5% ao dia sobre o valor das operações.

d) IOF sobre operações de câmbio (IOF-Câmbio).

Em relação aos investidores residentes, domiciliados ou com sede no exterior, que invistam no país, as liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos para aplicação no Fundo estão atualmente sujeitas ao IOF-Câmbio à alíquota de 6%, com fundamento no artigo 15-A, XII, do Decreto n.º 6.306/07. A operação de câmbio para retorno de recursos para o exterior está atualmente sujeita ao IOF-Câmbio à alíquota zero, de acordo com o disposto no artigo 15-A, XVI, também do Decreto n.º 6.306/07.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À CEDENTE

Histórico

A Dacasa Financeira é uma empresa que está há 30 anos no mercado, oferecendo soluções em crédito e operando nas áreas de crédito pessoal, crédito direto ao consumidor, cartão de crédito (bandeira própria) e consignado (apenas como correspondente). Hoje, conta com 44 lojas e está presente em mais de 41.000 pontos de venda nos estados do Espírito Santo, Bahia, norte do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

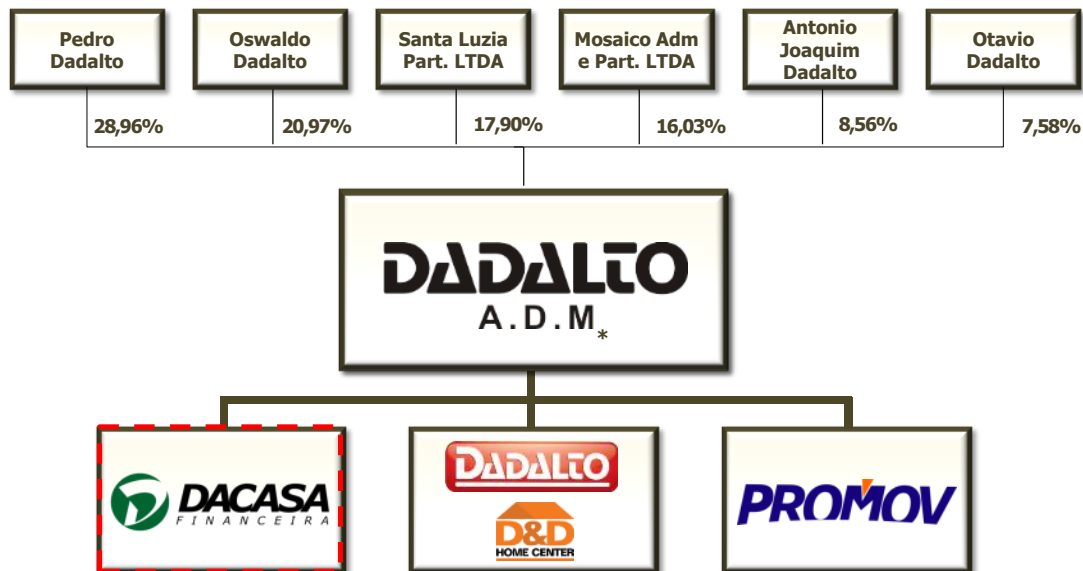
A Dacasa Financeira tem mais de 3,79 milhões clientes em seu banco de dados e já emitiu mais de 285 milhões de cartões. Atualmente 74% de suas operações são realizadas no Espírito Santo, o que a coloca há 8 anos consecutivos em primeiro lugar na pesquisa *Top of Mind* realizada pela afiliada da Rede Globo nesse estado, alcançando *recall* mais de 10 vezes maior do que o do segundo lugar.

Atualmente, mais de 20% da população economicamente ativa no Espírito Santo possui um carnê ou recebe uma fatura do cartão Dacasa. Em 2012, o total de vendas da empresa ultrapassou 1,3 bilhões de reais, sendo que 85% deste valor será concedido para clientes já conhecidos por meio de negócios anteriores com a empresa. Além disso, a Dacasa trabalha com uma taxa de aprovação de 47% que, adicionada a um excelente *spread*, confere a carteira de crédito uma qualidade raramente observada neste mercado.

Composição acionária

A Cedente é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pelo Grupo Dadalto, possuindo como principal acionista Pedro Dadalto. O capital social da Cedente é atualmente de R\$115.906.000,00, divididos em 115.906.000 de ações ordinárias nominativas de R\$1,00 cada uma, sendo que 98,38% das ações são detidas por Dadalto Administração e Participações Ltda.

O gráfico abaixo detalha o grupo econômico em que está inserida a Cedente:



Administração

Diretoria

Atualmente, a diretoria da Dacasa Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento é composta pelos seguintes membros:

- i) Pedro Dadalto – Diretor Presidente;
- ii) Oswaldo Dadalto – Diretor Vice-presidente;
- iii) Leonardo Marcondes Dadalto – Diretor; e
- iv) Otávio Dadalto – Diretor.

Conselho fiscal

A sociedade não possui conselho fiscal instalado.

Atividades

A Dacasa Financeira tem como foco de suas atividades a concessão de crédito nas modalidades de empréstimo pessoal, crédito direto ao consumidor (CDC) e crédito consignado para aposentados, pensionistas do INSS, servidores municipais, estaduais, federais e militares, inclusive por meio de parcerias com os bancos BMG, Bradesco e com a BV Financeira.

Além disso, a Dacasa Financeira desenvolveu ainda a “Rede Cartões Dacasa”, com vários modelo de cartões *Private Label*, através dos quais oferece crédito pré-aprovado para realizar suas compras em toda rede de lojas credenciadas. Atualmente, a Dacasa Financeira opera 115 cartões *private label*, possuindo 41 mil pontos de venda credenciados e 44 lojas próprias nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Bahia.

Captações de Recursos

A captação da Dacasa Financeira está dividida da seguinte forma:

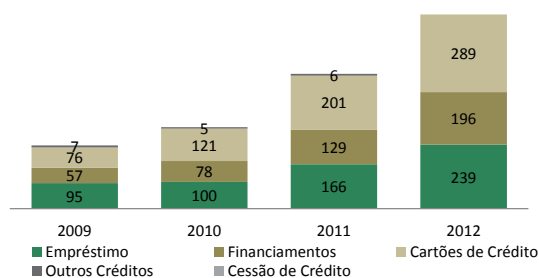
Fonte de Captação	Percentual do Total
DPGE	65%
Letra de Câmbio	21%
Cessão de Carteira	4%
Depósitos Interfinanceiros	10%
Total	100%

Fonte: Dacasa

Destaques Financeiros

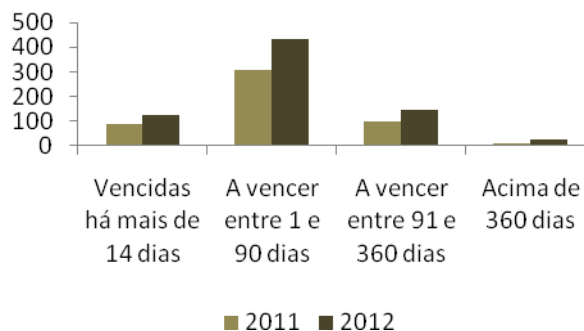
Os gráficos abaixo apresentam informações financeiras da Cedente, com base em suas demonstrações financeiras auditadas nas respectivas datas-base:

Composição da Carteira de Crédito (R\$ milhões)



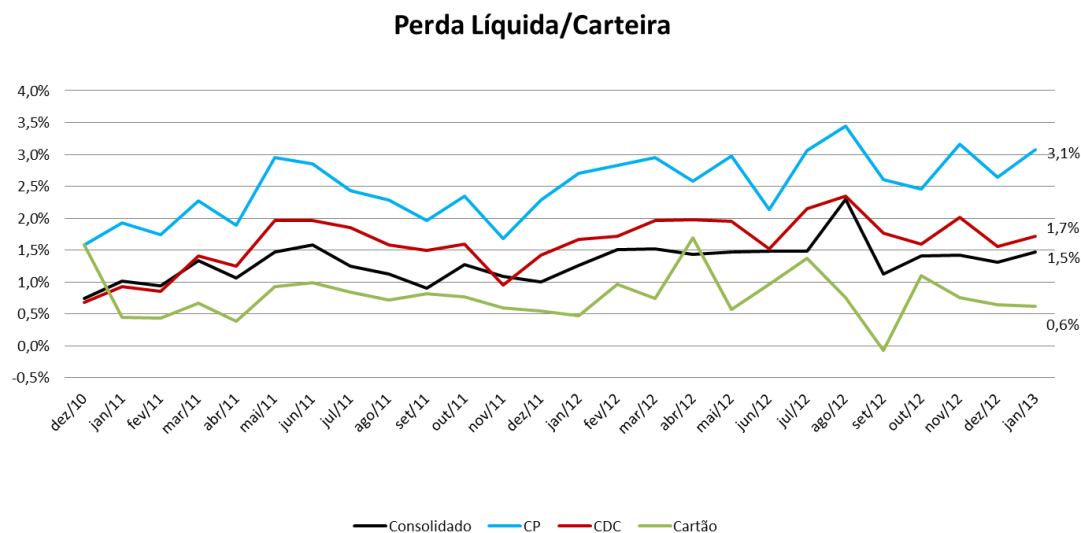
Fonte: Demonstrações Financeiras da Cedente relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2012

Prazos de Vencimento da Carteira de Créditos (R\$ milhões)



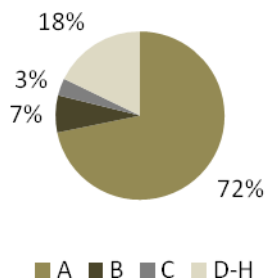
Fonte: Demonstrações Financeiras da Cedente relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2012

Inadimplência



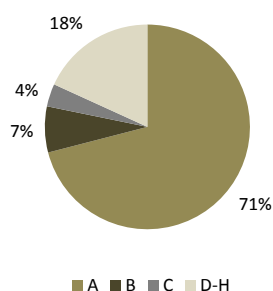
Fonte: Demonstrações Financeiras da Cedente relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2012

Concentração dos Créditos por Nível de Risco (2011)



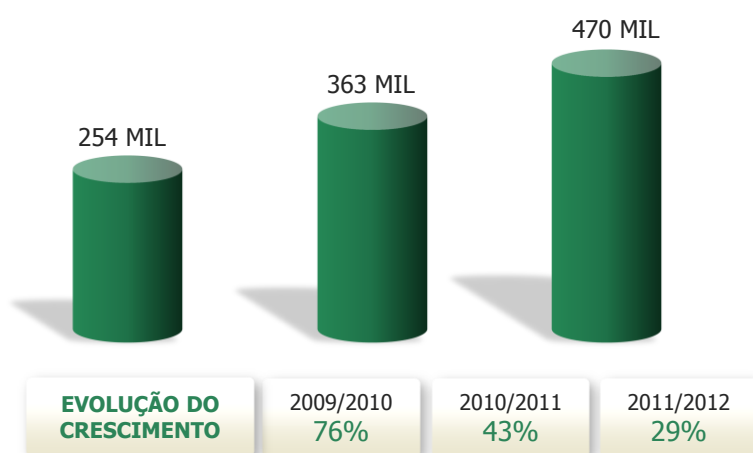
Fonte: Demonstrações Financeiras da Cedente relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2012

Concentração dos Créditos por Nível de Risco (2012)



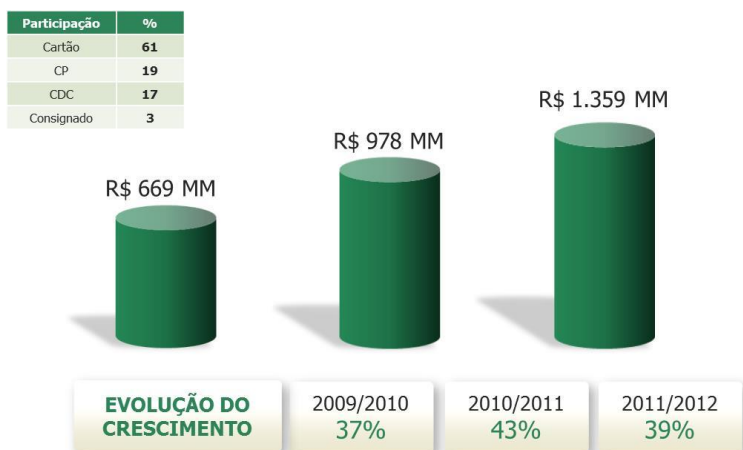
Fonte: Demonstrações Financeiras da Cedente relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2012

Volume de Cartões Emitidos



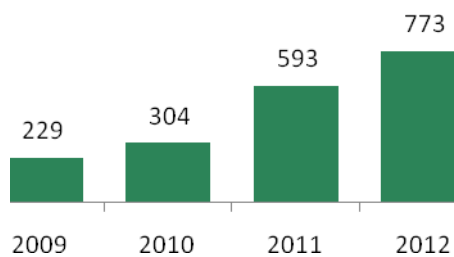
Fonte: Demonstrações Financeiras da Cedente relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2012

Vendas Acumuladas



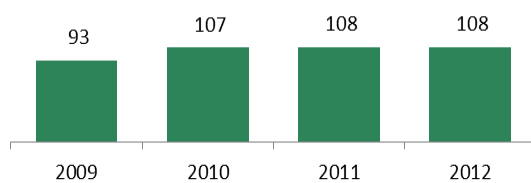
Fonte: Demonstrações Financeiras da Cedente relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2012

Total de Ativos
(R\$ milhões)



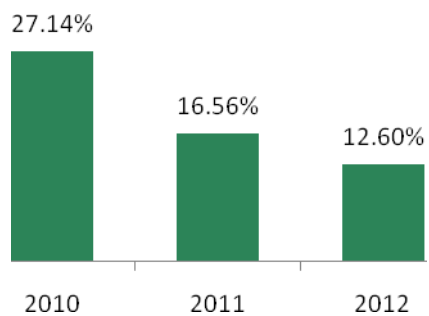
Fonte: Demonstrações Financeiras da Cedente relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2012

Patrimônio Líquido
(R\$ milhões)



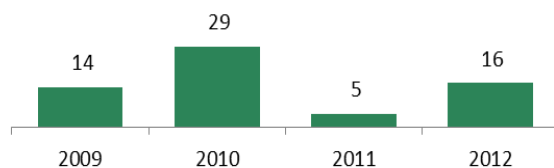
Fonte: Demonstrações Financeiras da Cedente relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2012

Índice de Basileia
(R\$ milhões)



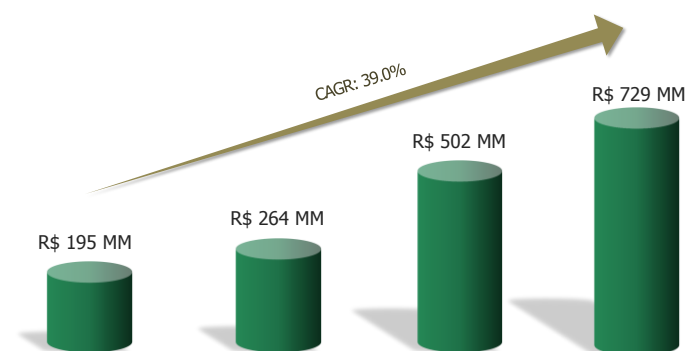
Fonte: Demonstrações Financeiras da Cedente relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2012

Lucro Líquido
(R\$ milhões)



Fonte: Demonstrações Financeiras da Cedente relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2012

Evolução da Carteira



Fonte: Demonstrações Financeiras da Cedente relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2012

Experiência Prévia em Operações de Securitização

A Cedente patrocinou um FIDC – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC DACASA FINANCEIRA – Grupo Dadalto) iniciado em junho de 2006 e liquidado em junho de 2009, com um patrimônio de R\$100.000.000,00.

Informações relativas ao setor de atuação da Cedente

O mercado bancário brasileiro passou por mudanças estruturais importantes nas últimas duas décadas, saindo de um cenário de altos índices de inflação, verificado na década de 1980 e no início da década de 1990, para um ambiente de baixos índices de inflação e maior estabilidade macroeconômica e monetária a partir de 1994, ano em que foi implementado o Plano Real.

Antes de 1995, o mercado bancário se beneficiava de ganhos decorrentes das altas taxas de inflação e era composto principalmente por bancos estatais. Além disso, a existência de diversas restrições à participação de bancos estrangeiros no mercado bancário brasileiro contribuía para a ineficiência e falta de competitividade deste setor.

Em virtude da estabilidade macroeconômica resultante da implementação do Plano Real, houve um crescimento constante da demanda por crédito no país. Somou-se a isto o decréscimo nos ganhos decorrentes de índices de inflação e a diminuição das restrições regulatórias à participação de instituições financeiras estrangeiras no mercado brasileiro, resultando em aumento na busca por receitas oriundas da prestação de serviços, na criação de novos produtos bancários e na busca de aumento de eficiência por meio da consolidação de instituições. O governo brasileiro monitorou ativamente este processo, criando programas para a proteção dos direitos do consumidor, criando medidas para garantir a solvência das instituições financeiras, reduzindo a participação de bancos públicos no mercado e aumentando a competição entre bancos privados.

Uma parcela significativa da população brasileira ainda não possui acesso a serviços bancários. O Banco Central estima o número de brasileiros sem acesso a tais serviços em aproximadamente 40 milhões de pessoas. O acesso a serviços bancários facilita a inserção econômica, fomenta a formalidade, disponibiliza o crédito de consumo e de investimento, serviços de pagamento, cobrança e seguros, além de reduzir a

agiotagem. De forma a promover o acesso da população a serviços bancários, o governo brasileiro vem adotando medidas visando a promover um maior acesso ao mercado financeiro, impulsionar o crédito e possibilitar uma redução do spread bancário. Por exemplo, vale citar o estabelecimento de regras mais claras quanto ao crédito pessoal com consignação, a criação de novos instrumentos de crédito como as cédulas de crédito bancário, o fomento a operações de crédito a pequenas empresas, microcrédito, dentre outras.

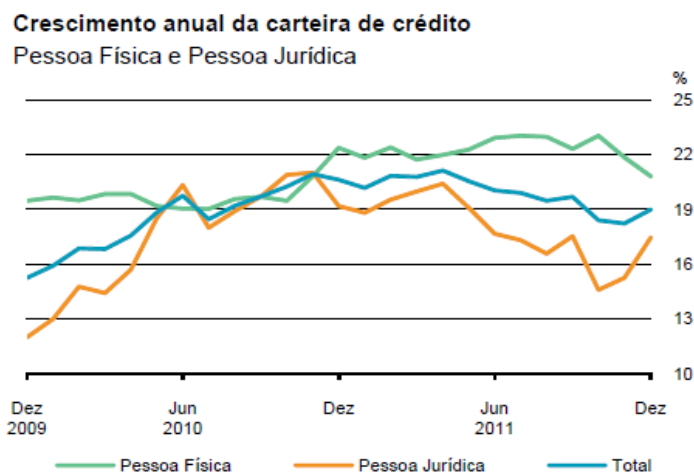
O Mercado de Crédito Pessoal

De acordo com informações divulgadas pelo BACEN¹, crédito concedido pelo sistema financeiro, apresentou, no ano, uma trajetória de continuidade de expansão, porém em ritmo mais moderado. A inadimplência da carteira de pessoas físicas apresentou elevação, com expectativa de estabilização nos próximos meses. A modalidade com maior ritmo de crescimento continuou sendo o financiamento habitacional, enquanto a principal responsável pela alta na inadimplência foi o financiamento de veículos.

A diferença na composição das carteiras de pessoas físicas e jurídicas entre as instituições financeiras, faz com que o comportamento da inadimplência seja bem distinto entre esses grupos. Aqueles grupos que cobram taxas mais elevadas pelo fato de assumirem maiores riscos, em modalidades de crédito a pessoas físicas como as que dão origem aos Direitos Creditórios objeto do Fundo, por exemplo, obtêm um retorno efetivo superior, mesmo depois de descontadas as despesas com provisões.

Com relação ao crédito à pessoa física, dados estatísticos do setor disponibilizados no site da Federação Brasileira de Bancos (“FEBRABAN”) revelam um crescimento de 12% em relação a 2010 nos valores anuais tomados em operações de crédito pessoal não consignado, atingindo um volume de R\$99,278 bilhões.

O estoque de operações de crédito do sistema financeiro atingiu R\$2 trilhões em dezembro de 2011, o que representa uma expansão de 10,6% em relação ao semestre anterior e de 19% em doze meses, correspondendo a 49% do Produto Interno Bruto (“PIB”). A expansão anual foi inferior à do ano anterior – de 20,6% (gráfico abaixo), conforme Relatório de Estabilidade Financeira, volume 11, nº 1.



Fonte: Relatório de Estabilidade Financeira, volume 11, nº 1, Banco Central do Brasil.

Algumas medidas podem contribuir para uma maior transparência e, consequentemente, para aperfeiçoar a mensuração do risco de crédito por parte das instituições. Destacam-se a criação do cadastro positivo, por meio da Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, a criação da C3, destinada ao registro de operações de cessão de crédito realizadas por instituições financeiras, e a ampliação do universo de operações de crédito abrangidas pelo Sistema de Informações de Crédito do BCB (SCR).

Demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras completas da Cedente relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, bem como do trimestre encerrado em 30 de junho de 2012, estão contidas no Anexo IV deste Prospecto Definitivo.

Informações Relativas ao Grupo Dadalto

O Cedente integra o grupo econômico Dadalto (“Grupo Dadalto”), grupo com atuação destacada nos ramos de varejo e financeiro. O Grupo Dadalto teve início em 1946, e prosseguiu sua expansão em 1963, com a instalação em Cachoeiro do Itapemirim. Em 1972, instalam-se os primeiros negócios do Grupo Dadalto em Vitória.

De 1980 a 2007, o Grupo Dadalto passou por grande crescimento, mediante a constituição da Cedente, o lançamento da marca D&D Home Center e a abertura de 44 lojas e filiais. Atualmente, segundo dados da própria Cedente, o Grupo Dadalto conta com 4 mil colaboradores e possui receita anual de aproximadamente R\$2,2 bilhões em vendas. O Grupo Dadalto possui uma carteira da ordem de 3.000 clientes, atendidos em 22.000 pontos de venda. Ainda, 1,9 milhões de pessoas possuem cartões administrados por empresas do Grupo Dadalto. Em outubro de 2012, o Grupo Dadalto possuía 98 lojas próprias, nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, segundo informações gerenciais fornecidas pelo Cedente.

Em 2008, o Grupo Dadalto iniciou o processo de profissionalização de sua gestão. Neste ano, contratou a consultoria Alvarez & Marsal, com a finalidade de orientar este processo. Ainda em 2008, foi estruturado o conselho de administração da sociedade *holding* do Grupo Dadalto com apoio da Fundação Dom Cabral, sendo composto por 3 conselheiros independentes e 2 conselheiros membros da família Dadalto, controladora do Grupo Dadalto, todos com voto unitário. Desta forma, os membros da família Dadalto deixaram de atuar na condução dos negócios do Grupo Dadalto, cuja responsabilidade foi assumida por profissionais de mercado.

No ano seguinte, em 2009, foi promovida a reestruturação operacional do Grupo Dadalto, com a integração da gestão de todas as empresas dele integrantes pelos mesmos administradores. Em 2010, foi contratado o diretor-presidente do Grupo Dadalto (CEO), que possui total autonomia na gestão dos negócios do grupo, bem como foi contratada a diretoria executiva.

Em 2011, as lojas Dadalto foram classificadas em 1º lugar, pelo 13º ano consecutivo, no prêmio Recall de Marcas do jornal “A Gazeta” de Vitória-ES, sendo que a Cedente e a D&D Home Center também conquistaram este prêmio pelo 8º e 5º anos consecutivos, respectivamente. Ainda, o Grupo Dadalto classificou-se como em 1º lugar na categoria “Varejo Capixaba” e em 21º lugar na categoria “Varejo Nacional” do prêmio ANAMACO - Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção. O Grupo Dadalto ainda foi destaque no 4º Prêmio Art et Decor, conquistando o 1º lugar nas categorias “Loja de Departamento” e “Material de Construção” e o 2º lugar na categoria “Top of Mind”.

ANEXOS

- Anexo I** - Regulamento do Fundo
- Anexo II** - Relatório da Agência Classificadora de Risco
- Anexo III** - Declarações do Coordenador Líder e da Instituição Administradora
- Anexo IV** - Demonstrações Financeiras da Cedente Referentes ao Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2012
- Anexo V** - Suplementos das Cotas Seniores Integrantes da 1ª e da 2ª Séries
- Anexo VI** - Relatório da KPMG

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

- Regulamento do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



2ºRTD-RJ - 1036912

Emol: 158,66/Distrib: 14,80/Let: 111/08: 8,49
M/A: 10,86/FETJ: 34,01A/EI6281: 8,90
Lei 4.864/05: 8,48 / Tot.Emol. (R\$): 242,11
PARAM: Vies: 2 / Nome(s): 1 / Page: 2
Proc. Estr.: N/A: Verbo: S / Dila:

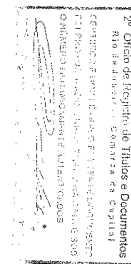


**DELIBERAÇÃO DE 3ª ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIDC – DACASA
FINANCEIRA (GRUPO DADALTO) II**

Por este instrumento particular, **BTGP PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, com sede na Praia de Botafogo, nº 501 - 5º andar, parte, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 59.281.253/0001-23, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Instituição Administradora"),

CONSIDERANDO QUE:

- i) em 21 de setembro de 2012, a Instituição Administradora constituiu o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC Dacasa Financeira (Grupo Dadalto) II ("Fundo"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 16.917.869/0001-35;
- ii) a deliberação de constituição do Fundo e o Regulamento foram registrados sob o nº 1008590 no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- iii) a Instituição Administradora deseja alterar o regulamento do Fundo ("Regulamento"); e
- iv) o Fundo não possui quaisquer cotistas;



REGISTRAR
E SEGURANÇA

1036912

RESOLVE:

1. Alterar o Regulamento, que passa a vigor na forma do Regulamento consolidado que consta desta deliberação como seu Anexo I, tendo sido objeto das seguintes alterações:

- i) itens alterados: 11.1; 14.4.3; 14.6.4.12; 14.6.4.15; 21.1; 21.9.3; 25.1.1; 26.1; Anexo I;
- ii) itens incluídos: 14.3.4; 14.6.4.16, remunerando-se os demais, quando for o caso; e
- iii) itens excluídos: 15.3; 29.1.4, renumerando-se os demais, quando for o caso.



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27


Ouvidoria: 0800 722 00 48


www.btgpactual.com.br

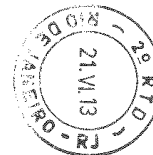
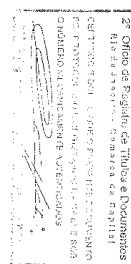
2. Ratificar as demais disposições do Regulamento, que permanecem vigentes de acordo com seus termos originais.

Esta deliberação, com o regulamento consolidado do Fundo e seus anexos, deverá ser registrada no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro.

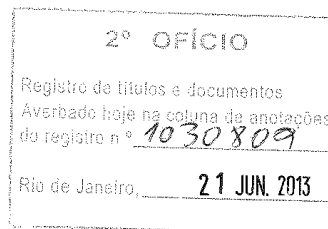
Rio de Janeiro, 20 de junho de 2013


BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM
CAROLINA BEZERRA PEREIRA
PROCURADORA


Por: **GUSTAVO COTTA PIERSANTI**
Cargo: **PROCURADOR**



1036912
REGISTRAR
& SEGURANÇA





Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

ANEXO I

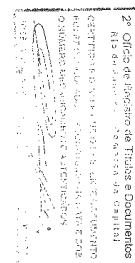
2ºRTD-RJ - 1036913

Emol: 888.93/Distrib: 14.80/Let: 14/06/34.7
MIA: 10.86/FETJ: 139.18/LEI: 6281/27.86
Lei 4.664/05 34.78 / Tot.Emol (R\$): 951.1
PARAM: Vias: 2 / Nome(s): 1 / Pags: 84
Proc. Estr: N / Averb: S / Dila:



REGULAMENTO CONSOLIDADO DO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
FIDC - DACASA FINANCEIRA (GRUPO DADALTO) II



103 6913
REGISTRAR
E SEGURANÇA



Contatos do Administrador

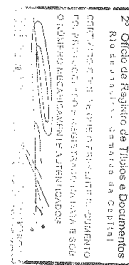
SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

ÍNDICE

1. OBJETO	5
2. FORMA DE CONSTITUIÇÃO	5
3. PRAZO DE DURAÇÃO	5
4. INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E GESTORA	6
5. OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA	6
6. REMUNERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA	13
7. SUBSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA	13
8. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS	15
9. SERVIÇO DE CUSTÓDIA, DE GUARDA DE DOCUMENTAÇÃO E AGENTE COBRADOR	15
10. POLÍTICA DE INVESTIMENTO	20
11. CONDIÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	23
12. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	25
13. DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	26
14. FATORES DE RISCO	27
15. COTAS DO FUNDO	37
16. CLASSES DE COTAS	40
17. DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO	41
18. AMORTIZAÇÃO DAS COTAS E RESGATE	42
19. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE	44
20. DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO	47
21. ASSEMBLEIA GERAL	49
22. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	53
23. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS	54
24. PUBLICAÇÕES	58
25. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO	58
26. ORDEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	
27. CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS COTISTAS SENIORES	
28. PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO	
29. FORO	
ANEXO I	
ANEXO II	76
ANEXO III	79
ANEXO IV	82
ANEXO V	85



103 69 13

REGISTRAR
E
SE
P
A
N
O
S



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

**REGULAMENTO CONSOLIDADO DO
“FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
FIDC – DACASA FINANCEIRA (GRUPO DADALTO) II”**

O “FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIDC – DACASA FINANCEIRA (GRUPO DADALTO) II”, disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), conforme alterada, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, será regido pelo presente regulamento (“Regulamento”), conforme o disposto abaixo.

1. OBJETO

1.1 O “FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIDC – DACASA FINANCEIRA (GRUPO DADALTO) II”, doravante designado simplesmente “Fundo”, tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios oriundos de empréstimos pessoais e crédito direto ao consumidor concedidos pela Dacasa Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, abaixo qualificada, a pessoas físicas, nos termos das cláusulas 10, 11 e 12 abaixo.

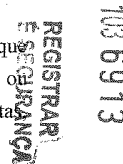
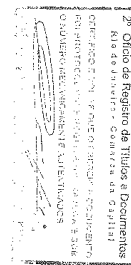
1.2 Os termos definidos e expressões adotadas neste Regulamento em letras maiúsculas terão o significado a eles atribuído no Anexo I do presente Regulamento, aplicável tanto no singular quanto no plural.

2. FORMA DE CONSTITUIÇÃO

2.1 O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração de cada Série ou classe de Cotas ou em virtude de sua liquidação, sendo admitida a amortização das Cotas conforme disposto no presente Regulamento.

3. PRAZO DE DURAÇÃO

3.1 O Fundo tem prazo de duração indeterminado.





Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

3.2 O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral, observado o disposto nas cláusulas 21 e 25 abaixo. Cada Série terá a duração especificada no respectivo Suplemento.

4. INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E GESTORA

4.1 O Fundo é administrado pela BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM, instituição com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar – parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento.

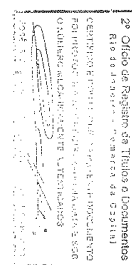
4.2 As funções de gestão da carteira do Fundo ficarão a cargo da BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM, instituição financeira, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, 501, 5º Andar (Parte), Torre Corcovado, Botafogo, CEP 22250-040, e inscrita no CNPJ sob o nº 29.650.082/0001-00, devidamente credenciada na CVM como administradora de carteira, de acordo com o Ato Declaratório CVM n.º 5968, de 10 de maio de 2000.

5. OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

5.1 A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas no presente item, neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios que integrem a carteira do Fundo, assumindo a obrigação de aplicar em sua administração os princípios técnicos recomendáveis e o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na condução de seus próprios negócios, sempre no único e exclusivo benefício dos Cotistas, observados os direitos, garantias e prerrogativas especiais dos titulares das Cotas Seniores definidos nos Documentos do Fundo.

5.2 Incluem-se entre as obrigações da Instituição Administradora:

- i) celebrar os Documentos do Fundo por ordem e conta do Fundo e contratar, também por conta e ordem do Fundo, Agência Classificadora de Risco e Auditor



REGISTRAR
103 69 13



Contatos do Administrador

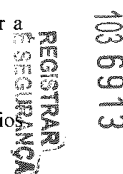
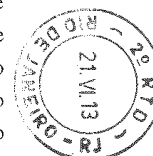
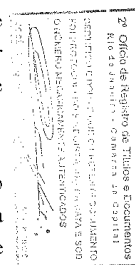
SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

Independente encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;

- ii) iniciar ou fazer com que se inicie, quando for o caso, quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (a) à cobrança dos Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, (b) à excussão de quaisquer garantias eventualmente prestadas; e (c) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Cotistas;
- iii) desde que esgotados todos os meios e procedimentos necessários ao recebimento e à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos referidos ativos; o preço de alienação dos referidos ativos de titularidade do Fundo não poderá, salvo se de forma diversa for aprovado pela Assembleia Geral, sob pena de responsabilização da Instituição Administradora por eventuais danos ou prejuízos causados ao Fundo, ser vil e inferior ao seu respectivo valor contábil, devidamente ajustado pelas regras da Instrução CVM 489;
- iv) praticar todos os atos de administração ordinária do Fundo, de modo a manter a sua boa ordem legal, operacional e administrativa;
- v) monitorar o cumprimento integral pelo Fundo dos limites, índices e critérios referidos neste Regulamento;
- vi) monitorar, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas ao Cedente e ao Custodiante;
- vii) informar imediatamente à Agência Classificadora de Risco a ocorrência dos seguintes eventos:
 - a) substituição do Auditor Independente ou do Custodiante;
 - b) ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada; e





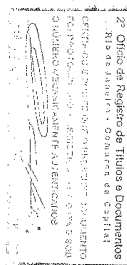
Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

- c) celebração de aditamentos aos Documentos do Fundo.
- viii) entregar e/ou manter à disposição da Agência Classificadora de Risco cópia dos relatórios preparados pela própria Instituição Administradora, pelo Custodiante, pelo Cedente e/ou demais prestadores de serviços contratados pelo Fundo, nos termos dos Documentos do Fundo;
- ix) notificar a Agência Classificadora de Risco a respeito da convocação de quaisquer Assembleias Gerais, em até 5 (cinco) dias contados de sua convocação, bem como notificar a Agência Classificadora de Risco a respeito das deliberações tomadas em Assembleias Gerais em até 5 (cinco) dias contados de sua realização;
- x) registrar o documento de constituição do Fundo e o presente Regulamento e seu(s) anexo(s), bem como eventuais alterações e futuras versões do Regulamento e de seu(s) anexo(s), em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade sede da Instituição Administradora;
- xi) manter atualizados e em perfeita ordem:
 - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - b) o registro dos Cotistas;
 - c) o livro de atas de Assembleias Gerais;
 - d) o livro de presença de Cotistas;
 - e) o prospecto de que trata o artigo 23 da Instrução CVM 356;
 - f) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, §§3º e 4º, da Instrução CVM 356;
 - g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
 - h) os relatórios do Auditor Independente; e





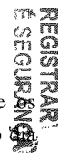
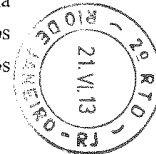
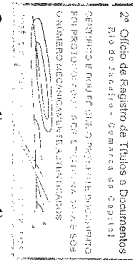
Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

- i) o Regulamento, alterando-o em razão de deliberações da Assembleia Geral, bem como independentemente destas, para fins exclusivos de adequação à legislação em vigor e/ou cumprimento de determinações da CVM, devendo, nestes dois últimos casos, providenciar a divulgação das alterações aos Cotistas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data de sua ocorrência.
- xii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio do Custodiante;
- xiii) entregar aos Cotistas, gratuitamente e mediante recibo, exemplar deste Regulamento e do prospecto de que trata o artigo 23 da Instrução CVM 356;
- xiv) cientificar os Cotistas do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;
- xv) providenciar que os Cotistas assinem o termo de adesão a este Regulamento na mesma data de subscrição de Cotas do Fundo e manter à disposição da CVM os termos referidos no artigo 23, §1º, da Instrução CVM 356, devidamente assinados pelos Cotistas por ocasião de seu ingresso no Fundo;
- xvi) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou por este Regulamento, na forma prevista pelos mesmos;
- xvii) custear as despesas de propaganda do Fundo, se houver;
- xviii) fornecer, anualmente, aos Cotistas documento contendo informações sobre rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- xix) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras previstas na Instrução CVM 356, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Instituição Administradora e o Fundo;



1036913



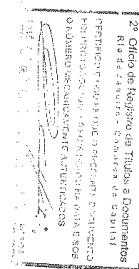
Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

- xx) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo;
- xxi) divulgar aos Cotistas eventual rebaixamento da classificação de risco do Fundo, no prazo máximo de 3 (três) dias do recebimento de tal informação;
- xxii) convocar a Assembleia Geral, nos termos deste Regulamento;
- xxiii) no caso de intervenção ou liquidação extrajudicial do Cedente ou do Custodiante, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios para outra conta de depósito de titularidade do Fundo e convocar Assembleia Geral para decidir pela contratação de novo custodiante, se for o caso, ou pela liquidação do Fundo;
- xxiv) divulgar à Agência Classificadora de Risco, mensalmente, a Reserva de Liquidez, a Relação Mínima, a Reserva de Amortização, a Reserva de Pagamentos e os Limites de Concentração, e calcular e emitir relatórios que incluam, dentre outras, as informações e dados necessários ao cálculo dos limites, índices e parâmetros referidos neste Regulamento;
- xxv) prestar ao Cedente, sempre que solicitado e em prazo hábil, todas as informações necessárias acerca do Fundo;
- xxvi) possuir regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação, que lhe permitam verificar o cumprimento, pelo Cedente, da obrigação de validar os Direitos Creditórios em relação às Condições de Cessão;
- xxvii) fornecer informações relativas aos Direitos Creditórios adquiridos ao Sistema de Informações de Créditos do Banco Central do Brasil (SCR), nos termos da norma específica; e
- xxviii) disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores (a) quaisquer informações relativas ao Fundo divulgadas para Cotistas ou terceiros, exceto (1) em relação a informações divulgadas a prestadores de serviços do Fundo, desde



REGISTRAR
SEGURANÇA
103 6913



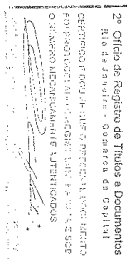
Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

que tais informações sejam necessárias à execução de suas atividades; (2) em relação a informações divulgadas a órgãos reguladores e autorreguladores, quando tais informações visem atender solicitações legais, regulamentares ou estatutárias; e (3) informações sigilosas e confidenciais relativas ao Cedente, nas quais se incluem, mas não se limitam, a políticas de crédito; e (b) as regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação, relativos à verificação do efetivo cumprimento das obrigações atribuídas aos prestadores de serviços eventualmente contratos pelo Fundo, conforme permitido nos termos deste Regulamento.

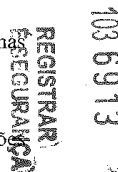


5.2.1 Para fins do previsto no subitem “xxiv” do item 5.2 acima, a Relação Mínima, a Reserva de Amortização, a Reserva de Liquidez, a Reserva de Pagamentos e os Limites de Concentração deverão ser calculados pela Instituição Administradora com base nas informações disponibilizadas pelo Custodiante, na forma prevista neste Regulamento.



5.3 É vedado à Instituição Administradora:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo;
- ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas.



5.3.1 As vedações de que tratam os itens 5.3 (i) a (iii) acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Instituição Administradora e de suas Afiliadas, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

5.3.2 Excetuam-se do disposto no item 5.3.1 acima os títulos de emissão do Tesouro Nacional e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional integrantes da carteira do Fundo.



Contatos do Administrador

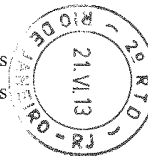
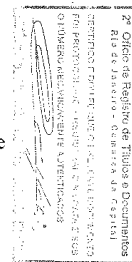
SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

5.4 É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo:

- i) emitir quaisquer classes ou Séries de Cotas não expressamente autorizadas neste Regulamento;
- ii) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- iii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- iv) aplicar recursos diretamente no exterior;
- v) adquirir Cotas do próprio Fundo;
- vi) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- vii) vender Cotas do Fundo a prestação;
- viii) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;
- ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- x) efetuar operações envolvendo derivativos, mesmo operações com caráter de proteção da carteira;
- xi) obter ou conceder empréstimos;
- xii) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;





Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

- xiii) vender Direitos Creditórios a terceiros por preço inferior ao seu valor contábil sem a prévia anuência da Assembleia Geral; e
- xiv) vender Cotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de Cotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate.

6. REMUNERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

6.1 Será devida à Instituição Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições de administração do Fundo, definidas neste Regulamento e nos Documentos do Fundo, remuneração correspondente a 0,60% (sessenta centésimos por cento) ao ano sobre o PL do Fundo, à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), calculada e provisionada diariamente e paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente, respeitado o valor mínimo mensal de R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), acrescido de R\$4.000,00 (quatro mil reais) por mês.

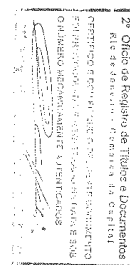
6.2 A remuneração acima não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembleias Gerais. Não estão incluídas, igualmente, as despesas previstas na cláusula 20 abaixo, a serem debitadas do Fundo pela Instituição Administradora.

6.3 A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração acima fixada.

6.4 Não poderão ser cobradas dos Cotistas quaisquer outras taxas, tais como taxa de *performance*, taxa de ingresso e/ou saída.

7. SUBSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

7.1 A Instituição Administradora, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral, a se realizar em 15 (quinze) dias



103 6913

REGISTRAR



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

contados da convocação, para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da Instrução CVM 356 e das cláusulas 21 e 25 abaixo.

7.1.1 Na hipótese de deliberação pela liquidação do Fundo, a Instituição Administradora se obriga a permanecer no exercício de sua função até a liquidação total do Fundo.

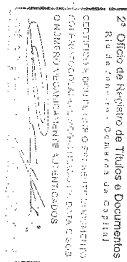
7.2 Os Cotistas reunidos em Assembleia Geral também poderão (i) deliberar pela substituição da Instituição Administradora, devendo encaminhar a esta documento contendo as razões e os motivos da solicitação de substituição da Instituição Administradora, e (ii) indicar o nome, a qualificação, experiência e remuneração de instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Instituição Administradora, nos termos da legislação aplicável, do Regulamento e dos demais Documentos do Fundo.

7.3 Na hipótese de deliberação pela Assembleia Geral da substituição da Instituição Administradora, esta deverá permanecer no exercício regular de suas funções pelo menor prazo entre (i) 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período uma única vez, a critério dos Cotistas, ou (ii) até que seja contratada outra instituição administradora.

7.4 A Instituição Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, (i) colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de até (dez) Dias Úteis contado da realização da respectiva Assembleia Geral que deliberou a substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, de modo contínuo, os deveres e obrigações da Instituição Administradora, bem como (ii) prestar qualquer esclarecimento sobre a administração do Fundo que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição que vier a substituí-la, no prazo referido no item 7.3 acima.

7.5 Em caso de substituição da Instituição Administradora, a instituição substituta não poderá ser integrante do grupo econômico do Custodiante.

7.6 As regras da presente seção se aplicam à substituição da Gestora, no que couber.



1036913

REGISTRAR
SEÇÃO DE REGISTRO



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

8. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

8.1 A Instituição Administradora poderá, sem prejuízo de sua responsabilidade e da do diretor responsável, contratar serviços de:

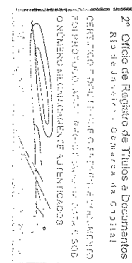
- i) consultoria especializada;
- ii) gestão da carteira do Fundo com terceiros autorizados pela CVM de acordo com o disposto na regulamentação aplicável aos administradores de carteiras de valores mobiliários;
- iii) custódia, prestada por instituição credenciada na CVM, para o desempenho dessa atividade; e
- iv) agente de cobrança de Direitos Creditórios inadimplidos.

8.1.1 Caso a Instituição Administradora acumule as funções de gestão e de custódia do Fundo, deve manter total segregação de tais atividades nos termos da regulamentação aplicável aos administradores de carteira de valores mobiliários.

8.2 Os poderes de gestão referidos no item 8.1 (ii) acima somente podem ser delegados a pessoas jurídicas domiciliadas ou com sede no país, integrantes ou não Sistema Financeiro Nacional.

9. SERVIÇO DE CUSTÓDIA, DE GUARDA DE DOCUMENTAÇÃO E AGENTE COBRADOR

9.1 O exercício da atividade de custódia, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM 356, bem como a prestação de serviços de escrituração de Cotas e controladoria do Fundo, caberá ao Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede no Município de Osasco, Estado de São Paulo, no centro administrativo "Cidade de Deus", sem número, Bairro Vila Yara, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12.



REGISTRAR
DE COBRANÇA

103 6913



Contatos do Administrador

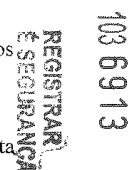
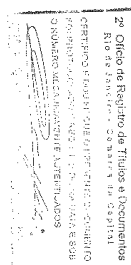
SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

9.2 O Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

- i) receber e verificar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, conforme prazo definido no item 9.2 “iii” abaixo, deste Regulamento;
- ii) quando de sua cessão ao Fundo, validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no presente Regulamento;
- iii) durante o funcionamento do Fundo, trimestralmente, verificar a documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios representados por operações financeiras, sendo que os Direitos Creditórios a serem verificados serão os integrantes da carteira, bem como as movimentações realizadas no trimestre anterior a verificação, acrescido das aquisições de Direitos Creditórios realizadas no trimestre em análise. Caso seja usada a prerrogativa prevista neste artigo para a realização de verificação de lastro por amostragem, a amostra deverá ser obtida a partir do conjunto de Direitos Creditórios obtidos pelo procedimento acima descrito;
- iv) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios, evidenciados pelo Contrato de Cessão, pelos Termos de Cessão e documentos comprobatórios da operação;
- v) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos Direitos Creditórios e outros ativos;
- vi) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos Creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para o Auditor Independente, Agência Classificadora de Risco e órgãos reguladores;
- vii) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, em conta de titularidade do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados;
- viii) disponibilizar à Instituição Administradora as informações necessárias ao cálculo, na forma prevista neste Regulamento, dos Limites de Concentração, fornecendo à





Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

Instituição Administradora as informações e dados necessários ao cálculo dos limites, índices e parâmetros referidos neste Regulamento, bem como a Relação Mínima, a Reserva de Amortização, a Reserva de Liquidez e a Reserva de Pagamentos;

- ix) prestar serviços de custódia qualificada de Outros Ativos; e
- x) fazer a escrituração das Cotas.

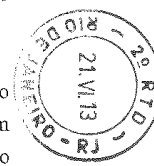
9.2.1 A verificação da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios referida no item 9.2 (i) e (iii) acima será realizada pelo Custodiante, por meio de auditoria periódica, no mínimo trimestral, sempre por amostragem, nos Direitos Creditórios adquiridos. As irregularidades apontadas nesta auditoria serão informadas à Instituição Administradora. Não obstante tal auditoria, o Custodiante não é responsável pela veracidade dos Documentos Comprobatórios e pela existência dos Direitos Creditórios, sendo, no entanto, responsável pela pronta informação caso venha a ter conhecimento de eventuais irregularidades.

9.2.2 Os procedimentos para verificação do lastro dos Direitos Creditórios serão realizados de acordo com a metodologia descrita no Anexo V a este Regulamento com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da carteira e do nível de concentração.

9.2.3 O Custodiante somente poderá contratar empresas especializadas para realizar as atividades de guarda e de verificação de lastro dos Direitos Creditórios descritas acima, sem prejuízo de sua responsabilidade.

9.2.4 O Custodiante não poderá contratar o Cedente (ou partes a ele relacionadas) ou instituições contratadas como consultor especializado ou gestor do Fundo (ou partes a eles relacionadas) para prestar os serviços mencionados no item anterior. Ademais, em caso de contratações, o Custodiante deverá estabelecer regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação, que devem:

- i) constar do prospecto do Fundo;
- ii) constar do contrato de prestação de serviços;



REGISTRAR
E
ESCRITURAR

1036913



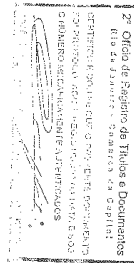
Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

- iii) ser disponibilizados e mantidos atualizados na página da Instituição Administradora na rede mundial de computadores;
- iv) permitir o efetivo controle do Custodiante sobre a movimentação da documentação relativa aos direitos creditórios integrantes da carteira do fundo sob guarda do prestador de serviço contratado; e
- v) permitir verificar o cumprimento, pelo prestador de serviço contratado, do disposto nos subitens 9.2 (i) e (iii), no que se refere à verificação de lastro dos Direitos Creditórios, nos subitens 9.2 (v) e (vi) no que se refere à guarda dos Documentos Comprobatórios, bem como na regulamentação aplicável.



9.3 Desde que previamente aprovado pela Assembleia Geral, a Instituição Administradora poderá contratar outro Custodiante.



9.3.1 A contratação de novo Custodiante estará sujeita à confirmação da classificação de risco das Cotas Seniores pela Agência Classificadora de Risco.

9.3.2 Na hipótese de os Cotistas reunidos em Assembleia Geral não aprovarem a substituição do Custodiante, os Cotistas poderão deliberar pela liquidação do Fundo, nos termos da cláusula 25 abaixo.

REGISTRAR
103 6913

9.3.3 Aplica-se aos procedimentos de substituição do Custodiante, no que couber, o disposto na cláusula 7 acima.

9.4 O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções a este atribuídas nos termos deste Regulamento e dos demais Documentos do Fundo. Neste caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Instituição Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias contado do envio à Instituição Administradora de comunicação, por escrito, informando-a de sua renúncia.

9.5 Em caso de substituição do Custodiante, a instituição substituta não poderá ser integrante do grupo econômico da Instituição Administradora.



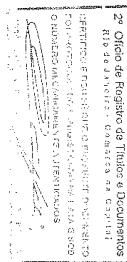
Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

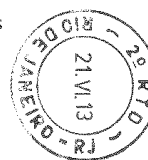
Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

9.6 Agente Cobrador. A Instituição Administradora contratou o Cedente como Agente Cobrador, para prestar ao Fundo os serviços de cobrança de Direitos Creditórios inadimplidos, conforme os procedimentos previstos no Anexo III deste Regulamento. Não caberá ao Agente Cobrador, em nenhuma hipótese, o recebimento de quaisquer valores relativos aos Direitos Creditórios inadimplidos de titularidade do Fundo, que deverão ser pagos pelos Devedores respectivos diretamente em conta corrente específica para tal finalidade em nome do Fundo, sendo o Agente Cobrador tão somente responsável pelo contato com os Devedores de Direitos Creditórios inadimplidos.



9.6.1 Verificação das atividades do Agente Cobrador. O Cedente deverá manter disponíveis para a Instituição Administradora a documentação e as informações que comprovem a aderência de suas práticas de cobrança às regras e procedimentos estabelecidos neste Regulamento.



9.6.2 A Instituição Administradora poderá, a qualquer tempo, solicitar ao Cedente a apresentação dos documentos e informações mencionados no item anterior, sendo que o Cedente deverá disponibilizá-los em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento de referida solicitação.

9.6.3 Caso a Instituição Administradora verifique qualquer irregularidade na condução, pelo Cedente, de suas atividades de cobrança de direitos creditórios inadimplidos, deverá solicitar ao Cedente a imediata regularização de referidas atividades, de acordo com o disposto neste instrumento e no Contrato de Cessão, sem prejuízo da adoção das demais medidas cabíveis pela Instituição Administradora.

REGISTRAR
E
SE
103 6913

9.7 Guarda de Documentos. O Custodiante contratará a empresa Armazém de Dados Negócios e Serviços Ltda.-ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.913.555/0001-50, com sede na Rua Francisco Modenesi, 111, na Cidade de Ibraçu, Estado do Espírito Santo, para realizar a custódia das vias originais dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos e para os efeitos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responsabilizando-se, no entanto, pela sua guarda, de forma segregada, armazenagem, conservação e organização de acordo com metodologia preestabelecida, durante o prazo de duração do Fundo, observado o disposto na regulamentação em vigor e no Contrato de Depósito.



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

9.7.1 O Depositário, sob a supervisão do Custodiante, se comprometerá a armazenar os Documentos Comprobatórios cedidos ao Fundo com o máximo de cuidado, diligência e organização, de forma a permitir o seu controle, identificação e tempestiva localização, nos prazos estabelecidos no Contrato de Depósito, assegurando o efetivo controle do Custodiante sobre a movimentação dos Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios. As regras e procedimentos para a contratação do Depositário e verificação do cumprimento de suas obrigações encontram-se previstas no Contrato de Depósito, no Prospecto e disponíveis na rede mundial de computadores, junto das demais informações de que trata o artigo 53-A da Instrução CVM 356.

9.7.2 O Custodiante não é responsável pela autenticidade dos Documentos Comprobatórios, sendo, no entanto, responsável em informar à Instituição Administradora caso venha a ter conhecimento de eventuais irregularidades a eles relacionadas apontadas pelo terceiro contratado, quando da verificação do lastro, realizada na forma do Anexo V deste Regulamento.

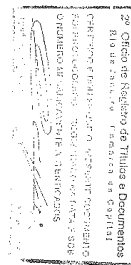
10. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

10.1 O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios do segmento financeiro, oriundos de empréstimos pessoais e crédito direto ao consumidor concedidos pelo Cedente a pessoas físicas.

10.2 O Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) e no máximo 99% (noventa e nove por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios.

10.3 O Fundo pode aplicar o remanescente do Patrimônio Líquido exclusivamente em:

- i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e
- iii) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional.



REGISTRAR
E
SEGURANÇA

103 6913



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

10.3.1 É facultado ao Fundo, ainda, realizar operações compromissadas tendo como lastro os ativos indicados no item 10.3 (i).

10.4 Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem necessariamente observar, nas respectivas Datas de Aquisição, os Critérios de Elegibilidade.

10.5 O Fundo deverá sempre constituir e manter Reserva de Liquidez composta de disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) em soma equivalente a, no mínimo, 1% (um por cento) de seu Patrimônio Líquido. Tal soma não será considerada para fins de apuração da Reserva de Pagamentos e da Reserva de Amortização.

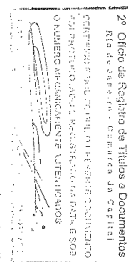
10.6 Os Outros Ativos devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida autarquia ou pela CVM. Os Direitos Creditórios não serão registrados e/ou mantidos em conta depósito ou similar, sendo sua custódia realizada nos termos do Contrato de Cessão.

10.7 Com exceção da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, o Fundo não poderá realizar qualquer outra modalidade de operação financeira, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro ou aquelas compromissadas, em que o Cedente ou quaisquer Afiliadas figurem, direta ou indiretamente, como contrapartes.

10.8 O Fundo poderá realizar operações nas quais a Instituição Administradora atue na condição de contraparte do Fundo, desde que com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do Fundo.

10.9 O Fundo não poderá realizar:

- i) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial;



103 6913

REGISTRAR
SEGURANÇA



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

ii) operações de “day-trade”, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo; e

iii) operações com derivativos.

10.10 O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios e Outros Ativos de um mesmo devedor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, no limite de 20% (vinte por cento) de seu Patrimônio Líquido. Referido limite não se aplica a:

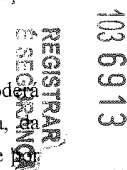
- i) títulos públicos federais;
- ii) operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais; e
- iii) cotas de fundos que possuam como política de investimento a alocação exclusiva nos títulos a que se referem os subitens “i” e “ii” acima.

10.11 O Fundo não poderá adquirir Direitos Creditórios da Instituição Administradora, do Custodiante e de instituições contratadas como gestor ou consultor especializado do Fundo e respectivas partes relacionadas, de acordo com a definição contábil pertinente.

10.12 Observada a política de investimento aqui descrita, o Fundo poderá adquirir Outros Ativos de emissão ou coobrigação da Instituição Administradora, Gestora, do Custodiante ou de partes a eles relacionadas até o limite de 20% (vinte por cento) de seu Patrimônio Líquido.

10.13 O Custodiante deverá validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade e o Cedente deverá validar os Direitos Creditórios em relação às Condições de Cessão, na forma prevista abaixo neste Regulamento, e conforme previsto no Contrato de Cessão.

10.14 As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, da Gestora, do Custodiante ou do FGC. Além disso, o Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. Essas aplicações poderão consistir, dentre outras, na aquisição de Direitos Creditórios ou de





Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

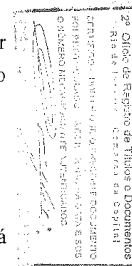
títulos de emissão de instituições financeiras privadas que poderão ter rentabilidade inferior à esperada pelo gestor da carteira do Fundo. Tais riscos estão descritos pormenorizadamente na cláusula 14 abaixo, que deve ser lida cuidadosamente pelo investidor antes da aquisição de Cotas.

10.15 A Instituição Administradora envidará seus melhores esforços para adquirir Outros Ativos cujos vencimentos possibilitem que a carteira de investimentos do Fundo seja classificada como de “longo prazo”, para fins de tributação dos Cotistas.

11. CONDIÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

11.1 Em cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, o Cedente deverá validar os Direitos Creditórios em relação às seguintes Condições de Cessão:

- i) os Direitos Creditórios deverão ser contratados a taxas de juros pré-fixadas;
- ii) os Mútuos de que são oriundos os Direitos Creditórios deverão prever o pagamento mensal das parcelas devidas ao Cedente;
- iii) somente poderão ser cedidos ao Fundo Direitos Creditórios oriundos de Mútuos que não apresentem, na Data de Aquisição, qualquer parcela vencida e não paga;
- iv) para Direitos Creditórios que constituam o primeiro Mútuo entre o Cedente Devedor, somente poderão ser cedidos ao Fundo Direitos Creditórios oriundos de Mútuo que apresente, na Data de Aquisição, ao menos a primeira parcela paga;
- v) para Direitos Creditórios devidos por Devedores que já tenham celebrado Mútuo com o Cedente, somente poderão ser cedidos ao Fundo Direitos Creditórios devidos por Devedor que tenha adimplido ao menos a última parcela vencida do último Mútuo celebrado com o Cedente;
- vi) na Data de Aquisição, os Direitos Creditórios deverão encontrar-se livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames;
- vii) o Fundo deverá adquirir todos os Direitos Creditórios vincendos oriundos de um mesmo Mútuo, exceto quando ocorrer aquisição de Direitos Creditórios oriundos



REGISTRAR
E
SEGURANÇA

103 69 13



Contatos do Administrador

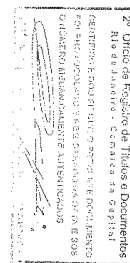
SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

de Mútuo cujo vencimento final ocorra após o vencimento da Série mais longa em circulação, hipótese em que deverão ser cedidos todos os Direitos Creditórios oriundos do Mútuo vincendas até a data de vencimento da Série em comento;

- viii) o Devedor não pode encontrar-se inadimplente com nenhuma de suas obrigações junto ao Fundo, nem encontrar-se em atraso superior a 20 (vinte) dias junto ao Cedente;
- ix) não haja qualquer tipo de contestação judicial sobre o Direito Creditório;
- x) o Direito Creditório não pode ter sido objeto de renegociação entre o Cedente e o Devedor versando sobre prazo de vencimento ou taxa de remuneração previamente à cessão para o Fundo;
- xi) o pagamento do Direito Creditório deverá ser realizado por meio de boleto bancário;
- xii) exceto em relação a Primeira Carteira de Direitos Creditórios Cedida ao Fundo, na Data de Aquisição, o Devedor dos Direitos Creditórios não poderá estar inscrito no CCF – Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo, nem possuir restrições cadastrais junto aos cadastros creditícios da SPC Brasil; e
- xiii) somente poderão ser cedidos Direitos Creditórios ao Fundo caso, considerada *per se* forma referida cessão, permaneçam enquadrados os seguintes Limites de Concentração em relação ao prazo de vencimento final dos Mútuos de que são oriundos os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo:



REGISTRAR
E SECRETARIA

103 6913

PRAZO ORIGINAL DO MÚTUO	CONCENTRAÇÃO
De 1 (um) a 6 (seis) meses	Mínimo de 16%
De 7 (sete) a 24 (vinte e quatro) meses	Máximo de 84%
De 13 (treze) a 24 (vinte e quatro) meses	Máximo de 27,5%
De 19 (dezenove) a 24 (vinte e quatro) meses	Máximo de 4%

- xiv) os Mútuos de que são oriundos os Direitos Creditórios devem ter vencimento final em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados da data de sua contratação.



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

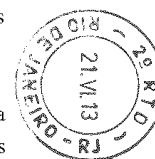
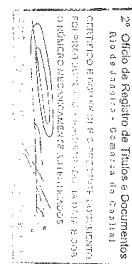
11.2 O Custodiante, no momento de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, não está obrigado a verificar as Condições de Cessão descritas acima.

11.3 Verificação da validação dos Direitos Creditórios pela Instituição Administradora. O Cedente deverá manter disponíveis para a Instituição Administradora a documentação e as informações que deem suporte à validação dos Direitos Creditórios em relação às Condições de Cessão acima listadas, acompanhadas de relatório descrevendo as eventuais inconsistências verificadas pelo Cedente e os Direitos Creditórios cuja cessão ao Fundo, consequentemente, não foi realizada.

11.3.1 A Instituição Administradora poderá, a qualquer tempo, solicitar ao Cedente a apresentação do relatório e dos documentos e informações mencionados no item anterior, sendo que o Cedente deverá disponibilizá-los em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento de referida solicitação.

11.3.2 Sem prejuízo do disposto no item anterior, a Instituição Administradora deverá realizar verificação da validação, pelo Cedente, dos Direitos Creditórios às Condições de Cessão, ao menos a cada 6 (seis) meses.

11.3.3 Caso a Instituição Administradora verifique quaisquer inconsistências na verificação acima referida, deverá comunicar este fato ao Cedente, por escrito, para que regularize a validação dos Direitos Creditórios em relação às Condições de Cessão inclusive mediante o estabelecimento de novas rotinas e procedimentos para a realização de referida validação.



REGISTRAR
E
RECEBER

103 69 13

12. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

12.1 O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios que atendam, nas respectivas Datas de Aquisição, individualmente, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- i) considerada *pro forma* a aquisição dos Direitos Creditórios, o respectivo Devedor não poderá ser responsável pelo pagamento, ao Fundo, de valor superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);



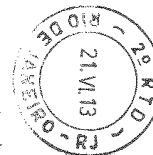
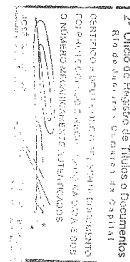
Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

- ii) o prazo de vencimento do Direito Creditório, na Data de Aquisição, não poderá ser inferior a 8 (oito) dias corridos;
- iii) considerada *pro forma* a aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, os Direitos Creditórios oriundos do segmento “empréstimo pessoal” não poderão representar mais de 65% (sessenta e cinco por cento) em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo do último dia imediatamente anterior, e os Direitos Creditórios oriundos do segmento “crédito direto ao consumidor” não poderão representar mais de 65% (sessenta e cinco por cento) em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo do último dia imediatamente anterior;
- iv) as informações referentes ao respectivo Direito Creditório tenham sido transmitidas ao Custodiante por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Contrato de Custódia;
- v) o prazo de vencimento dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo não poderá ser superior àquele das Cotas integrantes da Série mais longa em circulação na respectiva Data de Aquisição; e
- vi) não podem ser adquiridos Direitos Creditórios oriundos de Mútuos cujo vencimento final ocorra em prazo igual ou superior a 720 (setecentos e vinte) dias corridos da data da respectiva cessão ao Fundo.



REGISTRAR
SEGURANÇA
103 6913

12.2 Na hipótese de os Direitos Creditórios deixarem de observar quaisquer dos Critérios de Elegibilidade acima descritos após sua aquisição pelo Fundo, não haverá, por parte dos Cotistas, direito de regresso contra a Instituição Administradora, a Gestora, o Cedente ou o Custodiante, salvo na existência de comprovada má fé ou dolo das partes.

13. DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

13.1 Nos termos do inciso X do artigo 24 da Instrução CVM 356, as características inerentes aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo estão descritos no Anexo II deste Regulamento. Tais características não consubstanciam Critérios de Elegibilidade, estando sujeitas a alterações a qualquer tempo.



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

13.2 A política de concessão de crédito adotada pelo Cedente está descrita no Anexo II ao presente Regulamento.

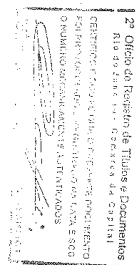
13.3 Os mecanismos e procedimentos adotados pelo Cedente para cobrança dos Direitos Creditórios, inclusive inadimplentes, estão descritos no Anexo III ao presente Regulamento.

14. FATORES DE RISCO

14.1 Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado, a riscos de crédito, operacionais, das contrapartes das operações contratadas pelo Fundo, assim como a riscos de outras naturezas, podendo, assim, gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Instituição Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas, não podendo o Cedente, a Instituição Administradora, a Gestora, o Custodiante ou qualquer de suas Afiliadas, em hipótese alguma, ser responsabilizados, entre outros eventos, por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, ou por eventuais prejuízos incorridos pelos Cotistas quando da amortização ou resgate de suas Cotas, nos termos deste Regulamento. O investidor, antes de adquirir Cotas do Fundo, deve ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.

14.2 Riscos de Mercado

14.2.1 *Flutuação de Preços dos Ativos* – Os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de ativos que componham a carteira do Fundo. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial, levando à redução do patrimônio do Fundo e, consequentemente, a prejuízos por parte dos Cotistas.



REGISTRAR

1036913



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

14.2.2 *Descasamento de Taxas* – Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados a taxas prefixadas. A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro taxas pós-fixadas. Assim, nas hipóteses de aumento substancial de referidas taxas pós-fixadas, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores, conforme definido abaixo, sendo que nem o Fundo e nem o Cedente, a Gestora ou a Instituição Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas.

14.2.3 *Alteração da Política Econômica* - O Fundo, os Direitos Creditórios, os Outros Ativos, o Cedente e os Devedores estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, consequentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. A condição financeira dos Devedores, os Direitos Creditórios, os Outros Ativos, bem como a originação e pagamento dos Direitos Creditórios podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais. As medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente a condição financeira dos Devedores, bem como a liquidação dos Direitos Creditórios, podendo impactar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo e a rentabilidade das Cotas. Os Direitos Creditórios e Outros Ativos estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Direitos Creditórios e Outros Ativos poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Direitos Creditórios e Outros Ativos sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Dessa forma, as oscilações



REGISTRAR
SEGURANÇA

103 69 13



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

acima referidas podem impactar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo e a rentabilidade das Cotas.

14.3 Riscos de Crédito

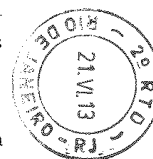
14.3.1 *Fatores Macroeconômicos* – Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios, dependerá da solvência dos respectivos Devedores para distribuição de rendimentos aos Cotistas. A solvência dos Devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico, etc. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver o aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios, afetando negativamente seus resultados e/ou provocando perdas patrimoniais.

14.3.2 *Morte do Devedor* – Com a morte do Devedor, responde pelo saldo a pagar do empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo *de cujus*, que pode se mostrar insuficiente. Nesse caso, pode haver inadimplência das obrigações decorrentes do empréstimo contraído, o que ocasionaria redução da rentabilidade do Fundo ou até perda patrimonial.

14.3.3 *Cobrança Judicial e Extrajudicial* – No caso de os Devedores inadimplirem nas obrigações dos pagamentos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Nada garante, contudo, que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, recuperando para o Fundo o total dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo.

14.3.4 *Política de Concessão de Crédito* - A política de concessão de crédito para a seleção dos Devedores por parte da Cedente não garante eliminação do risco de crédito dos Devedores. Em caso de inadimplemento dos Direitos Creditórios pelos Devedores em virtude de deficiências na política de concessão de crédito adotada pelo Cedente, poderá haver perdas patrimoniais para o Fundo.

14.4 Riscos de Liquidez



103 6913

REGISTRAR
SEGURANÇA

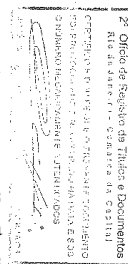
www.btgactual.com.br

14.4.1 *Fundo Fechado e Mercado Secundário* – O Fundo será constituído sob a forma de condomínio fechado, sendo que as Cotas Seniores só poderão ser resgatadas ao término do prazo de duração de cada Série. Assim, caso o Cotista, por qualquer motivo, decida alienar suas Cotas, antes de encerrado referido prazo, terá que fazê-lo no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de Cotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar a venda de Cotas ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao Cotista.

14.4.2 *Liquidez das Cotas de Cada Série* - Se, após concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, uma das Séries de Cotas Seniores apresentar demanda inferior àquela esperada pelo Coordenador Líder, as Cotas integrantes da referida Série poderão ter sua liquidez reduzida, o que pode dificultar a negociação das Cotas ou ocasionar perda de patrimônio ao Cotista.

14.4.3 *Risco de Aplicação em Direitos Creditórios* – O Fundo deve aplicar seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. No entanto, pela sua própria natureza, a aplicação em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento de renda fixa. Não existe, no Brasil, por exemplo, mercado ativo para compra e venda de Direitos Creditórios. Assim, caso seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, como nas hipóteses de liquidação previstas neste Regulamento, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio ao Fundo.

14.4.4 *Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo* – O Fundo poderá ser liquidado conforme o disposto na cláusula 25 do presente Regulamento. Ocorrendo a liquidação, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas em hipótese de, por exemplo, o adimplemento dos Direitos Creditórios do Fundo ainda não ser exigível dos Devedores. Neste caso, o pagamento aos Cotistas ficará condicionado: (i) ao vencimento e pagamento pelos Devedores dos Direitos Creditórios do Fundo; (ii) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, com risco de deságio capaz de comprometer a rentabilidade do Fundo; ou (iii) ao resgate de Cotas Seniores em Direitos Creditórios, exclusivamente nas hipóteses de liquidação antecipada do Fundo. Nas três situações, os Cotistas podem sofrer prejuízos patrimoniais.



10365

aos
do
ria
tos



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

14.5 Riscos Proveniente da Ausência de Utilização de Derivativos

14.5.1 O Fundo não está autorizado a contratar operações de derivativos. Dessa forma, não poderá utilizar tais instrumentos com o objetivo de mitigar descasamento de taxas prefixadas incidentes sobre os Direitos Creditórios e o parâmetro de rentabilidade das Cotas Seniores.

14.6 Riscos Específicos

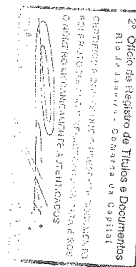
14.6.1 Riscos Operacionais

14.6.1.1 *Falhas do Agente Cobrador* – A cobrança dos Direitos Creditórios inadimplentes depende da atuação diligente do Cedente e de eventuais agentes cobradores subcontratados. Cabe-lhes aferir o correto recebimento dos recursos e verificar a inadimplência. Assim, qualquer falha de procedimento do Cedente e agentes subcontratados poderá acarretar menor recebimento dos recursos devidos pelos Devedores. Isto levaria à queda da rentabilidade do Fundo, ou até à perda patrimonial.

14.6.1.2 *Repasse do Cedente* – O Cedente foi contratado pelo Fundo, com anuência do Custodiante, para realizar a cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos, devendo direcionar os pagamentos respectivos diretamente à conta corrente do Fundo. No entanto, em caso de eventual pagamento pelo Devedor diretamente ao Cedente, o repasse dos recursos ao Fundo pode atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como problemas operacionais internos do Cedente, penhoras e bloqueios judiciais, ou intervenção ou liquidação extrajudicial. Se isso ocorrer, a rentabilidade do Fundo pode ser reduzida, assim como seu patrimônio.

14.6.1.3 *Guarda da Documentação* – A guarda da documentação física representativa dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo será contratada de empresa especializada na prestação destes serviços. A guarda desses documentos pelo Depositário contratado poderá representar dificuldade operacional para a eventual verificação, pelo Custodiante, da constituição e performance dos créditos cedidos, podendo gerar perdas ao Fundo e, consequentemente, aos seus Cotistas.

14.6.1.4 *Impossibilidade da prestação de serviços de cobrança* - Caso ocorra a rescisão do Contrato de Cessão ou do Contrato de Cobrança, os procedimentos relativos



REGISTRAR
SUBSTITUIÇÃO

103 6913



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

ao recebimento, à conciliação e ao repasse de valores para o Fundo poderão ser negativamente afetados até que a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, promova (i) a nomeação de instituições substitutas capazes de executar os procedimentos que porventura tenham sido descontinuados e/ou (ii) a instauração de procedimentos alternativos de recebimento, conciliação e transferência de valores. A Instituição Administradora encontra-se impossibilitada de determinar o intervalo de tempo necessário para a escolha e contratação destes novos agentes e/ou a implementação dos referidos procedimentos.



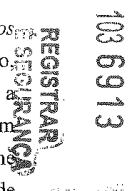
14.6.2 Riscos de Descontinuidade

14.6.2.1 *Risco de Liquidação Antecipada do Fundo* – Nas hipóteses previstas nesta cláusula e demais hipóteses previstas neste Regulamento, poderá ocorrer a liquidação antecipada do Fundo. Nesse caso, os recursos do Fundo podem ser insuficientes e os Cotistas poderão estar sujeitos aos riscos descritos no item 14.4.3 acima.



14.6.3 Riscos da Originadora e de Originação

14.6.3.1 *Risco de Rescisão do Contrato de Cessão e Originação de Direitos Creditórios* – O Cedente, sem prejuízo das penalidades previstas no Contrato de Cessão, pode, a qualquer momento, deixar de ceder Direitos Creditórios ao Fundo. Assim, a existência do Fundo está condicionada à continuidade das operações do Cedente com Direitos Creditórios elegíveis nos termos deste Regulamento, inclusive em volume suficiente para alcançar a meta de rentabilidade das Cotas Seniores, bem como à vontade unilateral do Cedente em ceder Direitos Creditórios ao Fundo.



14.6.4 Outros Riscos

14.6.4.1 *Risco de Amortização Condicionada* - As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização de suas Cotas decorrem da liquidação (i) dos Direitos Creditórios, ou (ii) dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo. Assim, tendo em vista a inexistência de co-obrigação ou direito de regresso contra quaisquer terceiros com relação ao pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos. Deste modo, ocorrendo inadimplemento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

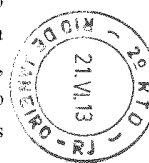
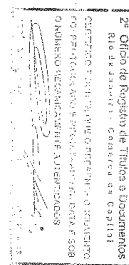
www.btgpactual.com.br

ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar a amortização e/ou o resgate, em moeda corrente nacional, de suas Cotas.

14.6.4.2 *Risco de Amortização de Cotas na Medida da Liquidação dos Ativos Integrantes da Carteira do Fundo e da Inexistência de Mercado Secundário para os Direitos Creditórios* - O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos integrantes de sua carteira e, conforme o caso, aos mercados em que são negociados, incluindo a existência de vedações e/ou eventual impossibilidade de a Instituição Administradora alienar os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Em decorrência do risco acima identificado e considerando-se que o Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Cotas, em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo sejam devidamente pagos, e que as verbas recebidas sejam depositadas na conta do Fundo, a Instituição Administradora encontra-se impossibilitada de determinar o intervalo de tempo necessário para a amortização ou o resgate integral das Cotas. O valor de amortização das Cotas Seniores continuará a ser atualizado até a data de seu efetivo pagamento, sempre até o limite do Patrimônio Líquido, não sendo devido pelo Fundo ou por qualquer pessoa, inclusive o Cedente, a Instituição Administradora e o Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade caso o referido evento prolongue-se por prazo indeterminado ou não possa, por qualquer motivo, ser realizado. Ademais, o resgate das Cotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios, observados os procedimentos definidos neste Regulamento. Nessa hipótese, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para alienar os Direitos Creditórios recebidos em dação e/ou cobrar os valores devidos pelos Devedores.

14.6.4.3 *Risco de Amortização Não Programada de Cotas Seniores* - Observados os procedimentos definidos no Regulamento, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas antecipadamente pelo Fundo. Nesta hipótese, os titulares das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas poderão vir a sofrer perdas caso, por exemplo, não consigam reinvestir os recursos pagos pelo Fundo, decorrentes da amortização antecipada de suas Cotas, nos mesmos termos e condições das respectivas Cotas. Ademais, a ocorrência do evento acima identificado poderá afetar a programação de fluxo de caixa do Fundo e, consequentemente, os pagamentos aos titulares de Cotas.

14.6.4.4 *Risco de Ausência de Notificação aos Devedores* - A cessão de crédito objeto do Contrato de Cessão não será objeto de notificação prévia aos Devedores,



103 6913

REGISTRAR



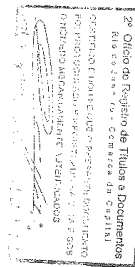
Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

contendo instruções para que efetuem o pagamento dos valores devidos diretamente ao Fundo. Os Devedores não estarão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios cedidos diretamente ao Fundo até que sejam notificados da referida cessão. Nos termos do Contrato de Cessão, o Cedente encontra-se obrigado a notificar o Devedor da cessão dos respectivos Direitos Creditórios ao Fundo, antes de o Fundo promover a cobrança judicial dos Direitos Creditórios (i) por solicitação da Instituição Administradora, e/ou (ii) na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada. O descumprimento, pelo Cedente, das obrigações acima referidas poderá implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas.



14.6.4.5 *Riscos Associados aos Outros Ativos* - O Fundo poderá, observada a política de investimento prevista neste Regulamento, alocar parcela de seu Patrimônio Líquido em Outros Ativos, os quais se encontram sujeitos a riscos que podem afetar negativamente o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Cotistas. Dentre tais riscos destacam-se: (i) os Outros Ativos sujeitam-se à capacidade de seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal; (ii) na hipótese de incapacidade financeira ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Outros Ativos (ou das contrapartes nas operações realizadas para composição da carteira do Fundo), o Fundo poderá sofrer perdas, podendo, inclusive, incorrer em custos para conseguir recuperar seus créditos; (iii) alterações nas condições financeiras dos emissores dos Outros Ativos e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições podem acarretar impactos significativos de seus preços e liquidez no mercado secundário; e (iv) os preços e a liquidez dos Outros Ativos no mercado secundário também podem ser impactados por alterações do padrão de comportamento dos participantes do mercado, independentemente de alterações significativas das condições financeiras de seus emissores, em decorrência de mudanças, ou da expectativa de mudanças, do contexto econômico e/ou político nacional e/ou internacional, sendo que o Fundo, a Gestora, a Instituição Administradora e o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé de sua parte, serão responsabilizados por qualquer depreciação do valor dos Outros Ativos ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Cotas.



1036913

REGISTRAR

14.6.4.6 *Risco de Não Afetação do Patrimônio Líquido do Fundo* - Os ativos integrantes da carteira do Fundo não se encontram vinculados ao pagamento de qualquer Série de Cotas Seniores específica. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, amortização e/ou de resgate de Cotas Seniores, não haverá



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Cotas Seniores.

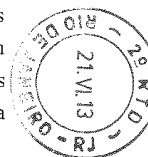
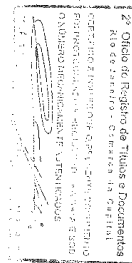
14.6.4.7 *Risco de Intervenção ou Liquidação do Custodiante* – O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e não serem recuperados para o Fundo, o que afetaria sua rentabilidade e poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio.

14.6.4.8 *Risco de Redução das Cotas Subordinadas* – O Fundo terá relação mínima admitida entre o seu Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores de 143% (cento e quarenta e três por cento). Por diversos motivos, tais como inadimplência dos Devedores e problemas de repasse de recursos ao Fundo, as Cotas Subordinadas poderão ter seu valor reduzido. Caso as Cotas Subordinadas tenham seu valor reduzido a zero, as Cotas Seniores passarão a arcar com eventuais prejuízos do Fundo, o que poderá causar perda de patrimônio aos seus detentores.

14.6.4.9 *Risco de Concentração* – O risco da aplicação no Fundo terá grande relação com a concentração (i) dos Direitos Creditórios, devidos por um mesmo Devedor ou grupos de Devedores; e (ii) em Outros Ativos, de responsabilidade de um mesmo emissor, sendo que, quanto maior for a concentração, maior será a chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Cotas.

14.6.4.10 *Risco de Alteração do Regulamento* – O presente Regulamento, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente da realização de Assembleia Geral. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

14.6.4.11 *Risco de Despesas com a Defesa dos Direitos dos Cotistas Seniores* – Caso o Fundo não possua recursos disponíveis suficientes para a adoção e manutenção dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos titulares das Cotas Seniores, reunidos em Assembleia Geral, poderão aprovar aporte de recursos ao Fundo para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. Nesses casos, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Instituição Administradora



103 6913

REGISTRAR
DE
SECURITIZACAO



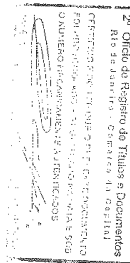
Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

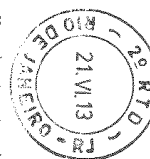
Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

antes do recebimento integral de tal adiantamento e da assunção pelos titulares das Cotas Seniores do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado. Na hipótese de a maioria dos Cotistas Seniores não aprovarem referido aporte de recursos, considerando que a Instituição Administradora, o Custodiante, o Cedente, seus administradores, empregados e demais prepostos não se responsabilizarão por danos ou prejuízos sofridos em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de direitos, garantias e prerrogativas do Fundo o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente.



14.6.4.12 *Risco de Governança* - O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Regulamento, emitir novas Cotas, mediante a aprovação dos Cotistas Seniores e dos Cotistas Subordinados, em votações apartadas, conforme disposto na cláusula 21.9.3 abaixo. Na hipótese de emissão de novas Cotas, não será assegurado direito de preferência para os atuais Cotistas do Fundo, podendo haver diluição dos direitos políticos dos titulares das Cotas da mesma classe que já estejam em circulação na ocasião.



14.6.4.13 *Riscos Relacionados ao Pagamento Antecipado de Direitos Creditórios* - Os Devedores podem pagar antecipadamente, ainda que sem descontos, os Direitos Creditórios. Tais pagamentos antecipados podem alterar o cronograma de recebimento de recursos estruturado pelo Fundo, e, consequentemente, o fluxo de compra e venda de Direitos Creditórios. O recebimento antecipado de recursos pelo Fundo pode, ainda, resultar no acúmulo de recursos em um período no qual estes recursos não eram esperados, bem como na ausência de recebimento ou no recebimento em quantidade inferior de recursos e/ou em datas posteriores às previstas inicialmente, o que poderá resultar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas.

REGISTRAR

103 6913

14.6.4.14 *Risco de Ausência de Aquisição Constante de Direitos Creditórios* - O Cedente não se encontra obrigado a ceder Direitos Creditórios ao Fundo. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios pelo Cedente ao Fundo.

14.6.4.15 *Invalidade ou ineficácia da cessão de Direitos Creditórios* - Com relação ao Fornecedor, a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo pode ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o PL, caso seja realizada em:



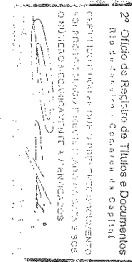
Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

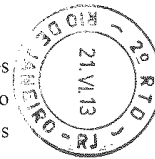
Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

- i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o cedente estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
- ii) fraude à execução, caso (a) quando da cessão o cedente fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios pendesse demanda judicial fundada em direito real; e
- iii) fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal.



14.6.4.16 *Risco de Portabilidade dos Direitos Creditórios* - É facultada aos Devedores a quitação antecipada dos Mútuos mediante contratação de novo empréstimo pessoal ou crédito direto ao consumidor junto a outra instituição financeira, nos termos da Resolução nº 3.401, de 6 de setembro de 2006, do CMN, e demais regras aplicáveis. Caso isto venha a ocorrer em volume significativo, os fluxos de pagamento dos Direitos Creditórios inicialmente previstos serão afetados e poderá haver perdas patrimoniais para o Fundo.



14.6.4.17 *Risco de Fungibilidade de Recursos do Fundo e do Cedente* - Tendo vista que não haverá trânsito de recursos relativos aos pagamentos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo por conta do Cedente, não há risco de fungibilidade de recursos do Fundo e do Cedente.

REGISTRAR
E
SEGURANÇA

103 6913

15. COTAS DO FUNDO

15.1 As Cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e não serão resgatáveis, exceto por ocasião do término do prazo da Série ou da liquidação do Fundo. As Cotas do Fundo serão divididas em classes, conforme descrito na cláusula 16 abaixo. As Cotas Seniores poderão ser divididas em Séries, a critério da Instituição Administradora, cujas datas e valores de amortização, resgate e remuneração serão definidos no Suplemento da respectiva Série, conforme modelo previsto no Anexo IV, que uma vez assinado pela Instituição Administradora, passa a ser parte integrante e regido pelas disposições do presente Regulamento.



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

15.1.1 Será admitida a amortização das Cotas nos termos deste Regulamento ou por decisão da Assembleia Geral.

15.2 Serão emitidas inicialmente Cotas no valor de R\$1.000,00 (mil reais) cada, independentemente da classe. Ficam a critério da Instituição Administradora, sem a necessidade de prévia aprovação pela Assembleia Geral, a quantidade, as classes e o número de Séries de Cotas a serem emitidas, desde que observada a proporção mínima de 30% (trinta por cento) de Cotas Subordinadas sobre o Patrimônio Líquido.

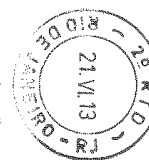
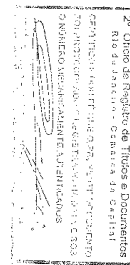
15.3 A Relação Mínima admitida no Fundo é de 143% (cento e quarenta e três por cento), sendo que a diferença entre o Patrimônio Líquido e as Cotas Seniores é representada por Cotas Subordinadas. A Relação Mínima deve ser apurada pela Instituição Administradora todo Dia Útil.

15.4 Se a Relação Mínima se mantiver, a qualquer momento, abaixo de 143% (cento e quarenta e três por cento), a Instituição Administradora deverá comunicar imediatamente tal ocorrência ao Cedente, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico. O Cedente deverá providenciar o restabelecimento de tal relação no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação enviada pela Instituição Administradora prevista nesta cláusula, por meio da subscrição de novas Cotas Subordinadas pelo Cedente.

15.5 As Cotas representativas do patrimônio inicial ou de novas Séries do Fundo serão subscritas e integralizadas a partir da Data de Subscrição Inicial. A subscrição de Cotas do Fundo em data diversa da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da Cota de mesma classe ou Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Fundo, em conta corrente de sua titularidade a ser aberta e mantida pela Instituição Administradora junto ao Custodiante.

15.6 As Cotas serão escriturais, mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares.

15.6.1 A qualidade de Cotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósitos em nome do Cotista.



REGISTRAR
E SEGUIR

103 6913



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

15.6.2 É indispensável, por ocasião da subscrição de Cotas do Fundo, a adesão do Cotista aos termos do presente Regulamento, por meio da assinatura do termo de adesão a este Regulamento, fornecido pela Instituição Administradora.

15.6.3 Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor investido no Fundo quaisquer taxas ou despesas.

15.7 O valor mínimo de aplicação no Fundo será de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

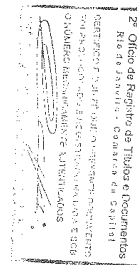
15.8 Somente Investidores Qualificados poderão adquirir as Cotas do Fundo.

15.8.1 No momento da subscrição das Cotas do Fundo, caberá à instituição responsável pela colocação assegurar a condição de Investidor Qualificado do subscritor das Cotas, independentemente da classe a qual pertença.

15.9 A integralização, a amortização e o resgate de Cotas do Fundo podem ser efetuados por meio de depósito em conta corrente do Fundo, Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou através do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos da CETIP, operacionalizado pela CETIP, observado que a amortização e o resgate das Cotas Seniores poderão ser efetuados, ainda, por meio de dação em pagamento de Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo ou transferência de recursos entre contas mantidas na mesma instituição financeira em que o Fundo mantiver conta corrente. No caso de dação em pagamento de Direitos Creditórios, a amortização e resgate de Cotas deverá ser realizada fora do ambiente da CETIP.

15.9.1 Em se tratando de Cotas Seniores, poderá ocorrer resgate em Direitos Creditórios, desde que exclusivamente nas hipóteses de Eventos de Liquidação Antecipada. Nesse caso, tanto o Cotista como a Instituição Administradora deverão estar de acordo com as condições do resgate.

15.9.2 Em se tratando de Cotas Subordinadas, observados os termos do Contrato de Cessão, admite-se que a integralização, a amortização e o resgate sejam efetuados em Direitos Creditórios, sendo que, no caso específico do resgate e amortização, apenas após o resgate integral das cotas seniores em circulação.



REGISTRAR

103 6913



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

15.9.3 Para fins do disposto no item 15.9.2 acima:

- i) é vedada a escolha, por parte do Cotista subordinado, dos ativos que lhe serão entregues na hipótese de optar por amortização ou resgate em Direitos Creditórios; e
- ii) deverão ser observados a política de investimentos do Fundo, as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade descritos neste Regulamento para a integralização de Cotas em Direitos Creditórios.

15.9.4 Deverão ser observados os parâmetros estabelecidos na cláusula 18 abaixo, conforme o caso, na apuração do valor dos Direitos Creditórios a serem empregados na integralização, na amortização e no resgate das Cotas.

15.10 As Cotas Seniores deverão ser registradas para negociação secundária na CETIP, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de Cotas somente seja feita por Investidores Qualificados.

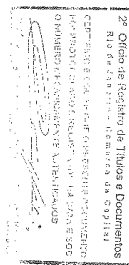
15.11 Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão das Cotas do Fundo.

15.12 O resgate das Cotas Seniores somente poderá ocorrer ao término do prazo de duração de sua respectiva Série ou em caso de liquidação antecipada do Fundo. Se o resgate, por qualquer motivo, ocorrer em data coincidente com feriado nacional feriado na Cidade do Rio de Janeiro e/ou São Paulo ou em outra praça onde estiverem sediados a Instituição Administradora e o Custodiante, os valores correspondentes, se houver, serão pagos ao(s) Cotista(s) no primeiro Dia Útil seguinte, não havendo direito, por parte do(s) Cotista(s), a qualquer acréscimo.

16. CLASSES DE COTAS

16.1 As Cotas do Fundo terão direito a voto, taxas e despesas iguais.

16.2 As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais ou entre si para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do



REGISTRAR E SUBSCRIBIR

1036913



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

Fundo. Os critérios para distribuição dos rendimentos e a amortização das Cotas Seniores estão previstos, respectivamente, nas cláusulas 17 e 18 abaixo.

16.3 As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. Somente ocorrerá a amortização e/ou resgate das Cotas Subordinadas após a amortização e/ou resgate das Cotas Seniores. A distribuição dos rendimentos e a possibilidade de amortização para as Cotas Subordinadas estão previstas, respectivamente, nas cláusulas 17 e 18 abaixo.

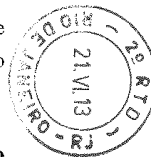
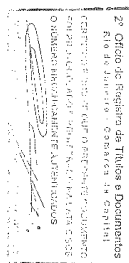
16.4 As Cotas Subordinadas serão subscritas exclusivamente pelo Cedente e não poderão ser objeto de negociação, transferência ou qualquer forma de alienação pelo Cedente.

17. DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO

17.1 As Cotas do Fundo, independentemente da classe ou Série, serão valorizadas todo Dia Útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira distribuição ocorrerá no Dia Útil seguinte à respectiva Data de Subscrição Inicial, e a última na data de resgate da respectiva Série ou na data de liquidação do Fundo, conforme o caso.

17.2 Desde que o patrimônio do Fundo assim permita, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ocorrerá diariamente, conforme o seguinte procedimento:

- i) após o pagamento e o provisionamento das despesas e encargos do Fundo será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, de forma proporcional e simultânea para cada Série, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao Dia Útil imediatamente anterior, o valor equivalente à remuneração da respectiva Série, na forma do Suplemento respectivo; e
- ii) após a distribuição dos rendimentos acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.



REGISTRAR
DE
CURANÇA

103 69 13



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

17.3 O método de cálculo do valor a ser distribuído para as Cotas Seniores de cada Série, desde que o patrimônio do Fundo assim permita, será aquela descrita no Suplemento da Série respectiva.

17.3.1 Na hipótese de o valor das Cotas Subordinadas ser igual a zero, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, de forma simultânea e proporcional a participação de cada Série em relação ao Patrimônio Líquido do Dia Útil anterior, o valor equivalente à variação patrimonial do Fundo também em relação ao Dia Útil anterior.

17.4 A presente cláusula não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente critérios e preferências para distribuição de rendimentos entre as Cotas das diferentes classes existentes. Portanto, as Cotas auferirão rendimentos somente se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

18. AMORTIZAÇÃO DAS COTAS E RESGATE

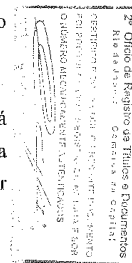
18.1 As Cotas Seniores de cada Série serão amortizadas de acordo com as condições previstas no respectivo Suplemento, observado o disposto abaixo.

18.2 As Cotas Seniores de cada Série deverão ser resgatadas na última Data de Amortização da respectiva Série pelo seu respectivo valor contábil, calculado conforme disposto na cláusula 19 abaixo.

18.3 Se o PL do Fundo assim permitir, as Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas, desde que: (i) realizada após a amortização da totalidade das Cotas Seniores prevista para aquele mês; e (ii) considerada *pro forma* a amortização das Cotas Subordinadas, a Relação Mínima, a Reserva de Amortização, a Reserva de Pagamentos, a Reserva de Liquidez e os Limites de Concentração não fiquem desenquadrados.

18.4 A amortização das Cotas Subordinadas, quando ocorrer, será efetuada até 3 (três) Dias Úteis após a data em que ocorrer, de forma integral, a amortização mensal das Cotas Seniores.

18.5 Não será realizada a amortização das Cotas Subordinadas caso tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada, e/ou caso esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo.



REGISTRAR
E
SECUNDA

1036913



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 772 00 48

www.btgpactual.com.br

18.6 A Instituição Administradora deverá manter Reserva de Amortização, por conta e ordem do Fundo, desde a Data de Subscrição Inicial da primeira Série de Cotas Seniores até a última Data de Amortização da Série de Cotas Seniores com o vencimento mais longo, onde deverão ser segregados e mantidos destacados na contabilidade do Fundo, Outros Ativos que não constituam Direitos Creditórios, incluindo recursos em moeda corrente nacional. A Reserva de Amortização destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às parcelas de amortizações de cada Série de Cota Sênior.

18.7 A Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá segregar Outros Ativos na Reserva de Amortização, observando que, até o 60º (sexagésimo) dia anterior a cada Data de Amortização de qualquer Série, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização, projetado até tal Data de Amortização, deverá ser equivalente a 50% (cinquenta por cento) do somatório de todas as parcelas de amortização devidas na Data de Amortização em referência, e que, até o 30º (trigésimo) dia anterior a cada Data de Amortização de cada Série, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização, projetado até tal Data de Amortização, deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do somatório de todas as parcelas de amortização devidas na Data de Amortização em referência.

18.7.1 Na constituição da Reserva de Amortização, a Instituição Administradora deverá privilegiar a aquisição de Outros Ativos remunerados a taxas pós-fixadas e cujas datas de vencimento ou resgate, bem como sua liquidez de mercado, permitam o pagamento tempestivo das parcelas de amortização.

18.7.2 Na hipótese de a Reserva de Amortização deixar de atender ao limite de enquadramento descrito no item 18.7 acima, a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e destinar todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Amortização. A Instituição Administradora somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, for equivalente ao Valor de Amortização.



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

18.8 A presente cláusula não constitui promessa de rendimentos ou garantia de pagamento das parcelas de amortização, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e procedimento de constituição de reserva para tanto, bem como a preferência entre as diferentes classes de Cotas existentes. Portanto, as Cotas serão amortizadas somente se os resultados e a liquidez da carteira do Fundo assim permitirem.

19. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE

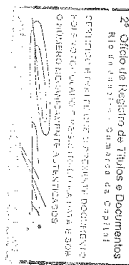
19.1 Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil, mediante a utilização da metodologia abaixo descrita.

19.1.1 Os títulos de emissão do Tesouro Nacional integrantes da carteira do Fundo terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de precificação do Custodiante disponível aos Cotistas em sua sede e no seu *website*.

19.1.2 Se houver, o valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

19.2 Enquanto não houver mercado ativo de Direitos Creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo Dia Útil, de acordo com a taxa de juro respectiva, a qual contempla o percentual da perda histórica da carteira da Cedente observado o disposto na Instrução CVM 489, assim como as provisões e as perdas dos Direitos Creditórios ou com os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas nos termos da Instrução CVM 489.

19.2.1 Decorrido o primeiro ano de vigência do Fundo, será apurada nova perda histórica da carteira relativa aos Direitos Creditórios, após este período tal verificação ocorrerá semestralmente, visando o acompanhamento de eventual alteração na qualidade dos Direitos Creditórios, a Instituição Administradora promoverá a constituição de



1036913

REGISTRAR
DE
INSCRIÇÃO



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

provisão complementar para fazer face aos Direitos Creditórios de liquidação duvidosa, considerando a seguinte fórmula:

$$[\text{Maior valor entre (B) ou (C)}] - (A)$$

Onde:

(B) = “nova perda histórica”, percentual apurado semestralmente, que será identificado pelos valores elencados na linha “180 >” (maior que cento e oitenta) dias da tabela abaixo, acrescido das recompras realizadas no período, dividido pela Carteira de DC, quando da verificação.

(C) = “critério de atraso”, percentual apurado, considerando a somatória dos valores contidos na distribuição da tabela abaixo, contemplando todos os contratos de um mesmo devedor e que apresentem parcelas vencidas e não pagas, acrescido das parcelas vincendas, observando sempre a maior faixa de atraso do contrato, aplicando-se os percentuais de perda em relação aos dias de atraso, dividido pela Carteira de DC, quando da verificação.

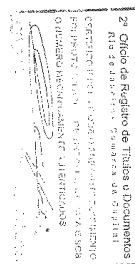
DIAS*	%
1 a 14	0,50%
15 a 30	1%
31 a 60	3%
61 a 90	10%
91 a 120	30%
121 a 150	50%
151 a 180	70%
180 >	100%

* dias em atraso

** % aplicável sobre o valor total do contrato

(A) = “perda histórica”, significa o percentual de perda apurado, que será utilizado na composição da taxa de juros para aquisição dos Direitos Creditórios; e

“Carteira de DC” = Carteira de Direitos Creditórios, representada pelo somatório do valor nominal da Carteira de Direitos Creditórios adquiridos desde o início de sua vigência. Sendo (B) ou (C) superior a (A), será constituída provisão para Direitos Creditórios de





Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

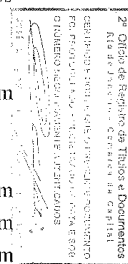
www.btgpactual.com.br

liquidação duvidosa, mediante a aplicação do percentual resultante da diferença entre (B) ou (C) – (A) sobre o valor contábil em aberto, na respectiva data.

19.2.2 Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de Direitos Creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, conforme descrito no item 19.1.2 acima.

19.2.3 São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de Direitos Creditórios:

- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- ii) a existência de negociações com Direitos Creditórios que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo, em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os Direitos Creditórios.



19.3 As Cotas de cada Série e classe do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil.



19.3.1 O valor unitário das Cotas Seniores será apurado conforme aplicação dos critérios de distribuição de rendimentos previstos na cláusula 17 acima e no Suplemento da Série respectiva.

19.3.2 O valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão eventual saldo remanescente do Patrimônio Líquido, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores, apurado conforme o item 19.3.1 acima, pelo número total de Cotas Subordinadas.

REGISTRAR
E SEGUIR

103 6913



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

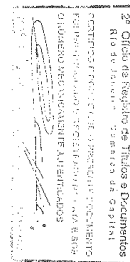
Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

20. DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

20.1 Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração:

- i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das Cotas do Fundo nesses mercados;
- x) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco;



REGISTRAR
E
SECURAR

1036913



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

- xi) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas; e
- xii) despesas com a contratação de Agente Cobrador de Direitos Creditórios inadimplidos.

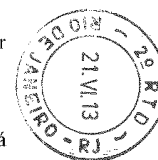
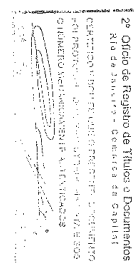
20.2 Quaisquer despesas não previstas no item 20.1 acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Instituição Administradora.

20.3 A Instituição Administradora deverá manter Reserva de Pagamentos, onde Outros Ativos deverão ser segregados e mantidos destacados na contabilidade do Fundo. A Reserva de Pagamentos destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às despesas e encargos do Fundo, incluindo-se a Taxa de Administração.

20.3.1 Os Outros Ativos segregados na Reserva de Pagamentos não poderão ser utilizados na constituição da Reserva de Amortização.

20.4 A Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá segregar Outros Ativos na Reserva de Pagamentos, observando, que até o 60º (sexagésimo) dia anterior à data de pagamento de cada despesa ou encargo, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Pagamentos projetado até tal data de pagamento, deverá ser equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Instituição Administradora para a referida despesa ou encargo, que, até o 30º (trigésimo) dia anterior a data de pagamento de cada despesa ou encargo, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Pagamentos projetado até tal data de pagamento, deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado pela Instituição Administradora para a referida despesa ou encargo.

20.4.1 Na hipótese de a Reserva de Pagamentos deixar de atender ao limite de enquadramento descrito no item 20.4 acima, a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e destinar todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Pagamentos. A Instituição Administradora somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Pagamentos, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja



REGISTRAR

103 6913



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

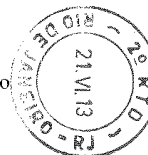
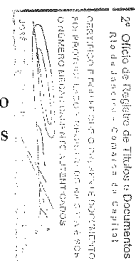
www.btgpactual.com.br

equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado pela Instituição Administradora para a referida despesa ou encargo.

21. ASSEMBLEIA GERAL

21.1 É da competência privativa da Assembleia Geral:

- i) tomar anualmente, no prazo máximo de quatro meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras deste;
- ii) alterar o presente Regulamento;
- iii) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora, da Gestora, do Custodiante e da Agência Classificadora de Risco;
- iv) deliberar sobre a eventual necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo pelos titulares das Cotas Seniores;
- v) deliberar sobre a realização de aditamentos e modificações aos Documentos do Fundo, exceto quando a Instituição Administradora esteja expressa e previamente autorizada a realizar, a seu critério, tais aditamentos ou modificações;
- vi) deliberar sobre a alteração do parâmetro de rentabilidade das Cotas Seniores, nos termos do Regulamento e do Prospecto;
- vii) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- viii) deliberar se um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada;
- ix) deliberar sobre incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo; e



REGISTRAR
E SEGUANÇA

103 6913



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

- x) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Cotistas, nos termos deste Regulamento.

21.2 O Regulamento, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente de realização de Assembleia Geral, hipótese em que deve ser providenciada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a divulgação do fato aos Cotistas.

21.3 A Taxa de Administração, a ser percebida pela Instituição Administradora a título de prestação de serviços, nos termos da cláusula 6 acima, não poderá ser reduzida por determinação da Assembleia Geral sem o expresse consentimento da Instituição Administradora.

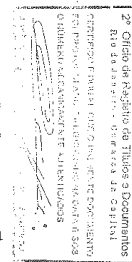
21.4 A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

21.5 Somente pode exercer as funções de representante de Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- i) ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- ii) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- iii) não exercer cargo em empresa cedente de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

21.6 Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral pode reunir-se por convocação da Instituição Administradora ou de Cotistas possuidores de Cotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.

21.7 A convocação da Assembleia Geral deve ser feita mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio



REGISTRAR
E
SEGUINÇA

103 6913



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, na qual devem constar dia, hora e local de realização da Assembleia Geral e os assuntos a serem tratados.

21.8 A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas.

21.8.1 Não se realizando a Assembleia Geral, deve ser publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

21.8.2 Para efeito do disposto no item anterior, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio ou carta de primeira convocação.

21.8.3 Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á na sede da Instituição Administradora; quando se efetuar em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos Cotistas devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede da Instituição Administradora.

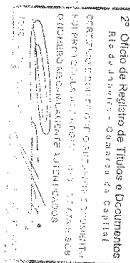
21.8.4 Independentemente das formalidades previstas acima, deve ser considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

21.9 Na Assembleia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um Cotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes, observado o disposto nos itens abaixo.

21.9.1 A cada Cota corresponde um voto, independentemente da respectiva classe.

21.9.2 As deliberações relativas às matérias previstas no item 21.1 (iii), (vii), (viii) e (ix) acima serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

21.9.3 As matérias abaixo listadas deverão ser objeto de deliberação prévia por parte dos Cotistas Seniores e dos Cotistas Subordinados, com os votos de cada uma das



REGISTRAR
E
SECURAR

103 6913



Contatos do Administrador

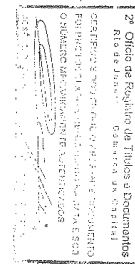
SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

classes sendo tomados em votações apartadas e prévias à deliberação conjunta dos Cotistas, conforme expressamente permitido pelo artigo 29, §4º, da Instrução CVM 356, sendo que, em referidas votações em apartado, as deliberações serão aprovadas pela maioria das Cotas de cada classe em circulação:

- i) alteração das Condições de Cessão;
- ii) alteração dos Critérios de Elegibilidade;
- iii) emissão de novas Séries ou classes de Cotas;
- iv) alteração da Relação Mínima;
- v) alteração dos Eventos de Avaliação, bem como alteração dos Índices de Inadimplência;
- vi) alteração da taxa de desconto prevista no Contrato de Cessão;
- vii) alteração da política de concessão de crédito;
- viii) alteração do parâmetro de rentabilidade das Cotas em circulação;
- ix) distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo;
- x) amortização;
- xi) alteração dos direitos de voto de cada classe; e
- xii) cobrança de taxas.



21.9.4 Somente podem votar na Assembleia Geral os Cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

21.9.5 As Cotas Seniores eventualmente detidas pelo Cedente e/ou suas Afiliadas não conferirão ao respectivo titular direito a voto na Assembleia Geral, bem como as detidas pela Instituição Administradora e seus empregados.



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

21.10 As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

21.10.1 A divulgação referida no item acima deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista.

21.11 As modificações aprovadas pela Assembleia Geral passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

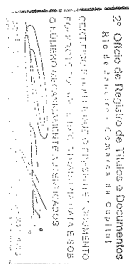
- i) lista de Cotistas presentes na Assembleia Geral;
- ii) cópia da ata da Assembleia Geral;
- iii) exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- iv) modificações procedidas no prospecto de que trata o artigo 23 da Instrução CVM 356, se houver.

22. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

22.1 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão elaboradas de acordo com as disposições da Instrução CVM 489 e demais normas aplicáveis, sendo **auditadas** pelo Auditor Independente registrado na CVM de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

22.2 O Fundo terá escrituração contábil própria.

22.3 O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.



REGISTRAR
E
SEGURANÇA
103 6913



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

23. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS

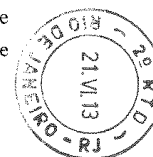
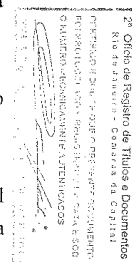
23.1 A Instituição Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes do presente item, sem prejuízo de outras previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente.

23.2 A Instituição Administradora deve informar à CVM, no prazo de 10 (dez) dias da data da primeira integralização de Cotas do Fundo, a data da primeira integralização de Cotas do Fundo.

23.3 A Instituição Administradora deverá informar à CVM a data do encerramento de cada distribuição de Cotas.

23.4 A Instituição Administradora, por meio de seu diretor responsável indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando:

- i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista neste Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis;
- ii) que as modalidades de negociação foram realizadas a taxas de mercado;
- iii) os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período;
- iv) os resultados da verificação do lastro, por amostragem ou não, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados;
- v) as informações solicitadas no artigo 24, inciso X, alíneas "a" e "c" da Instrução CVM 356, caso tais informações tenham sofrido alterações ou aditamentos;
- vi) possíveis efeitos das alterações apontadas no subitem anterior sobre a rentabilidade da carteira;





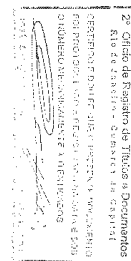
Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

- vii) em relação aos originadores que representem individualmente 10% (dez por cento) ou mais da carteira do Fundo no trimestre: (1) eventuais alterações nos critérios para a concessão de crédito adotados por tais originadores, caso os critérios adotados já tenham sido descritos no regulamento ou em outros demonstrativos trimestrais; e (2) critérios para a concessão de crédito adotados pelos originadores, caso tais critérios não tenham sido descritos no regulamento ou em outros demonstrativos trimestrais;
- viii) eventuais alterações nas garantias existentes para o conjunto de ativos;
- ix) forma como se operou a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, incluindo: (1) descrição de contratos relevantes firmados com esse propósito, se houver; e (2) indicação do caráter definitivo, ou não, da cessão;
- x) impacto no valor do PL e na rentabilidade da carteira dos Eventos de Liquidação Antecipada;
- xi) análise do impacto dos Eventos de Liquidação Antecipada;
- xii) condições de alienação, a qualquer título, inclusive por venda ou permuta, e direitos creditórios, incluindo: (1) momento da alienação (antes ou depois do vencimento) e (2) motivação da alienação;
- xiii) impacto no valor do PL e na rentabilidade da carteira de uma possível descontinuidade nas operações de alienação de Direitos Creditórios realizadas: (1) pelo Cedente; (2) por instituições que, direta ou indiretamente, prestam serviços para o Fundo; ou (3) por pessoas a eles ligadas;
- xiv) análise do impacto da descontinuidade das alienações descrito no subitem anterior;
- xv) quaisquer eventos previstos nos contratos firmados para estruturar o Fundo que acarretaram a amortização antecipada dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo; e



REGISTRAR
E
SEGURANÇA

103 69 13



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

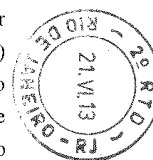
xvi) informações sobre fatos ocorridos que afetaram a regularidade dos fluxos de pagamento previstos.

23.4.1 A Instituição Administradora deverá submeter, anualmente, os demonstrativos trimestrais referidos acima a exame por parte do Auditor Independente e, após isso, enviá-los à CVM, bem como mantê-los em sua sede à disposição dos Cotistas, em até 45 (quarenta e cinco) dias contados do encerramento do trimestre a que façam referência.

23.5 Não obstante as obrigações acima, a Instituição Administradora deve divulgar, trimestralmente, no periódico referido na cláusula 24 abaixo, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem Cotas do Fundo: (i) o valor do Patrimônio Líquido; (ii) o valor das Cotas de cada classe; (iii) a Relação Mínima; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem; e, se houver, (v) o(s) relatório(s) da(s) Agência(s) Classificadora(s) de Risco contratada(s) pelo Fundo.

23.5.1 A divulgação das informações previstas acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do administrador designado nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 356, pela regularidade na prestação dessas informações.

23.6 A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, incluindo-se à Agência Classificadora de Risco, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, incluindo entre estes quaisquer Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada conforme definidos abaixo, bem como a substituição do Auditor Independente, e qualquer celebração de aditamentos aos Documentos do Fundo de modo a garantir a todos os Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso. Qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, deve ser publicado no periódico referido na cláusula 24 abaixo e mantido disponível para os cotistas na sede e agências da Instituição Administradora e nas instituições que coloquem as Cotas do Fundo.



REGISTRAR
103 69 13



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

23.7 A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- i) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.



23.8 A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- i) 15 (quinze) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- ii) 90 (noventa) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.



23.9 A Instituição Administradora deve enviar informe mensal à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos, no prazo de até 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último Dia Útil daquele mês, na forma prevista na Instrução CVM 489.



23.10 No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pela Instituição Administradora, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- i) alteração deste Regulamento;
- ii) substituição da Instituição Administradora;
- iii) incorporação;



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

- iv) fusão;
- v) cisão; e
- vi) liquidação.

23.11 A Instituição Administradora deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Cotistas ou terceiros.

24. PUBLICAÇÕES

24.1 Todas as publicações mencionadas neste Regulamento serão feitas no jornal "Valor Econômico", edição nacional.

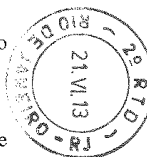
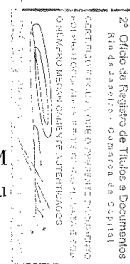
24.2 A Instituição Administradora deve fazer as publicações previstas neste Regulamento sempre no mesmo periódico e qualquer mudança deve ser precedida de aviso aos Cotistas.

25. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDACÃO ANTECIPADA DO FUNDO

25.1 O Fundo será liquidado nas hipóteses previstas neste Regulamento, ou em virtude do término de seu prazo de duração, ou, ainda, sempre que os Cotistas assim deliberarem em Assembleia Geral especialmente convocada para tal fim, nos termos da cláusula 21 acima.

25.1.1 Será convocada Assembleia Geral para deliberar sobre (i) a declaração de um Evento de Liquidação Antecipada; (ii) a alteração do presente Regulamento ou dos Documentos do Fundo; ou (iii) a adoção de outras medidas cabíveis para evitar a liquidação antecipada do Fundo, a critério da Assembleia Geral de Cotistas, na ocorrência de qualquer um dos Eventos de Avaliação abaixo indicados:

- i) não restabelecimento da Relação Mínima, conforme estabelecido no item 15.4 acima;



REGISTRAR

103 6913



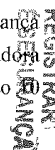
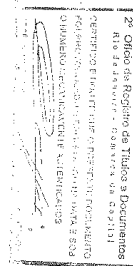
Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

- ii) rebaixamento da classificação de risco inicial de qualquer Série superior a 2 (dois) níveis, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- iii) renúncia da Instituição Administradora à administração do Fundo;
- iv) a inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, verificada pelo Custodiante, desde que, se notificada para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o fizer no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- v) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstas neste Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, se notificado pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o fizer no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- vi) inobservância pelo Cedente dos deveres e das obrigações com relação à cobrança dos Direitos Creditórios, desde que, se notificado pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, pelo Cedente não o fizer no prazo (dez) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- vii) aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade estabelecidos na cláusula 12 acima;
- viii) não pagamento, nas Datas de Amortização, do valor integral da amortização de qualquer Série das Cotas Seniores;
- ix) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento;
- x) caso o Fundo deixe de atender a Reserva de Amortização, a Reserva de Liquidez e a Reserva de Pagamentos e não tenham sido iniciados os procedimentos de re-enquadramento definidos neste Regulamento, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que se verificar o desenquadramento;



1036913



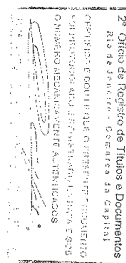
Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

- xi) renúncia do Custodiante;
- xii) ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão;
- xiii) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- xiv) caso o Índice de Inadimplência fique acima dos limites abaixo estabelecidos, em 2 (duas) ocorrências, consecutivas ou não, no mesmo ano-calendário, desde a primeira cessão ao Fundo:
 - a) inadimplência de 06 (seis) a 60 (sessenta) dias superior a 24% (vinte e quatro por cento) do valor da Carteira de Direitos Creditórios;
 - b) inadimplência de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias superior 4% (quatro por cento) do valor da Carteira de Direitos Creditórios; e
 - c) inadimplência de 91 (noventa e um) a 180 (cento e oitenta) dias superior a 9% (nove por cento) do valor da Carteira de Direitos Creditórios;
 - d) inadimplência acima de 180 (cento e oitenta) dias, adicionada às recompras ocorridas, superior a 19% (dezenove por cento) do valor da Carteira Total de Direitos Creditórios;
- xv) caso os Limites de Concentração previstos neste Regulamento não sejam observados e, ainda, se uma vez notificada a Instituição Administradora a respeito, não sejam tomadas as devidas providências em até 2 (dois) Dias Úteis da data de notificação;
- xvi) caso, na verificação dos índices e reservas previstos neste Regulamento, seja constatado qualquer desenquadramento em relação aos parâmetros aqui previstos; e



REGISTRAR
E
SEQUELANÇA

103 6913



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

xvii) caso algum Devedor seja responsável pelo pagamento de Direitos Creditórios que representem até 1% (um) por cento do valor total dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

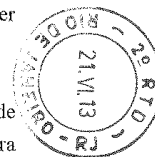
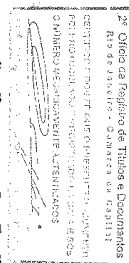
25.1.2 Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação acima, a Instituição Administradora, independentemente de qualquer procedimento adicional, suspenderá imediatamente o pagamento de quaisquer parcelas de amortização de Cotas Subordinadas em andamento, bem como deixará de adquirir novos Direitos Creditórios e convocará imediatamente Assembleia Geral, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação Antecipada.

25.2 No caso de a Assembleia Geral deliberar que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada, a Instituição Administradora deverá implementar os procedimentos definidos no item 25.7 abaixo, incluindo a convocação de nova Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data da Assembleia Geral que deliberou a constituição do Evento de Liquidação Antecipada.

25.3 Sem prejuízo do disposto acima, na ocorrência de um Evento de Avaliação, o Cedente terá a faculdade de oferecer ao Fundo novos Direitos Creditórios, para consideração dos titulares das Cotas Seniores na Assembleia Geral que será realizada para a deliberação sobre o Evento de Avaliação, conforme acima referido.

25.4 Caso a Assembleia Geral delibere que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação Antecipada, a Instituição Administradora deverá adotar as medidas aprovadas pelos Cotistas na referida Assembleia Geral para manutenção das atividades regulares do Fundo, bem como para o saneamento do Evento de Avaliação.

25.5 O direito do Cedente ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Cotas Subordinadas ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de quaisquer Eventos de Avaliação até (i) a data da deliberação, pela Assembleia Geral referida no item 25.4 acima, de que o referido Evento de Avaliação não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Cotistas na referida Assembleia Geral ou (ii) a data em que todos os valores devidos aos Cotistas titulares de Cotas



REGISTRAR
DE
SEGURANÇAS

103 6913



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

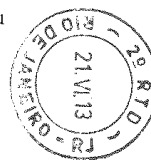
Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

Seniores tiverem sido integralmente pagos pelo Fundo, caso se decida na referida Assembleia Geral pela liquidação antecipada do Fundo.

25.6 Sem prejuízo do disposto neste Regulamento, são considerados Eventos de Liquidação Antecipada:

- i) recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção, Regime de Administração Especial Temporária - RAET ou liquidação extrajudicial do Custodiante;
- ii) constatação, pela Instituição Administradora, de que o Cedente cedeu, ou tentou ceder ao Fundo, Direitos Creditórios onerados ou gravados;
- iii) caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, rescindido;
- iv) caso a Instituição Administradora deixe de convocar Assembleia Geral de Cotistas na hipótese de ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no item 25.1.1 acima;
- v) sempre que assim decidido pelos Cotistas em Assembleia Geral especialmente convocada para tal fim;
- vi) se no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 8º, I a VIII, e seu parágrafo primeiro, da Instrução CVM 356, não for subscrita a totalidade das Cotas representativas do seu patrimônio inicial, salvo na hipótese de cancelamento do saldo não colocado, antes do referido prazo;
- vii) durante 3 (três) meses consecutivos o Patrimônio Líquido médio do Fundo ser inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);
- viii) por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar;



REGISTRAR
E SEGURO

103 69 13



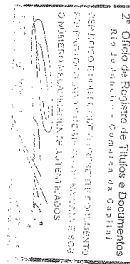
Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

- ix) pela inexistência de Direitos Creditórios na carteira do Fundo ou pela inexigibilidade, por qualquer meio judicial, dos Direitos Creditórios porventura existentes, por período superior a 60 (sessenta) dias;
- x) caso não seja determinado pelos Cotistas um novo parâmetro de apuração do valor das Cotas Seniores, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI e impossibilidade de substituição da Taxa DI pela Taxa SELIC;
- xi) caso o Cedente deixe de comunicar à Instituição Administradora a ocorrência de um Evento de Avaliação que seja do conhecimento deste;
- xii) renúncia da Instituição Administradora, da Gestora ou do Custodiante com a consequente não assunção de suas funções por uma nova instituição nos prazos previstos neste Regulamento;
- xiii) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada;
- xiv) ocorrência de qualquer dos Eventos de Resilição, conforme definidos no Contrato de Cessão; e
- xv) se a Instituição Administradora notar ou perceber algo que, a seu exclusivo critério, possa comprometer o bom funcionamento do Fundo, bem como a manutenção da relação jurídica entre o Fundo e o Cedente, Custodiante e demais contratados.



REGISTRAR
E
CERANÇ

1036913

25.7 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Instituição Administradora deverá (i) notificar os Cotistas, (ii) suspender imediatamente o pagamento de qualquer parcela de amortização de Cotas Subordinadas em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada de Cotas do Fundo definidos no item 25.8 abaixo. A Instituição Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para que os titulares das Cotas Seniores deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurado o resgate das



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

Cotas Seniores detidas pelos Cotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

25.8 Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor das Cotas Seniores apurado conforme previsto no Suplemento da respectiva Série. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas, conforme a respectiva quantidade de Cotas de cada titular.

25.8.1 Os Cotistas poderão receber tal pagamento em Direitos Creditórios, nos termos da cláusula 28 abaixo, desde que assim deliberado em Assembleia Geral convocada para este fim.

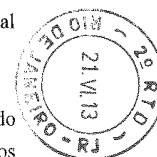
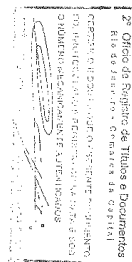
25.8.2 Na hipótese de a Assembleia Geral decidir pela liquidação antecipada do Fundo, a Instituição Administradora poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, pelo respectivo valor apurado nos termos da cláusula 19 acima, acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do Fundo, devendo utilizar os recursos da eventual alienação do resgate das Cotas Seniores e Cotas Subordinadas, nos termos do item 25.7 acima.

25.9 A cada Cota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais Cotas de mesma classe.

25.10 A liquidação do Fundo será gerida pela Instituição Administradora, observando as disposições deste Regulamento ou o que for deliberado na Assembleia Geral.

26. ORDEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

26.1 A partir da primeira Data de Subscrição Inicial e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Instituição Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:



103 6913

REGISTRAR
SECURANÇA



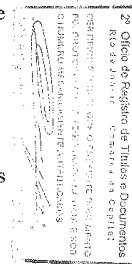
Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

- i) no pagamento das despesas e encargos do Fundo, conforme descritas neste Regulamento;
- ii) na constituição da Reserva de Pagamentos;
- iii) na amortização das Cotas Seniores em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- iv) na constituição da Reserva de Amortização;
- v) na constituição da Reserva de Liquidez;
- vi) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios elegíveis, em moeda corrente nacional; e
- vii) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.



26.2 Exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes carteira do Fundo serão alocados na seguinte ordem:

REGISTRAR
E
S
E
R
V
A
N
Ç
O

103 6913

- i) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) na amortização das Cotas Seniores, observados os termos e as condições deste Regulamento e dos Suplementos de cada Série, até o seu resgate; e
- iii) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

27. CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS COTISTAS SENIORES

27.1 Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos titulares das Cotas Seniores, reunidos em Assembleia Geral, poderá aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização de Série de Cotas Seniores específica, a ser subscrita e integralizada por todos os titulares das Cotas Seniores, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.

27.2 Todos os custos e despesas referidos nesta cláusula serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos titulares das Cotas Seniores em circulação, não estando a Instituição Administradora, o Cedente, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos nesta cláusula.

27.3 A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos desta cláusula, deverá ser previamente aprovada pelos titulares da maioria das Cotas Seniores reunidos na Assembleia Geral prevista acima. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma desta cláusula, os Cotistas deverão definir na referida Assembleia Geral o cronograma de integralização e as características da respectiva Série de Cotas Seniores, as quais deverão ser integralizadas pelos titulares das Cotas Seniores na proporção de seus créditos, em moeda corrente nacional, na medida em que os recursos se façam necessários à realização dos procedimentos deliberados na referida Assembleia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.

27.4 Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Instituição Administradora antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere esta cláusula e da assunção pelos titulares das Cotas Seniores do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.

27.5 A Instituição Administradora, o Custodiante, a Gestora, o Cedente, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos,



REGISTRAR
EQUANCA

103 6913



Contatos do Administrador

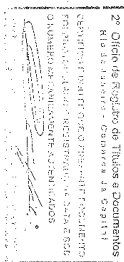
SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

garantias e prerrogativas, caso os referidos Cotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma desta cláusula.

27.6 Todos os pagamentos devidos pelos Cotistas ao Fundo, nos termos desta cláusula, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as verbas devidas pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.



28. PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

28.1 Para efeito do disposto no item 25.8.1 acima, a dação em pagamento de Direitos Creditórios para resgate das Cotas do Fundo deverá seguir os procedimentos previstos na presente cláusula. Após a conclusão do resgate das Cotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento ora previstos, o Fundo promoverá o resgate das Cotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver.



103 69 13

REGISTRAR
SEGURANÇA

28.2 Para fins do disposto nesta cláusula, os Direitos Creditórios conferidos aos titulares de Cotas Seniores em dação em pagamento e, conforme o caso, conferidos aos titulares das Cotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos do artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da Assembleia Geral referida na cláusula 21. O quinhão de cada Cotista será equivalente ao valor dos créditos a este efetivamente atribuído. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos Cotistas, originalmente titulares das Cotas Seniores, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio.

28.3 Antes da dação em pagamento dos Direitos Creditórios pelo Fundo, a Instituição Administradora deverá convocar uma Assembleia Geral com a finalidade de proceder à eleição, pelos Cotistas, de um administrador para o condomínio civil referido



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

no item anterior. Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

28.4 O Depositário contratado pelo Custodiante fará a guarda dos documentos relativos aos Direitos Creditórios mantidos em condomínio pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contado de sua constituição. Ao término do prazo acima referido, o administrador do condomínio civil indicará à Instituição Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos.

28.5 Caso os titulares das Cotas Seniores, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil no prazo referido do item 28.2 acima, a Instituição Administradora e o Custodiante poderão promover o pagamento em consignação dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo aos Cotistas, na forma do artigo 334 do Código Civil.

29. FORO

29.1 Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2013.


BTGP ACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM
Instituição Administradora



2º OFÍCIO
Registro de títulos e documentos
Averbado hoje na coluna de anotações do registro nº <u>1036912</u>
Rio de Janeiro, <u>21 JUN. 2013</u>



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

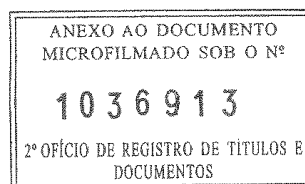
www.btgpactual.com.br

ANEXO I

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC – Dacasa Financeira (Grupo Dadalto) II", constituído em 21 de setembro de 2012 pela BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM.

GLOSSÁRIO

Afiladas	São as pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum.
Agência Classificadora de Risco	Fitch Ratings do Brasil Ltda., ou sua sucessora contratada nos termos do Regulamento.
Agente Cobrador	É o Cedente, contratado pela Instituição Administradora como agente de cobrança dos Direitos Creditórios inadimplentes.
Assembleia Geral	Assembleia geral de Cotistas.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, associação civil com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 230, 12º e 13º andares, Centro, CEP 20031-070, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.271.171/0001-77.
Auditor Independente	KPMG Auditores Independentes, ou seu sucessor.
Carteira de Direitos Creditórios	São os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, vencidos ou a vencer.
Carteira Total de Direitos Creditórios	São os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo a qualquer tempo.





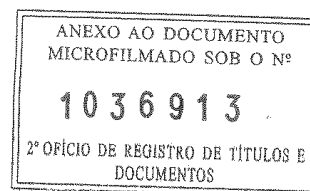
Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

Cedente	Dacasa Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento.
CETIP	CETIP S.A. – Mercados Organizados.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Condições de Cessão	São as condições de cessão dos Direitos Creditórios previstas neste Regulamento e reproduzidas no Contrato de Cessão.
Contrato de Cessão	Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças, a ser firmado entre Cedente e Fundo, com interveniência do Custodiante.
Contrato de Cobrança	Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança e Outras Avenças, celebrado entre a Instituição Administradora e o Agente Cobrador, com a interveniência do Custodiante, estabelecendo os termos e condições para a prestação de serviços de cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos do Fundo.
Contrato de Custódia	Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios a ser celebrado entre a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante.





Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

Contrato de Depósito	Contrato de Prestação de Serviços de Depósito e Outras Avenças celebrado entre o Custodiante e o Depositário, com a interveniência do Fundo, representado pela Instituição Administradora, estabelecendo os termos e condições para a prestação de serviços de guarda física dos originais dos Documentos Comprobatórios que lastrearem os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.
Contrato de Escrituração	Contrato de Escrituração de Cotas de Fundos de Investimentos, celebrado entre a Instituição Administradora, em nome do Fundo, e o Banco Bradesco S.A. na qualidade de escriturador.
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.
Cotas	Todas as Cotas do Fundo, independentemente da classe ou Série.
Cota(s) Sênior	Cota(s) que não se subordina(m) às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Cota(s) Subordinada(s)	Cota(s) que se subordina(m) às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Cotistas	Titulares de Cotas Seniores e os titulares de Cotas Subordinadas.
Critérios de Elegibilidade	São os critérios que devem ser atendidos pelos Direitos Creditórios para integrarem a carteira do Fundo, cuja verificação é feita pelo Custodiante.





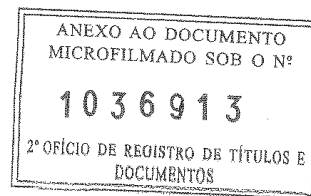
Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

Custodiante	Banco Bradesco S.A., ou quem vier a lhe suceder.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Amortização	Data de amortização prevista no respectivo Suplemento de cada Série.
Data de Aquisição	Data em que o Custodiante verificar o atendimento, pelos Direitos Creditórios, aos Critérios de Elegibilidade e mediante o atendimento cumulativo do disposto no Contrato de Cessão.
Data de Subscrição Inicial	Data a partir de que as Cotas representativas do patrimônio inicial do Fundo ou das Cotas das demais Séries emitidas serão subscritas e integralizadas.
Depositário	Armazém de Dados Negócios e Serviços Ltda.-ME
Devedor(es)	Pessoa física contratante do empréstimo concedido pelo Cedente nos termos do Mútuo.
Dia(s) Útil(eis)	Todo e qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional ou, ainda, dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário ou não dias em que funcionar o mercado financeiro em âmbito nacional, nas Cidades de São Paulo e de Osasco, Estado de São Paulo, e de Vitória, Estado do Espírito Santo.
Direitos Creditórios	Cada prestação originalmente devida pelo Devedor ao Cedente, sempre em moeda corrente nacional, líquida de qualquer taxa de administração ou de serviço, decorrente de contratação de Mútuo.
Documentos Comprobatórios	Os seguintes documentos referentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, devidamente identificados





Contatos do Administrador

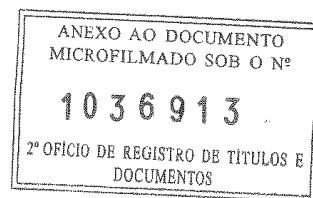
SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

pelo número de inscrição do respectivo Devedor no CPF/MF e do empréstimo: via original do Termo de Adesão em Contrato de Financiamento registrado no Cartório de Títulos e Documentos de Vitória – ES – Oficial Myrian Castello Miguel – sob nº 216495.

Documentos do Fundo	Em conjunto ou isoladamente, o Regulamento, o Contrato de Cessão e o Termo de Cessão.
Eventos de Avaliação	Eventos que, caso ocorrerem, ensejarão convocação de Assembleia Geral para deliberar sobre (i) a declaração de um Evento de Liquidação Antecipada; ou (ii) a alteração dos Documentos do Fundo.
Eventos de Liquidação Antecipada	Eventos definidos no item 25.6 do Regulamento.
FGC	Fundo Garantidor de Crédito.
Fundo	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC – Dacasa Financeira (Grupo Dadalto) II.
Gestora	BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM, ou o que lhe vier a suceder.
Índice de Inadimplência	Índice equivalente à divisão do valor dos Direitos Creditórios inadimplidos pelo valor total da carteira de Direitos Creditórios do Fundo, expressa em forma percentual, verificado mensalmente pelo Custodiante.
Instrução CVM 356	Instrução nº CVM 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.
Instrução CVM 409	Instrução nº CVM 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.





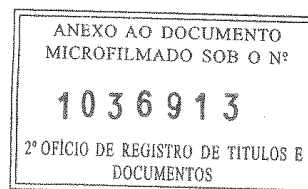
Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

Instrução CVM 489	Instrução nº CVM 489, de 14 de janeiro de 2011.
Instituição Administradora	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, ou o que lhe vier a suceder.
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.
Investidor Qualificado	Investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM 409, ou fundos de investimentos habilitados nos termos da regulamentação vigente a adquirir cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.
Limites de Concentração	São os limites de concentração da carteira do Fundo previstos no item 11.1 (xiii) deste Regulamento.
Mútuo	Mútuo formalizado por meio de contrato de mútuo, cujos Direitos Creditórios serão cedidos ao Fundo pelo Cedente de acordo com os Critérios de Elegibilidade.
Outros Ativos	Ativos integrantes da carteira do Fundo que não constituam Direitos Creditórios, incluindo recursos em moeda corrente nacional.
PL ou Patrimônio Líquido	Valor do patrimônio líquido do Fundo apurado na forma da cláusula 19 do Regulamento.
Primeira Carteira de Direitos Creditórios Cedida	São os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo em até 3 (três) Dias Úteis contados da Data de Subscrição Inicial.
Relação Mínima	Relação mínima admitida entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, equivalente a 143% (cento e quarenta e três por cento).
Reserva de Amortização	Reserva de pagamento, onde deverão ser segregados





Contatos do Administrador

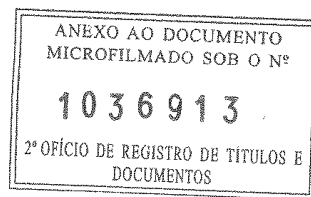
SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

Outros Ativos, destinada exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às parcelas de amortizações de cada Cota Sênior.

Reserva de Pagamentos	Reserva para pagamento de despesas e encargos do Fundo.
Reserva de Liquidez	Reserva constituída na forma do item 10.5 do Regulamento.
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
Série	Qualquer série de Cotas Seniores emitida nos termos deste Regulamento.
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito.
Suplemento	Suplemento de cada Série de Cotas Seniores.
Taxa de Administração	Remuneração devida à Instituição Administradora do Fundo na forma do Regulamento.
Taxa SELIC	Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia divulgada pelo Comitê de Política Monetária – COPOM.
TED	Transferência Eletrônica Disponível.
Termo de Cessão	Instrumento mediante o qual é formalizada a cessão de Direitos Creditórios pelo Cedente ao Fundo e que deve ser elaborado de acordo com o modelo estabelecido no Contrato de Cessão.
Valor de Amortização	Somatório de todas as parcelas de amortização devidas na Data de Amortização.





Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

ANEXO II

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC – Dacasa Financeira (Grupo Dacasa) II", constituído em 21 de setembro de 2012 pela BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM.

DESCRIÇÃO DA NATUREZA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, DO PROCESSO DE ORIGINAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E DA POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO PELO CEDENTE

I. Natureza

1. Os Direitos Creditórios são oriundos de contratos de mútuo celebrados entre o Cedente e seus clientes pessoas físicas. Os Mútuos são contratados a taxas prefixadas, com pagamentos mensais pelos respectivos tomadores.

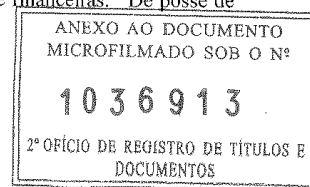
2. Referidos contratos de mútuo são celebrados nas modalidades de (i) empréstimo pessoal, em que não há destinação específica para os recursos tomados pela pessoa física; e (ii) crédito direto ao consumidor, em que os recursos tomados são destinados à aquisição de bens pelo tomador.

3. Os Mútuos são formalizados por meio da celebração, pelo Devedor, de termo de adesão a contrato de financiamento padrão utilizado pelo Cedente, devidamente registrado perante o Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Vitória, Estado do Espírito Santo, sob o nº 216495. Para os fins de direito aplicáveis, referido contrato de financiamento é considerado um contrato de adesão.

II Processo de Originação e Política de Concessão de Crédito

1. A concessão de Mútuos pelo Cedente é realizada por meio de filiais e, no caso de crédito direto ao consumidor, por intermédio de lojistas.

2. O cliente que solicita a celebração de Mútuo com o Cedente fornece diversos dados ao funcionário do Cedente responsável pela coleta de referidas solicitações, dentre os quais se incluem informações pessoais e financeiras. De posse de





Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

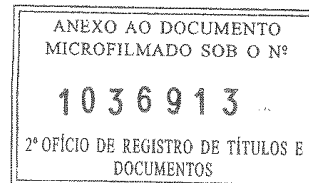
tais informações, o funcionário do Cedente preenche o cadastro do cliente e seu termo de adesão ao contrato de financiamento e envia, por meio de sistema específico, para análise de crédito.

3. Em se tratando de pessoas físicas, o Cedente não concede crédito nas seguintes hipóteses: cliente com problemas mentais; apontamento negativo no SPC, exceto junto a concessionárias de energia elétrica, água e telefonia quando o tomador já for cliente do cedente, hipótese em que será analisado o débito de que é oriundo o apontamento; cliente possua débito em aberto há mais de 30 (trinta) dias; empresário com menos de 1 (um) ano de registro de empresa; autônomo com menos de 6 (seis) meses de serviço; cliente com idade inferior a 18 (dezoito) anos; cliente com menos de 3 (três) meses de empresa; excesso de passagens SPC (acima de seis); passagens recentes em 2 (duas) financeiras; clientes que forem classificados como alto risco pelo modelagem estatística (score) em vigor. Se o cliente não for enquadrado em nenhuma das situações descritas acima a proposta de Mútuo é enviada a especialista de crédito, que confirmará as informações pessoais e financeiras, em especial as referências pessoais e os rendimentos informados pelo cliente.

4. Com relação aos rendimentos informados pelo potencial cliente, o Cedente possui escalonamento do percentual máximo da renda mensal do tomador que pode ser comprometida com pagamento de parcelas de Mútuo, variando de 35% (trinta e cinco por cento), para Mútuos com até 3 (três) parcelas, até 15% (quinze por cento), para Mútuos com 15 (quinze) ou mais parcelas para pagamento. O Cedente trabalha com uma margem de tolerância de até 5 pontos percentuais em referidos limites, em função do histórico do cliente.

5. Em certas hipóteses em que o Cedente detecte a existência de risco relevante de crédito em relação ao potencial tomador, pode vir a ser solicitada a celebração de fiança para a liberação do Mútuo.

6. Caso o Cedente altere a política de concessão de crédito descrita neste Anexo, o Cedente deverá enviar notificação, por escrito, à Instituição Administradora em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da alteração, para que este convoque uma Assembleia Geral de Cotistas com a finalidade de apenas dar conhecimento aos Cotistas sobre tal alteração. O Administrador deverá apresentar aos Cotistas nessa Assembleia Geral de Cotistas, o item 10 deste Regulamento já com a alteração da política de concessão de





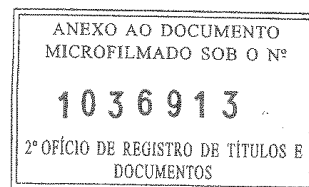
Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

crédito consolidada. Tal alteração não será objeto de deliberação pelos Cotistas do Fundo. O Cedente não poderá ceder ao Fundo Direitos Creditórios contemplando a nova política de concessão de crédito, sem que esta tenha sido alterada no Regulamento.





Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

ANEXO III

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC – Dacasa Financeira (Grupo Dacasa) II", constituído em 21 de setembro de 2012 pela BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM.

MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

I. Recebimento Ordinário dos Direitos Creditórios

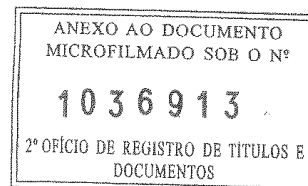
1. Os Devedores pagarão os Direitos Creditórios por meio de pagamento de boleto bancário, sendo os recursos creditados diretamente em conta bancária de titularidade do Fundo mantida no Custodiante.

2. Será admitida, a qualquer tempo, a liquidação antecipada pelos Devedores de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos dos respectivos Mútuos.

3. Exclusivamente em caso de pagamento realizado de maneira equivocada pelo respectivo Devedor, isto é, por outro modo que não o boleto respectivo, e de modo excepcional, o Cedente ficará constituído como fiel depositário de quaisquer valores por ele recebidos, a qualquer título, referente aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, até a efetiva transferência de tais valores ao Fundo, aplicando-se artigos 627 e seguintes do Código Civil.

4. O repasse ao Fundo dos recursos decorrentes do pagamento de Direitos Creditórios ocorre no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil contado do respectivo pagamento pelo Devedor.

5. O não cumprimento dos prazos para transferência de recursos pelo Cedente ao Fundo, por culpa exclusiva do Cedente, acarretará, para o Cedente, sem prejuízo do disposto das demais penalidades previstas no Contrato de Cessão, o pagamento de multa de 1% (um por cento) sobre o montante não transferido, juntamente com juros de mora correspondentes à taxa média ponderada e ajustada das operações de





Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais, cursadas no SELIC na forma de operações compromissadas, divulgada pelo Banco Central.

II. Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos

1. Não caberá ao Agente Cobrador, em nenhuma hipótese, o recebimento de quaisquer valores relativos aos Direitos Creditórios inadimplidos de titularidade do Fundo, que deverão ser pagos pelos Devedores respectivos diretamente à conta corrente do Fundo, sendo o Agente Cobrador tão somente responsável pelo contato com os Devedores de Direitos Creditórios inadimplidos.

2. A partir do 5º (quinto) dia de atraso do Direito Creditório e caso o cliente tenha um e-mail cadastrado no sistema do Cedente, o Cedente envia automaticamente uma mensagem, solicitando seu contato na área de Cobrança;

3. No período entre 11 (onze) e 180 (cento e oitenta) dias de atraso, a cobrança é feita pelos profissionais do Cedente, através de contatos telefônicos. Sem a interferência do cobrador, o sistema de cobrança próprio seleciona o devedor e efetua a ligação telefônica automaticamente.

4. Poderão ser concedidos descontos para os Direitos Creditórios em atraso, conforme tabela abaixo:

Atraso		Sobre juros de mora e multa		
De	Até	Atendente	Coordenador	Gestor
1	30	0%	30%	100%
31	60	0%	30%	100%
61	90	70%	100%	100%
91	120	100%	100%	100%
121	150	100%	100%	100%
151	180	100%	100%	100%
181	360	100%	100%	100%
361	720	100%	100%	100%
721	1080	100%	100%	100%
1081	1800	100%	100%	100%
Acima de 1800		100%	100%	100%



Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

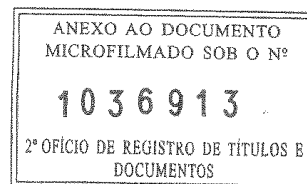
www.btgpactual.com.br

Atraso		Sobre o principal		
De	Até	Atendente	Coordenador	Gestor
1	30	0%	0%	0%
31	60	0%	0%	0%
61	90	0%	0%	0%
91	120	0%	0%	0%
121	150	0%	0%	0%
151	180	0%	0%	0%
181	360	20%	20%	20%
361	720	30%	30%	30%
721	1080	40%	40%	40%
1081	1800	50%	50%	50%
Acima de 1800		60%	60%	60%

5. Após 30 (trinta) dias de atraso, o Devedor do Direito Creditório em atraso é registrado nos órgãos de proteção ao crédito.

6. Após 180 (cento e oitenta) dias de atraso, a cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos é enviada para empresas terceirizadas de assessoria de cobrança.

7. A quantidade e o valor total de Direitos Creditórios a ser repassado para cada assessoria de cobrança é definida pelo “fator de desempenho”. Este fator é calculado automaticamente pelo sistema próprio com base nos índices de recuperação de crédito do mês anterior.





Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

ANEXO IV

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimento EM DIREITOS Creditórios FIDC – Dacasa Financeira (Grupo Dadalto) II", constituído em 21 de setembro de 2012 pela BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM.

SUPLEMENTO DA SÉRIE DE COTAS SENIORES

"SUPLEMENTO DA [ORDINAL POR EXTENSO] SÉRIE DE COTAS SENIORES

1. O presente documento constitui o suplemento nº [COMPLETAR] ("Suplemento") referente à [COMPLETAR]ª Série de Cotas Seniores ("[COMPLETAR]ª Série") emitida nos termos do regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC – Dacasa Financeira (Grupo Dadalto) II", administrado pela BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM, instituição com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar – parte, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 59.281.253/0001-23, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento ("Instituição Administradora").

2. Serão emitidas nos termos deste Suplemento e do Regulamento Cotas Seniores no valor de R\$[●] ([POR EXTENSO] reais) cada na data da primeira subscrição de Cotas da presente Série ("Data de Subscrição Inicial"). Fica a critério da Instituição Administradora a quantidade de Cotas Seniores a ser inicialmente emitida, desde que observado o disposto no item 15.2 do Regulamento.

3. Na subscrição de Cotas Seniores da [COMPLETAR]ª Série em data diversa da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da cota de mesma Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Fundo, calculado conforme o disposto nas Cláusulas 15 e 19 do Regulamento e do item 4 do presente Suplemento.





Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

4. O valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate de cada Cota Sênior da [COMPLETAR]ª Série, será calculado de acordo com a fórmula definida abaixo:

[INSERIR FÓRMULA DE CÁLCULO DO VALOR DAS COTAS SENIORES DA [•]ª SÉRIE]

5. Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos suficientes, em moeda corrente nacional, será promovida, a partir de [•], inclusive, em cada dia [•] de cada mês-calendário ("Data de Amortização"), a amortização de parcela do valor de cada Cota Sênior da [•]ª Série ("Amortização Programada"), a qual será equivalente ao valor apurado de acordo com a fórmula prevista no item anterior e as condições previstas no Regulamento. A última Amortização Programada deverá ocorrer no dia [•], quando o Fundo deverá promover a amortização integral da respectiva Cota, observado o cronograma abaixo:

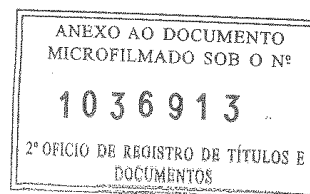
Data de Amortização	Valor de Amortização
[•]	[•]
[•]	[•]

6. Os termos e condições definidos utilizados neste Suplemento terão o mesmo significado atribuído quando utilizados no Regulamento.

7. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições deste Suplemento. As Cotas Seniores da [COMPLETAR]ª Série terão as mesmas características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas à classe de Cotas Seniores, exceto com relação aos prazos e valores de amortização e resgate, bem como de remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento.

8. O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no [COMPLETAR] cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, [DATA]





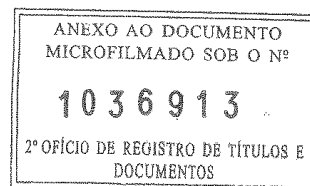
Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

*[COMPLETAR]
Instituição Administradora"*





Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

ANEXO V

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC – Dacasa Financeira (Grupo Dacasa) II", constituído em 21 de setembro de 2012 pela BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM.

CRITÉRIOS PARA VERIFICAÇÃO DE LASTRO

1. O Custodiante deverá verificar os documentos que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios, ou seja, os Documentos Comprobatórios.
2. A determinação do tamanho da amostra e a seleção dos Direitos Creditórios para verificação nos termos dos itens anteriores será realizada por meio da aplicação da seguinte fórmula matemática:

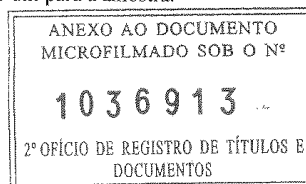
$$n_0 = \frac{1}{E_0^2} \quad n = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Onde:

E_0 = Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento), considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza dos Direitos Creditórios cedidos; qualidade do Cedente; quantidade de verificações do lastro dos Direitos Creditórios cedidos já realizadas e respectivos resultados observados);

N = tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para a primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos Creditórios); e

A seleção da amostra de Direitos Creditórios cedidos para verificação será obtida: (i) dividindo-se o tamanho da população (N) pelo tamanho da amostra (n), obtendo um intervalo de retirada (k); (ii) sorteia-se o ponto de partida; e (iii) a cada k elementos, será retirado um para a amostra.





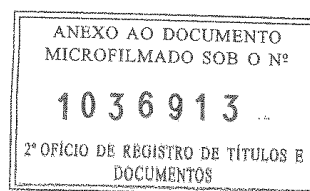
Contatos do Administrador

SAC: 0800 772 28 27

Ouvidoria: 0800 722 00 48

www.btgpactual.com.br

3. As irregularidades e inconsistências eventualmente detectadas pelo Custodiante deverão ser comunicadas à Instituição Administradora em até 2 (dois) Dias Úteis.



ANEXO II

- Relatório da Agência Classificadora de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FIDC Dacasa Financeira II

1ª e 2ª Séries de Cotas Seniores

Relatório de Pré-Distribuição

Neste Relatório

Estrutura de Capital	1
Resumo da Transação	1
Fundamentos do Rating	1
Modelagem, Metodologia e	
Adequação de Dados	2
Estrutura da Operação	2
Análise dos Ativos	4
Estrutura Financeira	7
Modelagem de Fluxo de Caixa	8
Risco de Contrapartes	10
Análise de Sensibilidade dos	
Ratings Atribuídos	10
Monitoramento	10
Apêndice A: Critérios de	
Elegibilidade / Condições de	
Cessão	11
Apêndice B: Perfil Geral do	
Cedente/Originador	12
Apêndice C: Servicing &	
Originação	13
Apêndice D: Gráficos de	
Performance Histórica	14
Apêndice E: Resumo da	
Transação	16

Estrutura de Capital^a

Classe/Série	Montante (BRL MM)	Vencimento Final ^a	Rating	Reforço de Crédito (%) ^b	Perspectiva	TT (%)	TTLM ^c (x)
1ª e 2ª Séries de Cotas Seniores	113,5	Abr/2017	AAA(exp)sf(bra)	30,0	Estável	70,0	4,0
Cotas Subordinadas	48,8	Abr/2017	NA	--	NA	--	--
Total	162,3						

^aO Rating da proposta de emissão não configura atribuição de rating final e está baseado em informações fornecidas pelo emissor até 8 de abril de 2013. O Rating Preliminar está condicionado ao recebimento dos documentos finais que estejam em conformidade com as informações já recebidas. Os ratings de crédito da Fitch não constituem recomendação de compra, venda ou manutenção de um título. O prospecto e outros materiais disponibilizados desta oferta deverão ser lidos anteriormente à sua aquisição. ^bEste valor não inclui excesso de spread.

^cTranche Thickness Loss Multiple – TT% dividido pela perda base estimada pela Fitch. Veja também "Structured Finance Tranche Thickness Metrics", datado de 29 de julho de 2011.

NA – Não Avaliada.

Resumo da Transação

Esta operação é uma securitização de direitos creditórios oriundos de financiamentos de crédito direto ao consumidor (CDC) e crédito pessoal (CP) originados pela Dacasa Financeira – Crédito, Financiamento e Investimentos (Dacasa), pertencente ao Grupo Dadalto, com sede em Vitória, no Espírito Santo. Esta é a segunda operação de securitização da Dacasa avaliada pela Fitch.

Fundamentos do Rating

Reforço de Crédito: A sobrecolateralização mínima da operação em benefício dos cotistas seniores será de 30,0% do Patrimônio Líquido (PL) do fundo. Além da sobrecolateralização, os investidores seniores se beneficiarão de um excesso de *spread* de aproximadamente 123,2% ao ano (a.a.). Segundo os documentos da operação, não será permitida a aquisição de créditos com ágio.

Elevado Índice de Inadimplência: A carteira de recebíveis é caracterizada por empréstimos pessoais e ao consumo para pessoas físicas primordialmente de baixa renda. Através da análise de dados históricos, a expectativa de perda média para CP é de 18,1% e para CDC, de 16,3%. Ao considerar a estrutura revolvente e os limites de concentração estabelecidos no regulamento, foi considerada uma premissa de perda de 17,55% para o decorrer da operação.

Descasamento de Taxa de Juros: Os direitos creditórios elegíveis possuem rentabilidade prefixada, e a remuneração das cotas seniores será indexada ao CDI e/ou ao IPCA. Esta situação gera descasamento das taxas dentro do prazo dos direitos creditórios adquiridos. Assim, a Fitch incorporou em sua modelagem de fluxo de caixa um cenário de estresse de taxa de juros para verificar a capacidade da estrutura de capital da transação em absorver riscos desta natureza.

Eliminação do Risco de Commingling: Todos os pagamentos são feitos através de boletos bancários pagos diretamente em uma conta arrecadadora junto ao custodiante, o Banco Bradesco S.A. (Bradesco). Os pagamentos devidos ao fundo são segregados em uma conta de titularidade do FIDC e não passarão por contas mantidas em nome do cedente.

Capacidade do Originador / Cedente / Agente Cobrador: A Fitch considerou adequados os critérios de originação e os processos de cobrança e controle da Dacasa. A estrutura da operação, que inclui critérios de elegibilidade, eventos de amortização antecipada e o Bradesco como a instituição responsável pela cobrança dos direitos creditórios, mitiga os riscos relacionados à Dacasa.

Analistas

Benjamin Tano
+55 11 4504-2619
benjamin.tano@fitchratings.com

Ely Mizrahi
+55 11 4504-2617
ely.mizrahi@fitchratings.com

Modelagem, Metodologia e Adequação de Dados**Modelagem**

A Fitch utiliza um modelo proprietário de fluxo de caixa para simular os efeitos de variações na perda estimada, nos níveis de prepagamento de créditos e no CDI, de forma a mensurar a capacidade do reforço de crédito disponível suportar os estresses associados ao rating preliminar atribuído.

Suficiência de Informações / Adequação dos Dados

A Fitch recebeu dados com a performance da carteira de créditos da Dacasa segregados por produto e prazo. O período de observação das informações correspondente a janeiro de 2007 a fevereiro de 2013. A agência considera a qualidade das informações e o período de observação suficientes para derivar cenários base de perda e prepagamento. As fontes de informação utilizadas na análise desta emissão foram a Dacasa e a KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. (KPMG).

Metodologia

Esta análise foi conduzida de acordo com os princípios delineados em *Rating Criteria for Consumer ABS in Latin America*, publicado em 15 de fevereiro de 2012, e *Global Structured Finance Rating Criteria*, publicado em 6 de junho de 2012. Os relatórios estão disponíveis em www.fitchratings.com.br.

Estrutura da Operação**Comparação de Transações**

	FIDC Dacasa II*	FIDC Dacasa I	FIDC Credipar	IFCOTCB 11
Originador/Cedente	Dacasa	Dacasa	Negresco	Infonacot
País de Emissão	Brasil	Brasil	Brasil	México
Valor das Cotas Seniores (000.000)	BRL113,5	BRL80,0	BRL60,3	MXN1.100,0
Rating das Cotas Seniores	AAA(bra)(prel)	AA+(bra)	AAA(bra)	AAA(mex)
Subordinação Inicial	30,0%	20,0%	20,4%	15,1%
Subordinação Mínima	30,0%	25,0%	25,0%	11,0%
CP Concentração Máxima	65%	45%	10%	100%
Perda Base	17,55%	9,80%	14,90%	7,00%
Taxa de Juros Mínima ao Mês	7,35%	-	4,80%	1,81%
Data de Emissão	abr/13	jul/06	dez/10	dez/11
Prazo das Cotas Seniores	48	36	36	48
Carência de Juros (Meses)	6	6	3	-
Carência de Principal (Meses)	12	24	24	24
Período de Revolução	48	36	36	24
Período de Amortização	36	12	12	24

*Os dados desta operação são preliminares e sujeitos a revisões.

FIDC Dacasa I - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Dacasa Financeira (Grupo Dadalto).

FIDC Dacasa II - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC - Dacasa Financeira (Grupo Dadalto) II.

FIDC Credipar - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Credipar Mais.

IFCOTCB 11 - Instituto Nacional del Fondo de Fomento y Garantía para el Consumo de los Trabajadores Certificados Bursátiles 11.

Dacasa - Dacasa Financeira - Crédito, Financiamento e Investimentos.

Negresco - Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos.

Infonacot - Instituto Nacional del Fondo de Fomento y Garantía para el Consumo de los Trabajadores.

O FIDC Dacasa II é um fundo de investimento em direitos creditórios de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. A primeira e a segunda séries de cotas seniores terão prazo de quatro anos, a partir da primeira subscrição. O fundo será administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM (BTG), e o Bradesco exercerá as funções relacionadas à custódia dos ativos e será o agente de cobrança dos direitos creditórios do fundo. A Dacasa será a agente de cobrança de créditos inadimplentes. A Armazém de Dados Negócios e Serviços Ltda. foi contratada como fiel depositária dos documentos comprobatórios dos direitos creditórios adquiridos pelo fundo.

O fundo emitirá cotas seniores e subordinadas e poderá promover novas emissões de cotas seniores sem autorização prévia de assembleia de cotistas, e desde que observadas certas condições previstas no regulamento. Estas condições incluem o cumprimento da subordinação mínima estabelecida e a afirmação dos ratings atribuídos às cotas seniores em circulação.

Metodologia Aplicada

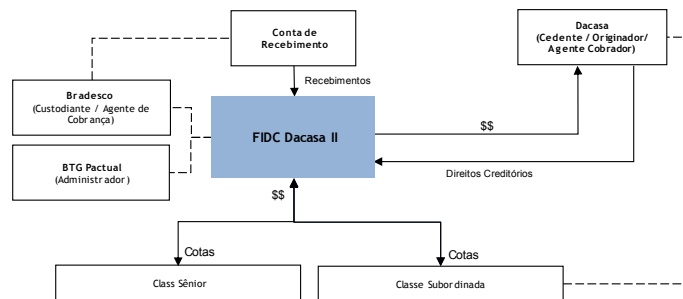
Metodologia Global de Finanças Estruturadas, 6 de junho de 2012

Outra Metodologia Relevante

Rating Criteria for Consumer ABS in Latin America, 15 de fevereiro de 2012

O montante da primeira emissão de cotas seniores será de até BRL153,0 milhões, considerando o exercício da opção de lotes adicional e complementar, com prazo total de quatro anos. Após uma carência de seis meses, a cota sênior terá amortizações mensais dos juros acumulados. Após doze meses, os cotistas seniores receberão amortizações mensais do principal investido, além dos juros acumulados, até o vencimento final.

Diagrama Simplificado da Estrutura



Fonte: Documentos da Transação

A Dacasa, como único investidor das cotas subordinadas irá subscrever e integralizar o montante inicial equivalente a até BRL65,6 milhões, ou o montante que corresponda a 30,0% do PL do fundo. As cotas subordinadas terão o mesmo prazo das cotas seniores e poderão ser amortizadas desde que seja mantido o percentual mínimo de subordinação de 30,0% do PL, bem como outras condições mínimas estabelecidas em regulamento.

Partes da Transação

Função	Entidade	Rating	Perspectiva
Coordenador da Oferta	BTG Pactual S.A.	AA(bra)/F1+(bra)	Estável
Emissor	FIDC Dacasa II	NA	NA
Cedente/Originador/Agente Cobrador	Dacasa Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	NA	NA
Administrador/Agente de Cobrança	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	M1(bra)	-
Custodiante	Banco Bradesco S.A.	AAA(bra)/F1+(bra)	Estável
Custódia dos Documentos Comprobatórios	Armazém de Dados Negócios e Serviços Ltda.	NA	NA

Fonte: Documentos da Transação. NA - Não Avaliada.

Provisão para Devedores Duvidosos

A provisão dos direitos creditórios vencidos e não pagos será realizada por meio de uma taxa de desconto conforme a Instrução 489 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A performance dos créditos será monitorada ao longo da operação e se a perda realizada for maior do que a expectativa de perda inicial estabelecida, os recebíveis passarão a ser descontados com uma taxa de desconto maior, estabelecendo efetivamente uma provisão para devedores duvidosos.

Estrutura Jurídica

A Fitch solicitou e recebeu parecer legal da assessoria jurídica da transação, atestando a constituição de cessão definitiva, de forma perfeita e acabada, da carteira de crédito objeto da securitização; a necessidade da operação efetuar o registro da cessão e notificação dos sacados; a capacidade jurídica da Dacasa em conceder empréstimos e realizar cessões ao fundo; e o fato de que um evento de insolvência da Dacasa não deverá afetar a integridade da estrutura do fundo, das cotas emitidas ou das garantias nelas constituídas.

Determinação de Vencimento Final

O vencimento final da primeira emissão de cotas seniores do FIDC Dacasa II será 48 meses após a primeira subscrição. Nesta data, todas as amortizações são devidas e pagas às cotas seniores. O Rating Preliminar reflete a capacidade de investidores seniores receberem o pagamento integral do principal emitido e de juros acumulados até a data de vencimento final da respectiva série.

Esclarecimento

Em sua análise de crédito, a Fitch confia na opinião legal e/ou fiscal emitida pela assessoria jurídica da transação. A Fitch reforça que não presta aconselhamento legal e/ou fiscal e nem atesta que opiniões legais e/ou fiscais ou quaisquer outros documentos relacionados à transação ou à sua estrutura sejam suficientes para qualquer propósito. A nota ao final deste relatório esclarece que este documento não constitui consultoria legal, fiscal ou sobre a estruturação da operação por parte da Fitch e nem deve ser utilizado como tal. Caso os leitores deste relatório necessitem de aconselhamento legal, fiscal e/ou sobre a estruturação, eles devem procurar profissionais capacitados nas jurisdições relevantes.

Análise dos Ativos

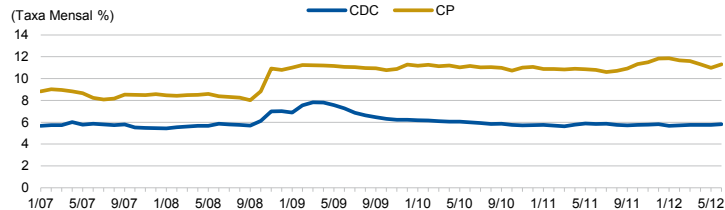
A Dacasa concede crédito aos consumidores pelas modalidades CP nas lojas da financeira e CDC através de lojistas conveniados com a financeira.

Taxa de Juros

A taxa de juros média de CDC ficou por volta de 6,0% ao mês (a.m.) ao longo do período de observação, com exceção de alguns meses em 2008 e 2009, durante a crise financeira. A taxa média de CP também subiu durante a crise, no entanto se manteve no patamar entre 10% e 12% a.m. Em junho de 2012, a taxa média de CDC foi de 5,83% a.m. e a de CP, 11,30% a.m..

Taxa de Juros Média por Produto

Dacasa



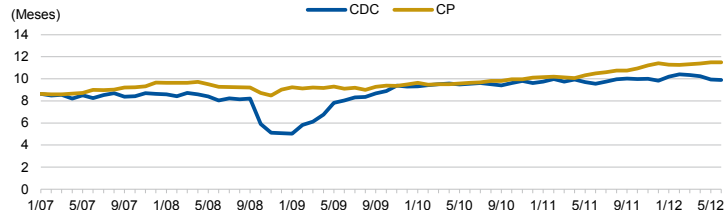
Fonte: Dacasa

Prazo do Contrato

O prazo médio de CDC e CP da Dacasa vem aumentando nos últimos anos. Em junho de 2012, o prazo médio de CDC e CP foi de 9,9 e 11,5 meses, respectivamente. A Fitch recebeu dados de performance histórica por safra de origem, com detalhamento do prazo do contrato. Através destas informações, foi possível identificar a tendência de que, quanto maior o prazo do contrato, maior o risco. A operação tem condições de cessão que limitam a porcentagem de contratos com prazo acima de 12 meses, conforme apresentado no 'Apêndice A'.

Prazo Médio por Produto

Dacasa

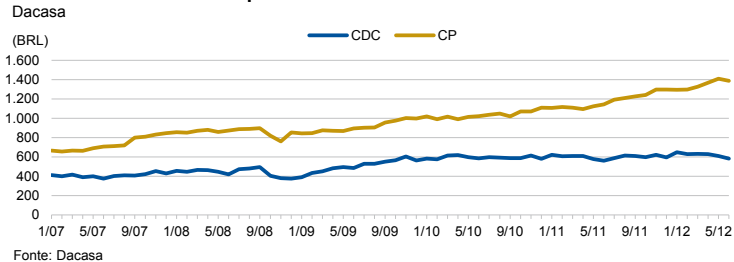


Fonte: Dacasa

Valor Médio dos Contratos

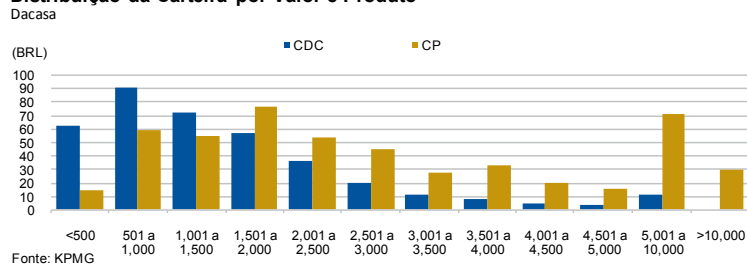
O valor médio dos contratos de CDC cresceu de aproximadamente BRL400, em janeiro de 2007, para BRL600, em junho de 2012. O valor médio dos contratos de CP no mesmo período observado dobrou, passando de BRL666 para BRL1.387.

Valor Médio do Contrato por Produto



A distribuição dos valores de contratos da carteira de CDC é mais concentrada nas faixas de menor valor, com 57,8% das originações abaixo de BRL1.500, e 83,4% inferiores a BRL2.500. A distribuição dos valores de contratos da carteira de CP está mais concentrada no intervalo entre BRL500 e BRL2.500. A carteira de CP também teve significativa concentração na categoria acima de BRL5.000, com 20,2% do valor total dos empréstimos caindo neste segmento, apesar de ele representar apenas 4,9% do número de contratos.

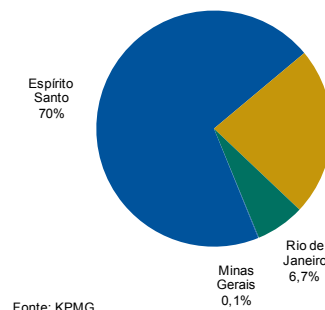
Distribuição da Carteira por Valor e Produto



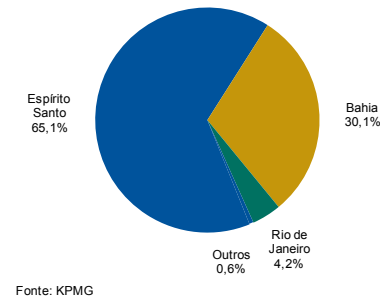
Distribuição Geográfica

A Dacasa tem uma forte presença no Espírito Santo e estados fronteiriços, resultando em uma concentração geográfica nesta área. A distribuição geográfica das originações da carteira de CP foi de: Espírito Santo, 70,0%, Bahia, 23,2%, Rio de Janeiro, 6,7%, e Minas Gerais, 0,1%. A origemação da carteira de CDC foi: Espírito Santo, 65,1%, Bahia, 30,1%, e Rio de Janeiro, 4,2%. O restante de 0,6% das originações da carteira de CDC foi distribuído entre Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe, São Paulo e Ceará.

CP- Distribuição Geográfica



CDC- Distribuição Geográfica



Inadimplência e Perda

A análise de inadimplência e perda foi baseada no levantamento feito pela Dacasa, que compreendeu um período de observação de 74 meses. Este foi de janeiro de 2007 a fevereiro de 2013. Os dados foram apresentados por safra de originação em base mensal e separados por tipo de produto (CDC e CP) e faixa de prazo do contrato (1-6, 7-12, 13-18, e 19-24 meses).

O comportamento histórico de inadimplência e perda tanto do segmento de CDC, quanto CP, demonstra uma tendência crescente ao longo dos últimos três anos. A Fitch atribui esta tendência ao fato da extensão dos prazos dos contratos originados pela Dacasa. A diferença do comportamento de inadimplência dos contratos mais curtos comparado aos contratos mais longos pode ser observada nos gráficos de performance por abertura de produto e prazo apresentados no apêndice D abaixo.

Com o objetivo de definir o índice de perda estática acumulada (cenário de perda-base) para a operação, a Fitch considerou como perda aqueles contratos que atingiram ao menos uma parcela vencida e não paga por um período superior a 180 dias.

Para cada combinação de produto e faixa de prazo, a agência estabeleceu uma curva de perda média utilizando safras completas para extrapolar safras incompletas. O resultado de cada safra foi então ponderado pelo valor das originações da faixa de prazo, como originações de CP com prazo de um a seis meses. Estas perdas bases foram então ponderadas de acordo com os limites de concentração estabelecidos nos critérios de elegibilidade conforme o cenário mais agressivo de prazo dos contratos para cada produto (CP e CDC).

O resultado é o índice de perda estática acumulada igual a 18,1% para a carteira de CP e 16,3% para a carteira de CDC. Ao considerar a estrutura revolvete e os limites de concentração estabelecidos no regulamento, foi considerada uma premissa de perda de 17,55% para o decorrer da operação.

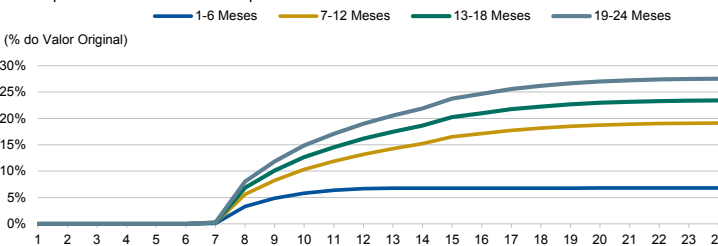
Premissas de Cenário Base - Carteira CP

Prazo em meses	Perda Bruta	Premissa de Concentração*
1 a 6	6,8%	16,0%
7 a 12	19,2%	56,5%
13 a 18	23,1%	23,5%
19 a 24	27,1%	4,0%
Total	18,1%	100,0%

*Premissa de concentração derivada de acordo com as concentrações máximas e mínimas nos critérios de elegibilidade. CP – Crédito Pessoal.
Elaboração: Fitch

CP Carteira - Dacasa

Inadimplência de 180+ Dias Aberta pelo Prazo do Contrato



Fonte: Dacasa

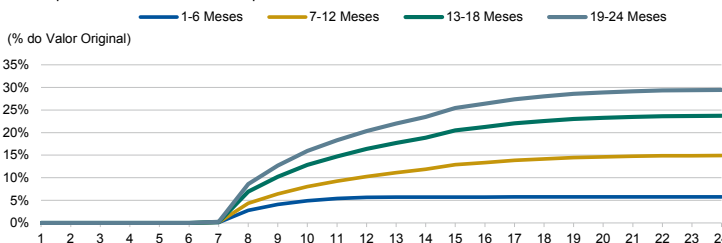
Premissas de Cenário Base - Carteira CDC

Prazo em meses	Perda Bruta	Premissa de Concentração*
1 a 6	6,0%	16,0%
7 a 12	14,5%	56,5%
13 a 18	23,8%	23,5%
19 a 24	28,5%	4,0%
Total	16,3%	100,0%

*Premissa de concentração derivada de acordo com as concentrações máximas e mínimas nos critérios de elegibilidade. CDC – Crédito Direto ao Consumidor.
Elaboração: Fitch

CDC Carteira - Dacasa

Inadimplência de 180+ Dias Aberta pelo Prazo do Contrato



Fonte: Dacasa

Premissas de Cenário Base

Produto	Perda Bruta	Recuperação	Perda Líquida	Limite de Concentração ^a
CP	18,1%	0,0%	18,1%	65%
CDC	16,3%	0,0%	16,3%	35%
Total	17,55%	0,0%	17,55%	100%

^aConcentração máxima de CP. CP – Crédito Pessoal. CDC – Crédito Direto ao Consumidor.

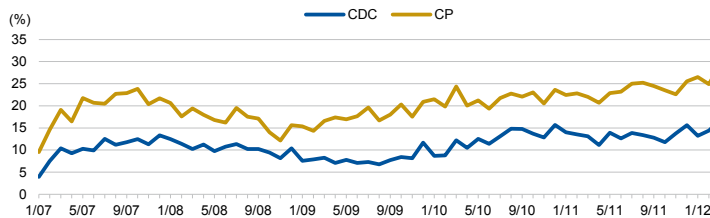
Elaboração: Fitch

Pré-Pagamentos e Refinanciamento

A Fitch analisou o histórico de prepagamentos da carteira da Dacasa, com abertura por tipo de produto. A Fitch utilizou a média do prepagamento mensal histórico como premissa base nos cenários de modelagem. A taxa ponderada por concentração máxima de CP ficou em 17% CPR.

Taxa de Prepagamento Histórica (CPR %)

Dacasa



Fonte: Dacasa. CPR - Conditional Prepayment Rate.

Estrutura Financeira

Reforço de Crédito

Subordinação

O montante da primeira emissão de cotas seniores será igual a BRL153,0 milhões. A subordinação inicial e mínima será de 30,0% do PL do fundo. As cessões não serão realizadas com ágio e por conta disso este percentual reflete o montante real de sobrecolateralização em benefício aos cotistas seniores.

Na ocorrência de desenquadramento do percentual de subordinação mínima, o período de revolvência será suspenso, e o fato deverá ser imediatamente comunicado pelo BTG à Dacasa. O BTG deverá convocar assembleia geral de cotistas para deliberar se o evento de avaliação constitui um evento de liquidação antecipada da operação.

Reservas de Amortização e Liquidez

A transação estabelece, dentro do valor do PL, uma reserva de amortização para a classe sênior, de forma que o administrador será responsável por reter em dinheiro ou valores mobiliários líquidos o equivalente a 50% da amortização devida dentro dos próximos 60 dias e 100% da amortização em 30 dias. A transação também possuirá uma reserva de liquidez de 1% do PL ao longo da vigência do fundo.

Excesso de Spread (a.a.)

(a) Rendimento da Carteira	134,2%
(b) Rendimento Cotas Seniores ^a	9,6%
(c) Despesas Operacionais	1,5%
(a-b-c) Excesso de Spread	123,2%

^a ((IPCA + 7,07%) * 70% do PL do fundo)

Elaboração: Fitch Ratings

Excesso de Spread

Nesta operação, o preço de aquisição será igual ao valor presente do direito creditório, calculado considerando o maior entre 7,35% a.m. ou a taxa de juros do contrato. Assim, como resultado do desconto dos créditos, será gerado um excesso de *spread*, que poderá beneficiar os cotistas seniores. A Fitch estima que o excesso de *spread* seja de aproximadamente 123,2% a.a., conforme o cálculo apresentado na tabela ao lado.

Após absorver em primeira instância as perdas da carteira de ativos, o excesso de *spread* será acrescido às cotas subordinadas e poderá retornar à Dacasa via amortização, caso todas as condições estabelecidas em regulamento sejam atendidas.

Ordem de Alocação de Recursos (Simplificado)

- (1) Pagamento de despesas
- (2) Pagamento de amortização das cotas seniores
- (3) Pagamento da reserva de amortização
- (4) Pagamento da reserva de liquidez
- (5) Compra de novo colateral
- (6) Amortização das cotas subordinados

Elaboração: Fitch Ratings

Regime de Amortização

As cotas seniores serão amortizadas mensalmente de acordo com o cronograma estabelecido nos suplementos da primeira e da segunda séries de cotas seniores, conforme o caso, e este pagamento sempre terá prioridade em relação ao das cotas subordinadas. As cotas subordinadas poderão ser amortizadas desde que após a amortização pretendida a subordinação seja igual ou maior a 30,0% do PL do fundo; as reservas de amortização e liquidez estejam de acordo com os percentuais mínimos estabelecidos; e não tenha ocorrido ou esteja em curso um evento de avaliação ou liquidação. O Rating Preliminar reflete a capacidade de investidores seniores receberem o pagamento integral do principal emitido e de juros acumulados até a data de vencimento final da respectiva série.

Recompra de Créditos & Resolução de Cessão

Nesta análise, a Fitch não incorporou o benefício da recompra de direitos creditórios inadimplentes pela Dacasa. A operação não estabelece limite em relação ao montante máximo permitido de recompra de créditos inadimplentes.

Se a Dacasa recomprar qualquer crédito inadimplente, terá de recomprar todo o saldo devedor do respectivo contrato, ou seja, todas as parcelas remanescentes (a vencer e vencidas) do devedor inadimplente. O preço de recompra de cada contrato é igual ao somatório do valor nominal das parcelas vencidas mais o valor presente das parcelas a vencer utilizando o preço de cessão original do contrato. O pagamento da recompra deverá ser realizado em moeda corrente.

A Fitch entende que esta ação deve ser cuidadosamente monitorada, já que pode distorcer o real desempenho da carteira de créditos securitizada. Para observar o real desempenho desta carteira, a agência, em seu processo de monitoramento mensal, incorporará os créditos recomprados em seus índices de desempenho e, em conjunto, buscará entender se a ferramenta de recompra está sendo utilizada reiteradamente, tornando o veículo de securitização dependente de tal mecanismo.

Principais Gatilhos & Índices de Performance

Na ocorrência de certos eventos, o BTG convocará uma assembleia geral de cotistas para deliberar se esses constituem um evento de liquidação antecipada. Durante a verificação desses eventos, a aquisição de novos direitos creditórios será suspensa. Dentre os eventos, destacam-se:

- Não pagamento integral de uma amortização programada;
- Percentual dos direitos creditórios atrasados de seis a 60 dias acima de 24,0% do valor da carteira de direitos creditórios por duas vezes no mesmo mês;
- Percentual dos direitos creditórios atrasados de 61 a 90 dias acima de 4,0% do valor da carteira de direitos creditórios por duas vezes no mesmo mês;
- Percentual dos direitos creditórios atrasados de 91 até 180 dias acima de 9,0% do valor da carteira de direitos creditórios por duas vezes no mesmo mês;
- Valor dos direitos creditórios atrasados há mais de 181 dias mais valor total das recompras acima de 19,0% do total de direitos creditórios cedidos ao fundo por duas vezes no mesmo mês; e
- Amortização ou resgate das cotas subordinadas em desacordo com as regras estabelecidas no regulamento.

A liquidação antecipada do fundo poderá acontecer, entre outros acontecimentos:

- Caso a assembleia geral de cotistas decida que um evento de avaliação deva ser considerado como um evento de liquidação antecipada;
- Caso o BTG deixe de convocar a assembleia geral de cotistas na hipótese de ocorrência de um evento de avaliação/revisão; e
- Caso o contrato de cessão seja rescindido.

Modelagem de Fluxo de Caixa

A Fitch desenvolve e utiliza modelos próprios para modelagem de fluxo de caixa de uma operação estruturada. A agência customiza o modelo para replicar a estrutura de capital

apresentada pela operação, bem como as características da carteira de créditos que será adquirida. A Fitch utilizou as seguintes premissas para fins da modelagem de fluxo de caixa das cotas seniores:

- 99% do PL do fundo investido em direitos creditórios (1% na reserva de liquidez), com prazo médio de 13 meses;
- Taxa *benchmarks* de rendimento das cotas seniores igual a CDI acrescido de 3,75% a.a. e IPCA acrescido de 7,07%;
- Taxa mínima de juros dos financiamentos cedidos para o fundo de 7,35% a.m. (134,2% a.a.);
- Período de carência de seis meses para pagamento de juros e amortização de principal;
- Múltiplo de estresse de 2,0 vezes sobre a prepagamento-base de 17% CPR (ponderada pela composição de 35% CDC e 65% CP);
- Cenário de estresse de taxa de juros, conforme apresentado na seção "Descasamento de Taxa de Juros".

Descasamento de Taxas de Juros

Os direitos creditórios serão adquiridos pelo fundo a uma taxa de desconto prefixada, enquanto o rendimento das cotas seniores será pós-fixado, gerando exposição ao risco de descasamento de taxa de juros. Esta exposição ao descasamento de taxas também é influenciada pelo prazo dos direitos creditórios. Assim, quanto maior o prazo do direito creditório, maior a exposição ao risco. Todavia, este risco conta com dois fatores mitigantes: o elevado excesso de *spread* e o curto prazo dos financiamentos originados pela Dacasa.

Inicialmente, o descasamento deverá consumir o excesso de *spread* gerado pela carteira da operação e, caso o descasamento se acentue, passará a sensibilizar as cotas subordinadas. A Fitch incorporou o risco de descasamento das taxas de juros em sua modelagem de fluxo de caixa em cenários de estresse dos índices de CDI e IPCA condizentes com a categoria do rating preliminar atribuído às cotas seniores. Um exemplo de cenário de estresse incluiu uma elevação gradativa do CDI ao longo dos primeiros 24 meses, dos atuais 7,25% a.a. para 21,75% a.a.

Análise dos Resultados

A Fitch submeteu o cenário base a certos fatores de estresse de inadimplência, perdas e variação de taxa de juros com o objetivo de avaliar a capacidade de pagamento integral das cotas seniores nas datas programadas.

O nível de reforço de crédito disponível é suficiente para suportar um nível de perda total de 53% a 55,5%. Tal nível representa um múltiplo de estresse entre 3,00x - 3,16x a expectativa de perda base de 17,55%, considerando-se as exposições máximas estabelecidas nos critérios de elegibilidade relacionadas a produto (CP vs. CDC) e prazo, as variáveis mais relevantes para explicar perda.

Premissas & Resultados da Modelagem

	Cenário I	Cenário II
Colateral (%)		
Perda Base	17,55%	17,55%
Curva de Perda Bruta (por semestre)	70%/30%	25%/75%
Recuperação (%)	0,0%	0,0%
Meses para Recuperação	NA	NA
Pré-Pagamento (CPR%)	17%	17%
Estresse de Pré-Pagamento (x)	2,0x	2,0x
Estresse de Taxa de Juros	Sim	Sim
Resultados (%)		
Perda Acumulada	53,0%	55,5%
Múltiplo de Perda Base	3,01x	3,16x

Elaboração: Fitch Ratings.

NA - Não Aplicável.

CPR - Conditional Prepayment Rate.

Apesar de o múltiplo de estresse ser menor do que o múltiplo de 4,5x-5,0x tipicamente suportado em outras operações de crédito ao consumo cujo rating atribuído é 'AAA(bra)', a

agência acredita que o nível de perdas final de 55% é consistente com o rating preliminar atribuído. Múltiplos de estresse são comprimidos em situações nas quais a perda base já é um número elevado, de forma que o estresse final reflita efetivamente a expectativa de perda sob um cenário de estresse associado ao rating 'AAA(bra).'

Risco de Contrapartes

Originação & Cobrança

O FIDC Dacasa II conta com a capacidade da Dacasa de originar os contratos cedidos ao fundo ao longo da operação, sujeita às condições de cessão do contrato e aos critérios de elegibilidade validados pela custodiante. A Dacasa também é responsável pela cobrança de créditos inadimplentes, sendo seus serviços contratados pelo administrador no seu papel como agente de cobrança.

Risco de Conta Bancária e Desvio ou Mistura do Fluxo de Caixa (*Commingling*)

A Fitch não identificou exposição da operação em relação a riscos relacionados ao desvio e à mistura do fluxo de recebimentos do fundo em relação aos recebimentos da Dacasa. Todos os pagamentos são feitos através de boletos bancários pagos diretamente em uma conta arrecadora junto ao custodiante, Bradesco. Pagamentos devidos ao fundo são segregados em uma conta em nome do FIDC e não passam por contas mantidas em nome do cedente.

Análise de Sensibilidade dos Ratings Atribuídos

Estes cenários demonstram o impacto sobre a modelagem de fluxo de caixa em função da mudança de uma única variável. Este exercício tem como objetivo fornecer informações sobre a sensibilidade dos ratings com relação às premissas utilizadas na sua modelagem. Não deverá ser entendido como indicador do possível desempenho futuro da operação avaliada.

Sensibilidade dos Ratings em Cenários de Estresse

	Cenário Base de Pré-pagamento	125% do Cenário Base de Pré-pagamento	150% do Cenário Base de Pré-pagamento
Perda Base	AAA(bra)	AA+(bra)	AA(bra)
125% Perda Base	A+(bra)	A(bra)	A-(bra)
150% Perda Base	BBB+(bra)	BBB(bra)	BBB(bra)

Elaboração: Fitch

Monitoramento

A Fitch acompanhará o desempenho desta operação até seu vencimento final. Este acompanhamento visa a assegurar que o rating atribuído continue refletindo, apropriadamente, o perfil de risco das cotas avaliadas.

A Fitch receberá, todo mês, relatórios sobre o desempenho da carteira de direitos creditórios que lastreia a emissão e sobre a estrutura de capital do fundo. Estas informações, fornecidas pelas partes da transação, serão analisadas mensalmente pelos analistas responsáveis.

No decorrer do processo de monitoramento, caso a transação apresente desempenho aquém das expectativas iniciais no momento da atribuição do rating, a Fitch conduzirá uma revisão completa, e quaisquer elementos e fatores serão apresentados e deliberados em comitê de rating. Se o desempenho da transação permanecer dentro das expectativas, a transação passará por revisão completa, em base anual.

Os detalhes sobre o desempenho desta transação estarão disponíveis na área de monitoramento de Finanças Estruturadas, no site da Fitch.

Apêndice A: Critérios de Elegibilidade / Condições de Cessão

Os direitos creditórios serão adquiridos pelo fundo de acordo com os critérios de elegibilidade e condições de cessão, ambos estabelecidos no regulamento e no contrato de cessão. A verificação dos critérios de elegibilidade será realizada antes da aquisição por parte do fundo e será de responsabilidade do Bradesco. São considerados critérios de elegibilidade:

Critérios de Elegibilidade (Simplificado)

- Valor máximo devido ao fundo pelo mesmo devedor de BRL20.000
- Prazo mínimo de 8 dias e prazo máximo de 24 meses
- Concentração mínima e máxima de CP como porcentagem do PL do fundo de 35% e 65%, respectivamente
- Prazo final da última parcela cedida do contrato não pode ser superior à série de cota sênior mais longa em circulação

Elaboração: Fitch Ratings

Os direitos creditórios deverão atender ainda, antes da aquisição, às condições de cessão. A verificação destas condições é de responsabilidade da Dacasa, mediante declaração de que os direitos creditórios respeitam os seguintes critérios:

Condições de Cessão (Simplificado)

- Direitos creditórios com taxa de juros prefixados e pagamentos mensais realizados através de boleto bancário
- Direitos creditórios oriundos de mútuos que não apresentam qualquer parcela vencida e não paga
- Contratos que constituam o primeiro mútuo entre a Dacasa e o devedor somente poderá ser cedido contratos com a primeira parcela paga
- Por contratos que não constituam o primeiro mútuo entre a Dacasa e o devedor somente poderá ser cedido contratos que tenha pago a última parcela em dia
- O cedente vende todos os direitos creditórios vincendos oriundos de um mesmo mútuo
- O devedor não pode estar inadimplente com nenhuma de suas obrigações junto ao fundo, nem em atraso superior a 20 dias junto à Dacasa
- O direito creditório não pode ter sido objeto de renegociação sobre prazo de vencimento ou taxa de remuneração previamente à cessão para o fundo
- Após cada cessão, concentração mínima de direitos creditórios com prazo original de 1 a 6 meses de 16% do PL
- Após cada cessão, concentração máxima de direitos creditórios com prazo original de 7 a 24 meses de 84% do PL
- Após cada cessão, concentração máxima de direitos creditórios com prazo original de 13 a 24 meses de 27,5% do PL
- Após cada cessão, concentração máxima de direitos creditórios com prazo original de 19 a 24 meses de 4% do PL
- Os mútuos de que são oriundos os direitos creditórios devem ter prazo original igual ou inferior a 24 meses

Elaboração: Fitch Ratings

Apêndice B: Perfil Geral do Cedente/Originador**Dacasa Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**

A Dacasa iniciou suas atividades em 1982 e mantém forte atuação no Espírito Santo, no sul da Bahia e, em menor escala, na cidade de Campos, no norte do Rio de Janeiro. Possui 44 filiais e conta com mais de 41 mil pontos de venda. A empresa pertence ao grupo Dadalto, fundado em 1938, um dos principais grupos comerciais do Espírito Santo, e atua nos ramos de varejo, através da Dadalto S.A. Além disso, suas atividades também incluem o ramo de construção civil, por meio da Promov Sistemas de Venda e Serviços.

Perfil Operacional

As principais atividades da Dacasa são o CDC lojista, por meio de carnê e cheque, cartões *private label* e crédito pessoal. No CDC lojista, atua através de pontos no Espírito Santo, sul da Bahia e norte do Rio de Janeiro. Entre os mais de 37 mil lojistas, estão redes de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, material de construção e vestuário. Também atua fortemente nas lojas Dadalto, oferecendo o *private label* da loja. O CP é originado nas lojas da Dacasa ou via crédito pré-aprovado nos cartões.

A Dacasa vem aumentando o número de lojas, tendo 44 atualmente. A financeira também atua no consignado com uma parceria com o Banco BMG S.A. (BMG) e a BV Financeira, operando como correspondente bancária, sendo remunerada via comissões e não respondendo pelo risco de crédito.

Pontos Fortes

Desde 2009, as empresas do grupo passaram a ser administradas por profissionais de mercado, sendo que os principais acionistas participam das decisões por meio do Conselho de Administração, o que a Fitch considera positivo para a governança corporativa. Em função do porte modesto e do avanço de suas atividades, a alavancagem da Dacasa é crescente. Entretanto, pelos cálculos da Fitch, o índice do núcleo de capital permaneceu em torno de satisfatórios 16%.

Desafios

A estrutura de captação é um desafio para a financeira, dada a significativa dependência de recursos dos acionistas e principalmente dos depósitos com garantia especial do Fundo Garantidor de Crédito (DPGEs), com a utilização total do limite, o que limita sua flexibilidade em períodos de estresse. A Dacasa tem estudado novas formas de captação, como Letra Financeira e CCB, e este Fundo de Investimento de Direitos Creditórios (FIDC). A Fitch considera que estas medidas devem aumentar um pouco o custo da captação, porém o FIDC é uma fonte de captação mais estável para a estratégia da companhia, a médio e longo prazos.

Apêndice C: Servicing & Originação**Originação**

A Dacasa origina contratos por intermédio de lojistas e lojas próprias. No CDC lojista, atua através de pontos no Espírito Santo, sul da Bahia e norte do Rio de Janeiro. Entre os mais de 41 mil lojistas, estão redes de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, material de construção e vestuário. O CP é originado através da rede de 44 lojas da Dacasa ou via crédito pré-aprovado nos cartões. Entretanto, contratos de CP originados por meio de cartão de crédito não são elegíveis para ser cedido ao FIDC Dacasa II.

Underwriting

O processo de concessão de crédito começa quando o cliente efetua uma compra parcelada em uma das lojas conveniadas à Dacasa ou solicita um empréstimo CP em uma das lojas da companhia. Primeiro, o atendente define com o cliente o valor, o plano e a forma de pagamento. Posteriormente, é preenchido o cadastro do cliente, que é enviado para análise de crédito. O sistema realiza a primeira parte da análise automaticamente, de acordo com os parâmetros estabelecidos junto aos órgãos de proteção ao crédito. Caso o cliente possua algum registro em um dos órgãos, a proposta é automaticamente cancelada. Do contrário, todas as propostas serão analisadas de forma individual pela área de crédito, com base nos limites previamente autorizados.

São condições gerais para a concessão de crédito:

- O cliente não deve ter apontamento negativo no SPC ou na Serasa, exceto junto a serviços públicos;
- O cliente não deve ter débito em aberto há mais de 30 dias;
- O cliente deve ter idade mínima de 18 anos;
- O cliente deve ter pelo menos três meses de serviço no emprego;
- O percentual máximo da renda mensal que pode ser comprometida pelas parcelas varia entre 15% e 35%, dependendo do prazo do contrato e do histórico com o devedor.

Servicing

A cobrança é realizada pela Dacasa, cujo departamento de cobrança está em Vitória (ES). O processo de cobrança começa a partir do quinto dia de atraso, solicitando o contato do devedor na área de cobrança. Entre os dias 11 e 180 de atraso, a cobrança é feita pela equipe da Dacasa através de contatos telefônicos. Após 30 dias de atraso, o devedor é registrado junto ao SPC. Após 180 dias, a cobrança do contrato é passada para empresas de assessoria de cobrança.

Régua de Cobrança de Créditos em Atraso

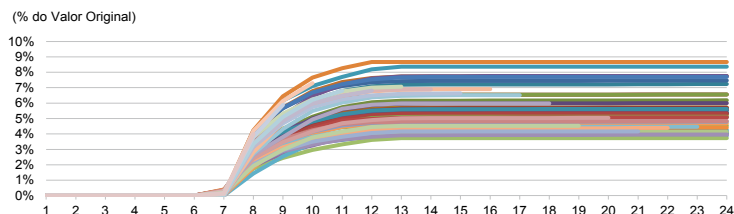
Faixa de Atraso	Dias de Atraso	Ação de Cobrança
Faixa 1	11 a 60 Dias	Lembrança do débito pendente. Aviso de apontamento no SPC.
Faixa 2	61 a 120 Dias	Negociação para quitação ou refinanciamento.
Faixa 3	121-180 Dias	Negociação para quitação ou refinanciamento e inclusão de assessorias de cobrança terceirizadas em certos casos.
Faixa 4	Acima de 180 Dias	Negociação com desconto.

Elaboração: Fitch

Apêndice D: Gráficos de Performance Histórica

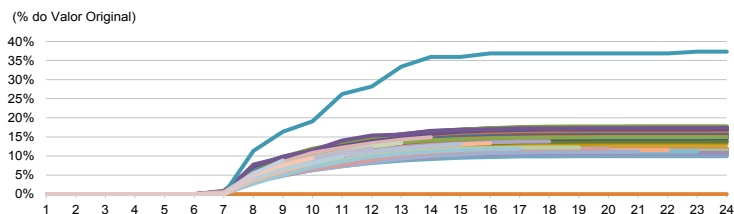
CDC Carteira Prazos de 1 a 6 Meses - Dacasa

Inadimplência de 180+ Dias



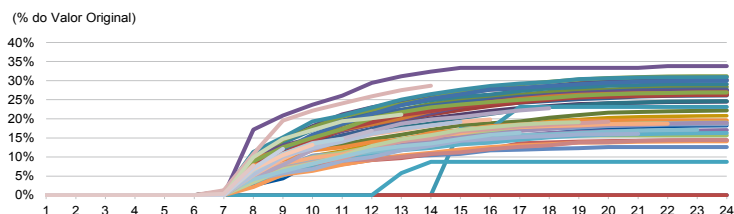
CDC Carteira Prazos de 7 a 12 Meses - Dacasa

Inadimplência de 180+ Dias



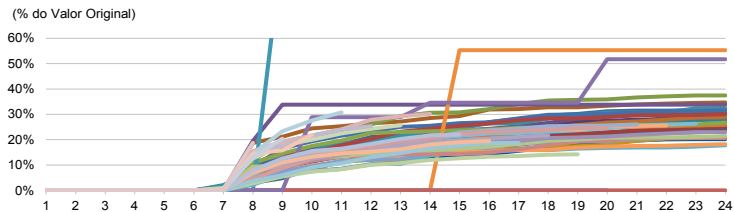
CDC Carteira Prazos de 13 a 18 Meses - Dacasa

Inadimplência de 180+ Dias



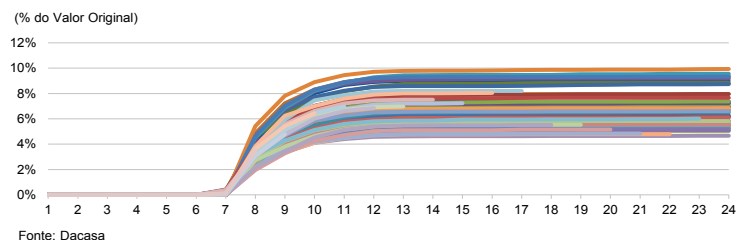
CDC Carteira Prazos de 19+ Meses - Dacasa

Inadimplência de 180+ Dias



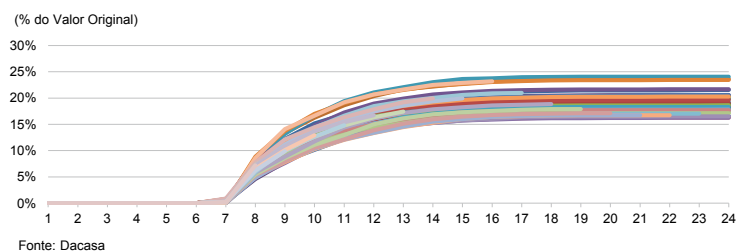
CP Carteira Prazos de 1 a 6 Meses - Dacasa

Inadimplência de 180+ Dias



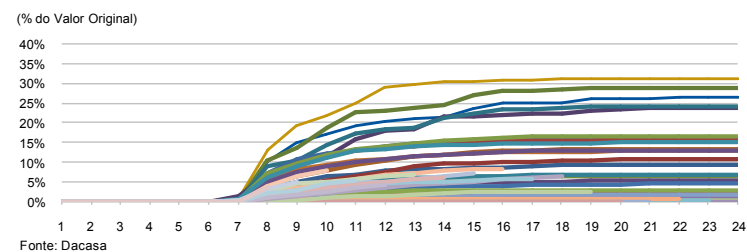
CP Carteira Prazos de 7 a 12 Meses - Dacasa

Inadimplência de 180+ Dias



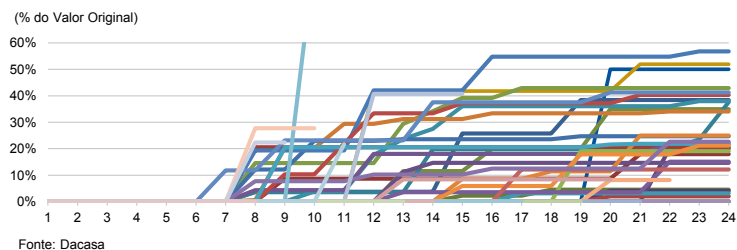
CP Carteira Prazos 13 a 18 Meses - Dacasa Financeira

Inadimplência de 180+ Dias



CP Carteira Prazos de 19+ Meses - Dacasa

Inadimplência de 180+ Dias



Apêndice E: Resumo da Transação

FIDC Dacasa Financeira II

ABS/Brasil

Estrutura de Capital

Classe/Série	Rating	Perspectiva	Total (%)	Montante (BRL Mi)	Reforço de Crédito ^a (%)	Taxa de Juros	Freq. de Pagamento	Período de Carência	Vencimento Final ^b	ISIN
Cotas Seniores	AAA(exp)sf(bra)	Estável	70,0	113,5	30,0	DI + 3,75%/IPCA + 7,07%	Mensal	6 meses	Abr/2017	
Cotas Subordinadas	NA	NA	30,0	48,8	--	--				
Total			100,0							
Fundo de Reserva Inicial		1,0% do PL			Reforço de Crédito Inicial^a	30,0%				
Período de Revolução		48 meses			Derivativos/Swaps	NA				
Regime de Amortização^c		Pro rata			Excesso de Spread^d	123,2%				

^a Reforço de crédito na forma de sobrecolateralização, calculada sobre o saldo devedor da carteira de BRL218,6 milhões.^b O vencimento final legal é entendido como abril de 2017.^c Estrutura de amortização entre as classes de cotas seniores e subordinadas.^d Taxa expressa em base anual disponível para a classe mais sênior.

Informações Relevantes

Detalhes	Partes
Data Estimada de Emissão	Emissor
Pais/Classe dos Ativos	Cedente/Originador
Pais da SPE	Administrador
Analistas	Custodiante
	Agente Cobrador
	Agente de Cobrança
	Custódia dos Documentos
	Comprobatórios
Analista de Monitoramento	

Fundamentos do Rating

- Reforço de Crédito:** A sobrecolateralização mínima da operação em benefício dos cotistas seniores será de 30,0% do Patrimônio Líquido (PL) do fundo. Além da sobrecolateralização, os investidores seniores se beneficiarão de um excesso de spread de aproximadamente 123,2% ao ano (a.a.). Segundo os documentos da operação, não será permitida a aquisição de créditos com ágio.

- Elevado Índice de Inadimplência:** A carteira de recebíveis é caracterizada por empréstimos pessoais e ao consumo para pessoas físicas primordialmente de baixa renda. Através da análise de dados históricos, a expectativa de perda média para CP é de 18,1% e para CDC, de 16,3%. Ao considerar a estrutura revolvente e os limites de concentração estabelecidos no regulamento, foi considerada uma premissa de perda de 17,55% para o decorrer da operação.

- Descasamento de Taxa de Juros:** Os direitos creditórios elegíveis possuem rentabilidade prefixada, e a remuneração das cotas seniores será indexadas ao CDI e/ou ao IPCA. Esta situação gera descasamento das taxas dentro do prazo dos direitos creditórios adquiridos. Assim, a Fitch incorporou em sua modelagem de fluxo de caixa um cenário de estresse de taxa de juros para verificar a capacidade da estrutura de capital da transação em absorver riscos desta natureza.

- Eliminação do Risco de Commingling:** Todos os pagamentos são feitos através de boletos bancários pagos diretamente em uma conta arrecadadora junto ao custodiante, o Banco Bradesco S.A. (Bradesco). Os pagamentos devidos ao fundo são segregados em uma conta de titularidade do FIDC e não passarão por contas mantidas em nome do cedente.

- Capacidade do Originador / Cedente / Agente Cobrador:** A Fitch considerou adequados os critérios de originação e os processos de cobrança e controle da Dacasa. A estrutura da operação, que inclui critérios de elegibilidade, eventos de amortização antecipada e o Bradesco como a instituição responsável pela cobrança dos direitos creditórios, mitiga os riscos relacionados à Dacasa.

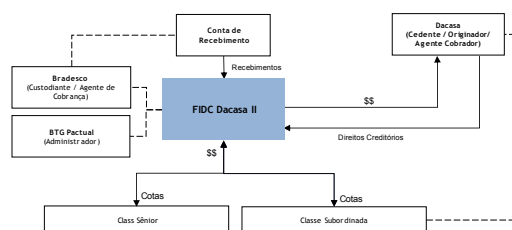
Premissas & Resultados de Modelagem

Nível de Rating	AAAsf(bra)
Perda Base Acumulada (%)	17,55
Perda Estressada Suportada (%) / Múltiplo (x) ^a	55,5/3,16
Recuperação (%) / Intervalo (meses)	--/--
Pré-Pagamento Acumulada (%)	12,1

^aMúltiplo sobre a perda base acumulada.

Fonte: Fitch

Diagrama Simplificado da Estrutura



A presente publicação não é um relatório de classificação de risco de crédito para os efeitos do artigo 16 da Instrução CVM nº 521/12.

Os ratings acima foram solicitados pelo, ou em nome do, emissor, e, portanto, a Fitch foi compensada pela avaliação dos ratings.

TODOS OS RATINGS DE CRÉDITO DA FITCH ESTÃO SUJEITOS A ALGUMAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE. POR FAVOR, VEJA NO LINK A SEGUIR ESSAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE: [HTTP://FITCHRATINGS.COM/UNDERSTANDINGCREDITRATINGS](http://FITCHRATINGS.COM/UNDERSTANDINGCREDITRATINGS). AS DEFINIÇÕES E TERMOS DE USO DOS RATINGS ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE PÚBLICO DA AGÊNCIA, EM WWW.FITCHRATINGS.COM. OS RATINGS PÚBLICOS, CRITÉRIOS E METODOLOGIAS PUBLICADOS ESTÃO PERMANENTEMENTE DISPONÍVEIS NESTE SITE. O CÓDIGO DE CONDUTA DA FITCH E POLÍTICAS DE CONFIDENCIALIDADE, CONFLITOS DE INTERESSE, SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO (FIREWALL) DE AFILIADAS, COMPLIANCE E OUTRAS POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS RELEVANTES TAMBÉM ESTÃO DISPONÍVEIS NESTE SITE, NA SEÇÃO "CÓDIGO DE CONDUTA".

Copyright © 2013 da Fitch, Inc., Fitch Ratings Ltd. e suas subsidiárias. One State Street Plaza, NY, NY 10004. Telefone:

1-800-753-4824 (para chamadas efetuadas nos Estados Unidos), ou (001212) 908-0500 (chamadas fora dos Estados Unidos). Fax: (212) 480-4435. Proibida a reprodução ou retransmissão, integral ou parcial, exceto quando autorizada. Todos os direitos reservados. Ao atribuir e manter seus ratings, a Fitch conta com informações factuais que recebe de emissores e *underwriters* e de outras fontes que a agência considera confiáveis. A Fitch executa uma pesquisa razoável das informações factuais de que dispõe, de acordo com suas metodologias de rating, e obtém razoável verificação destas informações de fontes independentes, na medida em que estas fontes estejam disponíveis com determinado patamar de segurança, ou em determinada jurisdição. A forma como é conduzida a investigação factual da Fitch e o escopo da verificação de terceiros que a agência obtém poderão variar, dependendo da natureza do título analisado e do seu emissor, das exigências e práticas na jurisdição em que o título analisado é oferecido e vendido e/ou em que o emitente esteja localizado, da disponibilidade e natureza da informação pública envolvida, do acesso à administração do emissor e seus consultores, da disponibilidade de verificações pré-existentes de terceiros, como relatórios de auditoria, cartas de procedimentos acordadas, avaliações, relatórios atuariais, relatórios de engenharia, pareceres legais e outros relatórios fornecidos por terceiros, disponibilidade de fontes independentes e competentes de verificação, com respeito ao título em particular, ou na jurisdição do emissor, em especial, e a diversos outros fatores. Os usuários dos ratings da Fitch devem estar cientes de que nem uma investigação factual aprofundada, nem qualquer verificação de terceiros poderá assegurar que todas as informações de que a Fitch dispõe com respeito a um rating serão precisas e completas. Em última instância, o emissor e seus consultores são responsáveis pela precisão das informações fornecidas à Fitch e ao mercado ao disponibilizar documentos e outros relatórios. Ao emitir seus ratings, a Fitch é obrigada a confiar no trabalho de especialistas, incluindo auditores independentes, com respeito às demonstrações financeiras, e advogados, com referência a assuntos legais e tributários. Além disso, os ratings são naturalmente prospectivos e incorporam hipóteses e predições sobre eventos futuros que, por sua natureza, não podem ser confirmados como fatos. Como resultado, apesar de qualquer verificação sobre fatos atuais, os ratings podem ser afetados por condições ou eventos futuros não previstos na ocasião em que um rating foi emitido ou afirmado.

As informações neste relatório são fornecidas "tal como se apresentam", sem que ofereçam qualquer tipo de garantia. Um rating da Fitch constitui opinião sobre o perfil de crédito de um título. Esta opinião se apoia em critérios e metodologias existentes, que são constantemente avaliados e atualizados pela Fitch. Os ratings são, portanto, resultado de um trabalho de equipe na Fitch, e nenhuma classificação é de responsabilidade exclusiva de um indivíduo, ou de um grupo de indivíduos. O rating não cobre o risco de perdas em função de outros riscos que não sejam o de crédito, a menos que tal risco esteja especificamente mencionado. A Fitch não participa da oferta ou venda de qualquer título. Todos os relatórios da Fitch são de autoria compartilhada. Os profissionais identificados em um relatório da Fitch participaram de sua elaboração, mas não são isoladamente responsáveis pelas opiniões expressas no texto. Os nomes são divulgados apenas para fins de contato. Um relatório que contenha um rating atribuído pela Fitch não constitui um prospecto, nem substitui as informações reunidas, verificadas e apresentadas aos investidores pelo emissor e seus agentes com respeito à venda dos títulos. Os ratings podem ser modificados ou retirados a qualquer tempo, por qualquer razão, a critério exclusivo da Fitch. A agência não oferece aconselhamento de investimentos de qualquer espécie. Os ratings não constituem recomendação de compra, venda ou retenção de qualquer título. Os ratings não comentam a correção dos preços de mercado, a adequação de qualquer título a determinado investidor ou a natureza de isenção de impostos ou taxação sobre pagamentos efetuados com respeito a qualquer título. A Fitch recebe honorários de emissores, seguradores, garantidores, outros cobrigados e *underwriters* para avaliar os títulos. Estes honorários geralmente variam entre USD1.000 e USD750.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável) por emissão. Em certos casos, a Fitch analisará todas ou determinado número de emissões efetuadas por um emissor em particular ou seguradas ou garantidas por determinada seguradora ou garantidor, mediante o pagamento de uma única taxa anual. Tais honorários podem variar de USD10.000 a USD1.500.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável). A atribuição, publicação ou disseminação de um rating pela Fitch não implicará consentimento da Fitch para a utilização de seu nome como especialista, com respeito a qualquer declaração de registro submetida mediante a legislação referente a títulos em vigor nos Estados Unidos da América, a Lei de Serviços Financeiros e Mercados, de 2000, da Grã-Bretanha ou a legislação referente a títulos de qualquer outra jurisdição, em particular. Devido à relativa eficiência da publicação e distribuição por meios eletrônicos, a pesquisa da Fitch poderá ser disponibilizada para os assinantes eletrônicos até três dias antes do acesso para os assinantes dos impressos.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO III

- Declarações do Coordenador Líder e da Instituição Administradora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



DECLARAÇÃO

Eu, **MARIANA BOTELHO RAMALHO CARDOSO**, brasileira, casada pelo regime de separação total de bens, economista, portadora da carteira de identidade RG nº 09.283.415-9, e inscrita no Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº 028.107.287-63; com domicílio profissional na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 10º andar, diretora estatutária da **BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º andar - parte, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 59.281.253/0001-23, instituição administradora do "**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC – Dacasa Financeira (Grupo Dadalto) II**" ("**Fundo**"), designado nos termos da Resolução nº 2.451, de 27 de novembro de 1997, do Conselho Monetário Nacional ("**CMN**"), com as modificações introduzidas pela Resolução nº 2.486, de 30 de abril de 1998, do CMN, responderei, civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a ele relativas, em conformidade com o disposto na Instrução CVM nº 356, de 12 de dezembro de 2001, conforme alterada. Declaro também que:

- i) estou ciente de minhas obrigações para com o Fundo;
- ii) sou responsável pela movimentação dos direitos creditórios do Fundo; e
- iii) sou responsável, nos termos da legislação em vigor, inclusive perante terceiros, por negligência, imprudência ou imperícia na administração do Fundo, sujeitando-me, ainda, à aplicação das penalidades previstas no artigo 11 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2013

MARIANA BOTELHO RAMALHO CARDOSO
Diretora



DECLARAÇÃO

BANCO BTG PACTUAL S.A., sociedade integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º e 6º andares, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 30.306.294/0001-45, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de instituição responsável por coordenar e colocar a distribuição pública de 113.500 (cento e treze mil e quinhentas) cotas seniores integrantes da 1ª (primeira) série ("Cotas Seniores da 1ª Série") emitidas pelo "**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC – Dacasa Financeira (Grupo Dadalto) II**" ("**Fundo**"), fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, administrado pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º andar – parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23 ("**Oferta**"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, declarar, exclusivamente para fins do processo de registro da Oferta na Comissão de Valores Mobiliários, que: (i) o prospecto da Oferta: (a) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das Cotas Seniores da 1ª Série, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e (b) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes e (ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que as informações referentes ao Fundo e aos cedentes dos direitos creditórios por ele adquiridos são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, de modo a permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2013

	
<hr/>	
BANCO BTG PACTUAL S.A.	
Por:	Por: Fernanda Gama Moreira Jorge
Cargo:	Cargo: Procuradora
CAROLINA CURY MAIA COSTA	
PROCURADORA	



DECLARAÇÃO

Declaramos, sob pena de prática de crime de falsidade ideológica, que o regulamento do **"Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC – Dacasa Financeira (Grupo Dadalto) II"** está em conformidade com a legislação vigente.

Declaramos, também, que assumimos o compromisso de seguir as normas da Instrução CVM nº 356/01 e adotar as providências necessárias para o atendimento das exigências que venham a ser formuladas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2013

BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM

Instituição Administradora do

"Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC – Dacasa Financeira (Grupo Dadalto) II"

Por:

Cargo: CAROLINA CURY MAIA COSTA
PROCURADORA

Por:

Cargo: Fernanda Gama Moreira Jorge
Procuradora



DECLARAÇÃO

BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º andar - parte, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 59.281.253/0001-23, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social, instituição administradora do **"Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC – Dacasa Financeira (Grupo Dadalto) II"**, declara que firmou contrato com instituição legalmente habilitadas a executar o serviço de distribuição de cotas, nos termos do artigo 20, § 1º, I, da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da Comissão de Valores Mobiliários.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2013

BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM

Instituição Administradora do

"Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC – Dacasa Financeira (Grupo Dadalto) II"

Por:

Cargo: **CAROLINA CURY MAIA COSTA**
PROCURADORA

Por:

Cargo: **Fernanda Gama Moreira Jorge**
Procuradora



DECLARAÇÃO

BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º andar - parte, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 59.281.253/0001-23, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de instituição administradora do **"Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC – Dacasa Financeira (Grupo Dadalto) II"** (doravante designado simplesmente **"Fundo"**), vem, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar, exclusivamente para fins do processo de registro da oferta pública das cotas seniores da 1ª (primeira) série de emissão do Fundo (**"Cotas Seniores da 1ª Série"** e **"Oferta"**) na Comissão de Valores Mobiliários, que: (i) o prospecto da Oferta: (a) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das Cotas Seniores da 1ª Série, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e (b) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes e (ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que as informações referentes ao Fundo e aos cedentes dos direitos creditórios por ele adquiridos são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, de modo a permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2013

BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM

Instituição Administradora do

"Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC – Dacasa Financeira (Grupo Dadalto) II"

Por:

Cargo: **AROLINA CURY MAIA COSTA**
PROCURADORA

Por:

Cargo: **Fernanda Gama Moreira Jorge**
Procuradora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO IV

- Demonstrações Financeiras da Cedente Referentes ao Exercício
Encerrado em 31 de Dezembro de 2012

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Dacasa Financeira S.A., em cumprimento às normas legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sª o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, todos referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012.

Vitória-ES, março de 2013**BALANÇO PATRIMONIAL**

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011. (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2012	2011	PASSIVO	Nota	2012	2011
Circulante		<u>539.790</u>	<u>567.168</u>	Circulante		<u>220.920</u>	<u>194.426</u>
Disponibilidades	4	<u>10.767</u>	<u>9.276</u>	Depósitos		<u>37.070</u>	<u>7.812</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	<u>32.175</u>	<u>82.010</u>	Depósitos interfinanceiros	8a	32.849	7.812
Aplicações no mercado aberto		8.083	41.633	Depósitos a prazo	8b	4.220	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		24.092	40.377			<u>10.743</u>	<u>26.440</u>
Operações de crédito	6	<u>140.778</u>	<u>226.678</u>	Recursos de aceites cambiais	9	<u>10.743</u>	<u>26.440</u>
Operações de crédito setor privado		147.218	284.864	Relações interfinanceiras		<u>4.440</u>	<u>3.057</u>
Operações de crédito vinculadas a cessão		4.098	-	Obrigações por repasses interfinanceiros		4.440	3.057
Provisão para operações créditos de liquidação duvidosa		(10.538)	(58.186)	Outras obrigações		<u>168.667</u>	<u>157.117</u>
Outros créditos		<u>351.757</u>	<u>244.121</u>	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		186	263
Diversos	7	356.931	252.013	Fiscais e previdenciárias	10a	21.298	14.516
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6	(5.174)	(7.892)	Diversas	10b	147.183	142.338
Outros valores e bens		<u>4.313</u>	<u>5.082</u>			<u>443.696</u>	<u>290.405</u>
Despesas antecipadas		4.313	5.082	Não Circulante		<u>298.211</u>	<u>248.636</u>
Não Circulante		<u>212.093</u>	<u>13.969</u>	Depósitos		<u>56.522</u>	<u>-</u>
Realizável a longo prazo		<u>212.093</u>	<u>13.969</u>	Depósitos interfinanceiros	8a	56.522	-
Títulos e valores mobiliários	5	<u>3.054</u>	<u>2.707</u>	Depósitos a prazo	8b	241.690	248.636
Carteira própria		3.054	2.707	Recursos de aceites cambiais	9	<u>69.000</u>	<u>27.190</u>
Operações de crédito	6	<u>204.487</u>	<u>10.055</u>	Obrigações por aceites de títulos cambiais		69.000	27.190
Operações de crédito setor privado		287.277	10.304	Outras obrigações		<u>76.484</u>	<u>14.578</u>
Operações de crédito vinculadas a cessão		1.503	-	Sociais e estatutárias		10	3.709
Provisão para operações créditos de liquidação duvidosa		(84.292)	(249)	Fiscais e previdenciárias	10a	10.356	10.869
Outros créditos	7	<u>4.552</u>	<u>1.207</u>	Provisão para demandas judiciais	11	66.117	-
Diversos		4.552	1.207		12	<u>108.789</u>	<u>108.135</u>
Ativo permanente		<u>21.521</u>	<u>11.829</u>	Patrimônio líquido		<u>100.000</u>	<u>100.000</u>
Investimentos		<u>7</u>	<u>7</u>	Capital		<u>100.000</u>	<u>100.000</u>
Imobilizado de uso		<u>20.564</u>	<u>9.541</u>	De domiciliado no País		2	2
Diferido		<u>367</u>	<u>1.701</u>	Reservas de capital		8.787	8.132
Intangível		<u>583</u>	<u>580</u>	Reservas de lucros			
Total do ativo		<u>773.405</u>	<u>592.965</u>	Total do passivo		<u>773.405</u>	<u>592.965</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOSExercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2º Semestre 2012	2012	2011
Receitas da intermediação financeira		<u>131.735</u>	<u>248.766</u>	<u>187.148</u>
Operações de crédito	6f	130.394	245.139	182.939
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.340	3.627	4.209
Despesas da intermediação financeira		<u>(88.747)</u>	<u>(161.512)</u>	<u>(100.058)</u>
Operações de captações no mercado		(20.149)	(38.970)	(22.936)
Provisão para créditos de liq. duvidosa	6d	(68.598)	(122.542)	(77.123)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>42.988</u>	<u>87.254</u>	<u>87.090</u>
Outras receitas/(despesas) operacionais		<u>(36.614)</u>	<u>(59.418)</u>	<u>(84.741)</u>
Receitas de prestação de serviços		10.626	20.365	14.505
Renda de tarifas bancárias		10.134	10.134	-
Despesas de pessoal		(7.082)	(11.630)	(5.709)
Outras despesas administrativas	13	(73.142)	(124.329)	(83.720)
Despesas tributárias		(9.843)	(17.275)	(11.647)
Outras receitas operacionais	14	48.919	95.518	68.036
Outras despesas operacionais	15	(16.226)	(32.201)	(66.206)
Resultado operacional		<u>6.374</u>	<u>27.836</u>	<u>2.349</u>
Resultado não operacional		<u>114</u>	<u>119</u>	<u>19</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>6.488</u>	<u>27.955</u>	<u>2.368</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(2.914)</u>	<u>(12.089)</u>	<u>2.570</u>
Imposto de renda	16a	(8.786)	(21.061)	(16.807)
Contribuição social	16a	(5.412)	(12.912)	(9.660)
Ativo fiscal diferido	16b	11.283	21.884	29.036
Lucro líquido		<u>3.574</u>	<u>15.867</u>	<u>4.938</u>
Juros sobre capital próprio		<u>-</u>	<u>(515)</u>	<u>(4.222)</u>
Lucro por ação (Em R\$)		<u>0,04</u>	<u>0,15</u>	<u>0,01</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAExercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012.
(Em milhares de reais)

	2º Semestre 2012	2012	2011
Atividades operacionais			
Lucro líquido	3.574	15.867	4.938
Ajustes ao lucro líquido			
Depreciações e amortizações	2.861	5.103	3.017
Variações de ativos operacionais			
Aumento de títulos e valores mobiliários	(180)	(348)	(2.707)
Aumento de operações de crédito	(58.480)	(108.533)	(93.255)
Aumento de outros créditos	(87.294)	(110.982)	(118.662)
(Aumento)/Redução de outros valores e bens	203	769	(5.082)
Variações de passivos operacionais			
Aumento de depósitos interfinanceiros	72.911	78.832	256.448
Aumento de obrigações por aceites de títulos cambiais	23.238	26.113	5.744
Aumento de relações interfinanceiras	2.044	1.382	1.894
Aumento de outras obrigações	72.078	77.594	35.098
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>30.955</u>	<u>(14.203)</u>	<u>87.433</u>
Atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso	(6.911)	(14.379)	(6.695)
Alienação de imobilizado de uso	55	(276)	(813)
Aumento de aplicação no intangível	-	(139)	(643)
Caixa líquido aplicado na atividade de investimentos	<u>(6.856)</u>	<u>(14.794)</u>	<u>(8.151)</u>
Atividades de financiamentos			
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(10.691)	(19.348)	(14.997)
Caixa líquido originado nas atividades de financiamentos	<u>(10.691)</u>	<u>(19.348)</u>	<u>(14.997)</u>
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>13.408</u>	<u>(48.345)</u>	<u>64.285</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>29.534</u>	<u>91.287</u>	<u>27.002</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>42.942</u>	<u>42.942</u>	<u>91.287</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DACASA FINANCEIRAS/A
Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
CNPJ 27.406.222/0001-65 • Carta Patente Nº0006406/82

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012.
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de jan/2011		53.100	40.353	13.965	-	107.418
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.938	4.938
Aumento de capital com reservas	12a	46.900	(40.351)	(6.549)	-	-
Destinações:						
Reservas	12b	-	-	717	(717)	-
Juros sobre o capital próprio	12c	-	-	-	(4.222)	(4.222)
Saldos em 31 de dez/2011		100.000	2	8.132	-	108.134
Saldos em 1º de jan/2012		100.000	2	8.132	-	108.134
Lucro líquido do exercício		-	-	-	15.867	15.867
Destinações:						
Reservas		-	-	4.661	(4.661)	-
Dividendos	12c	-	-	(4.006)	(10.691)	(14.697)
Juros sobre o capital próprio	12c	-	-	-	(515)	(515)
Saldos em 31 de dez/2012		100.000	2	8.787	-	108.789
Saldos em 1º de jul/2012		100.000	2	4.126	11.778	115.906
Lucro líquido do semestre		-	-	-	3.574	3.574
Destinações:						
Reservas	12b	-	-	4.661	(4.661)	-
Dividendos		-	-	-	(10.691)	(10.691)
Saldos em 31 de dez/2012		100.000	2	8.787	-	108.789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dez. de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dez. de 2012.
(Em milhares de reais)

1) Contexto operacional

A Dacasa Financeira S.A. (Dacasa) autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), iniciou suas atividades no ano de 1982. Atualmente opera em diversas modalidades de empréstimos e financiamentos, tais como crédito pessoal, crédito direto ao consumidor e intermediação com outras instituições financeiras em empréstimo consignado, além de operações com cartões de crédito com bandeira própria.

2) Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações está em conformidade com o Plano contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 27 de março de 2013.

Na elaboração dessas demonstrações foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3) Principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

A apuração das receitas e despesas obedece ao regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem ao saldo de disponibilidades, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

c. Ativo circulante e realizável a longo prazo

Titulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

• **Titulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado do período.

• **Titulos disponíveis para venda** - São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos".

• **Titulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período.

Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor principal, acrescidas dos rendimentos a receber, calculados até a data dos vencimentos. As parcelas desses rendimentos, pertencentes a exercícios futuros são registradas em contas retificadoras do ativo (rendas a apropriar).

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda provável). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidas. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 6.

Ativos contingentes

Quando existentes, são contabilizados somente se houver a certeza da realização por parte da administração.

Outros ativos

São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias (em base "pro rata") auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de mercado ou de realização.

d. Ativo permanente

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

• **Imobilizado:** Depreciação reconhecida pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: sistema de processamento de dados - 20%, veículos - 20% e demais equipamentos - 10%. Adicionalmente, benfeitorias em imóveis de terceiros registrados após 30 de setembro de 2008, amortizadas pelo prazo de vigência dos contratos.

• **Diferido:** São representados basicamente por benfeitorias em imóveis de terceiros, sendo registradas pelo custo de aquisição e amortizadas pelo prazo de vigência dos contratos. Conforme Resolução nº 3.617/08, do CMN, os saldos existentes até a data de entrada em vigor dessa regulamentação serão mantidos neste subgrupo até sua completa amortização.

O Conselho Monetário Nacional - CMN emitiu a Resolução nº 3.566/08 com efeito a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (Impairment), estabelecendo que os ativos que estão sujeitos à amortização e depreciação sejam revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável ou, no mínimo, anualmente.

Uma perda por impairment ocorre quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

Desta forma, além da depreciação e/ou amortização, os valores são submetidos às revisões periódicas de testes de impairment.

e. Passivo circulante e exigível a longo prazo

Passivos contingentes e obrigações legais

Os passivos contingentes são contabilizados de acordo com a opinião dos assessores legais, natureza dos processos e jurisprudência existente. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível e Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sob o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da Dacasa. São constituídas provisões para os casos classificados como Perda Provável em que o valor do risco de perda puder ser determinado ou estimado.

As obrigações legais cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente são contabilizadas independentemente da opinião dos assessores legais.

Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída sobre bases tributáveis às seguintes alíquotas, Imposto de renda - 15%, adicional do Imposto de renda - 10% e Contribuição Social - 15%.

Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias (em base "pro rata" dia) incorridas.

4) Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Disponibilidades	10.767	9.276
Aplicações interfinanceiras de liquidez	32.175	82.010
Totais	42.942	91.286

5) Títulos e valores mobiliários

A carteira é composta por Letras de câmbio da Uniletra S.C.F.I. Ltda., remunerada a 12% a.a., sendo o valor de custo e mercado em 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$ 3.054 (R\$ 2.707 em 31 de dezembro 2011), classificadas como títulos disponíveis para venda.

A administração da Dacasa decidiu estender o prazo de vencimento da carteira supracitada por mais 6 meses, tendo seu novo vencimento para 05 junho 2013.

6) Operações de crédito

a. Composição da carteira de operações crédito

	2012	2011
Sector privado:		
Empréstimos	238.606	165.747
Financiamentos	195.900	129.420
Cartões de Crédito ⁽¹⁾	289.277	201.216
Outros créditos com características de concessão de crédito ⁽¹⁾	-	6.159
Cessão de crédito (nota 6g)	5.600	-
Totais	729.373	502.542

(1) Operações contabilizadas na rubrica de outros créditos - diversos (nota 7).

b. Composição da carteira de operações de crédito e correspondente provisão para créditos de liquidação duvidosa por níveis de risco estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil

2012					
CURSO					
Nível de Risco	Perc. mínimo de provisão %	Normal	Anormal ⁽¹⁾	Valor da Carteira	Provisão
A	0,5	517.615	-	517.615	2.588
B	1,0	35.408	17.578	52.986	530
C	3,0	16.835	9.330	26.165	785
D	10,0	9.196	8.203	17.399	1.740
E	30,0	6.620	8.669	15.289	4.587
F	50,0	4.727	8.659	13.386	6.693
G	70,0	3.141	8.190	11.331	7.932
H	100,0	9.422	65.780	75.202	75.149
Totais		602.964	126.409	729.373	100.004

2011					
CURSO					
Nível de Risco	Perc. mínimo de provisão %	Normal	Anormal ⁽¹⁾	Valor da Carteira	Provisão
A	0,5	360.759	-	360.759	1.804
B	1,0	24.220	11.391	35.611	356
C	3,0	10.668	5.865	16.533	496
D	10,0	6.499	5.897	12.396	1.240
E	30,0	4.517	6.436	10.953	3.286
F	50,0	2.966	6.230	9.196	4.599
G	70,0	2.088	6.405	8.493	5.945
H	100,0	4.755	43.846	48.601	48.601
Totais		416.472	86.070	502.542	66.327

(1) Inclui somente operações vencidas há mais de 14 dias.

c. Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

	2012	2011
Vencidas há mais de 14 dias	126.409	86.070
A vencer entre 1 e 90 dias	430.732	306.131
A vencer entre 91 e 360 dias	147.199	100.038
Acima de 360 dias	25.033	10.304
Totais	729.373	502.542

d. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no exercício

	2º Semestre 2012	2012	2011
Saldo inicial	80.069	66.327	39.677
Constituição/reversão no exercício	70.260	122.542	77.123
Créditos baixados como prejuízo	(50.325)	(88.865)	(50.473)
Saldo final	100.004	100.004	66.327
Recuperação de créditos baixados	10.312	19.292	19.366

e. Operações com cartões de crédito

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 as operações com cartões de crédito estavam assim representadas:

	2012	2011
Ativo		
Saldo a receber de clientes (nota 7)	289.277	201.216
Passivo		
Saldos a pagar aos lojistas (nota 10b)	(110.355)	(76.540)
Saldo líquido	178.922	124.676

f. Resultado das operações de crédito

O resultado com operações de crédito estava apresentado conforme demonstrado abaixo:

	2º Semestre 2012	2012	2011
Rendas de operações de crédito	121.229	227.130	164.171
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	10.312	19.292	19.366
Despesa de cessão de operações de crédito	(1.146)	(1.283)	(598)
Totais	130.394	245.139	182.939

g. Operações de crédito vinculadas a cessão

As cessões de créditos realizadas no exercício referem-se a operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios para instituições financeiras cujo montante foi de R\$ 36.591, cujo saldo a vencer é de R\$ 18.009.

A apropriação da despesa dar-se-á em função do prazo remanescente das operações, tendo a Dacasa registrado no período despesa na ordem de R\$ 1.146. Os créditos cedidos nesta operação têm prazo máximo de vencimento julho de 2013.

7) Outros créditos – Diversos

	2012	2011
Cartão de crédito (nota 6a)	289.277	201.216
Créditos tributários (nota 16b)	50.920	29.037
Devedores Diversos – País	16.158	15.438
Diversos	5.128	7.529
Totais	361.483	253.220

8) Depósitos
a. Depósitos interfinanceiros

Refere-se a recursos recebidos em depósitos interfinanceiros, remunerados a 171% do CDI (taxa média), no valor de R\$ 32.849 com vencimento em até 3 meses e no valor de R\$ 56.522 com vencimento de 3 a 12 meses, totalizando R\$ 89.371.

b. Depósitos a prazo

Refere-se a recursos recebidos em depósitos a prazo com garantia especial do FGC (DPGE) com taxas de até 124% do CDI, no valor de R\$ 15.854 com vencimento de até 12 meses, no valor de R\$ 138.783 com vencimento de 1 a 3 anos e no valor de R\$ 91.273 com vencimento de 3 a 5 anos, totalizando R\$ 245.910.

9) Recursos de aceites cambiais

Referem-se a emissões de Letras de Câmbio com taxas de até 15,38% a.a. (2011 - 15,39% a.a.), com os seguintes vencimentos:

2012				2011			
Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Total	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Total
10.646	26.183	42.915	79.743	5.067	21.374	27.190	53.630

10) Outras obrigações
a. Fiscais e previdenciárias

	2012	2011
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	17.606	12.439
Impostos e contribuições a recolher	3.692	2.077
Provisão para riscos fiscais ⁽¹⁾	10.356	10.869
Total	31.654	25.385

(1) Refere-se, basicamente, à adesão de débitos em cobrança junto a RFB ao Parcelamento da Lei 11.941/09, consolidados em 31/12/2011.

b. Diversas

	2012	2011
Cartão de Crédito (nota 6e)	110.355	76.540
Provisão para demandas judiciais (nota 11)	66.117	53.635
Cessão de Crédito (nota 6g)	18.009	-
Fornecedores	5.617	6.525
Despesa de pessoal a pagar	5.233	1.111
Crédito direto ao consumidor - CDC	2.657	1.951
Cretores diversos - País	5.312	2.576
Totais	213.300	142.338

11) Provisão para demandas judiciais

A Dacasa é parte em ações judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista perante tribunais e órgãos governamentais, decorrente do curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2012, de acordo com a opinião dos seus assessores legais, R\$ 79.261 (R\$ 67.749 em 2011) foram avaliadas com probabilidade de perda possível e R\$ 66.117 (R\$ 53.318 em 2011) avaliadas com probabilidade de perda provável.

As contingências com probabilidade de perda provável e possível referem-se, basicamente, a processo de natureza trabalhista e de natureza cível associados a potenciais indenizações a clientes por conta de negativas indevidas em órgãos de proteção ao crédito, bem como a contingências fiscais, sendo que, no que tange a estas, a maior parte do montante discutido decorre de divergência de entendimento entre a empresa e o Fisco na incidência de ISS sobre determinados valores percebidos pela empresa, sendo que se está a promover a discussão administrativa do valor.

Movimentação da provisão para demandas judiciais

2012			
	Saldo Inicial	Constituição	Reversão
Cíveis	1.380	2.080	(1.312)
Trabalhistas	51.938	11.562	(3.296)
Fiscal	317	3.448	-
Totais	53.635	17.090	(4.608)

2011			
	Saldo Inicial	Constituição	Reversão
Cíveis	202	1.285	(107)
Trabalhistas	7.592	46.522	(2.176)
Fiscal	317	-	-
Totais	8.111	47.807	(2.283)

12) Patrimônio líquido
a. Capital Social

O capital social da Dacasa está representado por 100.000.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1 (um real) cada.

Em assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de maio de 2011, foi aprovado aumento de capital da Dacasa no valor de R\$ 46.900, passando este, de R\$ 53.100 para R\$ 100.000, mediante emissão de 46.900 novas ações ordinárias nominativas, integralizadas com reservas de capital de 2008 a 2010 e reservas de lucros de 2009.

b. Reserva legal

Constituída a base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.

c. Dividendos / Juros sobre o capital próprio

A sociedade pagou a título de antecipação de dividendos o montante de R\$10.691 e a título de JSCP o montante de R\$ 515, no período findo em 31 de dezembro de 2012. Essa quantia será aprovada em assembleia que ocorrerá em 30/04/2013.

O total de dividendos pagos em 2012, referentes ao exercício de 2011 é de R\$ 8.142. Esse montante estava provisionado na rubrica de dividendos a pagar.

Os juros sobre o capital próprio assegurados aos acionistas são creditados na rubrica "sociais e estatutárias".

d. Lucros acumulados

Conforme determinado na Resolução 3.605/08, do BACEN, o saldo de lucros acumulados existente deverá ser destinado até 31 de dezembro de 2012.

13) Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2012	2012	2011
Cadastro e cobrança	22.531	38.872	35.775
Comissões e corretagens	5.690	8.101	2.726
Aluguéis	3.406	6.088	3.860
Postais	3.260	5.671	4.055
Propaganda e marketing	2.982	5.613	4.552
Amortização e depreciação	2.861	5.104	3.015
Consultoria e assessoria técnica	2.286	4.414	4.648
Serviços do sistema financeiro	2.533	4.327	2.519
Comunicações	2.202	3.755	3.928
Vigilância e segurança	1.340	2.677	1.756
Viagens	1.437	2.409	1.427
Arrendamento de bens	1.128	2.332	1.962
Manutenção e conservação de bens	1.103	2.048	1.375
Processamento de dados	1.097	1.952	349
Serviços gráficos	1.112	1.935	1.409
Água, energia e gás	621	1.253	953
Transportes contratados	641	1.071	587
Outras	16.912	26.707	8.824
Totais	73.142	124.329	83.720

14) Outras receitas operacionais

	2º Semestre 2012	2012	2011
Taxa de utilização do cartão de crédito ⁽¹⁾	1.693	11.799	13.444
Multa e juros de mora	31.731	58.362	40.942
Antecipações a lojistas	9.111	18.883	12.682
Cessão de uso	4.250	4.250	-
Cretores diversos - país	2.048	2.048	-
Outras	86	176	968
Totais	48.919	95.518	68.036

(1) Remuneração obtida em contrapartida ao uso do sistema de pagamentos via cartões de crédito.

15) Outras despesas operacionais

	2º Semestre 2012	2012	2011
Provisões para passivos contingentes	9.514	14.479	45.589
Descontos concedidos	3.538	11.477	9.920
Serviço de proteção ao crédito	1.311	2.344	2.424
Juros, multa e correções	395	1.274	6.058
Outras	1.468	2.627	2.214
Totais	16.226	32.201	66.206

16) Imposto de renda e contribuição social

a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e a contribuição social incidentes sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	2012		2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação	27.955	27.955	2.368	2.368
Juros sobre capital próprio	(515)	(515)	(4.222)	(4.222)
Resultado após juros sobre capital próprio	27.440	27.440	(1.854)	(1.854)
Adições	57.236	57.236	66.279	66.210
Recuperação de crédito baixado com perda	17.357	17.357	2.354	2.354
Provisões p/ devedores duvidosos	24.554	24.554	16.919	16.919
Outras adições	15.325	15.325	47.006	46.937
Exclusões	-	-	(738)	(738)
Perdas dedutíveis art. 9 Lei nº9.430/96	-	-	-	(738)
Outras exclusões	-	-	(738)	(738)
Valor base para tributação	84.676	84.676	63.687	63.618
Imposto de renda e contrib. social do exercício	21.145	12.702	15.778	9.543
(+) Exercícios anteriores	352	210	1.130	-
(+) Pagamento Lei 11.941/09	-	-	19	117
(-) Deduções por incentivo fiscais - Lei Rouanet	(436)	-	(120)	-
Imposto de renda e contribuição social	21.061	12.912	16.807	9.660

b. Créditos tributários

O reconhecimento dos créditos tributários diferidos em razão de diferenças temporárias lançadas nas bases de cálculo de imposto de renda e de contribuição social, cujos montantes encontram-se registrados na escrituração fiscal da instituição e na rubrica "outros créditos", conforme nota explicativa nº 7, podendo ser demonstrado sinteticamente na forma seguinte:

	2012		
	IRPJ	CSLL	Totais
Saldo Inicial	24.773	14.864	39.637
Diferenças temporárias:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.844	19.844	
Provisões para demandas judiciais	8.364	8.364	
Base de cálculo	28.208	28.208	
Alíquota	25%	15%	
Crédito tributário do semestre	7.052	4.231	11.283
Saldo final (nota 7)	31.825	19.095	50.920

	2011		
	IRPJ	CSLL	Totais
Saldo Inicial	1.644	987	2.631
Diferenças temporárias:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.697	12.697	
Provisões para demandas judiciais	53.318	53.318	
Base de cálculo	66.015	66.015	
Alíquota	25%	15%	
Crédito tributário do semestre	16.504	9.902	26.406
Saldo final (nota 7)	18.148	10.889	29.037

Os créditos tributários das diferenças temporárias relacionadas à provisão para créditos de liquidação duvidosa estão atrelados à confirmação efetiva da inadimplência, quando os esforços para cobrança indicarem que tais créditos não serão recebidos, momento em que a baixa efetiva dos mesmos será reconhecida. Quanto às provisões para demandas judiciais, há a dependência de decisão definitiva e data de encerramento desses litígios e por isso não é possível estimar com precisão os exercícios em que as diferenças temporárias serão realizadas. Entretanto, os orçamentos de resultados futuros da Dacasa comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias.

17) Partes relacionadas**a. Transações com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas registradas até 31 de dezembro de 2012 referem-se a juros sobre capital próprio no montante de R\$ 515, bem como emissão de Letras de Câmbio para pessoas físicas relacionadas no montante de R\$ 50.924 (R\$ 40.883 em 2011), e para empresas do Grupo Dadalto no montante de R\$ 5.831 (R\$ 10.050 em 2011). Estas transações foram efetuadas em condições usuais de mercado, totalizando despesas de R\$ 7.930 no período.

b. Participação societária

O controle societário é exercido pela holding Dadalto Administração e Participações LTDA, na qual detém 98% do capital da Dacasa.

a. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

A despesa incorrida no período a título de remuneração do pessoal-chave da administração encontra-se registrada na rubrica de Outras despesas administrativas como despesas com Consultoria e assessoria técnica no montante de R\$ 3.399.

18) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Dacasa não possuía saldos de instrumentos financeiros derivativos.

19) Limites operacionais

O Índice de Basileia foi apurado com base no Consolidado Financeiro, seguindo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 3.444/2007 e nº 3.490/2007, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), respectivamente. Demonstramos abaixo, o cálculo do Índice de Basileia, conforme regulamentação em vigor e aplicabilidade a partir de julho de 2008.

	2012
PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA	108.422
Nível I	108.422
Patrimônio Líquido	108.789
Ativos Diferidos	(367)
PRE - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO	94.627
Risco de Crédito	64.727
Risco de Mercado	1.399
Risco Operacional	28.501
Excesso (Insuficiência) de PR: PR-PRE	13.795
Índice de Basileia: (PRX100) / (PRE/0,11)	12,60

20) Outras informações**a. Risco operacional**

Para atendimento ao requerido na Resolução do CMN nº 3.380/06 foi implementado pela Dacasa uma estrutura específica para gerenciamento dos riscos nas atividades operacionais. Norteador essa estrutura foi aprovada pela Diretoria uma Política para Gestão do Risco Operacional.

b. Risco de mercado

Para atendimento ao requerido na Resolução do CMN nº 3.464/07 foi implementado pela Dacasa uma estrutura específica para gerenciamento dos riscos de mercado de suas operações.

c. Ouvidoria

Foi instituída pela Dacasa uma unidade de Ouvidoria tendo como incumbência o atendimento a todos os clientes usuários dos produtos e serviços da Empresa, para solução de reclamações e esclarecimentos necessários. Para tanto, a diretoria da Dacasa garante todas as condições para que o funcionamento da Ouvidoria seja pautado pela transparência, independência e imparcialidade no trato com os clientes e no acesso às informações que forem necessárias.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores e aos Acionistas da
Dacasa Financeira S.A
Vitória - ES

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Dacasa Financeira S.A. ("Dacasa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Financeira é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dacasa Financeira S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 28 de março de 2013



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Jubran Pereira Pinto Coelho
Contador CRC 1MG077045/O-0 T-SP

DIRETORIA

Pedro Dadalto
Presidente

Oswaldo Dadalto
Vice-Presidente

Leonardo M. Dadalto
Diretor

Otávio Dadalto
Diretor

Alessandra Montenegro
Contador CRC-RJ 095240/O-4S-ES

ANEXO V

- Suplementos das Cotas Seniores Integrantes da 1ª e da 2ª Séries

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUPLEMENTO Nº 01
RELATIVO À PRIMEIRA SÉRIE DE COTAS SENIORES DO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIDC – DACASA FINANCEIRA
(GRUPO DADALTO) II

1. O presente documento constitui o suplemento nº 01 (“Suplemento”) referente à 1ª (primeira) Série de Cotas Seniores (“1ª Série”) emitida nos termos do regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC – Dacasa Financeira (Grupo Dadalto) II”, administrado pela BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM, instituição com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar – parte, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 59.281.253/0001-23, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento (“Instituição Administradora”).
2. Serão emitidas nos termos deste Suplemento e do Regulamento 42.116 (quarenta e duas mil e cento e dezesseis) Cotas Seniores da 1ª Série no valor de R\$1.000,00 (mil reais) cada na data da primeira subscrição de Cotas da presente Série (“Data de Subscrição Inicial”).
3. Na subscrição de Cotas Seniores da 1ª Série em data diversa da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da cota de mesma Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Fundo, calculado conforme o disposto nas Cláusulas 15 e 19 do Regulamento e do item 4 do presente Suplemento.
4. A remuneração das Cotas Seniores da 1ª Série será equivalente a 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over extra-grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Taxa DI”), acrescida de *spread* ou sobretaxa de 3,25% (três inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano.
- 4.1 A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores da 1ª Série será correspondente à variação acumulada na forma percentual, doravante denominada “Fator Juros”, da Taxa DI, incidentes sobre o valor da Cota Sênior da 1ª Série, ou seu saldo não amortizado, contados a partir da data de subscrição e integralização das Cotas Seniores da 1ª Série, e incorporados simultânea e proporcionalmente ao valor de cada Cota Sênior da 1ª Série ao final de cada Período de



Capitalização.

4.2 Define-se Período de Capitalização como o intervalo de tempo que se inicia na data de subscrição e integralização das Cotas Seniores da 1ª Série, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para distribuição de resultados imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista da distribuição de resultados correspondente ao período.

4.3 O cálculo do valor a ser distribuído a cada Cota Sênior da 1ª Série, e desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá à seguinte fórmula:

$$Re = VNe \times (FatorJuros - 1), \text{ onde:}$$

“Re” = valor apurado a ser distribuído a cada Cota Sênior da 1ª Série no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

“VNe” = valor da Cota Sênior da 1ª Série, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread, \text{ onde:}$$

“FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)], \text{ onde:}$$

“n_{DI}” corresponde ao número total de Taxas DI, sendo “n_{DI}” um número inteiro;

“TDI_k” corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$



onde:

“k” = 1, 2, ..., n;

“DI_k” corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo “d_k” um número inteiro;

“FatorSpread” corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

“spread” corresponde ao percentual, informado com 4 (quatro) casas decimais, equivalente a 3,2500; e

“DP” corresponde ao número de dias úteis entre a Data de Subscrição Inicial, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou da data de distribuição de rendimentos imediatamente anterior, no caso dos demais períodos de capitalização e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

4.4 Observações:

- i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- ii) o fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento;
- iii) efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$, sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;



- iv) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- v) considera-se o resultado da multiplicação do FatorDI pelo FatorSpread com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.5 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista neste Suplemento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Cotas Seniores da 1ª Série, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

4.6 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Instituição Administradora, mediante aviso aos Cotistas, substituirá a Taxa DI pela taxa média diária do SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil (“Taxa SELIC”). No caso de não ser possível a substituição da Taxa DI pela Taxa SELIC, a Instituição Administradora deverá convocar Assembleia Geral de Cotistas para definir o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstas no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da Assembleia Geral de Cotistas.

4.7 O disposto no item 4 e seguintes acima não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente critérios e preferências para distribuição de rendimentos entre as cotas das diferentes classes existentes. Portanto, as Cotas auferirão rendimentos somente se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

5. Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos suficientes, em moeda corrente nacional, será promovida, observado o período de carência de 6 (seis) meses contados da Data de Subscrição Inicial, a partir de 5 de janeiro de 2014, inclusive, em cada dia 5 de cada mês-calendário (“Data de Amortização”), a amortização de parcela do valor de cada Cota Sênior da 1ª Série (“Amortização Programada”), a qual será equivalente ao valor apurado de acordo com as fórmulas previstas abaixo e as condições previstas no Regulamento. A última Amortização Programada deverá ocorrer no decurso do prazo de 48 (quarenta e oito)



meses contados da Data de Subscrição Inicial, quando o Fundo deverá promover o resgate da respectiva Cota.

5.1 Desde a 1ª (primeira) até o 6ª (sexta) Data de Amortização, o valor de amortização será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$AT = CS_m - CS_{m-1}$$

onde:

“AT” corresponde ao valor da parcela de amortização da Cota Sênior da 1ª Série devida no mês em referência;

“CS_m” corresponde ao valor da Cota Sênior da 1ª Série no dia útil imediatamente anterior à respectiva Data de Amortização a ser paga;

“CS_{m-1}” corresponde ao valor da Cota Sênior da 1ª Série no dia útil imediatamente anterior à última Data de Amortização já paga ou, no caso da primeira Data de Amortização, ao valor da Cota Sênior da 1ª Série na Data de Subscrição Inicial.

5.2 A partir da 7ª (sétima) Data de Amortização, o valor de amortização será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$AT = CS / n$$

onde:

“AT” corresponde ao valor da parcela de amortização da Cota Sênior da 1ª Série devida no mês em referência;

“CS” corresponde ao valor da Cota Sênior da 1ª Série no dia útil imediatamente anterior à respectiva Data de Amortização; e

“n” corresponde ao número de amortizações programadas ainda não realizadas.

6. Os termos e condições definidos utilizados neste Suplemento terão o mesmo significado atribuído quando utilizados no Regulamento.


7. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido,

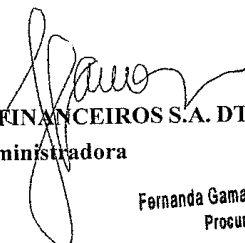


devendo prevalecer as disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições deste Suplemento. As Cotas Seniores da 1ª Série terão as mesmas características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas à classe de Cotas Seniores, exceto com relação aos prazos e valores de amortização e resgate, bem como de remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento.

8. O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 2013


BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM
Instituição Administradora
Carolina Cury Maia Costa
Procuradora


Fernanda Gama Moreira Jorge
Procuradora



SUPLEMENTO Nº 02
RELATIVO À SEGUNDA SÉRIE DE COTAS SENIORES DO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIDC – DACASA FINANCEIRA
(GRUPO DADALTO) II

1. O presente documento constitui o suplemento nº 02 (“Suplemento”) referente à 2ª (segunda) Série de Cotas Seniores (“2ª Série”) emitida nos termos do regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC – Dacasa Financeira (Grupo Dadalto) II”, administrado pela BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM, instituição com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar – parte, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 59.281.253/0001-23, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento (“Instituição Administradora”).
2. Serão emitidas nos termos deste Suplemento e do Regulamento 72.200 (setenta e duas mil e duzentas) Cotas Seniores da 2ª Série no valor de R\$1.000,00 (mil reais) cada na data da primeira subscrição de Cotas da presente Série (“Data de Subscrição Inicial”), sendo que, destas, 816 (oitocentas e dezesseis) Cotas Seniores da 2ª Série correspondem ao Lote Suplementar.
3. Na subscrição de Cotas Seniores da 2ª Série em data diversa da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da cota de mesma Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Fundo, calculado conforme o disposto nas Cláusulas 15 e 19 do Regulamento e do item 4 do presente Suplemento.
- 4.1 A remuneração das Cotas Seniores da 2ª Série será equivalente a 100% da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 7,10% (sete inteiros e dez centésimos por cento), ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.
- 4.2 Caso o Patrimônio Líquido do Fundo assim permita, o valor das Cotas Seniores da 2ª Série será atualizado diariamente, a partir da Data de Subscrição Inicial, pela variação do IPCA, sendo o produto da correção incorporado ao às Cotas Seniores da 2ª Série automaticamente, de acordo com a seguinte fórmula:



$$VC_d = (VC_{(d-1)} - VAP_{(d-1)}) \times C \times \text{Fator Spread}$$

onde:

VC_d é o Valor Unitário da Cota Sênior da 2ª Série na data de cálculo d, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$VC_{(d-1)}$ é o Valor Unitário da Cota Sênior da 2ª Série no Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo d, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$VAP_{(d-1)}$ é o Valor Unitário da última parcela de amortização programada efetivamente pago por Cota Sênior da 2ª Série, no Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo d, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C é o valor de atualização do Valor Unitário da Cota Sênior da 2ª Série, calculado da seguinte forma:

$$C = \frac{I_n}{I_0} \times \left(\frac{I_{proj}}{I_n} \right)^{\frac{PZ_{dec}}{PZ_{tot}}}, \text{ onde:}$$

I_{proj} é o valor de projeção do IPCA no mês de cálculo;

PZ_{dec} é o prazo decorrido no mês de cálculo;

PZ_{tot} é o prazo total no mês de cálculo; e

$$\text{Fator Spread} = \left(1 + \frac{\text{spread}}{100} \right)^{\frac{1}{252}}, \text{ onde:}$$

Spread é o *spread* ou sobretaxa equivalente a 7,10.

4.4 No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando da apuração do valor das Cotas, será utilizada, em substituição, o último IPCA conhecido, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares de Cotas, quando da divulgação posterior do IPCA.



4.5 Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de utilização do IPCA para definição do valor das Cotas Seniores da 2ª Série, ou de ausência de apuração ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) dias úteis consecutivos, ou a 15 (quinze) dias úteis alternados durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que se verificar a ocorrência de qualquer desses eventos, a Instituição Administradora deverá convocar assembleia de titulares de Cotas Seniores da 2ª Série para definir o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstas no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA conhecido na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da referida assembleia.

4.7 O disposto no item 4 e seguintes acima não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente critérios e preferências para distribuição de rendimentos entre as cotas das diferentes classes existentes. Portanto, as Cotas auferirão rendimentos somente se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

5. Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos suficientes, em moeda corrente nacional, será promovida, observado o período de carência de 6 (seis) meses contados da Data de Subscrição Inicial, a partir de 5 de janeiro de 2014, inclusive, em cada dia 5 de cada mês-calendário (“Data de Amortização”), a amortização de parcela do valor de cada Cota Sênior da 2ª Série (“Amortização Programada”), a qual será equivalente ao valor apurado de acordo com as fórmulas previstas abaixo e as condições previstas no Regulamento. A última Amortização Programada deverá ocorrer no decurso do prazo de 48 (quarenta e oito) meses contados da Data de Subscrição Inicial, quando o Fundo deverá promover o resgate da respectiva Cota.

5.1 Desde a 1ª (primeira) até o 6ª (sexta) Data de Amortização, o valor de amortização será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$AT = CS_m - CS_{m-1}$$

onde:

“AT” corresponde ao valor da parcela de amortização da Cota Sênior da 2ª Série devida no mês em referência;

“CS_m” corresponde ao valor da Cota Sênior da 2ª Série no dia útil imediatamente anterior à respectiva Data de Amortização a ser paga;



“CSm-1” corresponde ao valor da Cota Sênior da 2ª Série no dia útil imediatamente anterior à última Data de Amortização já paga ou, no caso da primeira Data de Amortização, ao valor da Cota Sênior da 2ª Série na Data de Subscrição Inicial.

5.2 A partir da 7ª (sétima) Data de Amortização, o valor de amortização será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$AT = CS / n$$

onde:

“AT” corresponde ao valor da parcela de amortização da Cota Sênior da 2ª Série devida no mês em referência;

“CS” corresponde ao valor da Cota Sênior da 2ª Série no dia útil imediatamente anterior à respectiva Data de Amortização; e

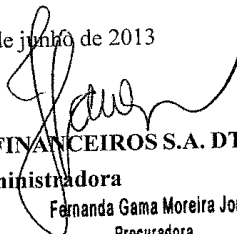

“n” corresponde ao número de amortizações programadas ainda não realizadas.

6. Os termos e condições definidos utilizados neste Suplemento terão o mesmo significado atribuído quando utilizados no Regulamento.

7. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições deste Suplemento. As Cotas Seniores da 2ª Série terão as mesmas características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas à classe de Cotas Seniores, exceto com relação aos prazos e valores de amortização e resgate, bem como de remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento.

8. O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 2013


BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM
Instituição Administradora

Carolina Cury Maia Costa
Procuradora

Fernanda Gama Moreira Jorge
Procuradora



ANEXO VI

- Relatório da KPMG

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



cutting through complexity

ADVISORY

Dacasa Financeira S.A.

Análise da carteira de recebíveis

4 de junho de 2012



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internet www.kpmg.com.br

À
Dacasa Financeira S.A.
São Paulo – SP

4 de junho de 2012

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta para prestação de serviços, datada de 03 de abril de 2012, apresentamos nossas constatações relativas à revisão especial da carteira de recebíveis da Dacasa Financeira S.A. ("Dacasa" ou "Cedente"). Tais recebíveis são representados por operações de Crédito Pessoal ("CP") e Crédito Direto ao Consumidor ("CDC").

Nossos trabalhos tiveram como objetivo apresentar nossas constatações sobre a *performance* dos pagamentos dos clientes, bem como levantar informações sobre procedimentos operacionais e respectivos controles relacionados aos processos de origemação e cobrança dos recebíveis.

As informações apresentadas neste relatório foram elaboradas a partir da leitura de uma base de dados gerada pela Dacasa para o período compreendido entre 1º de março de 2009 a 31 de março de 2012 (37 meses). Indicamos ainda neste relatório as fontes das demais informações apresentadas.

Não empreendemos nenhum trabalho adicional para estabelecer a confiabilidade nos dados disponibilizados, além dos procedimentos indicados neste relatório, quais sejam, confronto da base de dados com os registros oficiais do cedente e confronto da documentação física representativa dos direitos creditórios com os registros eletrônicos, estabelecida com base em testes por amostragem.


Nossos trabalhos foram executados no período de 30 de abril a 30 de maio de 2012 e basearam-se na situação da carteira de recebíveis em 31 de março de 2012. Conforme acordado com V.Sas., não foi julgada necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data de nosso relatório, tampouco faz parte do escopo de nossos trabalhos a atualização do presente relatório.

Outras informações

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria executada conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Adicionalmente, de forma consistente com as orientações normativas relativas à execução de trabalhos de revisão, este relatório é de uso exclusivo do Grupo Estruturador, não podendo ser distribuído a terceiros sem o nosso consentimento prévio.

Atenciosamente,


Pedro Vitor Zago
Sócio


Renata Resende Mendes Bonini
Gerente

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Conteúdo

Os contatos na KPMG em relação a este relatório são:

Pedro Vitor Zago

Sócio

Tel.: 55 (11) 2183-3290

Fax: 55 (11) 2183-3001

pzago@kpmg.com.br

Renata Resende Mendes Bonini

Gerente

Tel.: 55 (11) 2183-3381

Fax: 55 (11) 2183-3618

rresende@kpmg.com.br

Descrição

Página

Objetivos do trabalho e base para preparação das informações

3

Apresentação das análises de *performance* - CDC

6

Apresentação das análises demográficas - CDC

14

Apresentação das análises de *performance* – CP

27

Apresentação das análises demográficas – CP

35

Confronto das bases de dados com as informações contábeis

48

Verificação física de contratos

50



Objetivos do trabalho e base para preparação das informações

Objetivos do trabalho e base para preparação das informações

Objetivos do trabalho

De acordo com as informações fornecidas por representantes da Dacasa, a execução dos procedimentos, objeto de nossa contratação, atende aos seguintes principais objetivos:

- Apresentar, por meio da leitura da base de dados fornecida pela Dacasa, as informações relativas às características demográficas da carteira de recebíveis, para um período histórico de 37 meses, compreendido entre 1º de março de 2009 e 31 de março de 2012.
- Confirmar, por meio de recálculo e verificação, os dados relativos à performance de pagamentos da carteira de recebíveis, para um período histórico de 37 meses, compreendido entre 1º de março de 2009 e 31 de março de 2012.

Base para preparação

- Os procedimentos que formaram o escopo de nossos trabalhos foram estabelecidos com representantes da Dacasa e limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às necessidades da operação.
- As informações contidas neste relatório, relativas às características demográficas dos recebíveis e de sua performance de pagamentos, foram obtidas por meio da leitura e da compilação de uma base de dados fornecida pela área de Tecnologia da Dacasa e compreendem as operações geradas pela Cedente, para um período de 37 meses, compreendido entre 1º de março de 2009 e 31 de março de 2012. Para mensurar a performance de pagamentos, foram definidos critérios para a apuração dos percentuais de inadimplência no pagamento, que representariam indicadores de desempenho, sendo estes:
 - *Aging* de pagamentos: apresenta os recebimentos ocorridos, bem como os volumes financeiros vencidos e não liquidados, ambos segregados por faixas de prazos. Esse prazo de recebimento considera a diferença entre a data de vencimento das parcelas e a respectiva data de pagamento.
 - *Pool* estático por contrato (*vintage analysis*): apresenta a distribuição dos volumes financeiros não liquidados com atrasos superiores aos seguintes "cortes": acima de 60, 90 e 180 dias. Para elaboração dessa informação, o saldo devedor de cada contrato é classificado de acordo com a parcela mais atrasada em cada um dos meses sob análise e segregados por tipo de produto (CP e CDC).

Objetivos do trabalho e base para preparação das informações (cont.)

Obtivemos duas bases de dados contendo operações de Crédito Pessoal ("CP") e Crédito Direto ao Consumidor ("CDC"). Por meio da leitura dessas bases de dados identificamos itens despadronizados os quais foram excluídos de nossas análises, conforme detalhados a seguir:

CP:		
Informações	∑ valor dos contratos - R\$ (000)	%
Total da base de dados recebida	866.245	100,00%
(-) Contratos com datas de pagamento anteriores à data de emissão	17	0,00%
Total Analisado	866.228	100,00%

CDC:		
Informações	∑ valor dos contratos - R\$ (000)	%
Total da base de dados recebida	517.642	100,00%
(-) Contratos com datas de vencimento anteriores à data de emissão	3.913	0,76%
(-) Contratos com datas de pagamento anteriores à data de emissão	4	0,00%
Total Analisado	513.725	99,24%

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade empres brasileira, de responsabilidade limitada, e integrante da rede mundial de firmas de auditoria independente e de consultoria KPMG Network, Operadora ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 272329.

Apresentação das análises de *performance* - CDC

Apresentação das análises de *performance* (cont.)

Tabela 1.1 – Aging List – CDC

Situação	Σ valor dos contratos - R\$ (000)	%
Total sob análise	513.725	
(+) Acréscimos	19.647	
(-) Descontos	1.556	
(-) Parcelas a vencer em 31 de março de 2012	115.488	
(-) Parcelas canceladas	1.272	
(-) Parcelas pré-liquidadas	24.638	
Total vencido e/ou liquidado em 31 de março de 2012	390.417	
Somatório total das parcelas pagas antecipadamente	106.219	27,21%
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	57	0,01%
Parcelas antecipadas de 151 a 180 dias	49	0,01%
Parcelas antecipadas de 121 a 150 dias	111	0,03%
Parcelas antecipadas de 91 a 120 dias	245	0,06%
Parcelas antecipadas de 61 a 90 dias	714	0,18%
Parcelas antecipadas de 31 a 60 dias	3.414	0,87%
Parcelas antecipadas de 16 a 30 dias	11.830	3,03%
Parcelas antecipadas de 11 a 15 dias	12.372	3,17%
Parcelas antecipadas de 4 a 10 dias	40.186	10,29%
Parcelas antecipadas de 1 a 3 dias	37.240	9,54%
Parcela liquidadas no vencimento	47.976	12,29%
Somatório total das parcelas pagas com atraso	192.130	49,21%
Parcelas liquidadas com 1 dia de atraso	32.229	8,26%
Parcelas liquidadas com 2 dias de atraso	24.204	6,20%
Parcelas liquidadas com 3 dias de atraso	16.198	4,15%
Parcelas liquidadas de 4 a 6 dias de atraso	25.090	6,43%
Parcelas liquidadas de 7 a 10 dias de atraso	18.498	4,74%
Parcelas liquidadas de 11 a 15 dias de atraso	16.018	4,10%
Parcelas liquidadas de 16 a 30 dias de atraso	31.711	8,12%
Parcelas liquidadas de 31 a 60 dias de atraso	18.690	4,79%
Parcelas liquidadas acima de 60 dias	9.491	2,43%
Somatório total das parcelas vencidas e não liquidadas	44.092	11,29%
Parcelas vencidas até 15 dias	3.590	0,92%
Parcelas vencidas de 16 a 30 dias	2.535	0,65%
Parcelas vencidas de 31 a 60 dias	3.382	0,87%
Parcelas vencidas de 61 a 90 dias	2.643	0,68%
Parcelas vencidas de 91 a 120 dias	2.332	0,60%
Parcelas vencidas de 121 a 150 dias	2.237	0,57%
Parcelas vencidas de 151 a 180 dias	2.089	0,54%
Parcelas vencidas acima de 180 dias	25.284	6,48%

Apresentação das análises de performance (cont.)

Tabela 1.2 – Percentuais de inadimplência do pool estático por contrato – Vencidos acima de 60 dias (CDC)

Safra de origem	Mês após a origem																																				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37
mar/09	0,00%	0,00%	0,04%	5,10%	6,88%	8,33%	9,08%	9,28%	9,53%	9,28%	9,04%	8,80%	8,81%	8,48%	8,37%	8,30%	8,15%	8,05%	7,94%	7,83%	7,71%	7,59%	7,53%	7,44%	7,39%	7,34%	7,28%	7,22%	7,14%	7,07%	7,02%	6,94%	6,84%	6,82%	6,78%	6,74%	
abr/09	0,00%	0,00%	0,30%	4,33%	5,96%	6,95%	7,76%	8,25%	8,23%	8,36%	8,25%	8,16%	8,12%	7,98%	7,86%	7,74%	7,63%	7,53%	7,40%	7,31%	7,21%	7,13%	7,04%	6,94%	6,89%	6,84%	6,77%	6,64%	6,57%	6,52%	6,49%	6,42%	6,34%	6,31%	6,27%	6,23%	
mai/09	0,00%	0,00%	0,46%	4,60%	6,17%	7,61%	8,33%	8,51%	8,94%	9,13%	9,30%	9,33%	9,28%	9,10%	8,93%	8,75%	8,60%	8,47%	8,37%	8,24%	8,08%	7,95%	7,86%	7,79%	7,75%	7,68%	7,62%	7,54%	7,47%	7,42%	7,38%	7,34%	7,32%	7,29%	7,26%		
jun/09	0,00%	0,00%	0,55%	4,57%	6,25%	7,67%	8,35%	8,67%	8,89%	9,05%	9,37%	9,33%	9,28%	9,21%	9,07%	8,85%	8,69%	8,57%	8,44%	8,33%	8,21%	8,13%	8,02%	7,96%	7,86%	7,78%	7,70%	7,63%	7,60%	7,55%	7,47%	7,44%	7,39%	7,35%			
jul/09	0,00%	0,00%	0,53%	4,28%	5,91%	6,71%	7,52%	7,99%	8,30%	8,62%	8,60%	8,73%	8,59%	8,49%	8,33%	8,19%	8,07%	7,92%	7,82%	7,72%	7,65%	7,54%	7,45%	7,39%	7,29%	7,19%	7,15%	7,08%	7,04%	6,98%	6,96%	6,94%	6,89%				
ago/09	0,00%	0,00%	0,22%	4,08%	5,43%	6,55%	7,22%	7,72%	8,08%	8,30%	8,45%	8,49%	8,34%	8,27%	8,16%	8,06%	7,93%	7,79%	7,70%	7,58%	7,49%	7,39%	7,29%	7,22%	7,15%	7,10%	7,06%	7,00%	6,96%	6,90%	6,85%	6,82%					
set/09	0,00%	0,00%	0,38%	4,27%	5,61%	6,68%	7,49%	8,16%	8,56%	8,90%	9,04%	8,93%	8,82%	8,68%	8,58%	8,44%	8,37%	8,25%	8,18%	8,11%	8,01%	7,89%	7,82%	7,74%	7,67%	7,58%	7,53%	7,46%	7,42%	7,39%	7,35%						
out/09	0,00%	0,00%	0,31%	3,74%	5,55%	6,84%	7,84%	8,47%	8,81%	9,15%	9,30%	9,32%	9,28%	9,24%	9,10%	9,00%	8,87%	8,76%	8,67%	8,57%	8,46%	8,37%	8,26%	8,18%	8,12%	8,08%	7,98%	7,92%	7,85%	7,81%							
nov/09	0,00%	0,00%	0,30%	3,29%	5,19%	6,87%	7,81%	8,45%	8,81%	9,07%	9,19%	9,27%	9,25%	9,19%	9,08%	8,96%	8,83%	8,77%	8,64%	8,54%	8,44%	8,32%	8,23%	8,14%	8,02%	7,93%	7,87%	7,84%	7,78%								
dez/09	0,00%	0,00%	0,18%	3,67%	6,05%	7,21%	8,13%	8,62%	8,92%	9,14%	9,37%	9,38%	9,28%	9,12%	9,06%	8,91%	8,74%	8,62%	8,50%	8,37%	8,27%	8,19%	8,12%	8,03%	7,98%	7,93%	7,86%										
jan/10	0,00%	0,00%	0,28%	4,61%	6,65%	7,79%	8,50%	9,03%	9,16%	9,37%	9,68%	9,58%	9,53%	9,50%	9,45%	9,32%	9,25%	9,18%	9,09%	8,95%	8,85%	8,74%	8,66%	8,55%	8,46%	8,37%	8,27%										
fev/10	0,00%	0,00%	0,35%	4,77%	6,62%	8,06%	8,88%	9,38%	9,52%	9,95%	10,08%	10,20%	10,26%	10,35%	10,25%	10,17%	10,04%	9,92%	9,82%	9,73%	9,60%	9,44%	9,39%	9,33%	9,21%												
mar/10	0,00%	0,00%	0,29%	4,77%	6,47%	7,82%	8,58%	9,62%	10,09%	10,52%	11,04%	11,29%	11,18%	11,00%	10,85%	10,76%	10,69%	10,57%	10,41%	10,35%	10,26%	10,14%															
abr/10	0,00%	0,00%	0,40%	4,63%	6,28%	7,71%	8,73%	9,16%	9,48%	9,80%	10,21%	10,50%	10,51%	10,42%	10,27%	10,20%	10,07%	9,95%	9,82%	9,75%	9,63%	9,55%															
mai/10	0,00%	0,00%	0,61%	4,47%	6,47%	7,87%	8,65%	9,42%	10,11%	10,37%	10,54%	10,52%	10,40%	10,35%	10,20%	10,07%	9,96%	9,88%	9,80%	9,71%																	
jun/10	0,00%	0,00%	0,31%	3,79%	5,92%	6,99%	7,87%	8,56%	9,24%	9,92%	10,11%	10,37%	10,54%	10,52%	10,40%	10,35%	10,20%	10,07%	9,96%	9,88%	9,80%	9,71%															
ago/10	0,00%	0,00%	0,26%	4,37%	6,04%	7,34%	8,13%	9,36%	10,55%	10,82%	11,77%	11,28%	11,30%	11,07%	10,98%	10,87%	10,68%	10,55%	10,40%	10,31%																	
set/10	0,00%	0,00%	0,44%	3,89%	5,87%	7,05%	8,56%	9,77%	10,33%	10,58%	10,81%	10,82%	10,74%	10,74%	10,62%	10,43%	10,28%	10,21%	10,17%																		
out/10	0,00%	0,00%	0,28%	4,84%	7,08%	9,36%	11,01%	11,91%	12,60%	12,92%	13,07%	13,12%	13,10%	13,04%	12,87%	12,81%	12,74%	12,65%																			
nov/10	0,00%	0,00%	0,51%	3,71%	5,93%	8,12%	9,81%	10,71%	11,51%	11,53%	11,65%	11,83%	11,78%	11,59%	11,50%	11,49%	11,39%																				
dez/10	0,00%	0,00%	0,16%	4,54%	7,53%	9,78%	11,28%	11,97%	12,47%	12,67%	13,05%	13,10%	12,94%	12,91%	12,72%	12,65%																					
jan/11	0,00%	0,00%	0,30%	5,64%	8,30%	10,10%	11,29%	12,03%	12,68%	13,03%	13,36%	13,23%	13,18%	13,17%	13,07%																						
fev/11	0,00%	0,00%	0,61%	7,55%	10,60%	12,73%	14,06%	14,83%	15,44%	16,05%	16,01%	16,33%	16,22%	16,28%																							
mar/11	0,00%	0,00%	0,67%	6,61%	9,46%	11,25%	12,41%	13,69%	14,24%	14,50%	14,66%	14,95%	14,98%																								
abr/11	0,00%	0,00%	0,48%	6,00%	8,56%	10,42%	11,79%	12,75%	13,14%	13,61%	14,07%	14,14%																									
mai/11	0,00%	0,00%	0,44%	5,69%	8,16%	10,40%	11,72%	12,55%	13,11%	13,62%	13,77%																										
jun/11	0,00%	0,00%	0,67%	5,92%	8,81%	10,91%	11,92%	12,91%	13,64%	13,97%																											
ago/11	0,00%	0,00%	0,53%	6,62%	10,10%	12,03%	13,20%	14,32%	14,97%																												
set/11	0,00%	0,00%	0,52%	6,10%	9,14%	11,23%	12,63%																														
out/11	0,00%	0,00%	0,21%	5,41%	9,20%	11,53%																															
nov/11	0,00%	0,00%	0,49%	5,70%	9,10%																																
dez/11	0,00%	0,00%	0,15%	5,46%																																	
jan/12	0,00%	0,00%	0,47%																																		
fev/12	0,00%	0,00%																																			
mar/12	0,00%																																				

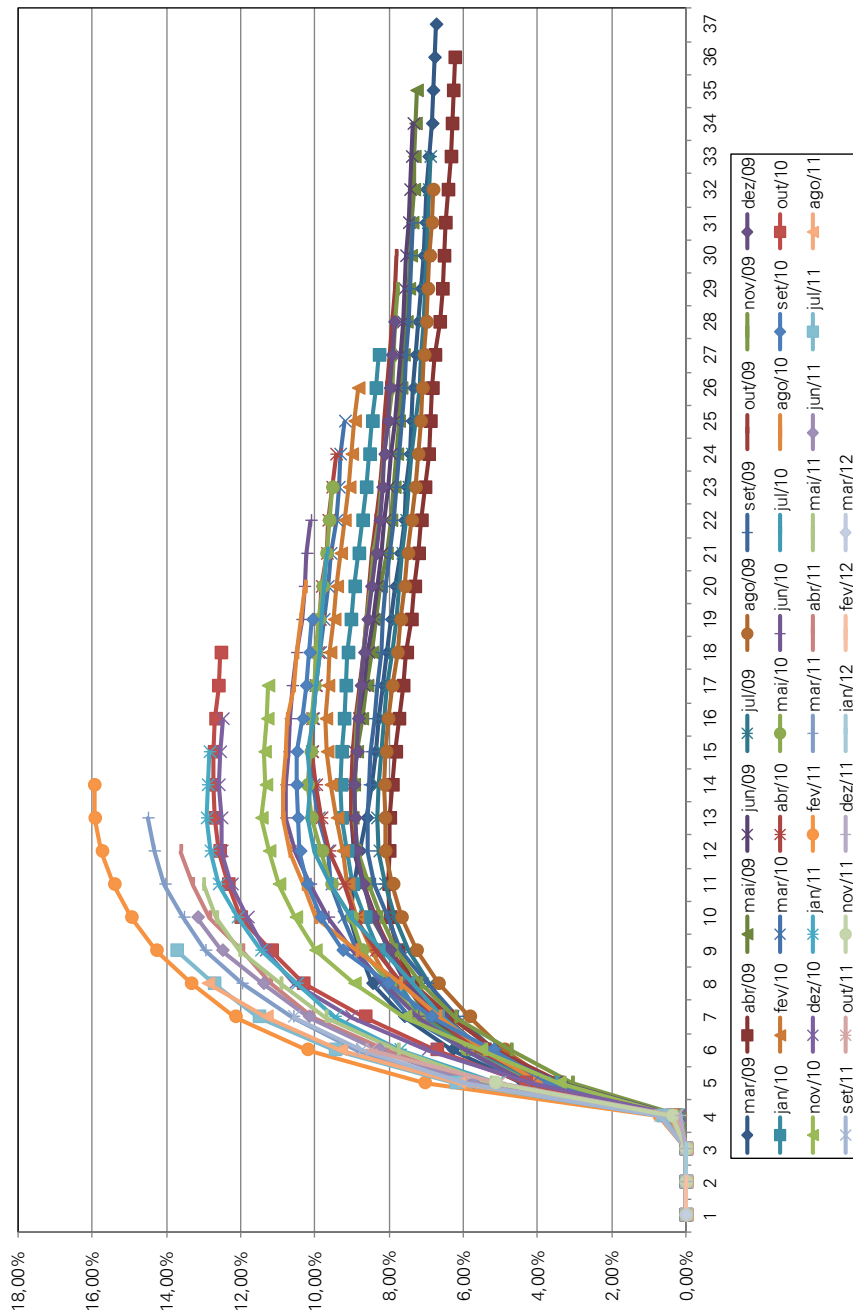
© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e integrante da rede mundial de escritórios de KPMG Network, uma rede independente de membros e afiliados operando sob o nome "KPMG".

Apresentação das análises de performance (cont.)

Pool por contrato – CDC

Apresenta a distribuição dos volumes financeiros em aberto com atrasos superiores ao corte de 90 dias. Para elaboração de tal informação, consideramos a totalidade das parcelas em aberto (vencidas e a vencer) e classificamos o saldo devedor de cada contrato de acordo com a parcela de maior atraso (pior situação) em cada um dos meses sob análise. A fim de calcular o percentual de inadimplência (tendência) para cada uma das safras sob análise, dividimos o somatório dos saldos devedores dos contratos inadimplentes pelo total originado na respectiva safra ao longo do período sob análise, desconsiderando os cancelamentos.

Gráfico 1.3 - Representação gráfica do pool estático por contrato - Porcentagem de inadimplência superior a 90 dias (CDC)



© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e integrante da rede mundial de firmas de auditoria independente e de consultoria KPMG Network, uma rede independente de firmas de auditoria independente e de consultoria KPMG Network, uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 27320.

Apresentação das análises de *performance* (cont.)

Tabela 1.3 – Percentuais de inadimplência do pool estático por contrato – Vencidos acima de 90 dias (CDC)

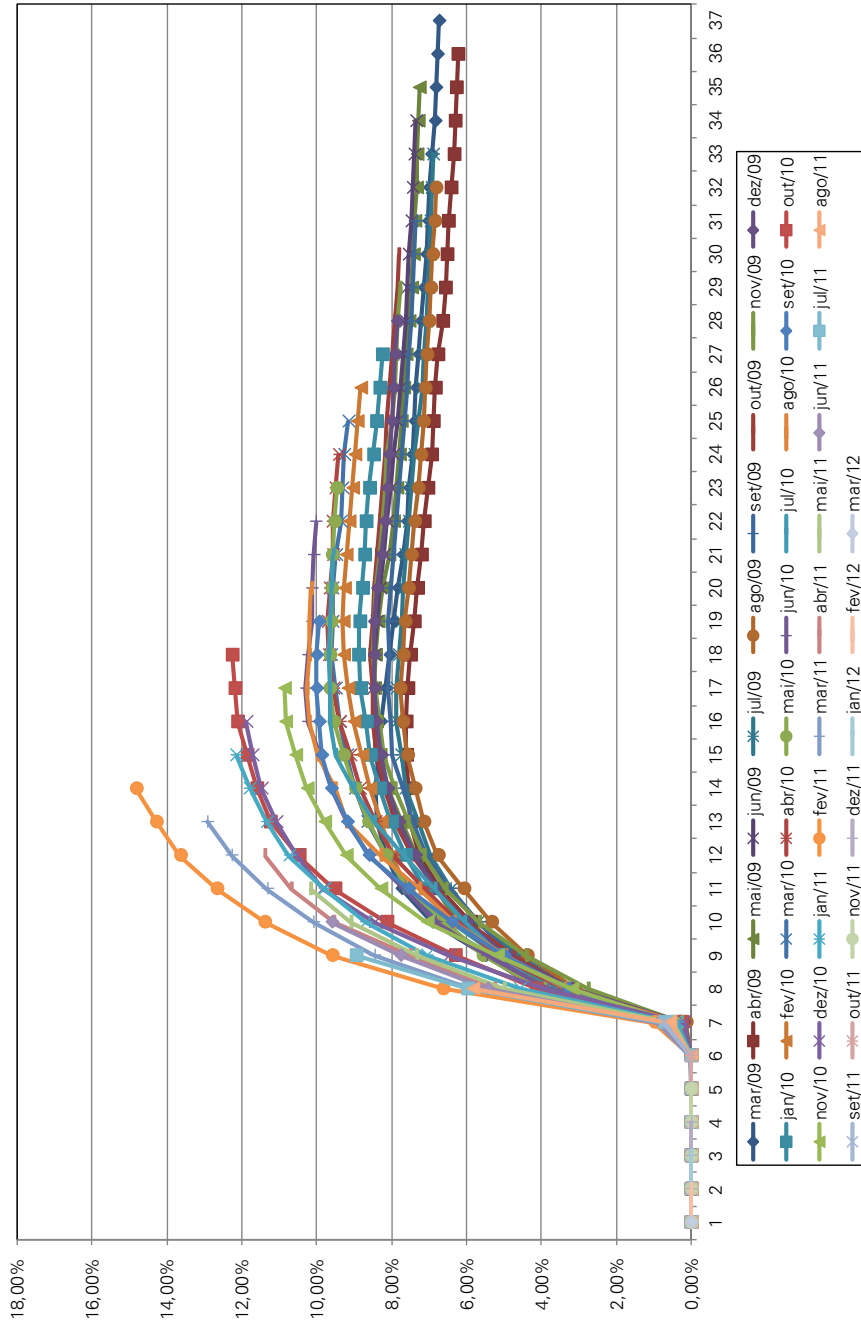
[illegible]

Apresentação das análises de performance (cont.)

Pool por contrato – CDC

Apresenta a distribuição dos volumes financeiros em aberto com atrasos superiores ao corte de 180 dias. Para elaboração de tal informação, consideramos a totalidade das parcelas em aberto (vencidas e a vencer) e classificamos o saldo devedor de cada contrato de acordo com a parcela de maior atraso (pior situação) em cada um dos meses sob análise. A fim de calcular o percentual de inadimplência (tendência) para cada uma das safras sob análise, dividimos o somatório dos saldos devedores dos contratos inadimplentes pelo total originado na respectiva safra ao longo do período sob análise, desconsiderando os cancelamentos.

Gráfico 1.4 - Representação gráfica do pool estático por contrato - Porcentagem de inadimplência superior a 180 dias (CDC)



Apresentação das análises de *performance* (cont.)

Tabela 1.4 – Percentuais de inadimplência do pool estático por contrato – Vencidos acima de 180 dias (CDC)

Safra de origem:	Mês após a originação																																															
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37											
mar/09	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,57%	4,11%	5,50%	6,92%	7,73%	8,12%	8,41%	8,43%	8,36%	8,30%	8,15%	8,05%	7,94%	7,83%	7,71%	7,59%	7,53%	7,44%	7,33%	7,24%	7,28%	7,22%	7,14%	7,07%	7,00%	6,94%	6,84%	6,82%	6,78%	6,74%												
abr/09	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,37%	3,37%	5,04%	5,89%	6,71%	7,26%	7,50%	7,54%	7,61%	7,62%	7,57%	7,50%	7,40%	7,31%	7,21%	7,13%	7,04%	6,94%	6,89%	6,84%	6,77%	6,64%	6,57%	6,52%	6,49%	6,42%	6,34%	6,31%	6,27%	6,23%												
mai/09	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,42%	3,78%	5,05%	6,20%	6,81%	7,34%	7,74%	8,11%	8,31%	8,41%	8,46%	8,44%	8,36%	8,24%	8,08%	7,95%	7,86%	7,79%	7,75%	7,68%	7,62%	7,54%	7,47%	7,42%	7,35%	7,34%	7,32%	7,29%	7,26%														
jun/09	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,77%	3,70%	4,76%	6,04%	6,75%	7,37%	7,88%	8,19%	8,45%	8,47%	8,50%	8,47%	8,41%	8,31%	8,20%	8,13%	8,02%	7,98%	7,86%	7,78%	7,70%	7,63%	7,60%	7,55%	7,47%	7,44%	7,39%	7,35%														
jul/09	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,30%	4,60%	5,69%	6,71%	6,94%	7,29%	7,64%	7,75%	7,86%	7,88%	7,81%	7,74%	7,69%	7,64%	7,54%	7,48%	7,39%	7,29%	7,19%	7,15%	7,08%	7,04%	6,98%	6,96%	6,94%	6,89%																
ago/09	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,13%	3,10%	4,38%	5,33%	6,07%	6,78%	7,14%	7,38%	7,58%	7,70%	7,78%	7,69%	7,64%	7,55%	7,47%	7,39%	7,29%	7,22%	7,15%	7,10%	7,06%	7,00%	6,96%	6,90%	6,85%	6,82%																
set/09	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,35%	3,22%	4,84%	5,66%	6,43%	7,08%	7,43%	7,69%	7,99%	8,04%	8,12%	8,06%	8,03%	7,96%	7,86%	7,81%	7,74%	7,67%	7,58%	7,53%	7,46%	7,42%	7,39%	7,35%																			
out/09	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,26%	3,18%	4,74%	5,94%	6,78%	7,45%	7,91%	8,19%	8,38%	8,51%	8,51%	8,57%	8,51%	8,41%	8,28%	8,15%	8,07%	8,34%	8,24%	8,16%	8,12%	8,07%	7,98%	7,92%	7,85%	7,81%																
nov/09	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,22%	2,75%	4,40%	5,65%	6,54%	7,13%	7,56%	7,91%	8,21%	8,31%	8,41%	8,49%	8,47%	8,41%	8,34%	8,24%	8,16%	8,12%	8,07%	7,92%	7,87%	7,84%	7,78%																			
dez/09	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,19%	3,17%	4,92%	5,89%	6,66%	7,37%	7,81%	8,11%	8,28%	8,41%	8,45%	8,47%	8,47%	8,38%	8,27%	8,18%	8,11%	8,07%	8,00%	7,96%	7,91%	7,85%																				
jan/10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,31%	3,55%	5,17%	6,39%	7,10%	7,63%	8,01%	8,33%	8,57%	8,68%	8,64%	8,69%	8,65%	8,78%	8,73%	8,69%	8,60%	8,49%	8,41%	8,32%	8,25%																					
fev/10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,88%	4,01%	5,50%	6,78%	7,57%	7,99%	8,28%	8,59%	8,80%	9,01%	9,17%	9,29%	9,30%	9,26%	9,22%	9,14%	9,05%	8,99%	8,92%	8,83%																						
mar/10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,57%	3,85%	5,33%	6,76%	7,49%	8,15%	8,65%	8,98%	9,19%	9,38%	9,50%	9,63%	9,59%	9,59%	9,49%	9,36%	9,32%	9,27%	9,15%																							
abr/10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,34%	3,38%	5,18%	6,23%	7,11%	7,94%	8,43%	8,85%	9,11%	9,39%	9,58%	9,68%	9,71%	9,66%	9,57%	9,48%	9,30%	9,14%	8,91%	8,61%	8,28%	7,92%	7,54%	7,14%	6,74%	6,34%	5,94%	5,54%	5,14%	4,74%	4,34%	3,94%	3,54%	3,14%	2,74%	2,34%	1,94%	1,54%	1,14%	0,74%	0,34%	0,00%
mai/10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,31%	3,35%	5,56%	6,55%	7,56%	8,15%	8,62%	8,97%	9,29%	9,55%	9,65%	9,66%	9,62%	9,59%	9,53%	9,47%																										
jun/10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,63%	3,83%	5,46%	6,83%	7,85%	8,58%	9,20%	9,60%	9,90%	10,24%	10,24%	10,24%	10,13%	10,13%	10,03%	10,03%																										
jul/10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,51%	3,26%	5,07%	6,05%	6,84%	7,67%	8,46%	9,01%	9,49%	9,65%	9,66%	9,68%	9,66%	9,60%	9,56%																											
ago/10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,20%	3,35%	4,95%	6,33%	7,25%	8,29%	9,21%	9,51%	9,99%	10,20%	10,28%	10,20%	10,20%	10,20%	10,15%																											
set/10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,44%	3,29%	4,99%	6,38%	7,55%	8,61%	9,18%	9,62%	9,93%	10,01%	10,00%	9,94%																														
out/10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,25%	4,14%	6,30%	8,13%	9,52%	10,48%	11,25%	11,61%	11,87%	12,12%	12,12%	12,08%	12,07%																													
nov/10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,39%	3,18%	5,18%	7,05%	8,29%	9,22%	9,79%	10,26%	10,57%	10,84%	10,87%																															
dez/10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,19%	3,94%	6,46%	8,45%	9,84%	10,53%	11,08%	11,48%	11,72%	11,89%																																
jan/11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,37%	4,58%	7,06%	8,69%	9,80%	10,73%	11,34%	11,80%	12,15%																																	
fev/11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,97%	6,63%	9,59%	11,40%	12,67%	13,65%	14,29%	14,83%																																		
mar/11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,87%	5,87%	8,46%	11,10%	11,22%	12,28%	12,95%																																			
abr/11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,60%	5,25%	7,51%	9,55%	10,69%	11,39%																																				
mai/11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,47%	4,99%	7,34%	9,09%	10,76%																																					
jun/11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,85%	5,44%	7,76%	9,60%																																						
jul/11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,70%	5,97%	8,95%																																							
ago/11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,56%	5,83%																																								
set/11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,73%																																									
out/11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%																																											
nov/11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%																																												
dez/11	0,00%	0,00%	0,00%																																													
jan/12	0,00%	0,00%	0,00%																																													
fev/12	0,00%	0,00%																																														
mar/12	0,00%																																															

Apresentação das análises demográficas - CDC

Apresentação das análises demográficas

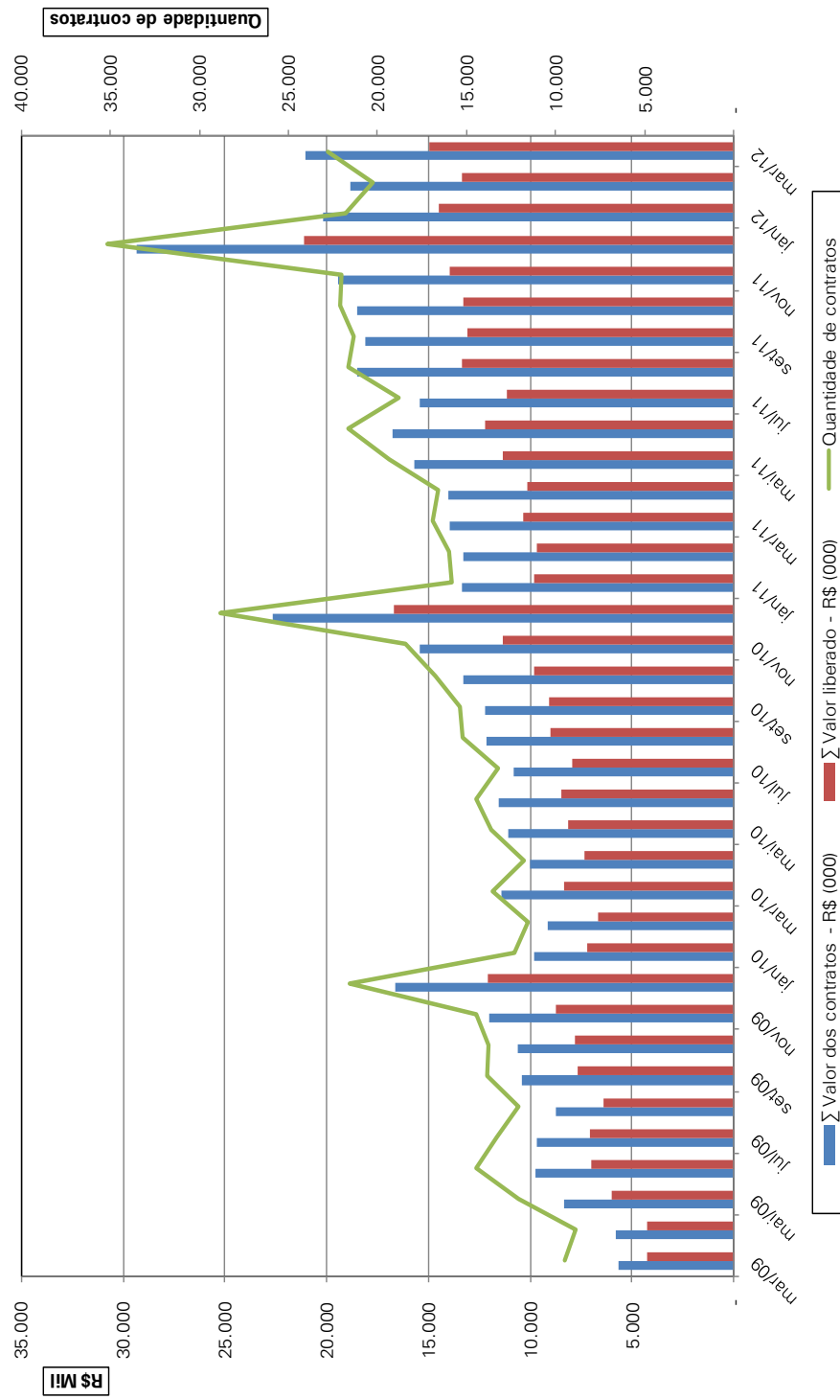
Tabela 1.5 - Originação mensal - CDC

Emissão	Σ Valor dos contratos - R\$ (000)		%	% Acum.	Σ Valor liberado - R\$ (000)		%	% Acum.	Quantidade de contratos		%	% Acum.
mar/09	5.675	1,10%	1,10%	1,10%	4.272	1,14%	1,14%	1,14%	9.481	1,50%	1,50%	1,50%
abr/09	5.807	1,13%	2,23%	2,23%	4.276	1,15%	2,29%	2,29%	8.877	1,41%	2,91%	2,91%
mai/09	8.349	1,63%	3,86%	3,86%	5.970	1,60%	3,89%	3,89%	12.078	1,91%	4,82%	4,82%
jun/09	9.720	1,89%	5,75%	5,75%	7.000	1,87%	5,76%	5,76%	14.440	2,29%	7,11%	7,11%
jul/09	9.667	1,88%	7,63%	7,63%	7.038	1,89%	7,65%	7,65%	13.285	2,10%	9,21%	9,21%
ago/09	8.729	1,70%	9,33%	9,33%	6.406	1,72%	9,36%	9,36%	12.115	1,92%	11,13%	11,13%
set/09	10.424	2,03%	11,36%	11,36%	7.635	2,04%	11,41%	11,41%	13.870	2,20%	13,33%	13,33%
out/09	10.609	2,07%	13,43%	13,43%	7.782	2,08%	13,49%	13,49%	13.786	2,18%	15,51%	15,51%
nov/09	12.031	2,34%	15,77%	15,77%	8.714	2,33%	15,83%	15,83%	14.442	2,29%	17,80%	17,80%
dez/09	16.625	3,24%	19,01%	19,01%	12.109	3,24%	19,07%	19,07%	21.555	3,41%	21,22%	21,22%
jan/10	9.839	1,92%	20,92%	20,92%	7.180	1,92%	20,99%	20,99%	12.314	1,95%	23,17%	23,17%
fev/10	9.117	1,77%	22,70%	22,70%	6.645	1,78%	22,77%	22,77%	11.530	1,83%	24,99%	24,99%
mar/10	11.408	2,22%	24,92%	24,92%	8.310	2,23%	25,00%	25,00%	13.522	2,14%	27,14%	27,14%
abr/10	10.028	1,95%	26,87%	26,87%	7.313	1,96%	26,96%	26,96%	11.798	1,87%	29,01%	29,01%
mai/10	11.094	2,16%	29,03%	29,03%	8.117	2,17%	29,13%	29,13%	13.610	2,16%	31,16%	31,16%
jun/10	11.575	2,25%	31,28%	31,28%	8.486	2,27%	31,40%	31,40%	14.495	2,30%	33,46%	33,46%
jul/10	10.832	2,11%	33,39%	33,39%	7.942	2,13%	33,53%	33,53%	13.258	2,10%	35,56%	35,56%
ago/10	12.162	2,37%	35,76%	35,76%	8.993	2,41%	35,94%	35,94%	15.186	2,41%	37,96%	37,96%
set/10	12.234	2,38%	38,14%	38,14%	9.046	2,42%	38,36%	38,36%	15.374	2,44%	40,40%	40,40%
out/10	13.280	2,58%	40,72%	40,72%	9.819	2,63%	40,99%	40,99%	16.739	2,65%	43,05%	43,05%
nov/10	15.437	3,00%	43,73%	43,73%	11.340	3,04%	44,03%	44,03%	18.433	2,92%	45,97%	45,97%
dez/10	22.631	4,41%	48,13%	48,13%	16.686	4,47%	48,50%	48,50%	28.818	4,57%	50,54%	50,54%
jan/11	13.370	2,60%	50,74%	50,74%	9.823	2,63%	51,13%	51,13%	15.812	2,50%	53,04%	53,04%
fev/11	13.274	2,58%	53,32%	53,32%	9.705	2,60%	53,73%	53,73%	15.955	2,53%	55,57%	55,57%
mar/11	13.963	2,72%	56,04%	56,04%	10.309	2,76%	56,49%	56,49%	16.880	2,67%	58,24%	58,24%
abr/11	14.015	2,73%	58,77%	58,77%	10.174	2,72%	59,21%	59,21%	16.588	2,63%	60,87%	60,87%
mai/11	15.694	3,06%	61,82%	61,82%	11.323	3,03%	62,25%	62,25%	19.327	3,06%	63,93%	63,93%
jun/11	16.788	3,27%	65,09%	65,09%	12.202	3,27%	65,52%	65,52%	21.632	3,43%	67,36%	67,36%
jul/11	15.457	3,01%	68,10%	68,10%	11.153	2,99%	68,50%	68,50%	18.841	2,98%	70,35%	70,35%
ago/11	18.529	3,61%	71,70%	71,70%	13.380	3,58%	72,09%	72,09%	21.675	3,43%	73,78%	73,78%
set/11	18.094	3,52%	75,23%	75,23%	13.076	3,50%	75,59%	75,59%	21.299	3,37%	77,15%	77,15%
out/11	18.483	3,60%	78,82%	78,82%	13.302	3,56%	79,15%	79,15%	22.115	3,50%	80,66%	80,66%
nov/11	19.437	3,78%	82,61%	82,61%	13.929	3,73%	82,88%	82,88%	22.053	3,49%	84,15%	84,15%
dez/11	29.314	5,71%	88,31%	88,31%	21.104	5,65%	88,53%	88,53%	35.183	5,57%	89,72%	89,72%
jan/12	20.175	3,93%	92,24%	92,24%	14.488	3,88%	92,41%	92,41%	21.775	3,45%	93,17%	93,17%
fev/12	18.838	3,67%	95,91%	95,91%	13.360	3,58%	95,99%	95,99%	20.271	3,21%	96,39%	96,39%
mar/12	21.022	4,09%	100,00%	100,00%	14.962	4,01%	100,00%	100,00%	22.814	3,61%	100,00%	100,00%
Total	513.725	100%			373.370	100%			631.226	100%		

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e integrante da rede mundial de escritórios de KPMG Network, uma rede independente de firmas de contabilidade e auditoria. KPMG Network é uma marca registrada. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (RP0527202).

Apresentação das análises demográficas (cont.)

Gráfico 1.5 - Originação mensal - CDC



© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e integrante da rede mundial de firmas de auditoria independente e consultoria KPMG Network, uma rede global de firmas de auditoria independente e consultoria KPMG Network, uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG/27323).

Apresentação das análises demográficas (cont.)

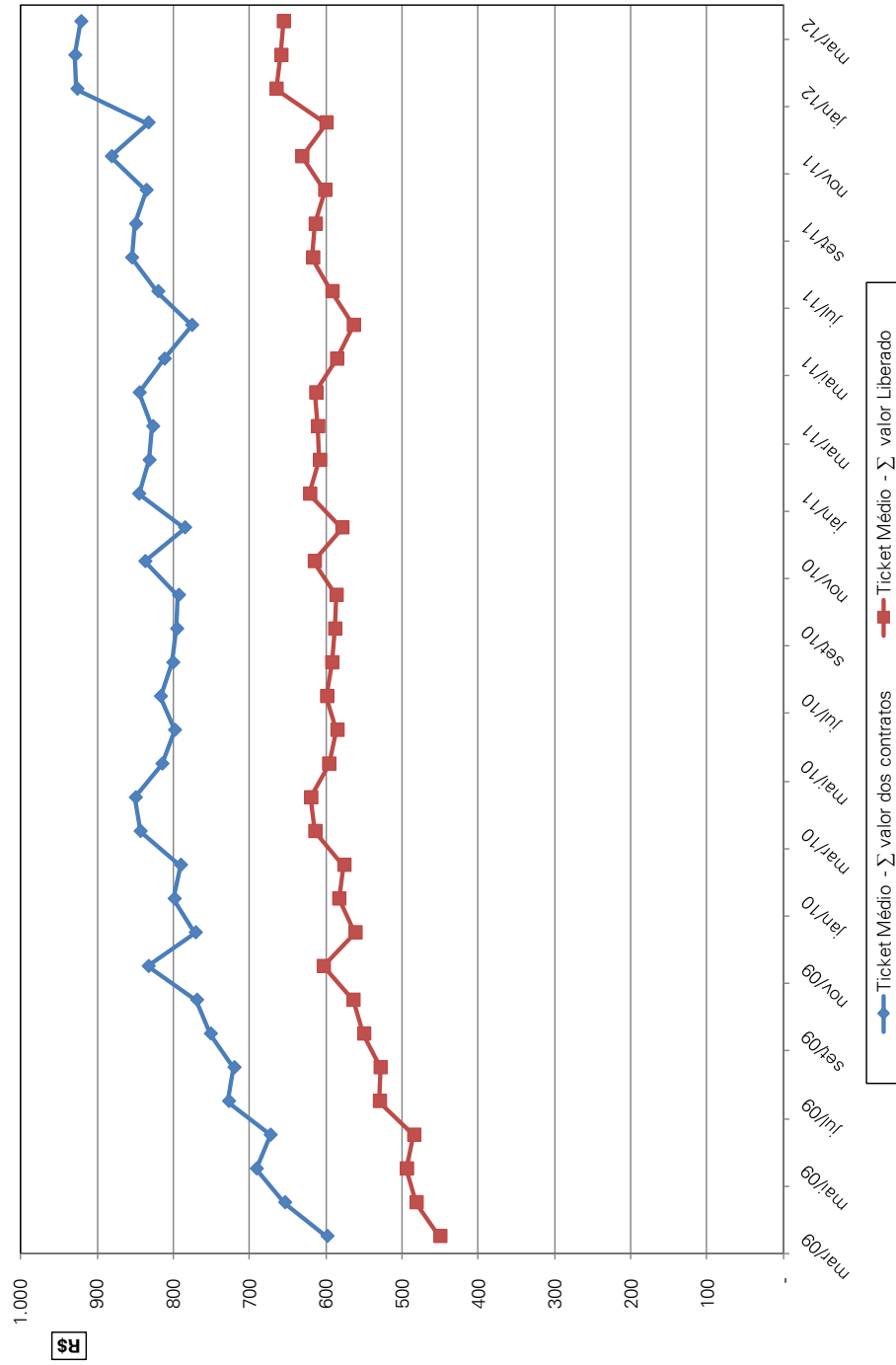
Tabela 1.6 - Ticket Médio dos contratos - CDC

Emissão	Ticket Médio - Σ valor dos contratos	Ticket Médio - Σ valor Liberado
mar/09	599	451
abr/09	654	482
mai/09	691	494
jun/09	673	485
jul/09	728	530
ago/09	720	529
set/09	752	550
out/09	770	564
nov/09	833	603
dez/09	771	562
jan/10	799	583
fev/10	791	576
mar/10	844	615
abr/10	850	620
mai/10	815	596
jun/10	799	585
jul/10	817	599
ago/10	801	592
set/10	796	588
out/10	793	587
nov/10	837	615
dez/10	785	579
jan/11	846	621
fev/11	832	608
mar/11	827	611
abr/11	845	613
mai/11	812	586
jun/11	776	564
jul/11	820	592
ago/11	855	617
set/11	850	614
out/11	836	602
nov/11	881	632
dez/11	833	600
jan/12	927	665
fev/12	929	659
mar/12	921	656

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e
 inscrita no CNPJ nº 11.924.888/0001-00, com sede no Rio de Janeiro, RJ, sob o nome comercial "KPMG Brasil
 Independente", uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (RP527232).

Apresentação das análises demográficas (cont.)

Gráfico 1.6 - Ticket Médio dos contratos - CDC



© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade empres brasileira, de responsabilidade limitada, e integrante da rede mundial de firmas de auditoria independente e consultoria KPMG Network, Operadora ("KPMG Brasil"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG/27232).

Apresentação das análises demográficas (cont.)

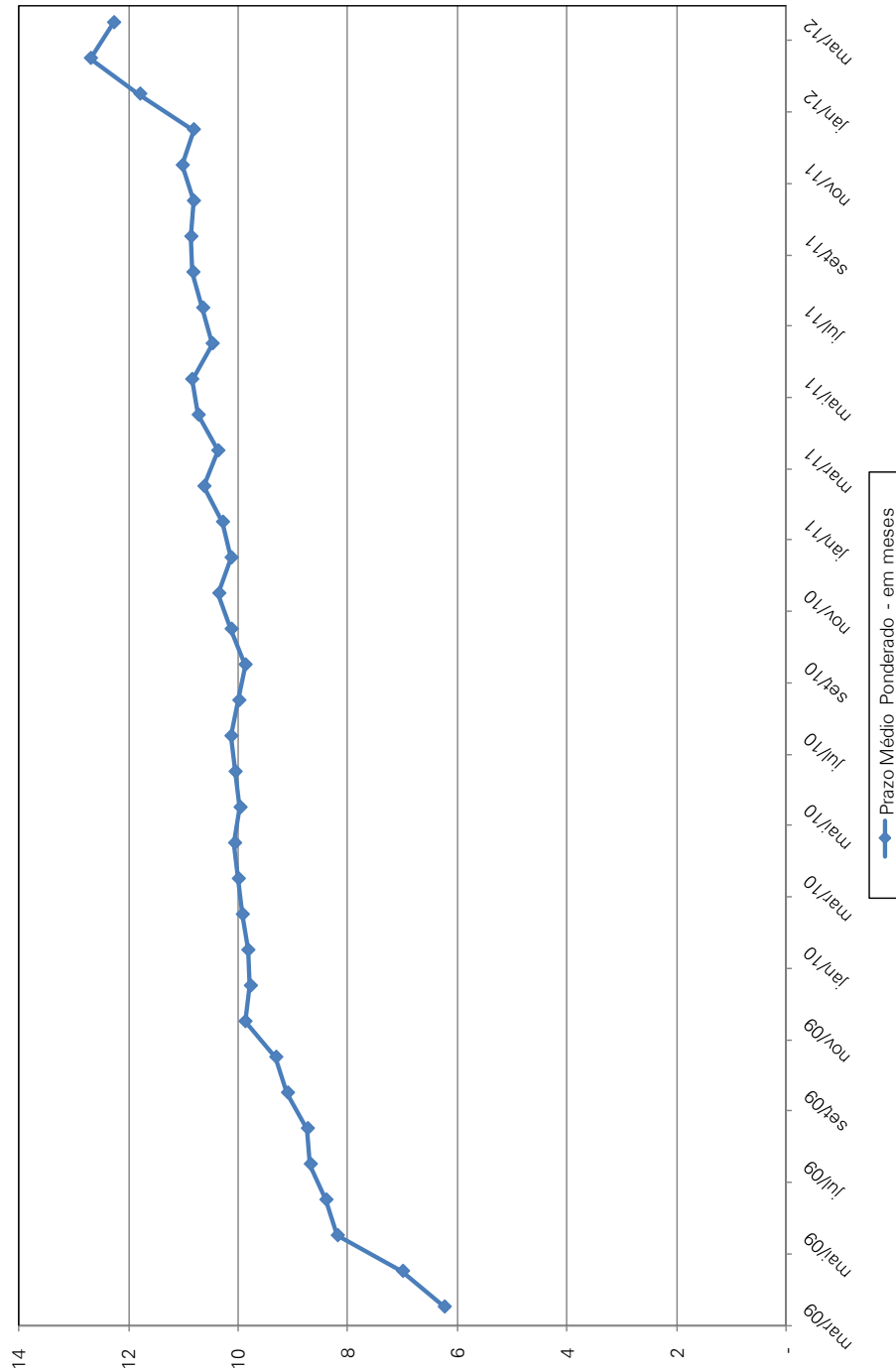
Tabela 1.7 - Prazo Médio Ponderado dos contratos – em meses - CDC

Emissão	Prazo Médio Ponderado em meses
mar/09	6
abr/09	7
mai/09	8
jun/09	8
jul/09	9
ago/09	9
set/09	9
out/09	9
nov/09	10
dez/09	10
jan/10	10
fev/10	10
mar/10	10
abr/10	10
mai/10	10
jun/10	10
jul/10	10
ago/10	10
set/10	10
out/10	10
nov/10	10
dez/10	10
jan/11	10
fev/11	11
mar/11	10
abr/11	11
mai/11	11
jun/11	10
jul/11	11
ago/11	11
set/11	11
out/11	11
nov/11	11
dez/11	11
jan/12	12
fev/12	13
mar/12	12

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e integrante da rede mundial de firmas de auditoria independente e de consultoria KPMG Network, Operadora ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (RP0527320).

Apresentação das análises demográficas (cont.)

Gráfico 1.7 - Prazo Médio Ponderado dos contratos – em meses - CDC



© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e
 integrante da rede mundial de firmas de auditoria independente e assessoria operacional ("KPMG
 International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (RP0527320).

Apresentação das análises demográficas (cont.)

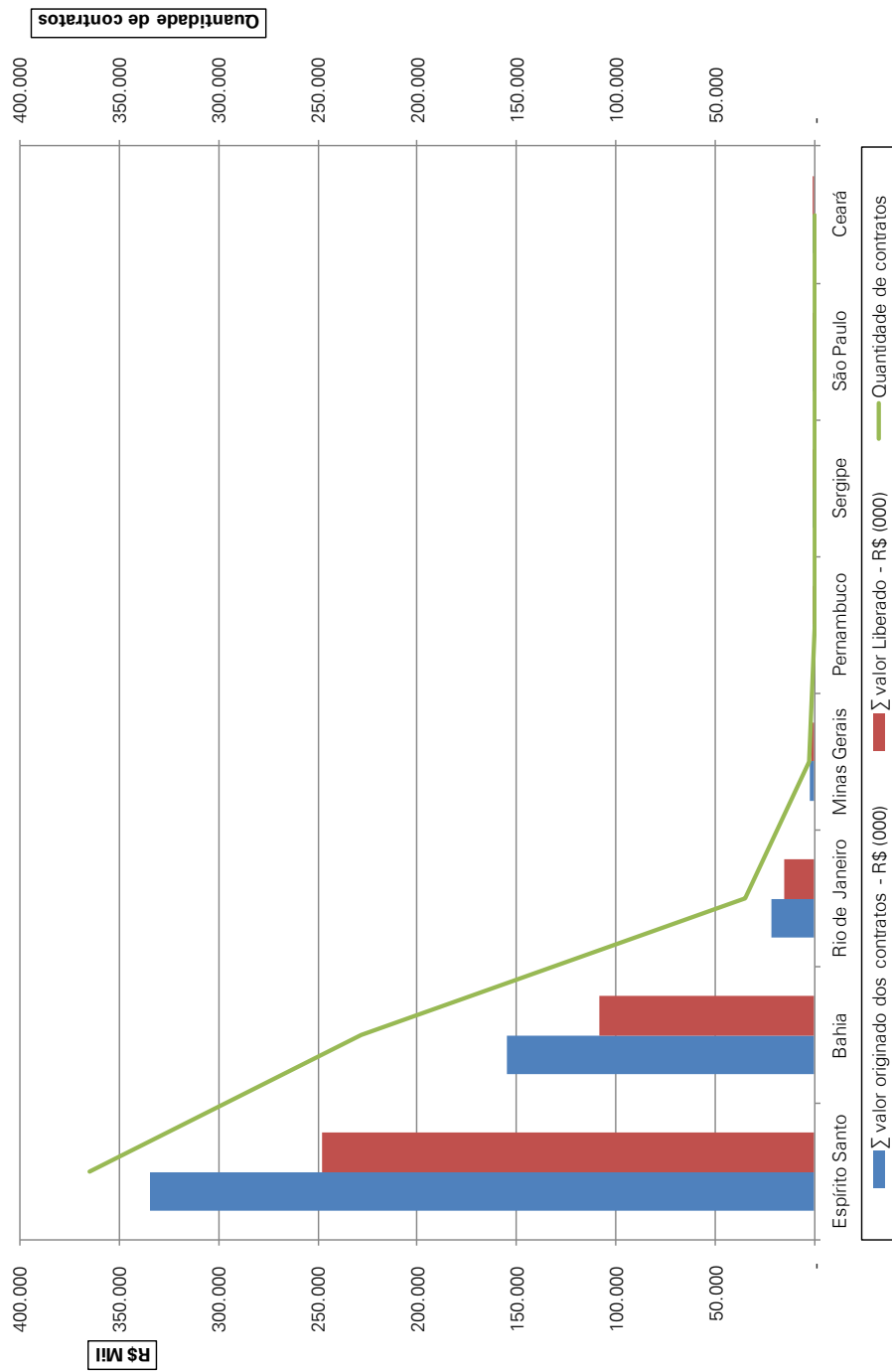
Tabela 1.8 - Distribuição do somatório do valor dos contratos por UF - CDC

Unidade Federativa	Σ valor originado dos contratos - R\$ (000)	%	% Acumulada	Σ valor Liberado - R\$ (000)	%	% Acumulada	Quantidade de contratos	%	% Acumulada
Espírito Santo	334.564	65,13%	65,13%	247.753	66,36%	66,36%	364.806	57,79%	57,79%
Bahia	154.709	30,12%	95,24%	108.439	29,04%	95,40%	228.516	36,20%	94,00%
Rio de Janeiro	21.437	4,17%	99,41%	15.190	4,07%	99,47%	34.989	5,54%	99,54%
Minas Gerais	2.641	0,51%	99,93%	1.741	0,47%	99,93%	2.634	0,42%	99,96%
Pernambuco	151	0,03%	99,96%	92	0,02%	99,96%	89	0,01%	99,97%
Sergipe	113	0,02%	99,98%	77	0,02%	99,98%	44	0,01%	99,98%
São Paulo	106	0,02%	100,00%	76	0,02%	100,00%	143	0,02%	100,00%
Ceará	4	0,00%	100,00%	3	0,00%	100,00%	5	0,00%	100,00%
Total	513.725	100%		373.370	100%		631.226	100%	

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e integrante da rede mundial de firmas de auditoria independente e de consultoria KPMG Network, Operativa ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (RPDS-27329).

Apresentação das análises demográficas (cont.)

Gráfico 1.8 - Distribuição do somatório do valor dos contratos por UF - CDC



© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e integrante da rede mundial de firmas de auditoria independente e consultoria KPMG Network, uma rede global de firmas de auditoria independente e consultoria KPMG Network, uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (RPS27232).

Apresentação das análises demográficas (cont.)

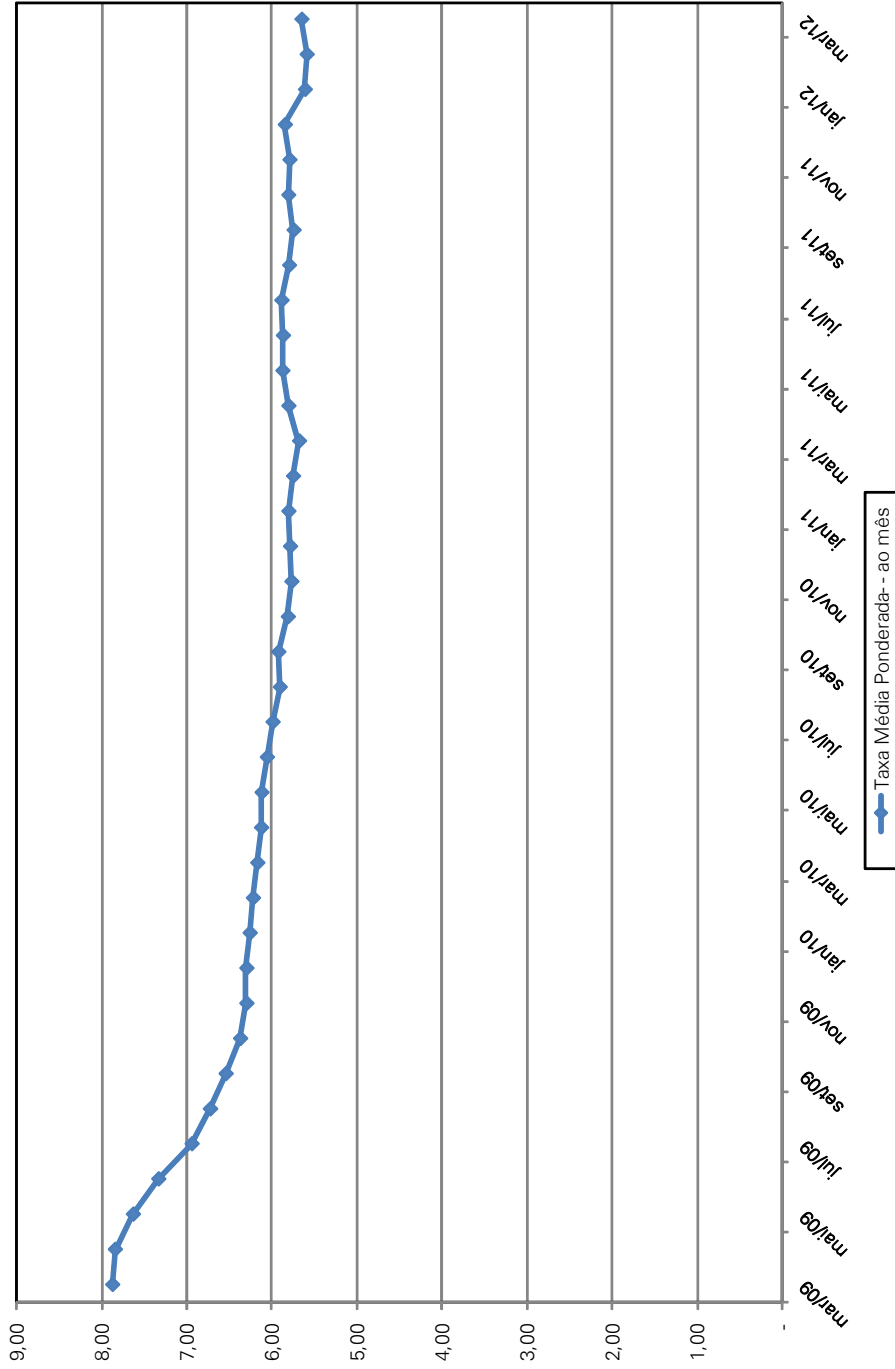
Tabela 1.9 - Taxa Média Ponderada dos contratos – ao mês - CDC

Emissão	Taxa Média	
	Ponderada - ao mês	
mar/09		7,88
abr/09		7,85
mai/09		7,64
jun/09		7,34
jul/09		6,95
ago/09		6,73
set/09		6,54
out/09		6,38
nov/09		6,30
dez/09		6,30
jan/10		6,26
fev/10		6,23
mar/10		6,17
abr/10		6,13
mai/10		6,12
jun/10		6,06
jul/10		5,99
ago/10		5,91
set/10		5,93
out/10		5,82
nov/10		5,77
dez/10		5,79
jan/11		5,81
fev/11		5,75
mar/11		5,68
abr/11		5,81
mai/11		5,88
jun/11		5,87
jul/11		5,89
ago/11		5,80
set/11		5,75
out/11		5,81
nov/11		5,79
dez/11		5,85
jan/12		5,61
fev/12		5,59
mar/12		5,65

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e integrante da rede mundial de firmas de auditoria independente e consultoria KPMG Network, uma rede global independente de firmas de auditoria independente e consultoria KPMG Network, uma entidade não lucrativa. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (RP0527230).

Apresentação das análises demográficas (cont.)

Gráfico 1.9 - Taxa Média Ponderada dos contratos – ao mês - CDC



© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade empres brasileira, de responsabilidade limitada, e
 integrante da rede mundial de firmas de auditoria independente e de consultoria KPMG Network, Operadora ("KPMG
 Internacional"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG/27329).

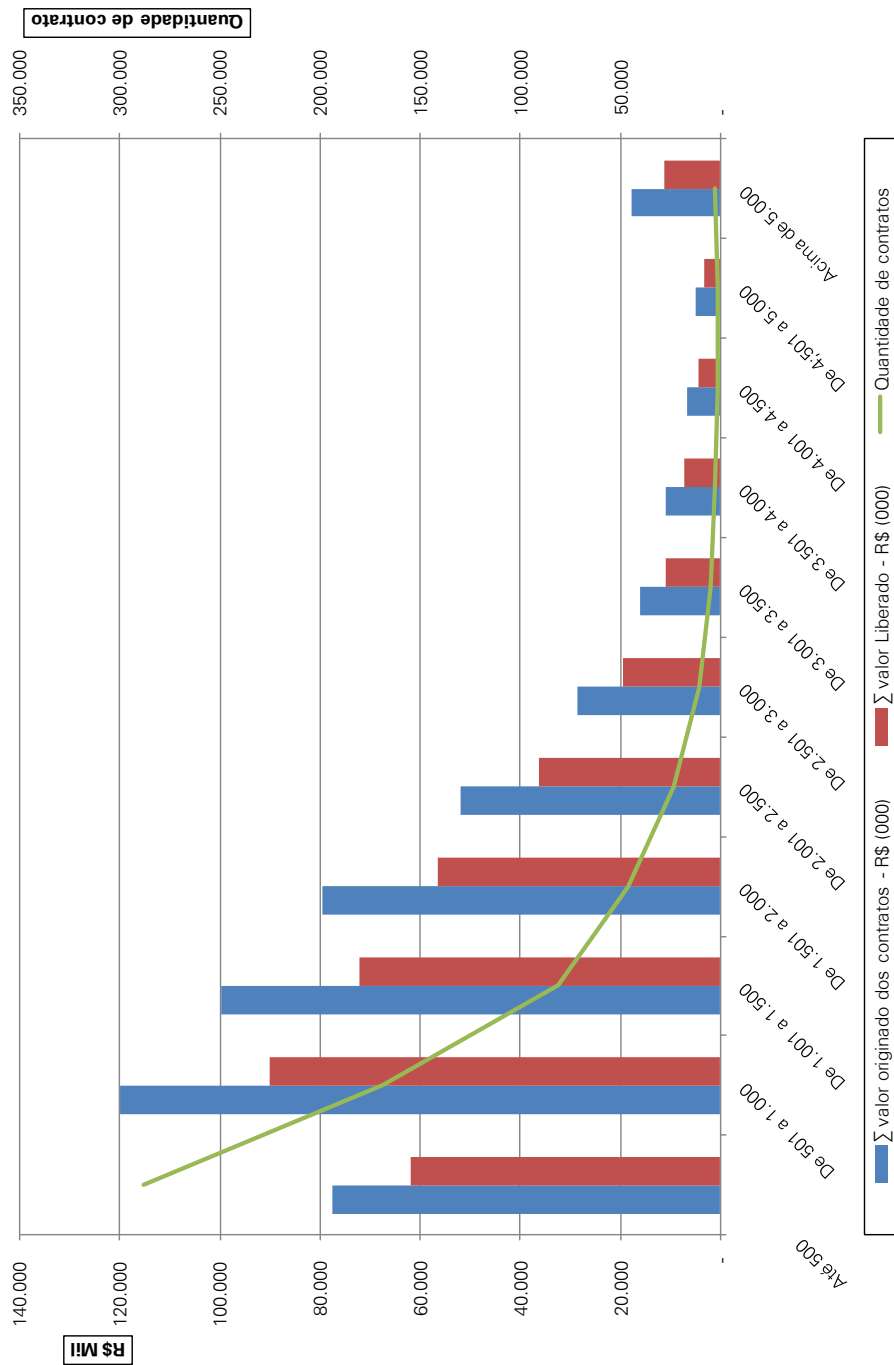
Apresentação das análises demográficas (cont.)

Tabela 1.10 - Distribuição do somatório do valor das parcelas por faixas de valor - CDC

Faixas de valor - em reais	Σ valor originado dos contratos - R\$ (000)	%	% Acumulada	Σ valor Liberado - R\$ (000)	%	% Acumulada	Quantidade de contratos	%	% Acumulada
Até 500	77.439	15,07%	15,07%	61.812	16,56%	16,56%	288.513	45,71%	45,71%
De 501 a 1.000	120.078	23,37%	38,45%	90.086	24,13%	40,68%	168.668	26,72%	72,43%
De 1.001 a 1.500	99.628	19,39%	57,84%	72.054	19,30%	59,98%	80.891	12,81%	85,24%
De 1.501 a 2.000	79.546	15,48%	73,33%	56.553	15,15%	75,13%	46.090	7,30%	92,54%
De 2.001 a 2.500	51.847	10,09%	83,42%	36.252	9,71%	84,84%	23.335	3,70%	96,24%
De 2.501 a 3.000	28.699	5,59%	89,00%	19.581	5,24%	90,08%	10.538	1,67%	97,91%
De 3.001 a 3.500	16.169	3,15%	92,15%	10.840	2,90%	92,99%	5.011	0,79%	98,70%
De 3.501 a 4.000	10.929	2,13%	94,28%	7.217	1,93%	94,92%	2.936	0,47%	99,17%
De 4.001 a 4.500	6.680	1,30%	95,58%	4.379	1,17%	96,09%	1.576	0,25%	99,42%
De 4.501 a 5.000	5.060	0,98%	96,56%	3.304	0,89%	96,98%	1.069	0,17%	99,59%
Acima de 5.000	17.650	3,44%	100,00%	11.292	3,02%	100,00%	2.599	0,41%	100,00%
Total	513.725	100%		373.370	100%		631.226	100%	

Apresentação das análises demográficas (cont.)

Gráfico 1.10 - Distribuição do somatório do valor das parcelas por faixas de valor - CDC



© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade empres brasileira, de responsabilidade limitada, e
 integrante da rede mundial de firmas de auditoria independente e de consultoria KPMG Network, Operadora ("KPMG
 Internacional"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG/27320).

Apresentação das análises de *performance* - CP

Apresentação das análises de performance (cont.)

Tabela 1.11 – Aging List – CP

Situação	Σ valor dos contratos - R\$ (000)	%
Total sob análise	866.228	
(+) Acréscimos	21.734	
(-) Descontos	13.783	
(-) Parcelas a vencer em 31 de março de 2012	182.655	
(-) Parcelas canceladas	427	
(-) Parcelas pré-liquidadas	83.773	
Total vencido e/ou liquidado em 31 de março de 2012	607.324	
Somatório total das parcelas pagas antecipadamente	125.685	20,69%
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	103	0,02%
Parcelas antecipadas de 151 a 180 dias	108	0,02%
Parcelas antecipadas de 121 a 150 dias	222	0,04%
Parcelas antecipadas de 91 a 120 dias	418	0,07%
Parcelas antecipadas de 61 a 90 dias	948	0,16%
Parcelas antecipadas de 31 a 60 dias	3.928	0,65%
Parcelas antecipadas de 16 a 30 dias	12.794	2,11%
Parcelas antecipadas de 11 a 15 dias	13.044	2,15%
Parcelas antecipadas de 4 a 10 dias	45.599	7,51%
Parcelas antecipadas de 1 a 3 dias	48.520	7,99%
Parcela liquidadas no vencimento	94.927	15,63%
Somatório total das parcelas pagas com atraso	294.126	48,43%
Parcelas liquidadas com 1 dia de atraso	51.404	8,46%
Parcelas liquidadas com 2 dias de atraso	38.672	6,37%
Parcelas liquidadas com 3 dias de atraso	21.369	3,52%
Parcelas liquidadas de 4 a 6 dias de atraso	31.656	5,21%
Parcelas liquidadas de 7 a 10 dias de atraso	23.362	3,85%
Parcelas liquidadas de 11 a 15 dias de atraso	22.809	3,76%
Parcelas liquidadas de 16 a 30 dias de atraso	55.641	9,16%
Parcelas liquidadas de 31 a 60 dias de atraso	28.409	4,68%
Parcelas liquidadas acima de 60 dias	20.806	3,43%
Somatório total das parcelas vencidas e não liquidadas	92.586	15,24%
Parcelas vencidas até 15 dias	4.032	0,66%
Parcelas vencidas de 16 a 30 dias	4.730	0,78%
Parcelas vencidas de 31 a 60 dias	5.711	0,94%
Parcelas vencidas de 61 a 90 dias	5.016	0,83%
Parcelas vencidas de 91 a 120 dias	4.453	0,73%
Parcelas vencidas de 121 a 150 dias	4.564	0,75%
Parcelas vencidas de 151 a 180 dias	4.303	0,71%
Parcelas vencidas acima de 180 dias	59.777	9,84%

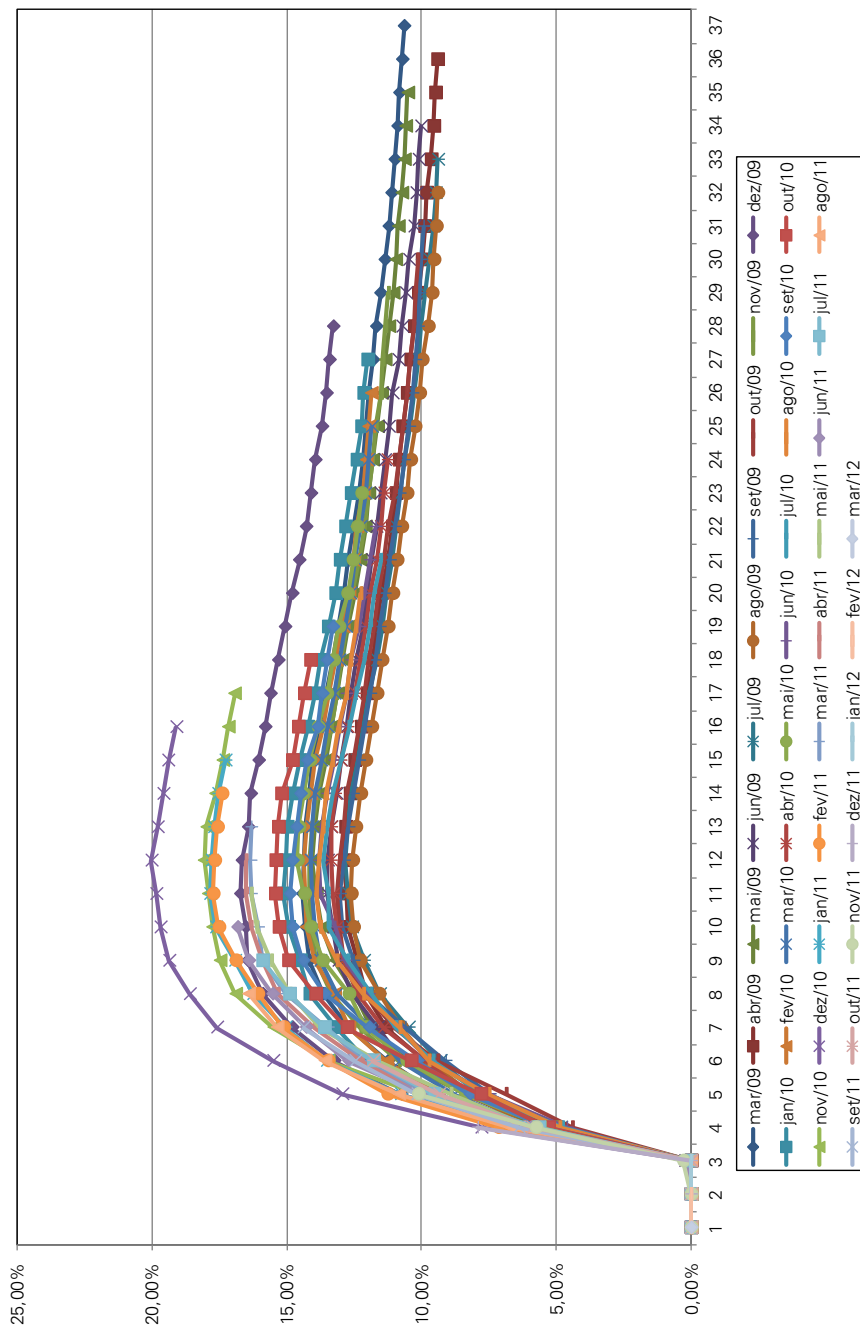
© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e inscrita no CNPJ nº 11.948.088/0001-00, sob o nome comercial de KPMG Operadora de Seguros e Previdência (KPMG Operadora), uma entidade aberta. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (RPS/2012/02).

Apresentação das análises de performance (cont.)

Pool por contrato – CP

Apresenta a distribuição dos volumes financeiros em aberto com atrasos superiores ao corte de 60 dias. Para elaboração de tal informação, consideramos a totalidade das parcelas em aberto (vencidas e a vencer) e classificamos o saldo devedor de cada contrato de acordo com a parcela de maior atraso (pior situação) em cada um dos meses sob análise. A fim de calcular o percentual de inadimplência (tendência) para cada uma das safras sob análise, dividimos o somatório dos saldos devedores dos contratos inadimplentes pelo total originado na respectiva safra ao longo do período sob análise, desconsiderando os cancelamentos.

Gráfico 1.12 - Representação gráfica do pool estático por contrato - Porcentagem de inadimplência superior a 60 dias (CP)



Apresentação das análises de performance (cont.)

Tabela 1.12 – Percentuais de inadimplência do pool estático por contrato – Vencidos acima de 60 dias (CP)

Série de origem	Meses após a origem																																				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37
mar09	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	9,38%	12,68%	13,65%	14,17%	14,30%	14,43%	14,38%	14,30%	14,18%	14,18%	14,44%	13,78%	13,55%	13,28%	13,09%	12,89%	12,71%	12,52%	12,94%	12,18%	12,05%	11,94%	11,81%	11,66%	11,53%	11,37%	11,24%	11,12%	11,00%	10,89%	10,82%	10,72%	10,65%
abr09	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,36%	9,85%	11,32%	12,04%	12,73%	12,80%	12,86%	12,82%	12,65%	12,49%	12,24%	12,03%	11,82%	11,64%	11,50%	11,24%	11,09%	10,95%	10,83%	10,71%	10,54%	10,41%	10,27%	10,12%	9,98%	9,86%	9,82%	9,65%	9,55%	9,49%	9,41%		
mai09	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,58%	8,28%	10,42%	11,88%	12,45%	13,25%	13,68%	13,91%	14,04%	13,86%	13,79%	13,57%	13,34%	13,12%	12,92%	12,72%	12,46%	12,28%	12,09%	11,96%	11,82%	11,64%	11,49%	11,36%	11,22%	11,08%	10,97%	10,87%	10,74%	10,64%	10,59%	10,51%	
jun09	0,00%	0,00%	0,21%	5,36%	8,18%	10,71%	11,63%	12,58%	13,09%	13,28%	13,52%	13,46%	13,36%	13,15%	12,99%	12,80%	12,62%	12,40%	12,18%	11,99%	11,84%	11,68%	11,53%	11,36%	11,22%	11,08%	10,86%	10,72%	10,58%	10,47%	10,27%	10,19%	10,11%	10,02%			
jul09	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,82%	7,93%	9,29%	10,48%	11,54%	12,14%	12,58%	12,72%	12,83%	12,73%	12,62%	12,39%	12,17%	11,95%	11,65%	11,46%	11,29%	11,11%	10,95%	10,78%	10,62%	10,43%	10,28%	10,11%	10,01%	9,87%	9,70%	9,57%	9,46%	9,39%			
ago09	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,99%	8,14%	9,75%	10,76%	11,58%	12,28%	12,53%	12,61%	12,66%	12,44%	12,26%	12,07%	11,85%	11,66%	11,47%	11,24%	11,07%	10,91%	10,74%	10,54%	10,41%	10,25%	10,07%	9,98%	9,75%	9,61%	9,54%	9,45%	9,40%				
set09	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,02%	7,47%	9,11%	10,61%	12,01%	12,52%	12,95%	13,03%	12,88%	12,71%	12,55%	12,32%	12,09%	11,90%	11,72%	11,55%	11,37%	11,17%	10,99%	10,81%	10,65%	10,46%	10,34%	10,23%	10,13%	10,07%	10,00%	9,93%					
out09	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,41%	6,86%	9,40%	11,01%	12,09%	12,89%	13,03%	13,13%	13,02%	12,89%	12,77%	12,53%	12,32%	12,12%	11,96%	11,78%	11,61%	11,39%	11,24%	10,97%	10,83%	10,65%	10,41%	10,30%	10,22%	10,14%							
nov09	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,99%	8,34%	10,83%	12,26%	13,36%	13,88%	14,12%	14,15%	14,17%	14,07%	13,85%	13,36%	13,15%	12,98%	12,77%	12,57%	12,34%	12,14%	11,96%	11,83%	11,69%	11,49%	11,33%	11,23%									
dez09	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	6,47%	10,76%	13,25%	14,80%	15,90%	16,46%	16,54%	16,73%	16,67%	16,44%	16,34%	16,05%	15,81%	15,61%	15,32%	15,07%	14,80%	14,55%	14,29%	14,11%	13,95%	13,70%	13,53%	13,42%	13,28%								
jan10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	6,02%	9,37%	12,01%	13,13%	14,15%	14,50%	14,94%	15,12%	15,05%	14,99%	14,77%	14,53%	14,24%	13,97%	13,75%	13,47%	13,19%	13,02%	12,82%	12,62%	12,40%	12,23%	12,15%	12,00%									
fev10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	6,10%	9,39%	11,29%	12,70%	13,23%	13,94%	14,29%	14,34%	14,38%	14,27%	14,13%	13,95%	13,66%	13,43%	13,18%	12,91%	12,70%	12,54%	12,41%	12,27%	12,06%	11,97%	11,87%										
mar10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,92%	8,78%	10,80%	11,88%	13,15%	13,76%	13,98%	14,09%	14,12%	14,07%	13,96%	13,72%	13,46%	13,24%	13,05%	12,81%	12,64%	12,47%	12,26%	12,09%	11,98%	11,85%											
abr10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,11%	8,35%	9,82%	11,40%	12,40%	12,91%	13,15%	13,27%	13,36%	13,36%	13,21%	13,01%	12,75%	12,46%	12,26%	12,06%	11,91%	11,67%	11,52%	11,38%	11,26%												
mai10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,27%	8,38%	10,58%	12,07%	12,70%	13,68%	14,12%	14,34%	14,61%	14,56%	14,39%	14,15%	13,84%	13,52%	13,27%	13,07%	12,75%	12,55%	12,39%	12,23%													
jun10	0,00%	0,00%	0,14%	4,61%	7,50%	9,69%	10,89%	11,96%	12,82%	13,21%	13,77%	13,80%	13,66%	13,51%	13,24%	13,02%	12,79%	12,61%	12,30%	12,11%	11,92%	11,70%															
jul10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,77%	7,72%	9,58%	10,95%	11,87%	12,73%	13,43%	13,46%	13,64%	13,49%	13,30%	13,07%	12,71%	12,44%	12,14%	11,89%	11,75%	11,52%															
ago10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,83%	7,50%	9,72%	10,81%	12,16%	13,14%	13,75%	13,91%	13,82%	13,66%	13,53%	13,30%	13,07%	12,79%	12,63%	12,44%	12,25%																
set10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,33%	8,21%	10,77%	11,95%	13,59%	14,40%	14,78%	14,89%	14,80%	14,64%	14,50%	14,25%	13,85%	13,69%	13,51%	13,29%																	
out10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,29%	7,80%	10,39%	12,77%	13,93%	14,94%	15,30%	15,43%	15,41%	15,32%	15,20%	14,80%	14,58%	14,35%	14,13%																		
nov10	0,00%	0,00%	0,19%	5,64%	10,09%	13,47%	15,49%	16,90%	17,46%	17,77%	17,92%	18,06%	17,98%	17,65%	17,38%	17,18%	16,95%																				
dez10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	7,78%	12,95%	15,51%	17,59%	18,60%	19,37%	19,69%	19,85%	20,02%	19,80%	19,59%	19,41%	19,10%																				
jan11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	6,41%	10,77%	13,52%	15,05%	16,25%	16,92%	17,63%	17,85%	17,79%	17,71%	17,55%	17,28%																					
fev11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	7,15%	11,26%	13,47%	15,12%	16,08%	16,89%	17,53%	17,74%	17,68%	17,58%	17,41%																						
mar11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	6,57%	9,74%	12,19%	13,46%	15,03%	15,91%	16,07%	16,33%	16,35%	16,32%																							
abr11	0,00%	0,00%	0,00%	0,19%	10,02%	12,20%	13,98%	15,22%	15,92%	16,33%	16,50%	16,52%																									
mai11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,87%	8,91%	11,61%	13,76%	14,88%	15,57%	16,12%	16,32%																									
jun11	0,00%	0,00%	0,16%	5,95%	9,94%	12,72%	14,29%	15,53%	16,41%	16,83%																											
jul11	0,00%	0,00%	0,02%	5,65%	9,55%	11,79%	13,61%	14,91%	15,90%																												
ago11	0,00%	0,00%	0,01%	6,72%	10,85%	13,59%	15,36%	16,43%																													
set11	0,00%	0,00%	0,01%	6,39%	10,16%	12,46%	14,38%																														
out11	0,00%	0,00%	0,00%	5,89%	9,35%	11,80%																															
nov11	0,00%	0,00%	0,28%	5,76%	10,12%																																
dez11	0,00%	0,00%	0,00%	7,92%																																	
jan12	0,00%	0,00%	0,00%																																		
fev12	0,00%																																				
mar12	0,00%																																				

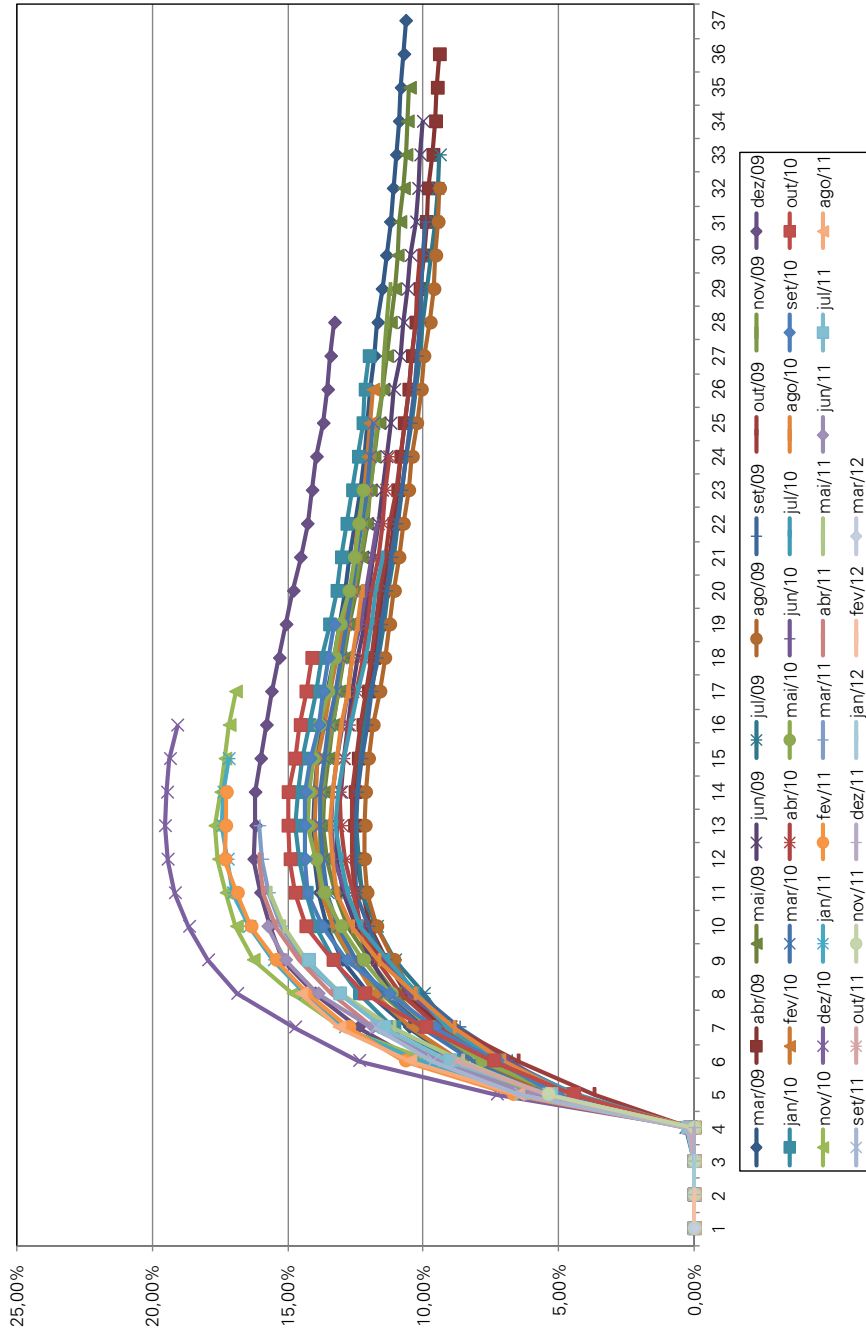
© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e integrante da rede mundial de escritórios de KPMG Network, uma rede independente de firmas de contabilidade e consultoria. KPMG Network é uma entidade sem fins lucrativos, registrada no Brasil (CNPJ 07.223.232).

Apresentação das análises de performance (cont.)

Pool por contrato – CP

Apresenta a distribuição dos volumes financeiros em aberto com atrasos superiores ao corte de 90 dias. Para elaboração de tal informação, consideramos a totalidade das parcelas em aberto (vencidas e a vencer) e classificamos o saldo devedor de cada contrato de acordo com a parcela de maior atraso (pior situação) em cada um dos meses sob análise. A fim de calcular o percentual de inadimplência (tendência) para cada uma das safras sob análise, dividimos o somatório dos saldos devedores dos contratos inadimplentes pelo total originado na respectiva safra ao longo do período sob análise, desconsiderando os cancelamentos.

Gráfico 1.13 - Representação gráfica do pool estático por contrato - Porcentagem de inadimplência superior a 90 dias (CP)



Apresentação das análises de performance (cont.)

Tabela 1.13 – Percentuais de inadimplência do pool estático por contrato – Vencidos acima de 90 dias (CP)

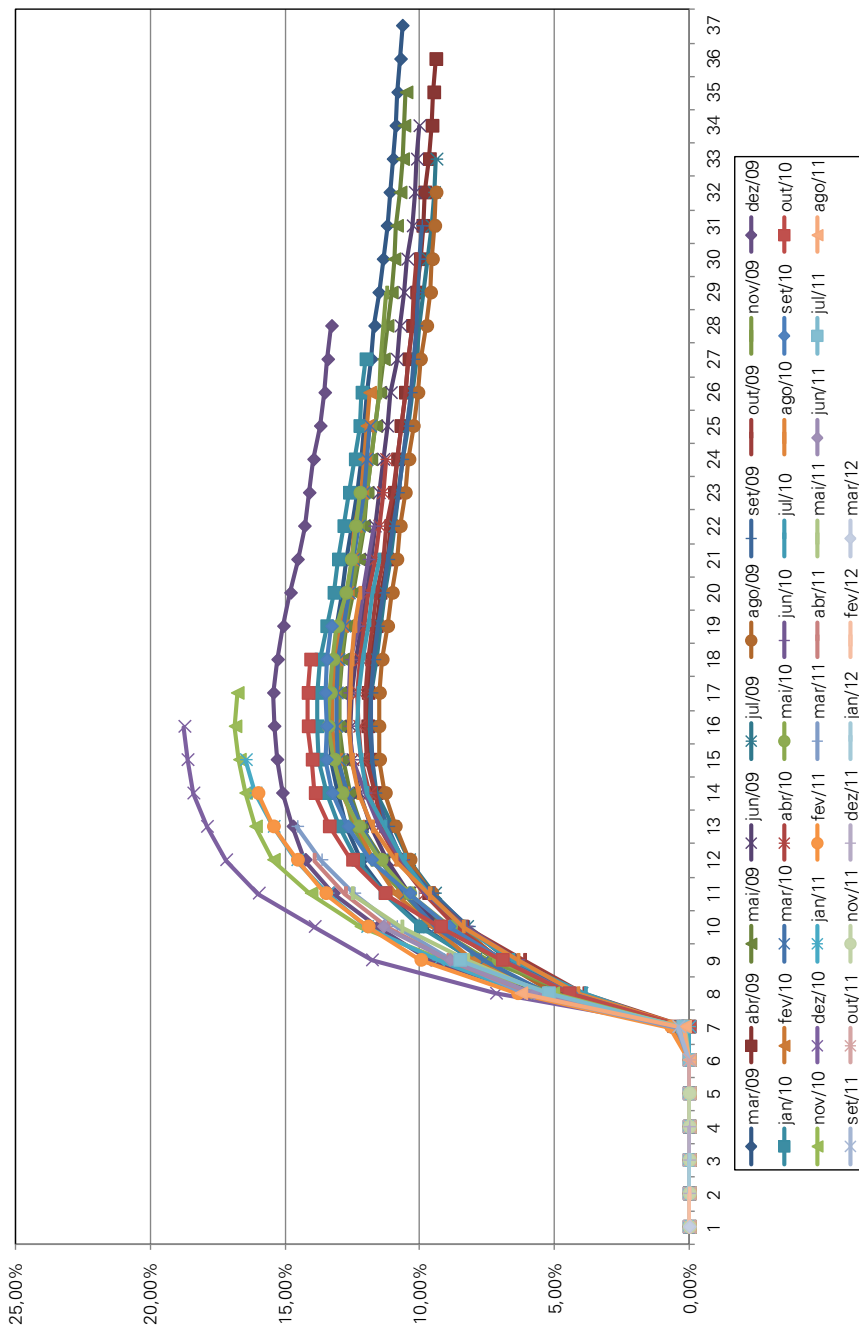
[illegible]

Apresentação das análises de performance (cont.)

Pool por contrato – CP

Apresenta a distribuição dos volumes financeiros em aberto com atrasos superiores ao corte de 180 dias. Para elaboração de tal informação, consideramos a totalidade das parcelas em aberto (vencidas e a vencer) e classificamos o saldo devedor de cada contrato de acordo com a parcela de maior atraso (pior situação) em cada um dos meses sob análise. A fim de calcular o percentual de inadimplência (tendência) para cada uma das safras sob análise, dividimos o somatório dos saldos devedores dos contratos inadimplentes pelo total originado na respectiva safra ao longo do período sob análise, desconsiderando os cancelamentos.

Gráfico 1.14 - Representação gráfica do pool estático por contrato - Porcentagem de inadimplência superior a 180 dias (CP)



Apresentação das análises de performance (cont.)

Tabela 1.14 – Percentuais de inadimplência do pool estático por contrato – Vencidos acima de 180 dias (CP)

Saída de origem	Meses após a origem																																				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37
mar/09	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,28%	5,78%	8,01%	9,88%	11,26%	12,15%	12,75%	13,04%	13,31%	13,35%	13,33%	13,17%	13,06%	12,88%	12,71%	12,51%	12,33%	12,17%	12,04%	11,94%	11,81%	11,68%	11,53%	11,37%	11,22%	11,12%	11,00%	10,88%	10,82%	10,72%	10,65%
abr/09	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,48%	4,66%	6,95%	8,63%	9,68%	10,58%	11,27%	11,83%	11,84%	11,94%	11,92%	11,79%	11,62%	11,46%	11,28%	11,09%	10,95%	10,83%	10,71%	10,54%	10,41%	10,27%	10,12%	9,98%	9,89%	9,82%	9,65%	9,55%	9,49%	9,41%	
mai/09	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,65%	4,77%	7,15%	8,99%	10,45%	11,37%	12,18%	12,66%	12,82%	12,98%	12,97%	12,85%	12,71%	12,46%	12,27%	12,09%	11,96%	11,82%	11,64%	11,49%	11,38%	11,22%	11,06%	10,97%	10,87%	10,74%	10,64%	10,59%	10,51%		
jun/09	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,59%	4,77%	6,85%	9,26%	10,39%	11,22%	11,84%	12,24%	12,51%	12,58%	12,52%	12,38%	12,19%	11,99%	11,84%	11,68%	11,53%	11,38%	11,22%	11,08%	10,88%	10,72%	10,58%	10,47%	10,27%	10,19%	10,11%	10,02%			
jul/09	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,54%	4,00%	6,68%	8,25%	9,44%	10,40%	11,02%	11,69%	11,78%	11,88%	11,81%	11,61%	11,44%	11,29%	11,11%	10,95%	10,78%	10,62%	10,43%	10,28%	10,11%	10,01%	9,87%	9,70%	9,57%	9,48%	9,39%				
ago/09	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,01%	7,07%	8,41%	9,66%	10,38%	10,91%	11,28%	11,50%	11,52%	11,50%	11,40%	11,20%	11,02%	10,86%	10,73%	10,54%	10,41%	10,25%	10,07%	9,98%	9,75%	9,60%	9,53%	9,45%	9,40%					
set/09	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,12%	4,29%	6,52%	8,18%	9,50%	10,62%	11,17%	11,65%	11,77%	11,82%	11,80%	11,69%	11,55%	11,37%	11,17%	10,99%	10,81%	10,65%	10,46%	10,34%	10,23%	10,13%	10,07%	10,00%	9,93%						
out/09	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,91%	6,11%	8,27%	9,66%	10,75%	11,41%	11,68%	11,95%	12,02%	12,00%	11,90%	11,75%	11,59%	11,38%	11,24%	10,97%	10,83%	10,68%	10,55%	10,41%	10,30%	10,22%	10,14%							
nov/09	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,41%	7,45%	9,43%	10,58%	11,78%	12,47%	12,79%	12,97%	12,98%	13,00%	12,94%	12,77%	12,57%	12,34%	12,13%	11,95%	11,82%	11,68%	11,49%	11,43%	11,33%	11,23%								
dez/09	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,66%	9,60%	11,56%	13,21%	14,25%	14,72%	15,11%	15,31%	15,41%	15,44%	15,28%	15,07%	14,80%	14,55%	14,29%	14,11%	13,85%	13,70%	13,53%	13,42%	13,28%									
jan/10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,33%	5,15%	7,97%	9,98%	11,30%	12,31%	12,97%	13,47%	13,77%	13,82%	13,78%	13,68%	13,46%	13,19%	13,02%	12,82%	12,62%	12,40%	12,23%	12,15%	12,00%										
fev/10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,61%	5,32%	8,01%	9,48%	10,89%	11,72%	12,32%	12,88%	13,13%	13,22%	13,24%	13,13%	12,91%	12,70%	12,54%	12,41%	12,17%	12,06%	11,97%	11,87%											
mar/10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,15%	4,32%	7,02%	8,65%	9,81%	10,71%	11,50%	11,87%	12,17%	12,26%	12,30%	12,20%	12,06%	11,91%	11,67%	11,51%	11,37%	11,25%													
abr/10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,40%	7,10%	8,86%	10,38%	11,45%	12,27%	12,89%	13,18%	13,40%	13,32%	13,22%	13,06%	12,75%	12,55%	12,39%	12,23%														
mai/10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,22%	4,16%	6,34%	8,27%	9,74%	10,66%	11,46%	11,98%	12,02%	12,46%	12,61%	12,63%	12,57%	12,29%	12,11%	11,90%	11,70%														
jun/10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,28%	3,86%	6,54%	8,37%	9,64%	10,57%	11,30%	11,97%	12,18%	12,34%	12,30%	12,11%	11,89%	11,75%	11,52%																
jul/10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,13%	6,36%	8,39%	9,65%	10,69%	11,76%	12,28%	12,51%	12,63%	12,59%	12,52%	12,41%	12,23%																	
ago/10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,14%	4,40%	6,89%	8,91%	10,38%	11,79%	12,67%	13,26%	13,48%	13,47%	13,52%	13,46%	13,28%																		
set/10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,46%	6,94%	9,23%	11,29%	12,50%	13,37%	13,89%	14,00%	14,15%	14,15%	14,06%																			
out/10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,07%	9,12%	12,19%	14,04%	15,44%	16,11%	16,48%	16,70%	16,87%	16,78%																				
nov/10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,17%	5,07%	9,12%	12,19%	14,04%	15,44%	16,11%	16,48%	16,70%	16,87%	16,78%																				
dez/10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	7,17%	11,78%	13,91%	15,89%	17,19%	17,91%	18,41%	18,63%	18,76%																					
jan/11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	6,08%	9,32%	11,96%	13,42%	14,55%	15,43%	16,11%	16,48%																						
fev/11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,69%	6,37%	9,97%	11,92%	13,50%	14,55%	15,44%	16,01%																							
mar/11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,45%	6,12%	8,80%	10,86%	12,43%	13,65%	14,55%																								
abr/11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,23%	5,83%	8,96%	11,18%	12,77%	13,93%																									
mai/11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,14%	5,35%	8,25%	10,67%	12,51%																										
jun/11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,31%	5,77%	8,88%	11,36%																											
jul/11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,24%	5,23%	8,52%																												
ago/11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,18%	6,25%																													
set/11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,41%																														
out/11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%																															
nov/11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%																																	
dez/11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%																																	
jan/12	0,00%	0,00%	0,00%																																		
fev/12	0,00%	0,00%																																			
mar/12	0,00%																																				

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e integrante da rede mundial de escritórios de KPMG Network de membros da KPMG Network de Operadoras ("KPMG Network"). Uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG/2/2012).

Apresentação das análises demográficas - CP

Apresentação das análises demográficas (cont.)

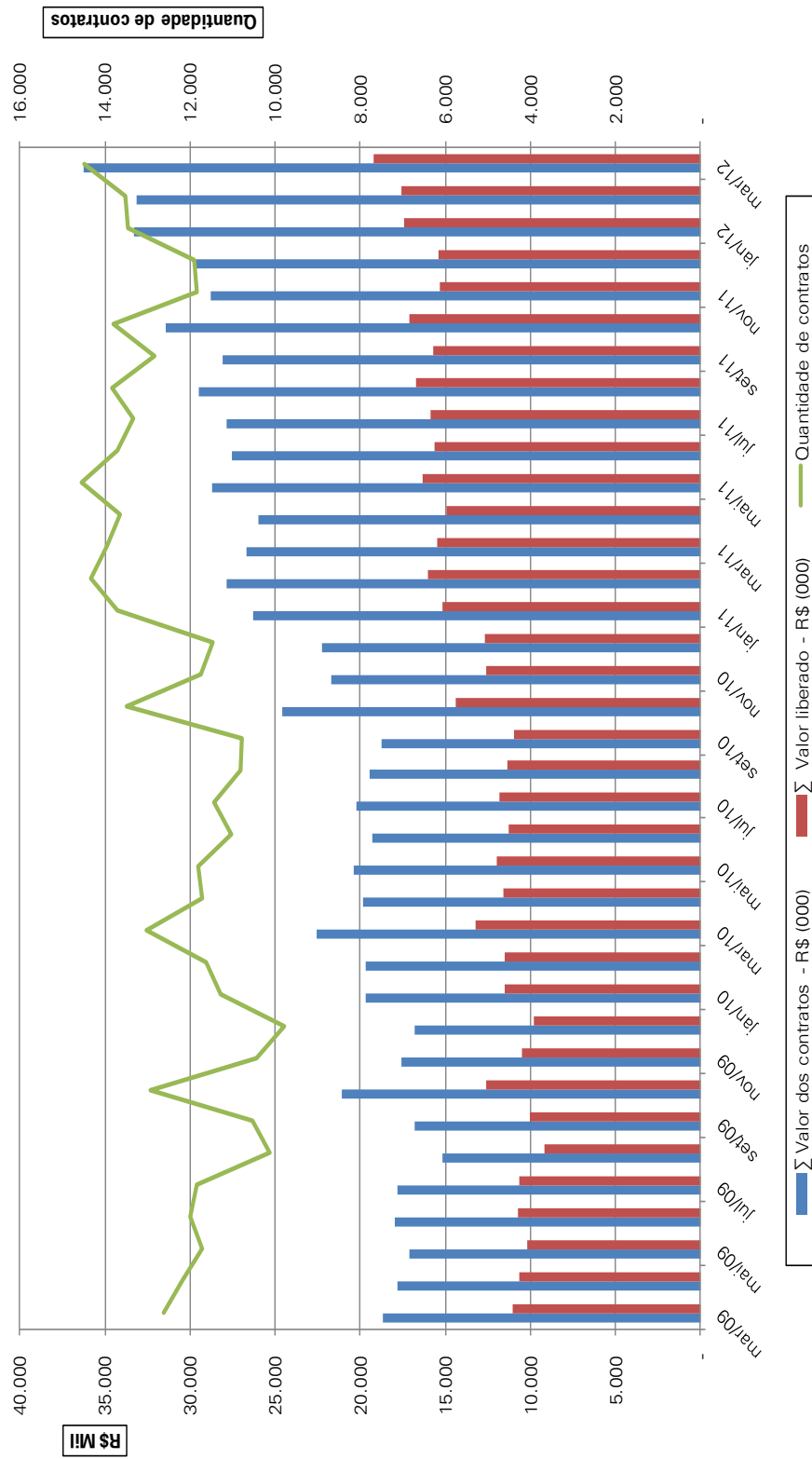
Tabela 1.15 - Originação mensal - CP

Emissão	Σ Valor dos contratos - R\$ (000)		%	% Acum.	Σ Valor liberado - R\$ (000)		%	% Acum.	Quantidade de contratos		%	% Acum.
mar/09	18.637	2,15%	2,15%		11.065	2,24%	2,24%		12.634	2,76%	2,76%	
abr/09	17.833	2,06%	4,21%		10.614	2,15%	4,39%		12.198	2,67%	5,43%	
mai/09	17.126	1,98%	6,19%		10.153	2,05%	6,44%		11.711	2,56%	7,99%	
jun/09	17.960	2,07%	8,26%		10.733	2,17%	8,61%		12.009	2,63%	10,62%	
jul/09	17.816	2,06%	10,32%		10.660	2,16%	10,77%		11.830	2,59%	13,20%	
ago/09	15.178	1,75%	12,07%		9.180	1,86%	12,63%		10.135	2,22%	15,42%	
set/09	16.798	1,94%	14,01%		10.059	2,04%	14,66%		10.525	2,30%	17,72%	
out/09	21.058	2,43%	16,44%		12.606	2,55%	17,21%		12.938	2,83%	20,55%	
nov/09	17.562	2,03%	18,47%		10.481	2,12%	19,33%		10.453	2,29%	22,84%	
dez/09	16.809	1,94%	20,41%		9.778	1,98%	21,31%		9.792	2,14%	24,98%	
jan/10	19.712	2,28%	22,68%		11.472	2,32%	23,63%		11.269	2,46%	27,44%	
fev/10	19.655	2,27%	24,95%		11.492	2,33%	25,96%		11.610	2,54%	29,98%	
mar/10	22.551	2,60%	27,56%		13.227	2,68%	28,64%		13.031	2,85%	32,83%	
abr/10	19.797	2,29%	29,84%		11.589	2,34%	30,98%		11.724	2,56%	35,40%	
mai/10	20.355	2,35%	32,19%		11.975	2,42%	33,40%		11.800	2,58%	37,98%	
jun/10	19.306	2,23%	34,42%		11.266	2,28%	35,68%		11.035	2,41%	40,39%	
jul/10	20.198	2,33%	36,75%		11.844	2,40%	38,08%		11.449	2,50%	42,89%	
ago/10	19.423	2,24%	38,99%		11.316	2,29%	40,37%		10.800	2,36%	45,25%	
set/10	18.767	2,17%	41,16%		10.968	2,22%	42,59%		10.768	2,35%	47,61%	
out/10	24.580	2,84%	44,00%		14.420	2,92%	45,51%		13.481	2,95%	50,56%	
nov/10	21.737	2,51%	46,51%		12.561	2,54%	48,05%		11.743	2,57%	53,13%	
dez/10	22.217	2,56%	49,07%		12.710	2,57%	50,62%		11.475	2,51%	55,63%	
jan/11	26.284	3,03%	52,11%		15.164	3,07%	53,69%		13.697	3,00%	58,63%	
fev/11	27.816	3,21%	55,32%		16.026	3,24%	56,93%		14.330	3,13%	61,76%	
mar/11	26.690	3,08%	58,40%		15.463	3,13%	60,06%		13.958	3,05%	64,82%	
abr/11	25.967	3,00%	61,40%		14.967	3,03%	63,09%		13.653	2,99%	67,80%	
mai/11	28.671	3,31%	64,71%		16.366	3,31%	66,40%		14.552	3,18%	70,98%	
jun/11	27.556	3,18%	67,89%		15.666	3,17%	69,57%		13.711	3,00%	73,98%	
jul/11	27.824	3,21%	71,10%		15.882	3,21%	72,78%		13.324	2,91%	76,90%	
ago/11	29.514	3,41%	74,51%		16.694	3,38%	76,16%		13.820	3,02%	79,92%	
set/11	28.107	3,24%	77,75%		15.733	3,18%	79,34%		12.824	2,80%	82,72%	
out/11	31.467	3,63%	81,38%		17.123	3,46%	82,81%		13.792	3,02%	85,74%	
nov/11	28.806	3,33%	84,71%		15.332	3,10%	85,91%		11.830	2,59%	88,33%	
dez/11	29.703	3,43%	88,14%		15.427	3,12%	89,03%		11.895	2,60%	90,93%	
jan/12	33.313	3,85%	91,98%		17.440	3,53%	92,56%		13.474	2,95%	93,87%	
fev/12	33.164	3,83%	95,81%		17.556	3,55%	96,11%		13.529	2,96%	96,83%	
mar/12	36.271	4,19%	100,00%		19.213	3,89%	100,00%		14.486	3,17%	100,00%	
Total	866.228	100%			494.222	100%			457.285	100%		

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e inscrita no CNPJ nº 11.940.888/0001-00, sob o nome comercial de KPMG Brasil, com sede no Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ nº 11.940.888/0001-00, sob o nome comercial de KPMG Brasil, uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (RPS27232).

Apresentação das análises demográficas (cont.)

Gráfico 1.15 - Originação mensal - CP



Apresentação das análises demográficas (cont.)

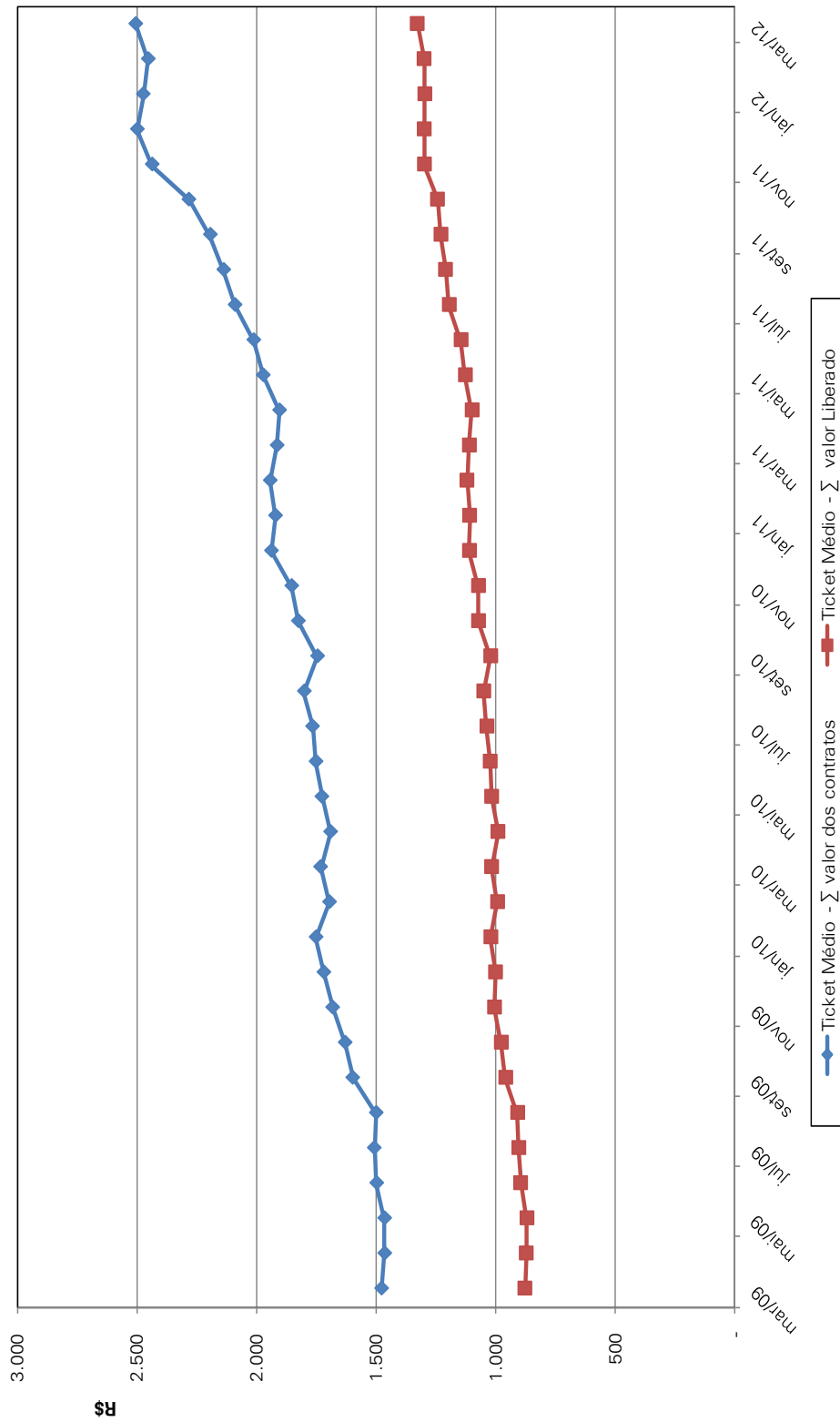
Tabela 1.16 - Ticket Médio dos contratos - CP

Emissão	Ticket Médio - \sum valor dos contratos	Ticket Médio - \sum valor Liberado
mar/09	1.475	876
abr/09	1.462	870
mai/09	1.462	867
jun/09	1.496	894
jul/09	1.506	901
ago/09	1.498	906
set/09	1.596	956
out/09	1.628	974
nov/09	1.680	1.003
dez/09	1.717	999
jan/10	1.749	1.018
fev/10	1.693	990
mar/10	1.731	1.015
abr/10	1.689	989
mai/10	1.725	1.015
jun/10	1.749	1.021
jul/10	1.764	1.035
ago/10	1.798	1.048
set/10	1.743	1.019
out/10	1.823	1.070
nov/10	1.851	1.070
dez/10	1.936	1.108
jan/11	1.919	1.107
fev/11	1.941	1.118
mar/11	1.912	1.108
abr/11	1.902	1.096
mai/11	1.970	1.125
jun/11	2.010	1.143
jul/11	2.088	1.192
ago/11	2.136	1.208
set/11	2.192	1.227
out/11	2.282	1.241
nov/11	2.435	1.296
dez/11	2.497	1.297
jan/12	2.472	1.294
fev/12	2.451	1.298
mar/12	2.504	1.326

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade empres brasileira, de responsabilidade limitada, e
 integrante da rede mundial de firmas de auditoria independente e consultoria KPMG Network, Operadora ("KPMG
 Internacional"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (RPS/27329).

Apresentação das análises demográficas (cont.)

Gráfico 1.16 - Ticket Médio dos contratos - CP



© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e
 integrante da rede mundial de firmas de auditoria independente e consultoria KPMG Network, Operadora ("KPMG
 Internacional"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (RPS/27232).

Apresentação das análises demográficas (cont.)

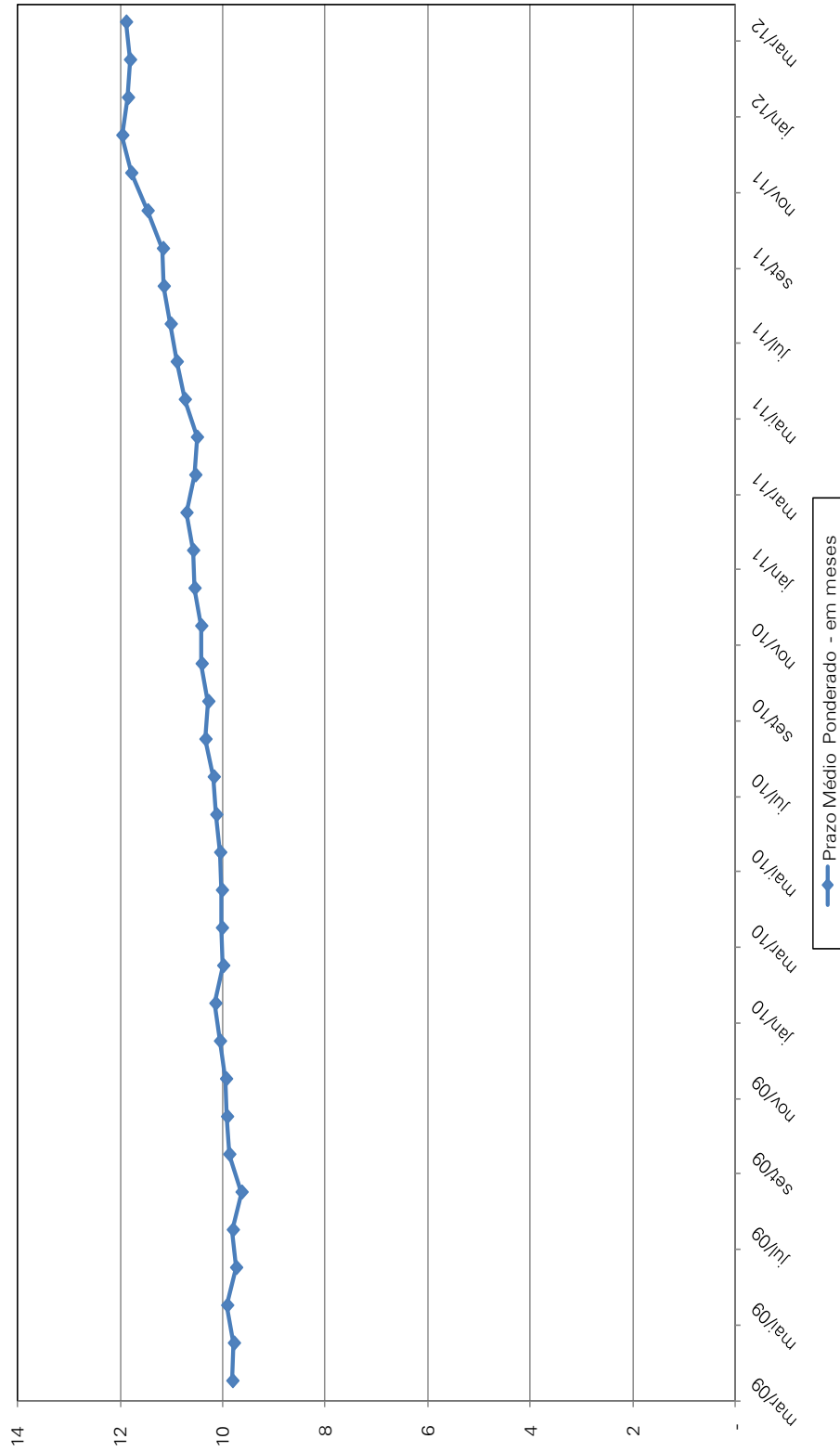
Tabela 1.17 - Prazo Médio Ponderado dos contratos – em meses - CP

Emissão	Prazo Médio Ponderado - em meses
mar/09	10
abr/09	10
mai/09	10
jun/09	10
jul/09	10
ago/09	10
set/09	10
out/09	10
nov/09	10
dez/09	10
jan/10	10
fev/10	10
mar/10	10
abr/10	10
mai/10	10
jun/10	10
jul/10	10
ago/10	10
set/10	10
out/10	10
nov/10	10
dez/10	11
jan/11	11
fev/11	11
mar/11	11
abr/11	11
mai/11	11
jun/11	11
jul/11	11
ago/11	11
set/11	11
out/11	11
nov/11	12
dez/11	12
jan/12	12
fev/12	12
mar/12	12

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e integrante da rede mundial de firmas de auditoria independente e consultoria KPMG Network, Operadora "KPMG International", uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (RP0527232).

Apresentação das análises demográficas (cont.)

Gráfico 1.17 - Prazo Médio Ponderado dos contratos – em meses - CP



© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e integrante da rede mundial de escritórios de KPMG Network, uma rede independente de firmas de contabilidade e auditoria, e de KPMG International ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG/27325).

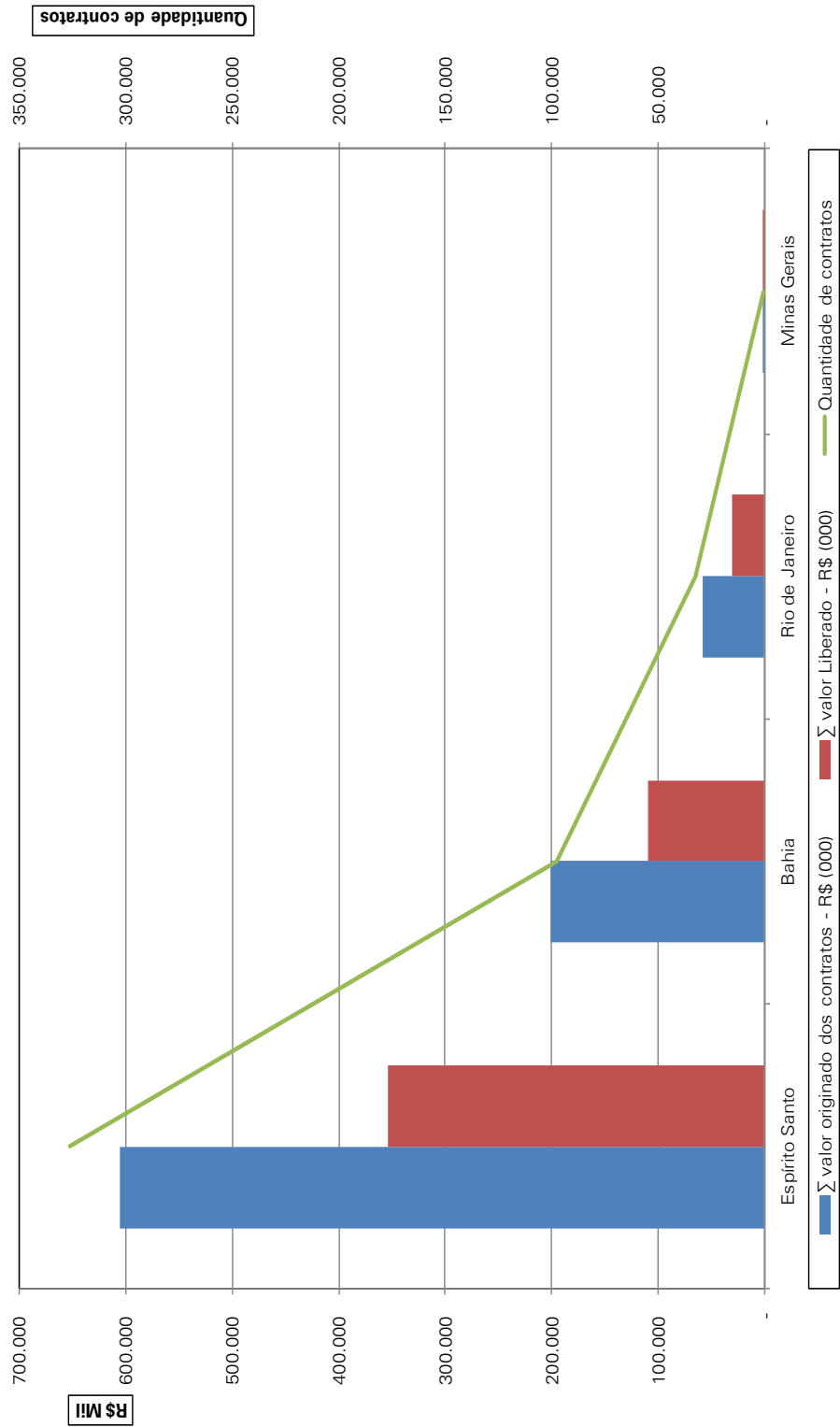
Apresentação das análises demográficas (cont.)

Tabela 1.18 - Distribuição do somatório do valor dos contratos por UF - CP

Unidade Federativa	Σ valor originado dos contratos - R\$ (000)	%	% Acumulada	Σ valor Liberado - R\$ (000)	%	% Acumulada	Quantidade de contratos	%	% Acumulada
Espírito Santo	606.191	69,98%	69,98%	354.176	71,66%	71,66%	326.438	71,39%	71,39%
Bahia	200.970	23,20%	93,18%	108.838	22,02%	93,69%	97.822	21,39%	92,78%
Rio de Janeiro	57.811	6,67%	99,85%	30.594	6,19%	99,88%	32.510	7,11%	99,89%
Minas Gerais	1.257	0,15%	100,00%	613	0,12%	100,00%	515	0,11%	100,00%
Total	866.228	100%		494.222	100%		457.285	100%	

Apresentação das análises demográficas (cont.)

Gráfico 1.18 - Distribuição do somatório do valor dos contratos por UF - CP



© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade empres brasileira, de responsabilidade limitada, e integrante da rede mundial de firmas de auditoria independente KPMG Network, operadora ("KPMG Internacional"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (RPS27232).

Apresentação das análises demográficas (cont.)

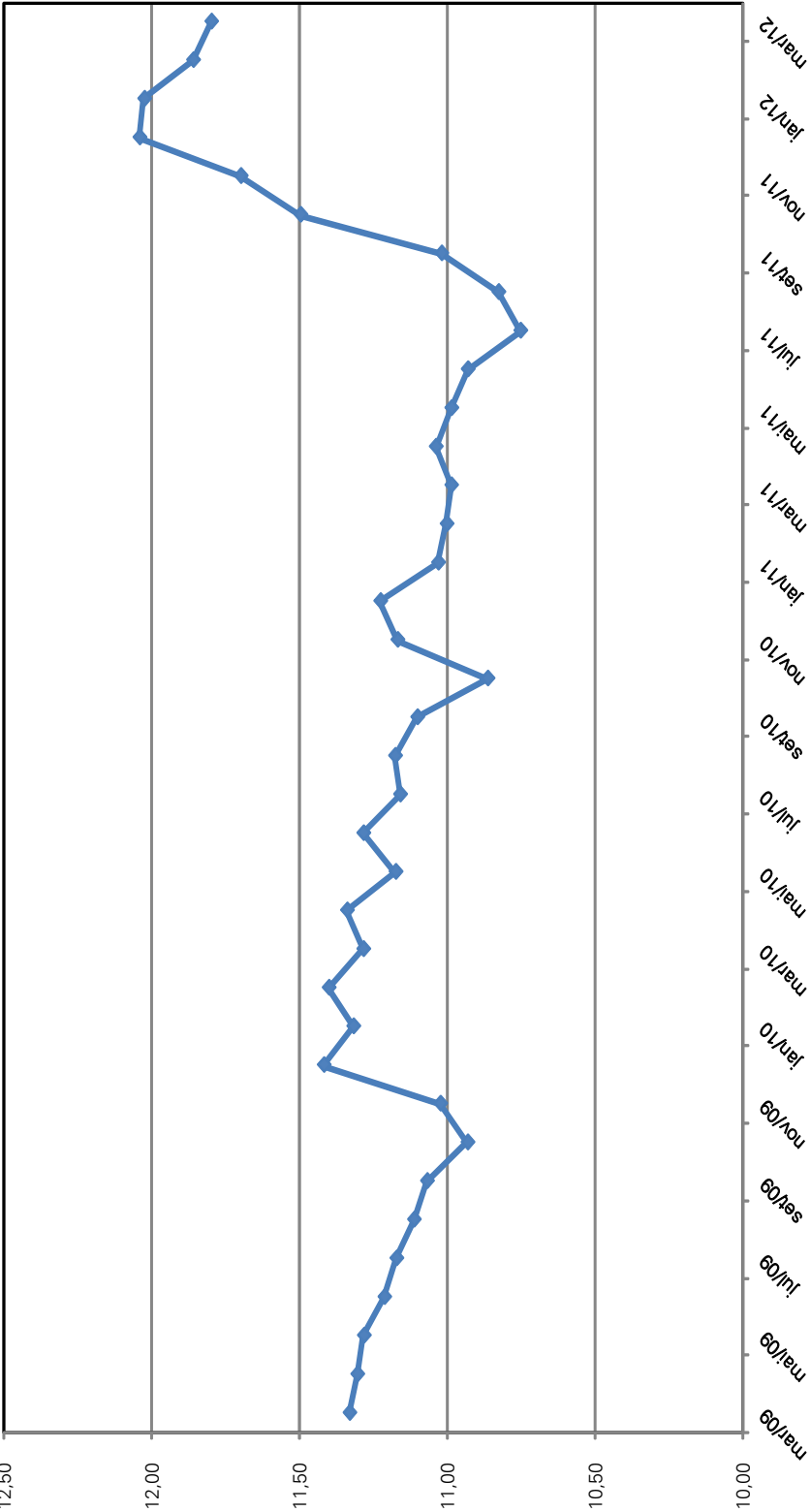
Tabela 1.19 - Taxa Média Ponderada dos contratos – ao mês - CP

Emissão	Taxa Média Ponderada - ao mês
mar/09	11,33
abr/09	11,31
mai/09	11,28
jun/09	11,21
jul/09	11,17
ago/09	11,11
set/09	11,07
out/09	10,93
nov/09	11,02
dez/09	11,42
jan/10	11,32
fev/10	11,40
mar/10	11,29
abr/10	11,34
mai/10	11,18
jun/10	11,28
jul/10	11,16
ago/10	11,18
set/10	11,10
out/10	10,86
nov/10	11,17
dez/10	11,23
jan/11	11,03
fev/11	11,00
mar/11	10,99
abr/11	11,04
mai/11	10,99
jun/11	10,93
jul/11	10,75
ago/11	10,83
set/11	11,02
out/11	11,50
nov/11	11,70
dez/11	12,04
jan/12	12,03
fev/12	11,86
mar/12	11,80

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e integrante da rede mundial de firmas de auditoria independente e de consultoria KPMG Network, Operadora ("KPMG Brasil") e uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (RPS/2.7329).

Apresentação das análises demográficas (cont.)

Gráfico 1.19 - Taxa Média Ponderada dos contratos – ao mês - CP



© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD5 27329)

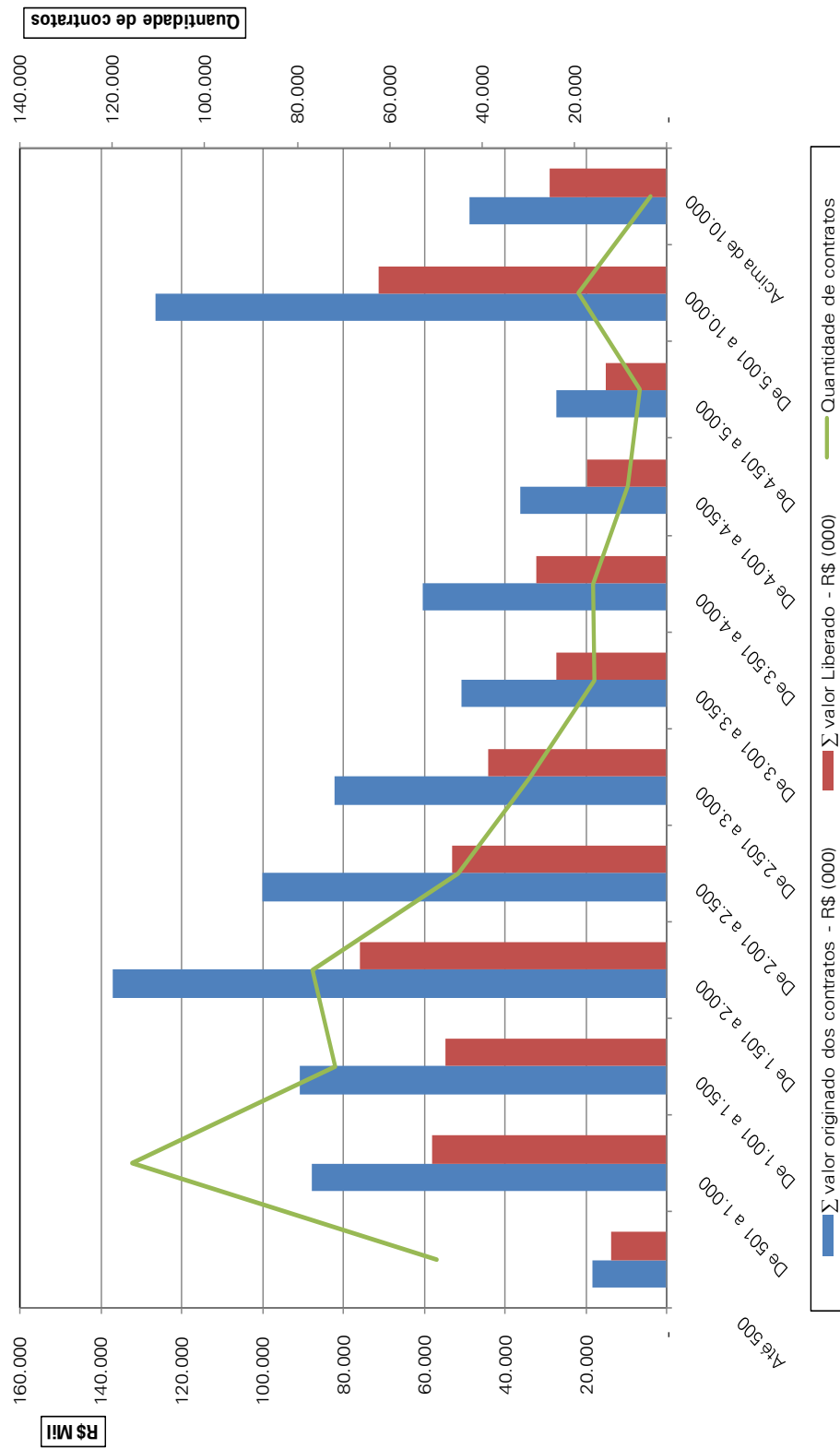
Apresentação das análises demográficas (cont.)

Tabela 1.20 - Distribuição do somatório do valor das parcelas por faixas de valor - CP

Faixas de valor - em reais	Σ valor originado dos contratos - R\$ (000)	%	% Acumulada	Σ valor Liberado - R\$ (000)	%	% Acumulada	Quantidade de contratos	%	% Acumulada
Até 500	18.289	2,11%	2,11%	13.766	2,79%	2,79%	49.728	10,87%	10,87%
De 501 a 1.000	87.805	10,14%	12,25%	58.217	11,78%	14,56%	115.645	25,29%	36,16%
De 1.001 a 1.500	90.799	10,48%	22,73%	54.852	11,10%	25,66%	71.716	15,68%	51,85%
De 1.501 a 2.000	137.024	15,82%	38,55%	75.831	15,34%	41,01%	76.804	16,80%	68,64%
De 2.001 a 2.500	100.180	11,57%	50,11%	53.101	10,74%	51,75%	45.162	9,88%	78,52%
De 2.501 a 3.000	82.063	9,47%	59,59%	44.301	8,96%	60,72%	29.549	6,46%	84,98%
De 3.001 a 3.500	50.873	5,87%	65,46%	27.174	5,50%	66,21%	15.785	3,45%	88,43%
De 3.501 a 4.000	60.328	6,96%	72,42%	32.195	6,51%	72,73%	15.990	3,50%	91,93%
De 4.001 a 4.500	36.317	4,19%	76,62%	19.748	4,00%	76,72%	8.583	1,88%	93,81%
De 4.501 a 5.000	27.195	3,14%	79,76%	14.969	3,03%	79,75%	5.724	1,25%	95,06%
De 5.001 a 10.000	126.493	14,60%	94,36%	71.185	14,40%	94,16%	19.173	4,19%	99,25%
Acima de 10.000	48.861	5,64%	100,00%	28.882	5,84%	100,00%	3.426	0,75%	100,00%
Total	866.228	100%		494.222	100%		457.285	100%	

Apresentação das análises demográficas (cont.)

Gráfico 1.20 - Distribuição do somatório do valor das parcelas por faixas de valor - CP



© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade empres brasileira, de responsabilidade limitada, e
 integrante da rede mundial de firmas de auditoria independente e de consultoria KPMG Network, Operadora ("KPMG
 Internacional"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG/27232).

Confronto das bases de dados com as informações contábeis

Confronto da base de dados com as informações contábeis

Base de dados sujeita à análise

A base de dados sujeita à análise nos foi fornecida pela área de Tecnologia da Dacasa, contemplando todos as operações realizadas no período de 1º de março de 2009 a 31 de março de 2012, independentemente da situação das parcelas/contratos em 31 de março de 2012 (data-base).

Conciliação da base de dados

Com o intuito de conciliar a base de dados e de verificar a sua integridade, obtivemos junto a Dacasa o balancete contábil na data-base de 31 de março de 2012, data-base de nossas análises, para confrontar com os saldos em aberto contidos na base de dados fornecida. Apresentamos abaixo o resultado da aplicação desses procedimentos.

Conciliação da base de dados com os saldos contábeis

Saldos	CP R\$ (000)	CDC R\$ (000)
Saldo do balancete - em aberto em 31/03/2012	222.363	136.874
Base de dados - em aberto em 31/03/2012	221.327	136.426
A vencer	180.763	113.797
Vencidos e não liquidados	40.564	22.629
Diferença	1.036	448
Diferença (%)	0,47%	0,33%

Comentário sobre o procedimento de conciliação

A aplicação dos procedimentos descritos nesta seção objetivou estabelecer uma base de confiança na qualidade das informações processadas. O resultado desses procedimentos indicou a existência de certas divergências, que foram consideradas imateriais, no contexto da avaliação do perfil da carteira e de seu desempenho no período sob análise. Adicionalmente, o saldo contábil referente às operações de CP inclui operações de CP que não fizeram parte do escopo do nosso trabalho.

Verificação física de contratos

Verificação física de contratos

Foram selecionados 100 itens distribuídos entre CDC (40) e CP (60), de forma aleatória, para execução de nossa verificação. A seguir apresentamos os resultados observados:

Procedimentos	Sem divergência		Com divergência	
	Nº		Nº	
Identificação do "Número do termo de adesão"	96		4	
Identificação do "Nome do devedor"	96		4	
Identificação do "CPF do devedor"	96		4	
Identificação da "Data de emissão"	96		4	
Identificação da "Data de vencimento"	96		4	
Identificação do "Valor da parcela"	96		4	
Identificação do "Valor liberado"	94		4	
Identificação da "Taxa de financiamento"	96		4	
Identificação da "Assinatura do devedor"	96		4	



Pedro Vitor Zago
Sócio
+55 (11) 2183-3290
pzago@kpmg.com.br

Renata Resende Mendes Bonini
Gerente
+55 (11) 2183-3618
rresende@kpmg.com.br



© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil.

O nome KPMG, o logotipo e "cutting through complexity" são marcas registradas ou comerciais da KPMG International.